

62

JANEIRO 2022 – ABRIL 2022

Revista da Sociedade
Brasileira de Economia Política

www.revistasep.org.br

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

ALAN FREEMAN LONDON METROPOLITAN UNIVERSITY
ALEJANDRO VALLE BAEZA UNAM
ARTURO HUERTA UNAM
FABIO PETRI UNIVERSITÀ DI SIENA
FRANÇOIS CHESNAIS UNIVERSITÉ DE PARIS XIII
FRED MOSELEY MOUNT HOLYOKE COLLEGE
LUCIANO VASSAPOLLO UNIVERSITÀ DI ROMA "LA SAPIENZA"

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

ALEJANDRO ARANDIA UNISINOS
ANITA KON PUC-SP
ANTONIO MARIA DA SILVEIRA (IN MEMORIAM)
CESARE GIUSEPPE GALVAN CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JOSUÉ DE CASTRO
ELEUTÉRIO FERNANDO DA SILVA PRADO USP
FRANCISCO DE ASSIS COSTA UFPA
GUIDO MANTEGA FGV-SP
JOÃO ANTÔNIO DE PAULA UFMG
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA UNICAMP
LEDA MARIA PAULANI USP
LUIZ GONZAGA DE MELLO BELUZZO UNICAMP
MARIA DE LOURDES ROLLEMBERG MOLLO UNB
MARIO DUAYER UFF (IN MEMORIAM)
NIEMEYER ALMEIDA FILHO UFU
PAULO NAKATANI UFES
PAUL SINGER USP (IN MEMORIAM)
PEDRO CÉSAR DUTRA FONSECA UFRGS
REINALDO CARCANHOLO UFES (IN MEMORIAM)
ROSA MARIA MARQUES PUC-SP
THEOTÔNIO DOS SANTOS UFF (IN MEMORIAM)

PAUL SINGER (USP) **PRESIDENTE DE HONRA** (IN MEMORIAM)

JOÃO LEONARDO MEDEIROS (UFF) PRESIDENTE

MARISA SILVA AMARAL (UFU) VICE-PRESIDENTE

DIRETORES

Ellen Lucy Tristão UFVJM

Marcelo Dias Carcanholo UFF

Leda Maria Paulani USP

Henrique Pereira Braga UFES

Maria de Lourdes R. Mollo UNB

Marco Antonio Rocha UNICAMP

Giliad de Souza Silva UNIFESSPA

Marcelo José Braga ANPEC

José Rubens Damas Garlipp ANGE

COMITÊ EDITORIAL

EDITORES

Vanessa Follmann Jurgenfeld (editora-chefe) - UFVJM

Carlos Henrique Lopes Rodrigues - UFVJM

Henrique Pereira Braga - UFES

Janáina Elisa Patti de Faria - UFVJM

**ENDEREÇO PARA
CORRESPONDÊNCIA**

**Faculdade de Economia
Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá - BLOCO F - Sala 519
Niterói, RJ
CEP 24.240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br**

**REVISÃO TEXTUAL E
ESTILÍSTICA**

Renake Bertholdo David das Neves

**EDITORAÇÃO
ELETRÔNICA**

Francine Sakata e Mayra Mello – **NK&F Arquitetos Associados 2022**
nkfarquitetura@nkfarquitetura.com.br

Ilustração da capa por Alessandro Sbampato

Composto nos tipos Isidora por Laura Lotufo e Gill Sans por Eric Gill.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política
Ano 21 – 2016 – Niterói: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2022
ISSN 1415-1979
ISSN-E 2595-6892
Economia I. Sociedade Brasileira de Economia Política.
CDD – 330

NÚMERO 62
JAN 2022 – ABR 2022

REVISTA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA

7 **Apresentação**

ARTIGOS

10 **Trabalho abstrato, objetivação, alienação, fetiche: Marx lido por Postone**

Paulo Henrique Furtado de Araujo; Mario Duayer (*in memoriam*)

42 **Pontos e contrapontos sobre a teoria do dinheiro moderno no âmbito doméstico e internacional**

Caio Vilella

76 **A crítica de René Zavaleta à teoria da dependência: afinidades e diferenças com a TMD e com Cardoso e Faletto**

João Telésforo

110 **Sistematizando o Nacionalismo dos Recursos na literatura a partir de uma revisão dos estudos sobre petróleo**

João Victor Machado; Marco Antônio Martins da Rocha

142 **Fogo brando - um misto de lucidez, crítica incompleta, ilusões e expectativas frustradas**

Eduardo Sá Barreto

156 **Imperialismo e desenvolvimento capitalista em O capital de Marx**

Lucia Pradella (autora); Hugo Figueira Corrêa (tradução)

RESENHAS

- 200 **Pandemias, crises e capitalismo**
Paulo Nakatani
- 208 **O Brasil não cabe no quintal de ninguém : bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata.**
Leonardo Dias Nunes

APRESENTAÇÃO

Não é exatamente uma novidade que guerras sejam iniciadas em períodos de crises do capital. As guerras são sempre uma alternativa colocada na mesa como forma de superação das crises econômicas pela ótica do capital. O ano de 2022 inicia-se com vários desafios e um deles envolve a geopolítica mundial. O conflito, que inicialmente engloba a Rússia e a Ucrânia, já mobiliza, do lado da Ucrânia, os Estados Unidos e a sua OTAN, e, do lado da Rússia, a China, que dá mostras de uma construção conjunta de importante polo na disputa, contra os Estados Unidos e a Europa, pela hegemonia do poder mundial.

Neste episódio, o conflito se expressa, aparentemente, pela tentativa de recuperação das perdas territoriais da Rússia após 1991 e em torno da rota do gás natural da Rússia, que passa pela Ucrânia, para boa parte da Europa Ocidental, e surge em meio a um aumento de preços global e quando vários países encontram dificuldades para retomar as atividades econômicas ao nível pré-crise.

É neste período alarmante que chega esta primeira *Revista da SEP* do ano de 2022. A edição abre com um artigo que discute a sociedade do capital, escrito por Paulo Henrique Furtado de Araujo e pelo saudoso Mario Duayer, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) vitimado pela Covid-19 no ano passado. Intitulado “Trabalho abstrato, objetivação, alienação, fetiche – Marx lido por Postone”, o artigo examina a obra de Moishe Postone, denominada pelos autores como fértil e polêmica.

Esta edição traz também um texto de Caio Vilella, em que é debatida a Teoria do Dinheiro Moderno (MMT). O artigo “Pontos e contrapontos sobre a Teoria do Dinheiro Moderno nos âmbitos doméstico e internacional” realiza uma apresentação dessa teoria, organiza as respostas apresentadas pela abordagem da MMT aos seus críticos e aponta o que o autor ainda entende que precisa ser respondido pela MMT.

Já o artigo “A crítica de René Zavaleta à teoria da dependência: afinidades e diferenças com a TMD e com Cardoso e Faletto”, de João Telésforo, envolve contraposições às interpretações de René Zavaleta Mercado. Entre outros aspectos, Telésforo entende que Zavaleta realizou uma crítica caricatural da teoria da dependência, não tendo identificado diferenças entre as vertentes da dependência, tampouco entre elas e a teoria do sistema-mundo.

Os autores João Vítor Machado e Marco Antônio Martins da Rocha, por sua vez, discutem, no quarto artigo desta edição, o tema petróleo e a sua relação com o papel do Estado. Em “Sistematizando o Nacionalismo dos Recursos na literatura a partir de uma revisão dos estudos sobre petróleo: definição, causas e consequências”, eles contribuem com a organização do debate sobre o Nacionalismo dos Recursos em torno de três grupos e com uma revisão crítica desta teorização.

A edição contempla também um comentário crítico de Eduardo Sá Barreto a respeito do artigo de John Bellamy Foster, intitulado “Pegando fogo dessa vez”, publicado na edição anterior da *Revista da SEP*. Barreto ressalta, que, apesar do acerto dos intelectuais ecossocialistas no diagnóstico da realidade dramática da crise ecológica, há limites nas propostas de Foster para reverter essa situação, uma vez que o autor não propõe uma ruptura com a lógica do capital.

O sexto artigo é de Lucia Pradella, professora de Economia Política Internacional do King’s College, em Londres, que foi traduzido por Hugo Figueira Corrêa. “Imperialismo e desenvolvimento capitalista em *O capital* de Marx” contribui para o debate sobre o “novo imperialismo” a partir dos

estudos dos escritos de Marx sobre o colonialismo, desconhecidos durante o antigo debate marxista sobre o imperialismo.

A revista publica ainda duas resenhas nesta edição. A primeira, escrita por Paulo Nakatani, diz respeito ao livro *Pandemias, crises e capitalismo*, de autoria de Rosa Maria Marques, Marcel Guedes Leite, Solange Emilene Berwig e Marcelo Álvares de Lima Depieri. Nakatani destaca que, apesar de a mídia em geral e de muitos intelectuais terem colocado a responsabilidade pela crise econômica na pandemia de Covid-19, o que ocorre, na verdade, é um aprofundamento da crise do capital que já estava em curso. E mais: o sentido como o Estado atuou durante a pandemia foi voltado para atender às necessidades do capital. Esses são alguns dos vários aspectos discutidos no livro e ressaltados por Nakatani.

A segunda resenha é de Leonardo Dias Nunes, que comenta o livro *O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira lata*, de Paulo Nogueira Batista Jr. De acordo com Nunes, a obra está centrada em uma reflexão sobre o nacionalismo e traz muito das impressões de Batista Jr. sobre sua experiência tanto como diretor-executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) quanto como vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS.

Boa leitura!

Comitê Editorial

PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO
MARIO DUAYER (*IN MEMORIAN*)

TRABALHO ABSTRATO, OBJETIVAÇÃO, ALIENAÇÃO, FETICHE: MARX LIDO POR POSTONE

Recebido em 14/05/2021

Aprovado em 14/09/2021

TRABALHO ABSTRATO, OBJETIVAÇÃO, ALIENAÇÃO, FETICHE: MARX LIDO POR POSTONE

Resumo

O artigo sustenta que o trabalho determinado por mercadoria é o eixo em torno do qual se organiza a sociedade do capital, que se caracteriza por uma sociabilidade indireta entre os humanos e direta entre as mercadorias, que são valores, ao mesmo tempo, valor de uso e valor (trabalho abstrato). Esse trabalho determinado por mercadorias objetiva a própria relação social, portanto, é um trabalho alienado, que produz mercadoria e fetiche simultaneamente e que plasma a objetividade e subjetividade do mundo do capital, ainda que constitua a possibilidade da crítica e da superação dessa sociabilidade.

Palavras-chave: Marx; Postone; valor; trabalho abstrato; alienação.

MARIO DUAYER

Professor Titular Aposentado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminenses (UFF) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ontologia Crítica (GEPOC-UFF). *(in memoriam)*

PAULO HENRIQUE FURTADO DE ARAUJO

Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, líder do GEPOC-UFF e membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-MARX-UFF).

E-mail: phfaraujo@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1454-4888>

Abstract

The paper argues that labor determined by commodities is the axis around which the society of capital is organized, which stands out for an indirect sociability between humans and a direct one between commodities, that are values, at the same time, use value and value (abstract labor). This determined labor objectifies the social relationship, therefore, it is an alienated labor, which produces commodity and fetish simultaneously and which shapes the objectivity and subjectivity of the world of capital, even though it constitutes a possibility of criticism and overcoming this sociability.

Keywords: Marx; Postone; value; abstract labor; alienation.

JEL: B14, B24, B51.

I. Introdução

Moishe Postone oferece uma proposta de reconstrução do pensamento de Marx que tem se demonstrado muito fértil e, ao mesmo tempo, polêmica. Seu esforço em demonstrar a centralidade do trabalho determinado por mercadorias e, portanto, do valor, enquanto eixo em torno do qual se organiza somente a sociedade do capital (com laços sociais indiretos entre os humanos e relações sociais diretas entre as mercadorias) aponta para essas categorias como o centro da crítica marxiana. Ou seja, emancipação humana é emancipação do valor, da mercadoria e do trabalho determinado por mercadorias. Contudo, tal angulação coloca o autor em confronto direto com toda a tradição dominante no marxismo desde o final do século XIX até os dias que seguem, de tal modo que ele desperta toda sorte de controvérsias. Nosso objetivo neste artigo é apresentar como Postone compreende a centralidade da categoria trabalho produtor de mercadorias, destacando que esse trabalho objetifica a própria relação social, portanto, é um trabalho alienado, que produz mercadoria e fetiche simultaneamente e que plasmará a objetividade e subjetividade do mundo do capital, ainda que constitua a possibilidade da crítica e da superação dessa sociabilidade.

2. Trabalho abstrato, alienação e fetiche

O autor destaca que as relações sociais constitutivas do capitalismo possuem, em um nível crucial, um caráter objetivo e instauram uma totalidade, uma vez que são plasmadas pelo trabalho como uma atividade socialmente mediadora e historicamente específica, forma de prática abstrata, homogênea e objetivadora (POSTONE, 2014, p. 185). Por outro lado, a ação social está condicionada pela forma fenomênica dessas estruturas fundamentais, ou seja, pelo modo como essas estruturas sociais se manifestam e, nessa medida, constituem o horizonte da práxis imediata. Pode-se inferir daí que a teoria crítica de Marx representa a análise complexa da determinação recíproca de sistema e ação na sociedade capitalista. Crítica essa que prescinde de postular uma oposição metafísica entre sistema e ação, dado

que ambos são compreendidos como formas polares determinadas da vida social sob o capital.

O trabalho abstrato instaura uma forma nova de dominação social historicamente específica, que se caracteriza por ser um tipo ímpar de compulsão social por conta do caráter abstrato de suas estruturas sociais¹. Essa forma de dominação não está fundada em qualquer pessoa, classe ou instituição, mas resulta da natureza das

formas sociais estruturantes da sociedade capitalista constituídas por formas determinadas de prática social. A sociedade assim conformada, como se fosse o Outro independente, abstrato e universal, se contrapõe aos indivíduos sobre os quais exerce uma compulsão impessoal (POSTONE, 2014, p. 186).

No capitalismo, a atividade de trabalho é objetivadora e externalizada, além de reflexivamente auto gerada. Em outras sociedades não há tal dominação reflexiva. A função do trabalho como atividade socialmente mediadora, externalizada e que opera como causa sui, só ocorre no capitalismo. Nas sociedades pré-capitalistas as objetivações do trabalho aparecem como esferas sociais autônomas².

No que diz respeito à diferença entre estranhamento (alienação) e objetivação, Postone evoca a afirmação de Marx de acordo com a qual a objetivação do trabalho em produtos não precisa ser necessariamente alienante. E recorda que Marx critica Hegel por este não ter feito a distinção entre

¹ Sobre trabalho determinado por mercadoria, trabalho enquanto forma de mediação social e seu caráter central na sociedade do capital ver Duayer e Araujo (2015; 2020a; 2020b) e Duayer (2011)..

² A sociedade baseada em trabalho escravo não existe em oposição aos indivíduos, de modo geral, mas em oposição aos escravos. Portanto, nesse caso há estranhamento, mas de outra ordem se comparado com o capitalismo. Não é o produto do trabalho que é alienante, mas sim a estrutura social em que o trabalho está enraizado; ela não se apresenta como um outro para o senhor de escravo, apenas para o escravo. Em Marx, o estranhamento universal é intrínseco ao trabalho abstrato. Caso se adotasse a noção transistórica de trabalho, a atividade objetivadora não teria essa propriedade – não produziria um estranhamento universal. Nas sociedades pré-capitalistas o trabalho é só trabalho, ainda que possa não ter essa denominação. Em consequência, o ato da objetivação não pode provocar alienação. Alienação tem de estar fundada nas próprias relações. A objetivação do trabalho em produtos não precisa ser alienante, pois alienantes podem ser as estruturas e não a objetivação. No capitalismo a relação social objetivadora é alienante, a alienação é intrínseca ao trabalho.

estranhamento e objetivação. Tratando dessa questão o autor oferece uma contribuição relevante para a compreensão da referida diferença. Em sua análise, a forma como se concebe o trabalho é decisiva para a conceituação de estranhamento e objetivação. Se a análise procura esclarecer essa distinção no que diz respeito à sociedade capitalista, na qual o trabalho é determinado pela mercadoria, e se essa análise está fundada numa concepção transistórica de trabalho, pode-se inferir que a diferença entre alienação e objetivação só pode ser extrínseca à atividade objetivadora. Sob essa ótica, a capacidade dos produtores imediatos se apropriarem ou não do seu trabalho e dos seus produtos constitui uma explicação do caráter extrínseco da alienação, em uma palavra: o sujeito objetiva, mas o seu produto pertence a outro. Nesse caso, o que explica a alienação é a apropriação ou não do produto do trabalho, que consiste em um fator externo à atividade laborativa enquanto tal. Postone é crítico dessa posição que toma o trabalho do ponto de vista transistórico e indica que, nos trabalhos maduros de Marx, o estranhamento está associado ao duplo caráter do trabalho que produz mercadorias. Nesse caso, diz ele, o estranhamento é intrínseco à própria natureza do trabalho como categoria socialmente mediadora. Segundo o autor, essa própria função mediadora é

externalizada como esfera social abstrata, independente, que exerce uma forma de compulsão pessoal sobre as pessoas que a constituem. O trabalho no capitalismo dá origem a uma estrutura que o domina. Essa forma de dominação reflexiva autogerada é alienação (POSTONE, 2014, p. 187).

Compreende-se, assim, que o chamado marxismo tradicional, ao não dar conta da especificidade histórica do trabalho no capitalismo, não pode imaginar a superação do capitalismo como superação/abolição do trabalho determinado por mercadoria e concebe tal superação como produto de um fator extrínseco.

Dessas considerações, conclui o autor que é só no capitalismo que objetivação é alienação: “*objetivação é de fato alienação – se o que o trabalho objetiva são as relações sociais*” (POSTONE, 2014, p. 187, grifos no original). Em outras

palavras, tal identidade nada tem a ver com o que se passa com o trabalho concreto e seus produtos. Pode-se concluir que, se a identidade entre objetivação e alienação no capitalismo é da natureza do trabalho nessa formação social, tal identidade não é natural, mas histórica e, portanto, superável.

Por conseguinte, a dominação social abstrata, específica do capitalismo, é marca da estrutura constituída pelo trabalho estranhado. Por essa razão, salienta o autor, não é possível identificar o trabalho determinado por mercadoria com opressão ou exploração. Para esclarecer essa diferença entre o trabalho estranhado das outras formas históricas de trabalho, Postone examina o que ocorre com trabalho servil, no qual a fração destinada ao senhor feudal não é em si ou por si estranhada (alienada). Nesse caso, dominação e exploração não são intrínsecas ao trabalho servil. Ao contrário, a expropriação do servo era baseada na compulsão direta. Algo muito distinto ocorre com o trabalho no capitalismo: aqui o próprio trabalho, como atividade socialmente mediadora, objetiva as relações sociais, que, estranhadas, implicam uma compulsão social abstrata. Certamente merece grande destaque nessas considerações a trivial conclusão de que, na sociedade organizada pelo valor, “a dominação abstrata e a exploração do trabalho não estão baseadas na apropriação do excedente pelas classes não-trabalhadoras, mas na forma do trabalho no capitalismo” (POSTONE, 2014, p. 188).

Já foi visto que o trabalho como atividade social mediadora constitui uma estrutura de dominação abstrata. No entanto, observa Postone, o caráter social dessa estrutura a rigor não parece ser social, apresentando-se, ao contrário, de forma naturalizada. De acordo com o autor, dado que a forma da necessidade social opera na ausência de qualquer tipo de dominação, seja direta, pessoal ou social, a especificidade histórica e social da estrutura de dominação fica velada. Em síntese, tendo em vista que a compulsão implícita nessa estrutura é impessoal e objetual, ela não parece ser social.

O autor chama atenção para o fato de que essa dominação abstrata é realimentada pela subsunção do caráter historicamente específico do trabalho no capitalismo à natureza universal do trabalho. O trabalho enquanto

metabolismo ser humano e natureza é condição da existência da humanidade e, por conseguinte, envolve um tipo de necessidade (compulsão) social. Por outro lado, como a especificidade histórica do trabalho produtor de mercadorias fica velada, o tipo de necessidade social nele envolvido – produção crescente de valor ou subordinação à dinâmica imanente do capital – confunde-se com o trabalho em geral. Em outros termos, o caráter universal do trabalho apaga, vela o historicamente específico, o particular. A necessidade historicamente específica se converte na necessidade transistórica, o que funciona como uma legitimação ideológica da formação social capitalista.

A alienação em Marx, segundo o autor, pode ser interpretada de duas maneiras, dependendo da noção de trabalho da qual se parte. Quando o ponto de partida é a noção indiferenciada de trabalho, a alienação se converte em um conceito de antropologia filosófica e pressupõe a ideia de externalização “de uma essência humana pré-existente” (POSTONE, 2014, p. 189). Encarada por outro ângulo, a mesma noção se refere à apropriação, por parte dos capitalistas, do trabalho dos trabalhadores assalariados e das mercadorias por eles produzidas. De acordo com essa estrutura interpretativa, Postone afirma que “a alienação é um processo inequivocamente negativo”, embora arrimada “em circunstâncias que podem ser superadas” (POSTONE, 2014, p. 189).

Já se viu, e essa é a segunda maneira de interpretar, que alienação é processo de objetivação de trabalho abstrato e não implica a externalização de qualquer essência humana originária, indicando, ao contrário, a emergência de capacidades e poderes humanos alienados. Como processo de constituição histórica de poderes humanos, a alienação

é efetuada pelo trabalho objetivando a si mesmo na qualidade de atividade mediadora social [...] [e processo] do qual emerge uma esfera social abstrata efetiva com vida própria existindo como estrutura de dominação abstrata para além e contra os indivíduos (POSTONE, 2014, p. 189).

A constituição da sociedade capitalista nesse processo não é analisada por Marx de maneira unilateral, razão pela qual não é encarada como processo

inequivocamente negativo. Em *O capital* é demonstrado que o trabalho alienado é forma social universal constitutiva de estrutura específica em que as capacidades humanas são historicamente criadas, a par de ser estrutura de dominação abstrata. Trata-se de uma forma alienada caracterizada por rápida acumulação de riqueza social e enorme desenvolvimento da força produtiva da humanidade, mas acarretando crescente fragmentação do trabalho, “regulação formal do tempo e destruição da natureza” (POSTONE, 2014, p. 189). Das estruturas de dominação social abstratas assim constituídas e das formas de prática social que as produzem e reproduzem, resulta um processo social que escapa ao controle humano. E é nesse particular que a análise de Marx se diferencia das interpretações maniqueístas, uma vez que ele tem presente que essas estruturas criam “a possibilidade histórica de que as pessoas poderiam controlar o que constituíram historicamente de forma alienada” (POSTONE, 2014, p. 189).

O tratamento de Marx de universalidade e igualdade, segundo Postone, também mostra a dualidade do processo de alienação como processo de constituição social. O autor refuta o argumento de que a crítica marxiana da sociedade capitalista estabeleça um contraste entre os valores das revoluções burguesas com o injusto particularismo próprio da sociedade capitalista. Marx não concebe as formas universalistas da sociedade civil burguesa como expediente para encobrir interesses particularistas da burguesia. Não há em Marx oposição simplista entre universal e particular, de modo que o último não pode ser repudiado como uma impostura. Como teoria da constituição social, consiste em uma crítica e fundamentação social do caráter de universalidade e igualdade modernas (POSTONE, 2014, p. 190). Em Marx, observa Postone, o universal não é metafísico ou transcendente, uma vez que é historicamente constituído. Por isso é possível sublinhar que o que emerge historicamente com o desenvolvimento da forma das relações sociais determinada pela mercadoria não é o universal *per se*, mas uma forma universal específica relacionada com as formas sociais características da sociedade capitalista. O apagamento das diferenças dos vários trabalhos etc. é condição histórica para a emergência da noção de igualdade humana.

Por não adotar uma perspectiva unilateral, na análise marxiana a ideia de igualdade é própria da forma mercadoria e aparece historicamente com a emergência dessa forma, isto é, com o processo de alienação.

Essa forma de igualdade historicamente constituída tem duplo caráter: estabelece uma comunalidade, mas abstrai a especificidade qualitativa de indivíduos e grupos particulares também historicamente determinados. Para evitar equívocos, talvez tivesse sido necessário o autor enfatizar que esses indivíduos e grupos particulares estão determinados por esse tipo de universalidade historicamente específico. Portanto, como objetivação estranhada dá origem à oposição de universal e particular. Em virtude do duplo caráter do processo, a universalidade e a igualdade resultantes produziram consequências políticas positivas e negativas. Nesse último caso, porque a universalidade pode não se estender a determinadas particularidades, grupos etc.

No que diz respeito à oposição corrente que se faz entre a universalidade abstrata do iluminismo e a especificidade particularista da sociedade burguesa, Postone (2014, pp. 190-191) sublinha o fato de que se trata de uma oposição historicamente constituída, característica das formas sociais do capitalismo. Quando tal oposição é analisada de forma descontextualizada, a universalidade abstrata, oposta à concreta especificidade, é vista como ideal só realizável numa sociedade pós-capitalista. Significa dizer que essa oposição abstrata constituiria o ideal a ser realizado. Na verdade, esse tipo de compreensão hipostasia um tipo de visão que é próprio da sociedade capitalista.

Ainda se estendendo sobre a forma específica de dominação da sociedade capitalista relacionada a essa forma abstrata do universal, o autor salienta que tal forma de dominação não é meramente uma fachada universalista que oculta uma relação de classe. Em lugar disso, Postone (2014, p. 191) sustenta que a análise de Marx refere-se à dominação de uma forma de universalismo específica, historicamente implicada pelas categorias de valor e capital. A estrutura social analisada se caracteriza também pela oposição

historicamente constituída entre uma esfera social abstrata e indivíduos. Como já assinalado anteriormente, na sociedade determinada pela mercadoria o indivíduo moderno é livre de relações pessoais de dominação e subordinação, pois “não está mais enraizado em posição social fixa aparentemente natural” (POSTONE, 2014, p. 191). Nesse sentido, o indivíduo moderno é autodeterminado, porém, como indivíduo “livre” se defronta com um “universo social de restrições objetivas abstratas que operam como uma legalidade”. Essa nova forma de relação social se caracteriza pela liberdade individual no contexto de uma estrutura social de dependência objetiva. O autor procura amparar sua interpretação diretamente em Marx:

a oposição moderna entre indivíduo livre autodeterminado e uma esfera extrínseca de necessidade objetiva é, de acordo com sua [Marx] análise, oposição “real” historicamente constituída com a gênese e generalização das relações sociais determinadas pela mercadoria, e está relacionada à oposição mais geral constituída entre um mundo de sujeitos e um mundo de objetos (POSTONE, 2014, p. 191).

A oposição dos indivíduos e seu contexto social alienado refletem-se igualmente na oposição entre indivíduos diferentemente determinados na sociedade moderna. Aqui os indivíduos não são somente sujeitos autodeterminados exercendo seu livre-arbítrio. Na verdade, aqui, os sujeitos são subordinados a um sistema de “compulsões e restrições” indiferente aos seus desejos e vontades. Nesse particular, é possível concluir, recordando a inversão aludida na seção sobre o fetichismo, que os sujeitos são objetos de seu objeto – sujeito automático, capital. Assim como a mercadoria, “o indivíduo constituído na sociedade capitalista tem duplo caráter” (POSTONE, 2014, p. 191).

Tal como havia antecipado no capítulo em que examinou os pressupostos do marxismo tradicional, Postone insiste que a crítica marxiana de modo algum se restringe a acusar os valores e instituições da moderna sociedade civil de eclipsar as relações de classe³. Ao contrário, eles (os valores e

³ Sobre a determinação das classes sociais e do Estado em *O capital*, ver Araujo (2016a; 2016b; 2018; 2020a; 2020b).

instituições) são fundados nas formas sociais capturadas pela análise categorial. Por essa simples razão, longe de pregar a realização ou a abolição dos ideais burgueses, a crítica marxiana ilumina de maneira notável a oposição, sob a forma de unidade, entre o “universalismo abstrato e a especificidade particularista das formas determinadas de relações sociais”. Sob essa ótica, portanto, não se trata nem de defender a realização da universalidade abstrata homogeneizante, nem a abolição da universalidade. Segundo o autor, o próprio desenvolvimento das relações sociais sob o capital cria a possibilidade de uma universalidade compatível com especificidades concretas. De acordo com ele, a superação do capitalismo permitiria outras formas de prática política, que converteriam a unidade social constituída de maneira alienada em uma universalidade em que as particularidades qualitativas não seriam negadas. Sem negar a importância e originalidade da análise do autor, é necessário advertir, mais uma vez, para o tratamento a-histórico que ele dá à categoria da política.

Assim interpretada, a crítica marxiana possibilita analisar os movimentos sociais recentes em termos da contradição entre, por um lado, a universalidade abstrata homogeneizante do valor e, por outro, os mais variados particularismos universalizantes. Tais movimentos, segundo Postone, devem ser investigados historicamente de modo a relacioná-los aos desenvolvimentos das formas sociais e, assim, procurar explicar sua emergência no contexto daquela contradição.

Se em Marx a universalidade abstrata está associada, conforme visto, à produção industrial sob o capital, a superação do capitalismo não poderia ser concebida como novo modo de distribuição fundado no mesmo modo de produção (industrial). Tampouco poderia subentender o descarte do potencial produtivo objetivado pela humanidade. O socialismo, ao contrário, pressupõe forma de produção e finalidades distintas. Nas considerações feitas até aqui, é possível concluir que, do ponto de vista de Marx, nem a universalidade nem o processo de produção próprios do capitalismo devem ser hipostasiados e, por conseguinte, não há como atribuir ao seu pensamento

a concepção de que a forma existente (modo de produção) é postulada como pressuposto incontornável de uma futura sociedade livre. Muito menos pode-se inferir que seu pensamento rejeita tudo o que foi constituído sob capitalismo. Como o processo de alienação tem duplo caráter, a sua superação tem por condição a apropriação por parte das pessoas daquilo que foi constituído socialmente de forma alienada. A crítica marxiana, portanto, “difere tanto da crítica racionalista abstrata e como da romântica” (POSTONE, 2014, p. 192).

De acordo com Postone, o processo de alienação nas obras tardias de Marx é “parte integrante de um processo por meio do qual formas de práticas estruturadas constituem historicamente as formas sociais básicas, as formas de pensamento e valores culturais da sociedade capitalista” (POSTONE, 2014, p. 192).

Porém, do fato de que os valores não são eternos, uma vez que são historicamente constituídos, não se deve interpretar que os valores são uma impostura ou mera convenção. À diferença desse tipo de noção, o autor enfatiza que uma teoria autorreflexiva das maneiras mediante as quais as “formas de vida são constituídas tem que ir além da oposição entre uma abordagem abstrata absolutista e uma abordagem relativista”⁴ (POSTONE, 2014, pp. 192-193).

Se as relações sociais próprias do capitalismo, constituídas de forma alienada pelo trabalho, instauram-se pela dissolução e transformação de formas sociais anteriores, é necessário distinguir os tipos e formas sociais constituídas. Para Postone, tal diferenciação é importante para distinguir a maneira pela qual, em cada contexto histórico específico, as pessoas fazem – produzem e reproduzem – suas relações sociais. O autor pretende sugerir que há uma diferença substantiva no fazer dessas relações entre as sociedades capitalista e pré-capitalistas. A constituição social alienada mediada pelo

⁴ Postone advoga que a abordagem abstrata relativista, assim como a abstrata absolutista, sugere que os seres humanos podem de alguma forma agir e pensar fora de seus universos sociais. Tal sugestão de Postone contradiz a posição que vem defendendo ao longo de sua obra, a saber, que a crítica às ideias com curso social tem de demonstrar o enraizamento dessas ideias nas relações sociais. Para empregar uma expressão neopragmática, o primeiro passo da crítica é admitir que as *crenças são crenças das práticas das quais são crenças*.

trabalho não apenas dissolve as formas sociais tradicionais (relações sociais abertas), mas introduz um novo tipo de contexto social caracterizado por uma forma de distância entre indivíduos e sociedade. Por essa razão, tal separação permite, e talvez induza, à “reflexão social e análise sobre a sociedade como um todo” (POSTONE, 2014, p. 193). A lógica dinâmica intrínseca do capitalismo plenamente desenvolvido não impõe que a reflexão tenha que permanecer retrospectiva. Ao contrário, por ter substituído as formas sociais tradicionais “pseudonaturais” por uma estrutura dinâmica e alienada de relações “produzidas”, o capitalismo cria a possibilidade, objetiva e subjetiva, de estabelecer uma forma ainda mais nova de relações “produzidas”, todavia “não mais ‘automaticamente’ constituída pelo trabalho” (POSTONE, 2014, p. 193).

Para Postone, em sua análise imanente, Marx apresenta o trabalho abstrato como trabalho fisiológico. Em seguida, procura esclarecer essa interpretação. Na qualidade de categoria socialmente mediadora, o trabalho abstrato é a substância do valor, “a essência determinante da formação social” (POSTONE, 2014, p. 194). Sublinhando que não é óbvio mencionar a essência de uma dimensão social, Postone faz uma digressão para examinar a questão. Em primeiro lugar, observa, quando se fala de essência, pressupõe-se uma aparência e, por isso, tem que existir uma diferença entre essência e o modo pelo qual ela se manifesta. Nesse sentido, argumenta o autor, segue-se daí que há um vínculo necessário entre a essência e sua forma de manifestação fenomênica. O autor ilustra esse vínculo entre essência e aparência com a análise de Marx⁵ da relação entre valor e preço, na qual o preço tanto expressa quanto oculta a essência, o valor.

Por conseguinte, ele salienta que, no capitalismo, a natureza historicamente específica do trabalho como atividade socialmente mediadora tem de ser expressa por sua dimensão material aparentemente transistórica do trabalho – atividade produtiva. O que significa que a essência é velada pela forma aparente. Em função do seu duplo caráter no capitalismo, o

⁵ Sobre a relação entre valores e preços, ver Marx (2017).

trabalho ter uma essência e uma forma de aparência que a encobre é uma peculiaridade dessa formação social. Fenômeno em tudo distinto das sociedades em que a atividade produtiva estava incrustada em relações sociais abertas, claras.

Da mesma maneira que o trabalho historicamente específico do capitalismo se manifesta como trabalho em geral, as relações sociais no capitalismo apresentam-se como relações objetuais e transistóricas, fato que leva o autor a salientar que essas relações, que são históricas, parecem ser ontológicas. A nosso ver, esse tratamento que dá o autor gera algumas confusões que julgamos importante esclarecer. Ainda que ele declare expressamente que essência é uma determinação ontológica e advirta que a essência de que ele trata é histórica, parece-nos que a questão não fica devidamente esclarecida. O trabalho é uma categoria específica do ser social, portanto, uma categoria ontológica, que inclusive gera a historicidade do ser social, que, mediante o trabalho, tem a sua gênese e permanente autorreprodução. Desse modo, fica esclarecido que não há contraposição entre ontologia e historicidade. Ao considerar o valor de uso como determinação universal do trabalho independentemente da forma social, Marx ilustra também que não há qualquer antinomia entre história e ontologia. Isso posto, é importante dar destaque e explicar exatamente o que Postone examina como uma essência histórica, a saber, a função social historicamente específica do trabalho. O trabalho na função de categoria mediadora social é trabalho abstrato, ou seja, valor, e, portanto, pressupõe uma produção de riqueza (abstrata) em permanente expansão. A essa essência se contrapõem, de acordo com o autor (Postone), as relações sociais objetuais e transistóricas próprias do capitalismo.

Esta relação discutida pelo autor não tem como ser explicada quando a análise é incapaz de dar conta do caráter específico do trabalho no capitalismo e, por conseguinte, baseia-se na noção de trabalho em geral. O que significa afirmar que as sociedades são constituídas pelo trabalho e, no caso das sociedades pré-capitalistas, o trabalho o faz direta e abertamente. No

capitalismo, diferentemente, o caráter social do trabalho é indireto, mediado pela troca de mercadorias. Segundo Postone, ao contrário da abordagem analítica proposta por ele, aqui se pressupõe uma essência transistórica (trabalho) que se apresenta historicamente de formas variadas. Nas sociedades pré-capitalistas, o autor já havia demonstrado, as relações sociais não podem ser não mediadas, porque o pressuposto seria indivíduos atômicos. Portanto, em primeiro lugar, não se pode caracterizar as sociedades pré-capitalistas como de sociabilidade direta ou não mediada. Em segundo lugar, no caso do capitalismo, como é o trabalho que objetiva as relações sociais, elas só podem se apresentar de maneira objetivada. Desse modo, quando se analisa o capitalismo do ponto de vista hipostasiado do “trabalho”, não é possível perceber a relação específica entre essência e aparência e elucidar que o capitalismo tem uma essência.

Postone chama atenção para o fato de que essa interpretação equivocada é compreensível. Sendo uma característica da abordagem marxiana, é sempre necessário referir as concepções teóricas às relações sociais existentes. Já se viu que o valor é objetivação do trabalho na sua função historicamente específica, papel que ele não cumpre em outras formações sociais. Do que se conclui que realizar uma função social não é atributo intrínseco do trabalho enquanto tal, mas do trabalho no capitalismo. Se a análise das mercadorias focaliza exclusivamente aquilo que constitui o seu valor, é o trabalho que se apresenta de imediato, porém, não em sua função mediadora. Tal função específica não tem como aparecer como atributo do trabalho *per se*, uma vez que a análise considera o trabalho do ponto de vista da atividade produtiva indistinta e presente em todas as formações sociais. Em consequência, se essa função historicamente específica do trabalho no capitalismo não tem como se manifestar diretamente, ela só pode se apresentar nas suas manifestações objetivadas: como valor, mercadoria, dinheiro e capital. Com isso é possível esclarecer que o trabalho se manifesta não como mediação social, mas simplesmente como o “trabalho” em geral.

Em suma, não é possível descobrir a função específica do trabalho no capitalismo examinando-se o próprio trabalho, uma vez que sua forma é objetivada. Por essa razão, assinala Postone, o procedimento de Marx inicia não com o trabalho, mas com a mercadoria – a objetivação mais básica das relações sociais capitalistas (objetivação de atividades produtivas e das relações capitalistas). Mesmo levando-se em conta a mercadoria como mediação social, “as aparências podem iludir” (POSTONE, 2014 p. 196). Na qualidade de valor de uso, a mercadoria é particular, objetivação de trabalho concreto específico. Como mediação social objetivada, como valor, é geral: objetivação de trabalho abstrato. No entanto, as mercadorias não podem operar ao mesmo tempo como bens particulares e mediação geral (POSTONE, 2014, p. 196).

No tratamento dessa questão, o autor discute a primeira seção do livro 1 de *O capital*, e conclui que é possível afirmar que o caráter universal da mercadoria – como mediação social – tem que ter uma forma de expressão separada do seu caráter particular. Tal separação constituiu o ponto de partida da análise de Marx da forma valor, que se desdobra na forma dinheiro. O dinheiro como equivalente universal nada mais é do que o caráter de valor das mercadorias externalizado. Com isso, contudo, a própria mercadoria não parece ser uma mediação, mas apenas um puro objeto coisal, um bem, que é socialmente mediado pelo dinheiro. Em consequência,

o dinheiro não aparece como uma externalização materializada do objeto, dimensão geral da mercadoria (e do trabalho) – ou seja, como uma expressão de uma forma determinada de mediação social –, mas como uma mediação universal em si mesma e de si mesma externa às relações sociais (POSTONE, 2014, p. 196).

Por isso, é possível concluir que as relações sociais no capitalismo, caracterizadas por uma mediação objetual, são simultaneamente expressas e veladas por sua forma manifesta, dado que se apresentam como uma mediação externalizada entre objetos.

Ainda com referência ao caráter plausível da interpretação equivocada resultante da própria forma de relação social, Postone indica que as condições de trabalho criador de valor são condicionadas pelo fato de que a mercadoria aparece como simples bem ou produto. Em virtude disso, sob a ótica da aparência imediata, não é possível apreender a mercadoria como um valor, como uma mediação social. Em lugar disso, ela parece um valor de uso que *tem* um valor de troca. Por conseguinte, tampouco o valor aparece como forma social de riqueza e a mercadoria, como materialização de uma relação social objetivada. Como resultado, a mercadoria figura como um bem mediado pelo dinheiro e o valor, como riqueza transistórica, riqueza essa que, no capitalismo, é distribuída pelo mercado. Não surpreende que esse equívoco interpretativo converta a investigação sobre a natureza da mediação social específica do capitalismo em estudo das proporções das relações de troca. O resultado desse equívoco é empiricamente plausível: transforma uma análise crítica da especificidade da formação social capitalista – valor como mediação social objetivada – em uma análise positiva, acrítica, da sociedade capitalista.

Se não se leva em conta o caráter específico e determinado das formas sociais básicas do capitalismo, a apreensão do valor como propriedade da mercadoria não equivale a compreendê-lo na qualidade de fator da mercadoria como mediação social, mas sim como um produto. Por isso, o valor aparece como criação do trabalho como mera atividade produtiva, e não enquanto trabalho como mediação social. Com isso, o trabalho parece criar valor não em virtude de sua especificidade histórica, mas exclusivamente como atividade produtiva em geral e, em consequência, o valor só pode ser entendido como dispêndio de trabalho em geral. Como salienta Postone, o valor, quando tem sua especificidade histórica admitida, é visto “como forma de distribuição do que é constituído pelo dispêndio de ‘trabalho’” (POSTONE, 2014, p. 197).

Como o trabalho gerador de valor não tem como manifestar diretamente sua função social na sociedade do capital, não há como descobrir tal função

pelo exame da forma na qual ela necessariamente se objetiva. Abstraída, portanto, a função que torna o trabalho ponente de valor, resulta a aparência de que o valor é mero dispêndio de trabalho, com o que desaparece a diferença entre riqueza material e valor. Se a mercadoria, em lugar de ser um valor de uso que é valor, apresenta-se como um bem *com* valor, e o valor consiste unicamente de riqueza mediada pelo mercado, o trabalho criador de valor passa a ser trabalho criador de riqueza em geral, ocultando seu caráter de atividade mediadora social. É a natureza dessas relações que leva Postone a defender que é empiricamente plausível o valor ser compreendido como mero dispêndio de trabalho. Tendo em vista essa forma de manifestação da natureza historicamente específica do trabalho no capitalismo, na formulação de Marx, o “trabalho abstrato aparece na análise imanente de Marx como o trabalho que é subjacente a todas as formas de trabalho humano e em todas as sociedades: dispêndio de músculo, nervo etc.” (POSTONE, 2014, pp. 197-198).

Como as relações sociais no capitalismo, mediadas pelo trabalho, são objetivadas, seu caráter social e historicamente específico fica velado e elas se apresentam como formas transistoricamente válidas e ontologicamente fundamentadas. Por isso, é fácil entender por que o trabalho fisiológico parece operar como mediador no capitalismo. Para o autor, esse aspecto constitui o “núcleo fundamental do fetiche do capitalismo” (POSTONE, 2014, p. 198).

Postone sempre se preocupa, observando a prática de Marx, em realizar uma crítica que se pode denominar explanatória⁶, a saber, em referir socialmente as ideias sob exame crítico. No caso em questão, ele procura mostrar que as várias críticas sociais elaboradas do ponto de vista do “trabalho”, por ele denominadas de marxismo tradicional, tornam-se plausíveis tendo em vista o fato de que o papel mediador do trabalho se manifesta fetichizado. A interpretação do marxismo tradicional converte a crítica de Marx em uma crítica que se resolve na esfera da distribuição, posto que a hipóstase

⁶Ver Bhaskar (1977; 1989).

do trabalho equivale à hipóstase da produção. Compreender o trabalho no capitalismo como trabalho em geral implica entender a produção no capitalismo como produção em geral. Essa explanação oferecida pelo marxismo tradicional é razoável porque, de acordo com Marx, “o núcleo do capitalismo [...] tem uma forma de aparência necessária que pode ser hipostasiada como a essência da vida social” (POSTONE, 2014, p. 198). De acordo com o autor, como já foi visto, se Marx for entendido como apologeta do trabalho, sua teoria pode ser interpretada como defensora do “paradigma da produção”. Tomar o trabalho como trabalho em geral, como o faz o marxismo tradicional, pressupõe a noção de que o trabalho (produção) constitui a essência de toda forma de vida social. Razão pela qual, em sua crítica, Postone sustenta que essas leituras tradicionais fundam-se numa espécie de “paradigma da produção”. Em lugar disso, a teoria de Marx constitui, na verdade, uma crítica ao paradigma da produção, que é capaz de dar conta de seu núcleo racional referido às formas sociais do capitalismo.

Postone argumenta que a categoria de trabalho humano abstrato constitui um desdobramento específico da “natureza imanente da crítica de Marx”, categoria da qual faz parte a definição fisiológica. Nesse sentido, o autor sublinha que a análise marxiana do capitalismo não parte de um ponto de vista externo ao seu objeto, mas sim da forma como ele se apresenta. A importância dessa posição metodológica que se baseia “no pleno desdobramento das categorias e de suas contradições” reside no fato de que, do ponto de vista próprio da crítica marxiana,

as categorias que apreendem as formas de relações sociais são, ao mesmo tempo, categorias de objetividade e subjetividade sociais, e são, elas próprias, expressões dessa realidade social. [As categorias não são descritivas, ou seja, externas ao seu objeto e, portanto, com ele não estão em relação contingente] (POSTONE, 2014, p. 198).

Dessa análise de trabalho abstrato e fetichismo, Postone extrai conclusões que são, a nosso ver, essenciais do ponto de vista de uma crítica interna à tradição marxista. Ao recordar que a dimensão social característica do

capitalismo, mediada que é pelo trabalho, só pode se manifestar de forma objetivada, o autor salienta que a crítica marxiana desvela o “caráter histórico e social dessas formas reificadas”. E, ao assim proceder, é igualmente uma crítica “de todas as variedades de materialismo que hipostasiam essas formas de trabalho e seus objetos” (POSTONE, 2014, p. 199).

3. Relações sociais, trabalho, natureza e ação instrumental

Ao tratar da relação do trabalho com as relações sociais, o autor recorda que, no capitalismo, as relações sociais não são manifestamente sociais; na verdade, parecem relações naturais. Segundo Postone, essa característica fenomênica das relações sociais capitalistas acaba por gerar noções particulares do mundo social e do mundo natural. Em virtude disso, põe-se a questão da relação entre concepção da natureza e contexto social, que o autor passa a considerar e envolve, em sua opinião, a “teoria sócio-histórica marxiana da subjetividade”. Na consideração desses problemas, o autor se propõe a examinar detalhadamente tal “caráter pseudo-objetivo das relações capitalistas, dando ênfase à questão do significado que tais relações conferem ao trabalho e aos seus produtos” (POSTONE, 2014, p. 199).

Para elucidar a questão do sentido que as relações sociais conferem ao trabalho e aos seus produtos, o autor se propõe a cotejar as relações sociais capitalistas e pré-capitalistas. Nas sociedades tradicionais as atividades laborativas e seus produtos estão incorporados na matriz de relações sociais e, por isso, os produtos estão impregnados dessas relações, que lhes conferem seu caráter social. Por esse motivo, os distintos trabalhos se manifestam de maneira tal que o seu caráter social parece a eles intrínseco. Isso permite a Postone concluir que, nessas formações sociais, a atividade produtiva não é um simples meio, tampouco os instrumentos e produtos são simples objetos, pois sua impregnação das relações sociais lhes atribui significados e relevâncias aparentemente intrínsecos (claramente sociais ou pseudossagrados) (POSTONE, 2014, p. 200).

Para esclarecer ainda mais as diferenças entre o trabalho na sociedade capitalista e nas sociedades tradicionais, Postone chama a atenção, em primeiro lugar, para o caráter paradoxal do fato de que, nas sociedades tradicionais, as atividades, implementos e objetos, apesar de não serem determinados de maneira consciente pelas relações sociais, possuem um caráter social determinante. Na estruturação social de sociedades pré-capitalistas, objetos e atividades “parecem encarnar e determinar posição social e definição de gênero” (POSTONE, 2014, p. 200). Nessas formas de sociedade, portanto, cada atividade laborativa não se apresenta meramente como trabalho, pois cada trabalho particular, específico, está socialmente impregnado e, em consequência, existe “como uma determinação particular da existência social” (POSTONE, 2014, p. 200). Por isso, é lícito concluir que, dadas as características do caráter social do trabalho nessas sociedades, nelas o trabalho não constitui a sociedade. Em outras palavras, tal trabalho, apesar de social, não constitui as relações sociais, sendo, ao contrário, por elas constituído.

Contrastando com as características do trabalho nas sociedades tradicionais, no capitalismo “o trabalho não é mediado por relações sociais” (POSTONE, 2014, p. 200), visto que ele próprio é a mediação social. No capitalismo, diferentemente dos significados e significâncias conferidos ao trabalho pelas relações sociais, o caráter objetivo do trabalho e das relações sociais é determinado pelo próprio trabalho.

Postone sustenta que tal caráter objetivo emerge historicamente porquanto o trabalho medeia a si mesmo e, ao fazê-lo, tende progressivamente a abolir os significados e significâncias de antigas relações sociais manifestas. Tal objetividade, em consequência, só pode existir dotada de “um significado social” velado, produto histórico do trabalho como “atividade social objetivante que determina a si mesma socialmente de maneira reflexiva” (POSTONE, 2014, p. 200). Como atividade que medeia a si mesma, o trabalho e seus produtos “criam uma esfera de relações sociais objetivas, que são socialmente determinantes” (POSTONE, 2014, p. 201), não obstante pareçam ser puramente “materiais”.

Em vista de sua particularidade, essa forma fenomênica invertida do trabalho no capitalismo recebe destaque especial de Postone. Como a função específica do trabalho no capitalismo na qualidade de categoria mediadora aparece velada em uma forma objetivada, a sua função mediadora não parece ser atributo do trabalho. O caráter social do trabalho é autoatribuído e, por essa razão, aparece como trabalho em geral, desprovido dos significados sociais típicos das sociedades pré-capitalistas. Tudo isso porque, no capitalismo, a dimensão social do trabalho não resulta de relações sociais manifestas, sendo antes constituída reflexivamente. Portanto, não surpreende que o trabalho não se apresente na função mediadora que efetivamente desempenha. Tal função é velada e o trabalho aparece unicamente como sua outra dimensão, como trabalho concreto.

Ao contrário da impregnação de significados e significâncias dos objetos de trabalho nas sociedades pré-capitalistas, na sociedade capitalista a “objetivação” do trabalho resulta naquilo que Postone denomina de “processo da paradoxal secularização da mercadoria como objeto social” (POSTONE, 2014, p. 201). Esse processo é explicado pelo autor da seguinte maneira: a mercadoria como objeto não tem o seu caráter social resultante de uma relação social, porque é intrinsecamente um objeto social. Em outras palavras, para esclarecer melhor, a mercadoria é objeto social porque é “mediação social materializada” (POSTONE, 2014, p. 201), mas, apesar disso, parece ser uma simples coisa. Esse efeito decorre do duplo caráter da mercadoria: a despeito de ser social (valor), aparece como mera coisa (valor de uso). O valor – dimensão social da mercadoria – se externaliza no dinheiro, de modo que o dinheiro passa a ser a objetivação da dimensão abstrata e a mercadoria, por conseguinte, passa por mera coisa. Na qualidade de mediação social materializada, a mercadoria dissolveu significâncias supracoisais presentes nos objetos de sociedades pré-capitalistas; enquanto mediação, supre aquelas significâncias porque ela própria é uma coisa supracoisal. “A externalização de sua dimensão mediadora resulta, portanto, na aparência da mercadoria como um objeto puramente material” (POSTONE, 2014, p. 201).

Tal “secularização” do trabalho, tratada em passagens dos *Grundrisse*, é produto da dissolução das formações sociais pré-capitalistas e, portanto, da substituição das “relações sociais históricas de dependência pessoal na produção” (MARX, 2011, p. 104) pela mediação social de caráter dual própria do capitalismo, *i.e.*, concreto-material e abstrato-social. Nos termos de Marx, o desenvolvimento progressivo do capitalismo é simultâneo à dissolução das sociedades pré-capitalistas. No entanto, Postone adverte que a dissolução das relações sociais manifestas não implica uma situação social em que os seres humanos passam a dispor livremente do seu trabalho. Ao contrário, inspirado diretamente em Marx, ressalta que as pessoas passam a estar confrontadas com a nova forma de compulsão que superou as relações de dominação pessoal anteriores e que as substituiu por relações sociais abstratas, alienadas, mediadas pelo trabalho. Esse resultado Postone sintetiza frisando que: “[o] trabalho no capitalismo não é realmente livre de determinações sociais não conscientes, mas ele próprio se tornou o meio de tal determinação [não consciente]” (POSTONE, 2014, p. 202). Desse modo a análise do autor permite concluir que a tais relações sociais – abstratas, alienadas – corresponde uma estrutura de limitações “objetivas”, na verdade, objetuais e, por isso, aparentemente não sociais. Nessas estruturas operam indivíduos que perseguem exclusivamente o seu interesse pessoal, “indivíduos” e “interesses” que, a despeito de serem socialmente constituídos, parecem anistóricos.

Se o trabalho secularizado assim opera no capitalismo, a emancipação social teria necessariamente como pressuposto a supressão dessa sua função historicamente específica de mediação social. Caso em que o trabalho e seus produtos não estariam determinados pelas condições sociais das sociedades pré-capitalistas, nem tampouco pelas compulsões sociais estranhadas do capitalismo. Em lugar dessas significações não-conscientes, o trabalho teria outro sentido: sua importância social conscientemente estabelecida e o conseqüente significado que o trabalho representaria para as pessoas constituiriam sua significância⁷.

⁷ Essa é uma questão que, de alguma forma, foi tratada no início desse trabalho. De fato, se a produção sob o capital, como vimos, não tem sentido, as significações do trabalho também não podem ter sentido para as pessoas.

Devido ao caráter dual do trabalho produtor de mercadoria, o capitalismo se caracteriza, sob essa perspectiva, por constituir um universo social com duas dimensões. Essas dimensões têm caráter objetivo resultante da qualidade automediada do trabalho: por um lado, a dimensão concreta se manifesta na experiência sensorial imediata como diversidade objetiva, “material”, “coisal”; por outro, a dimensão abstrata se manifesta como geral, homogênea, da qual está abstraída qualquer particularidade (POSTONE, 2014, p. 202). Essa última dimensão constitui esfera de qualidade objetiva porque é “esfera geral qualitativamente homogênea de necessidade abstrata cuja legalidade opera independente da vontade” (POSTONE, 2014, p. 202). Essa estrutura das relações sociais exclusivas do capitalismo assume a forma de “oposição aparentemente natural entre natureza coisal e leis naturais ‘objetivas’, universais, abstratas”, que apagam todo o caráter social e histórico (POSTONE, 2014, p. 202).

O autor procura mostrar que quando a mercadoria – como forma estruturada de prática social – passa a ser a relação social predominante, ela condiciona o modo pelo qual o mundo natural e o social são concebidos. Para ele, o argumento se justifica pelo fato de que a conceituação da ciência natural do século XVII apresenta muitas analogias com tais formas sociais próprias do capitalismo.

Tal analogia pode ser explicada pelo caráter secular desprovido de significado dos objetos e ações, pois que o trabalho e seus produtos não apresentam mais a significância conferida por determinada matriz de relações sociais. Como o trabalho, na qualidade de mediação social, substitui essa matriz, ele próprio confere o significado de objetos e ações, dando origem a um mundo secular de objetos “coisais”. Da mesma maneira que o mundo social é secularizado, a natureza também perde os significados que lhes eram conferidos por outras matrizes sociais, tornando-se secularizada, coisal. Sendo a mercadoria objeto concreto e mediação abstrata, o mundo das mercadorias consiste em um mundo de objetos concretos e de mediação abstrata.

Postone traça um paralelo entre o caráter material da mercadoria e seu caráter homogêneo abstrato, valor, matematicamente divisível e mensurável, com o mundo natural tal como conceituado na ciência clássica moderna. Na ciência moderna o mundo das coisas qualitativamente distintas é reduzido à substância comum em movimento e que pode também ser apreendido igualmente de maneira matemática. O que fica sugerido em seu argumento é que a abstração efetuada no mundo das mercadorias (valor) tem uma correspondência na forma abstrativante como a ciência moderna trata o mundo abstrativado das coisas.

Tanto no mundo constituído pela mercadoria como no mundo natural conceituado pela ciência moderna há duas dimensões: por um lado, a dos objetos concretos, qualitativamente heterogêneos e, por outro lado, a de sua substância comum em movimento. A segunda dimensão consiste de um mundo “objetual” e, portanto, independente da subjetividade, “operando de acordo com leis apreensíveis pela razão” (POSTONE, 2014, p. 204). Por conseguinte, sublinha Postone, tanto no mundo do trabalho determinado por mercadoria (economia) como no mundo da natureza há uma separação, oposição entre objetividade e subjetividade, mente e matéria, forma e conteúdo (POSTONE, 2014, p. 204). É essa separação e oposição entre sujeito e objeto que suscita o problema da objetividade do conhecimento e dos insolúveis critérios de sua validação. Nesse sentido, o autor sugere a possibilidade de outros paralelos entre a mercadoria como forma predominante de relações sociais e concepções de natureza que passam a ser desenvolvidas na Europa ao longo dos séculos XVII e XVIII. Em sua opinião, essa e outras analogias exploradas por ele parecem sugerir a possibilidade de fundamentação social e histórica de concepções da natureza e paradigmas de ciência natural (POSTONE, 2014, p. 204).

Na sequência ele comenta tentativas de iluminar a gênese social da ciência moderna, ilustrando com as contribuições de Bokenau, Grossmann, Sohn-Rethel. Postone critica as propostas dos dois primeiros, uma vez que procuram derivar a forma de pensamento científico diretamente do trabalho

como pura atividade produtiva. Sohn-Rethel, por sua vez, é criticado porque, muito embora defenda que as formas particulares de pensamento devam ser buscadas em termos de sua constituição por formas de estruturas sociais, não é capaz de compreender que é o trabalho como categoria mediadora que dá origem a estruturas sociais alienantes.

Já se viu que o trabalho produtor de mercadorias tem duas determinações: trabalho concreto, objetivador de valores de uso específicos, e trabalho abstrato automediador por ser mero meio social de compra. Consequentemente, para os produtores, o trabalho é abstraído do seu produto concreto, pois, para eles, funciona como simples meio de adquirir ou comprar produtos sem nenhuma relação “com o caráter substantivo da atividade produtiva por meio da qual eles são adquiridos” (POSTONE, 2014, p. 210).

Considerando que a produção capitalista é produção de valor e, por conseguinte, produção de mais-valor, segue-se que os bens materiais não constituem a sua finalidade, nem tampouco seus efeitos sobre atividade de trabalho dos sujeitos. Que o valor tem uma determinação quantitativa é autoevidente e, em virtude disso, como forma de riqueza, é um “meio objetivado”, *i.e.*, objetivação do trabalho abstrato – de trabalho como meio objetivo de adquirir bens. Em vista da determinação puramente quantitativa do valor, é um truísmo afirmar que a produção de valor é produção em que o próprio fim é um meio. É evidente, portanto, que a produção no capitalismo está necessariamente orientada para a produção sempre crescente de valor e, *ipso facto*, mais-valor. Na verdade, é exatamente essa a conclusão que Marx (2013) sustenta no capítulo 4 do livro primeiro de *O capital*, a saber, a produção sob o capital não tem uma finalidade externa, é produção pela produção. Postone toma essa característica da produção sob o capital e estabelece uma conexão entre essa forma infinita da produção com a instrumentalização do mundo. Produção pela produção, determinada pela forma específica de mediação, gera e exige uma ação de instrumentalidade com o mundo. Se a produção pela produção não tem

qualquer finalidade substantiva, ela é simplesmente “meio para fim que é ele próprio um meio – um momento em uma cadeia de expansão sem fim” (POSTONE, 2014, p. 210).

O autor sugere que esse processo de instrumentalização, resultante do duplo caráter do trabalho, experimenta uma intensificação com a transformação dos seres humanos em meios. Nesse particular, baseando-se diretamente em Marx, ele tenta mostrar que essa transformação de seres humanos em meios está relacionada à conversão do trabalho em força de trabalho. Em sua argumentação ele menciona os dois momentos que marcam essa transformação. No primeiro momento, trata-se daquilo denominado por Marx de subsunção formal do trabalho ao capital, que, por dizer respeito tão somente ao assalariamento de trabalhadores, não modifica substantivamente a forma da produção material. Numa segunda transformação efetiva-se um processo que Marx classifica de subsunção real do trabalho ao capital. Nesse caso, não se trata unicamente de contratação e assalariamento dos trabalhadores, mas o próprio processo de produção é moldado pelo capital – processo mediante o qual o capital cria para si um modo de produção que lhe é adequado: com produção crescente de valor e mais-valor. O autor ilustra como se segue essa transformação: com a subsunção real, “[o] trabalho abstrato começa a quantificar e moldar o trabalho concreto à sua imagem; a dominação abstrata do valor começa a se materializar no próprio processo de trabalho” (POSTONE, 2014, p. 211).

Com isso, a finalidade da produção capitalista, que de fato é um meio, conforma um meio material de sua realização e, por conseguinte, a relação da forma material da produção com seu objetivo (valor) deixa de ser contingente. Na subsunção real o que de fato é transformado, mais do que matérias-primas em produtos, são os trabalhadores. A modificação efetiva do processo de produção consiste na transformação dos trabalhadores, pois a força vital da totalidade é o seu tempo de trabalho objetivado. “Com a subsunção real esta determinação do processo de valorização está

materializada: literalmente a pessoa deveio um meio” (POSTONE, 2014, p. 211) e, por ser meio, o trabalhador é descartável.

Por tudo o que foi dito, torna-se claro que o objetivo da produção no capitalismo é uma forma de legalidade que constrange os produtores. Dado o caráter mercantil do capitalismo, o sentido da produção está perdido para os sujeitos, o que significa que o objetivo do trabalho escapou ao controle humano: não é determinado pelo costume e tampouco conscientemente. Operando como necessidade externa, valor e mais-valor não admitem nenhum tipo de decisão contrária à sua dinâmica. Nesse contexto, a decisão se restringe aos tipos de produtos que maximizam o mais-valor. Se o sentido da produção está perdido para os sujeitos porque o objetivo é abstrato – valor –, os objetivos substantivos são relativizados. A decisão sobre valores substantivos está sempre subsumida ao objetivo subjacente da produção: o valor. A mesma ideia está expressa na seguinte imagem sugestiva de Postone: “O objetivo da produção no capitalismo é um dado absoluto que paradoxalmente é somente um meio – mas um meio que não tem outro fim que não ele mesmo” (POSTONE, 2014, p. 211).

Já se viu que o trabalho, no capitalismo, tem um caráter socialmente constituidor, dada sua dualidade de trabalho concreto e trabalho abstrato (interação social mediada pelo trabalho). De acordo com Postone, porque o caráter de mediação social do trabalho não aparece diretamente, a instrumentalidade do trabalho no capitalismo aparece como instrumentalidade do trabalho enquanto tal. Por isso o autor pode concluir que

o caráter instrumental tanto do trabalho quanto das relações sociais está enraizado no papel social específico do trabalho no capitalismo e, portanto, a instrumentalidade está enraizada na forma de constituição social mediada pelo trabalho “no capitalismo” (POSTONE, 2014, p. 212)⁸.

⁸ Todas as relações sociais acabam sendo marcadas por essa instrumentalidade, pois o sentido da produção, da sociedade assumida enquanto pertencimento, está perdido para os sujeitos. A relação do sujeito com a sociedade, com o produto do seu trabalho, é relação de mera instrumentalidade.

4. Considerações finais

De acordo com Postone, a análise feita até aqui mostra que na sociedade capitalista o que ocorre é autodomação do trabalho, “ou seja, a dominação dos produtores pela dimensão mediadora, historicamente específica do seu trabalho” (POSTONE, 2014, p. 212), trabalho abstrato, valor. No entanto, ele admite que até esse ponto a totalidade social alienada (estranhada) armada pelo trabalho no capitalismo foi tratada de maneira formal e não substantiva. O formal, no caso, refere-se ao fato de que essa totalidade foi expressa como o vínculo social externalizado dos indivíduos resultante da dupla determinação do trabalho: atividade produtiva e atividade socialmente mediadora. Se circunscrita a esse momento, a análise poderia ser interpretada como se o nexa social alienado (estranhado) não diferisse fundamentalmente do mercado. Em consequência, a sua análise da alienação (estranhamento) com base no trabalho como atividade mediadora poderia ser interpretada, de maneira redutora, como uma teoria que se concentra no dinheiro como meio de troca.

Tal análise formal é superada na continuação do exame da categoria marxiana do mais-valor e, portanto, do capital. Na sequência da exposição do autor, será visto que a análise marxiana do nexa social alienado (estranhado) não continua formal e estática. Em Marx, o capitalismo é caracterizado por uma dinâmica histórica imanente, direcional, “devida à forma de dominação abstrata intrínseca à forma valor de riqueza e de mediação social” (POSTONE, 2014, p. 213). Já se viu que o capitalismo é caracterizado como produção pela produção, que implica um processo de produção de aceleração crescente no qual a produção não se destina ao consumo. Na verdade, trata-se de uma dinâmica resultante de compulsões abstratas postas pelo duplo caráter do trabalho. Postone acredita que o que distingue a teoria crítica, apresentada por Marx e baseada no trabalho como atividade social mediadora, das abordagens que focalizam o mercado e o dinheiro consiste no fato de que ela é capaz de “capturar a dinâmica direcional e a trajetória de produção da atividade moderna” (POSTONE, 2014, p. 213).

Após ter sublinhado que, até esse momento, ele considerou a dimensão abstrata específica do capitalismo como atividade socialmente mediadora, o autor nota que “[e]ssa dimensão não deve ser confundida com o caráter social do trabalho como atividade produtiva” (POSTONE, 2014, p. 214), dimensão que, até o presente, permaneceu fora do exame. Na verdade, como se viu, a função do trabalho como atividade socialmente mediadora foi examinada sem qualquer referência ao trabalho concreto específico. Todavia, essas duas dimensões não existem separadas uma da outra e, por essa razão, o autor procura indicar como a dimensão do trabalho como atividade socialmente mediadora determina, com a forma capital, a dimensão do trabalho concreto. A análise da dimensão quantitativa e temporal do valor, especialmente ao elucidar a dialética de trabalho e tempo, permitirá, na opinião dele, mostrar que a totalidade, até aqui tratada abstratamente, adquire “um caráter substantivo em virtude de sua apropriação do caráter social da atividade produtiva” (POSTONE, 2014, p. 214). O autor afirma que, na sequência da sua exposição, irá mostrar

que a totalidade social expressa pela categoria capital, também possui um duplo caráter – abstrato e substantivo – enraizado nas duas dimensões da forma mercadoria, com a diferença, entretanto, que com o capital ambas as dimensões do trabalho são alienadas e juntas confrontam os indivíduos como uma força irresistível. Tal dualidade é a razão pela qual a totalidade não é estática, mas possui um caráter intrinsecamente contraditório que constitui a base de uma dinâmica imanente historicamente direcional (POSTONE, 2014, p. 214).

Postone considera que a sua análise das formas sociais alienadas, ao mesmo tempo formais e substantivas, e simultaneamente contraditórias, difere de outras abordagens. Por exemplo, ele sustenta, em crítica a Adorno, que a sua abordagem implica que qualquer noção fundamentalmente pessimista da totalidade como uma estrutura unidimensional (sem contradição intrínseca) é inadequada à análise marxiana. Por esse motivo, ele insiste em defender a importância em demonstrar que a totalidade é intrinsecamente contraditória, ou seja, como formulou Lukács, é uma identidade essencialmente contraditória de identidade e não identidade.

Referências

- ARAUJO, P. H. F. “Dominação abstrata. Capital: sujeito histórico”, *GERMINAL: marxismo e educação em debate*, vol. 12, pp. 348-362, 2020a.
- _____. “As categorias classes sociais e Estado no livro primeiro de O capital”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 56, pp. 21-47, 2020b.
- _____. “Notas críticas à compreensão de Lênin sobre o Estado: revisitando O Estado e a Revolução”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 50, pp. 114-141, 2018.
- _____. “Marx: capital, Estado e política: notas”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 43, pp. 37-62, 2016a.
- _____. “Notas críticas ao artigo ‘Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d’O capital’, por Bidet”, *Revista Verinotio*, vol. 22, pp. 120-151, 2016b.
- BHASKAR, R. *Reclaiming Reality: A critical Introduction to Contemporary Philosophy*. Londres: Verso, 1989.
- _____. *A Realist Theory of Science*. Londres: Verso, 1977.
- DUAYER, M.; ARAUJO, P. H. F. “Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 57, pp. 45-82, 2020a.
- _____. “Desventuras do marxismo tradicional: notas sobre a polêmica Harvey-Roberts”, *Revista Outubro*, vol. 34, pp. 63-88, 2020b.
- _____. “Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuições de Lukács e Postone”, *Revista Em Pauta*, vol. 13, pp. 15-36, 2015.
- DUAYER, M. “J. L. Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação”, *Margem Esquerda*, n. 24, pp. 86-110, jun. 2015.
- _____. “Mercadoria e trabalho estranhado: Marx e a crítica do trabalho no capitalismo”, *Margem Esquerda*, n. 17, pp. 88-99, 2011.
- _____. “Anti-realismo e absolutas crenças relativas”, *Margem Esquerda*, n. 8, pp. 109-130, 2006.
- _____. “Marx, verdade e discurso”, *Perspectiva*, vol. 19, n. 1, pp. 15-39, Florianópolis, jan./jun. 2001.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. H. *O capital: crítica da economia política: livro 3: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.

CAIO VILELLA

PONTOS E CONTRAPONTO SOBRE A TEORIA DO DINHEIRO MODERNO NO ÂMBITO DOMÉSTICO E INTERNACIONAL

Recebido em 22/04/2021

Aprovado em 24/10/2021

PONTOS E CONTRAPONTO SOBRE A TEORIA DO DINHEIRO MODERNO NO ÂMBITO DOMÉSTICO E INTERNACIONAL¹

Resumo

A Teoria do Dinheiro Moderno (MMT) surge para preencher a lacuna deixada por Minsky sobre como financiar um programa de garantia de empregos. O presente trabalho apresentou tal teoria a partir de seus três pilares – moeda cartal, finanças funcionais e programa de garantia de empregos – para não só trazer as críticas heterodoxas à MMT, mas também organizar as respostas apresentadas pela abordagem da MMT aos seus críticos. O objetivo deste trabalho é tanto contribuir para a organização do debate como também delinear o caminho das respostas que a abordagem da MMT ainda precisa pensar, dentre as quais destacamos: as institucionalidades jurídicas fiscalmente funcionais e o desenho de políticas econômicas que amenizem a restrição externa e compatibilizem a manutenção do pleno emprego com a estabilidade da inflação.

Palavras-chave: Teoria do Dinheiro Moderno; centro-periferia; cartalismo.

Classificação JEL: E12; E61; F41

CAIO VILELLA

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Doutorando em Economia pela UFRJ.
E-mail: caio.vilella@ufrj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4540-897X>

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Abstract

The Modern Money Theory (MMT) comes up to explain how to pay for Minsky's proposal of a job guarantee. This paper presents such theory from its three main features – chartalism, functional finance and job guarantee – in order not only to raise the heterodox criticism on MMT, as well the responses given to such critics. This paper aims to contribute to the literature throughout the debate organization, but also pointing out the paths that still must be taken, which the paper highlights: functional fiscal legislation and economic policies that alleviate external constraints and the necessity of making full employment compatible with prices change stability.

Keywords: Modern Money Theory; core-periphery; chartalism.

JEL Classification: E12; E61; F41

I. Introdução

Em 1996, Warren Mosler (1995), um gestor de fundo financeiro, fazia apresentação para acadêmicos como Paul Davidson e Jan Kregel em um grupo de estudos pós-keynesiano². O trabalho, intitulado *Soft Currency Economics*, argüía que títulos públicos não financiavam os gastos governamentais. A conclusão não parecia nova para os participantes da reunião, mas os desdobramentos desta conclusão despertaram a curiosidade de duas pessoas em especial: Stephanie Bell, que dali a uns anos passou a assinar com seu nome de casada, Stephanie Kelton, e seu professor Randall Wray. Em 1997, em um dos trabalhos inaugurais do que veio ficar conhecido como Teoria do Dinheiro Moderno (MMT, na sigla em inglês), Wray (1997) usou a conclusão de Mosler para propor um programa público de garantia de empregos. A evolução dessa abordagem passou pelo livro inaugural de 1998, *Understanding Modern Money*, até chegar na publicação mais recente de Kelton (2020). Mas, desde os primeiros trabalhos dos anos 1990 até os dias atuais, a MMT nunca foi consenso entre economistas heterodoxos e enfrentou algumas críticas.

As críticas à MMT oriundas da heterodoxia econômica ganharam escala ainda maior quando tal teoria conquistou espaço no debate político. Rochon (2019) atribuiu essa notoriedade recente da MMT ao fato de não ser mais possível à ortodoxia econômica continuar negando as evidências empíricas que insistem em questionar suas hipóteses e predições. Dada a velocidade com que as críticas emergiram, cada uma reproduzindo os argumentos da abordagem da MMT a sua forma, o debate ganhou contornos caóticos e, em alguns casos, dificultou o desenvolvimento da teoria. O mesmo aconteceu quando este debate foi incorporado por economistas de nações periféricas que, além de questionarem os pilares teóricos, ainda se perguntaram sobre a viabilidade da MMT na periferia do sistema monetário internacional. Não raro, é possível encontrar textos que se pretendem críticos à MMT, mas que acabam por repetir algumas de suas conclusões

² Neste trabalho utilizaremos o conceito amplo de pós-keynesianos, estabelecido por Lavoie (2014).

e proposições³. O problema maior, contudo, ocorre quando as críticas nos levam a discutir elementos teóricos que já estavam estabelecidos na literatura pós-keynesiana, algo que obstaculiza o desenvolvimento teórico⁴.

Diante do exposto, o presente trabalho investiga os caminhos sólidos pelos quais a abordagem da MMT pode avançar a partir da agenda de pesquisa pós-keynesiana. Ao percorrer a literatura existente, o texto pretende contribuir de duas formas distintas: Primeiro, organizando os principais argumentos e pontos do debate que se constituiu nessas mais de duas décadas e, segundo, resumindo as críticas que já foram respondidas pela literatura e as críticas que ainda precisam ser incorporadas para que o debate teórico possa avançar dentro do paradigma heterodoxo pós-keynesiano.

Para atingir os objetivos propostos, o presente trabalho está dividido em outras quatro seções além desta breve introdução. Na segunda seção, será apresentada a MMT e seus principais argumentos, seguida por uma seção responsável por expor as críticas, dividindo-as por cada pilar teórico. Em seguida, a quarta seção trabalhará as principais críticas com os contra-argumentos de autores identificados com a abordagem da MMT e apontará caminhos para avançar o debate acerca da teoria. A quinta seção será responsável por trazer as considerações finais do autor.

2. Política fiscal em nações soberanas

A Teoria do Dinheiro Moderno (MMT) está ancorada na visão cartalista da moeda, a qual foi desenvolvida sobre os conceitos originais de Knapp (1924). Este é o primeiro pilar teórico da MMT tratado nesta seção. O cartalismo, inicialmente, estabelece a moeda como uma criatura do Estado, mas a forma pela qual esta criação se dá pode ser vista por diferentes perspectivas.

³ Vernengo e Caldente (2019) e Kriesler *et alii* (2020) são alguns destes exemplos e terão seus argumentos explorados abaixo.

⁴ Isso acontece, por exemplo, quando Prates (2020) e Carneiro (2021) argumentam em favor da endogeneidade da taxa básica de juros, argumento que já se encontrava em descrédito dentro do arcabouço pós-keynesiano. Ver Lavoie (2014, cap.7, pp. 462-474). O argumento será doravante explorado no texto.

Atualmente o cartalismo divide-se em duas grandes abordagens, como destaca Dequech (2013): a primeira, liderada por Davidson (1972), e outra que tem Wray (1998) como seu principal expoente.

Davidson (1972) propõe que o Estado, ao definir a unidade de conta na qual os contratos serão firmados com o setor privado, define também a mercadoria que exercerá a função de moeda. Em outras palavras, o poder do governo em determinar a unidade de conta das transações atuais e futuras, por meio de leis e/ou através de contratos firmados pelo próprio governo, faz com que os ativos denominados nesta unidade de conta sejam aceitos como os de menor grau de incerteza. Enquanto permanecer a crença na capacidade do governo em cumprir os contratos firmados naquela unidade de conta, o ativo denominado nesta unidade continuará sendo o de maior liquidez na economia. O fato de os contratos representarem um elo entre o presente e o futuro faz com que o item que o saldará tenha a capacidade de transportar valor no tempo, agindo como uma “máquina do tempo”.

Por outro lado, Wray (1998) estabelece o dinheiro como criatura do Estado através de impostos, não de contratos. O Estado seguiria quatro etapas lógicas para que a moeda fosse criada. O primeiro passo seria a criação de uma unidade de conta, a qual possuía total controle. Em seguida seria necessário estabelecer obrigações compartilhadas pela sociedade que estariam denominadas nesta unidade de conta, isto é, tributos. Esta etapa seria importante para gerar nos agentes a necessidade de obter algum item que seja capaz de saldar estas obrigações. Nessa conjuntura, o Estado introduziria a moeda ao estabelecer o item que seria aceito como representante da unidade de conta outrora criada e que saldaria as obrigações. Por último, para que o Estado exerça plenamente sua soberania sobre a moeda criada, este não pode se comprometer a convertê-la em nenhum outro item ou mercadoria que não possua o controle pleno. Wray (2004) sugere que, na ausência do Estado, caberia ao senhor feudal, à Igreja, ao líder espiritual ou a qualquer outro agente hierarquicamente superior exercer estas etapas lógicas que explicam a criação da moeda. E teria sido assim por pelo menos quatro mil anos, segundo Keynes (1930, p. 4, grifo adicionado, tradução nossa):

Este direito vem sendo exercido por todos os Estados *modernos* por aproximadamente quatro mil anos. A partir desta etapa da evolução da moeda, o cartalismo de Knapp – a doutrina de que o dinheiro é peculiarmente uma criação do Estado – é completamente materializado.

É justamente desta sentença que Wray extrai o termo “*modern*” presente na “*Modern Money Theory*”, ou seja, uma ironia de Keynes no *Treatise*⁵.

Wray (2004) argumenta que a origem histórica da moeda não pode ser encontrada, já que a forma de dinheiro é variável entre diferentes sociedades em diferentes momentos históricos. Desta monta, qualquer um que pretenda encontrar a origem histórica da moeda recortará o conceito de dinheiro conforme seu interesse e o aplicará para alguma sociedade específica em algum momento histórico determinado. Nas palavras de Wray (2004, p. 9, tradução nossa): “Aqueles que adotam a abordagem do crédito vão além, conseguindo identificar a natureza social da unidade de conta e, portanto, o processo social que estabelece credores e devedores”. O entendimento do dinheiro como dívida permitir-nos-ia desmistificar o caráter social da moeda, que não se finda com a simples troca de mercadoria. Senão, representa uma relação de dívida amplamente aceita, ou seja, um passivo emitido que circula pelos balanços financeiros dos agentes⁶. A moeda representa uma promessa (um passivo) do Estado soberano em aceitá-la no futuro como forma de “redenção” dos tributos impostos⁷. Temos assim, além da criação da moeda, a explicação de que as pessoas passam a aceitar dívidas denominadas nesta unidade de conta por acreditarem que outras também o aceitarão (WRAY, 2015, p. 47). Em última instância, as pessoas acreditam que

⁵ Importa notar que, diferente do que ficou popularizado no debate público, o adjetivo “*modern*” não se refere a “*Theory*”, mas a “*Money*”. Por isso opto por denominar a teoria como “Teoria do Dinheiro Moderno”.

⁶ Este conceito permite que todos agentes na economia sejam capazes de criar sua moeda; o problema é fazê-la aceitável por um amplo espaço de tempo. Bancos podem transacionar entre si por moeda bancária, mas, em períodos de maior percepção de incerteza, os agentes convertem a moeda bancária em estatal. Diferente do Estado, os bancos devem manter a conversão de sua moeda em moeda estatal (através das reservas), sobre a qual eles não possuem controle. Em outras palavras, apenas o Estado é soberano na sua moeda.

⁷ Esta relação social fica cristalina quando o Estado ameaça o cidadão de prisão ou morte caso não salde sua dívida, isto é, tributos. Ora, para saldar esta dívida, o cidadão deve possuir a moeda estatal.

dívidas nessa unidade de conta continuarão sendo aceitas enquanto houver tributos – uma dívida em comum a todos – a serem pagos nesta unidade monetária. Isto leva Wray (1998, p.6) a afirmar que “*taxes drive money*”.

Uma vez entendido o processo teórico de criação de moeda, surge a necessidade de entender o processo prático dessa criação. Através da abordagem neocartalista, temos o entendimento de como a moeda surge e como ela é destruída. É o gasto do governo o responsável pela criação de moeda, enquanto os tributos a destroem. Em outras palavras, o governo cria moeda através do gasto, creditando a conta dos agentes no banco. A moeda criada circula pela economia executando as transações privadas e servindo como meio de troca geral, reserva de valor e unidade de conta durante toda sua existência até ser destruída pelos impostos (KELTON [BELL]; WRAY, 2002). Esta abordagem deixa nítido o fato de que os impostos não podem preceder os gastos, já que, para pagar impostos, os agentes precisam, primeiro, ter a moeda estatal⁸. Atualmente, os gastos ocorrem através de uma operação de crédito, determinada pelo governo, na conta dos agentes junto aos bancos. Da mesma forma, a arrecadação é feita via operação de débito nesta mesma conta privada, destruindo uma porção dos recursos líquidos no sistema bancário (KELTON [BELL]; WRAY, 2009, p. 2).

Essa constatação evidencia que as operações fiscais possuem impacto direto sobre o nível de reserva bancária e, portanto, sobre a taxa de juros cobrada nas operações interbancárias. Com isso, adentramos no tema das finanças funcionais, segundo pilar teórico da MMT. Se o governo apenas creditar a conta dos bancos (gastar), o nível de reservas interbancárias ficará inflado ao final do dia e pressionará a queda da taxa de juros do interbancário. Na ausência de qualquer atuação posterior, a taxa de juros do sistema bancário tenderia naturalmente para zero (MOSLER; FOSTATER, 2005). Porém, o Banco Central assume um compromisso mensal de cumprir uma meta de taxa básica de juros que varia de acordo com a taxa negociada no mercado.

⁸ Assim como no princípio de demanda efetiva, os gastos do governo gerarão a renda que será tributada no momento posterior.

Para tanto, operações de mercado aberto são realizadas, nesta conjuntura, visando enxugar a liquidez injetada pelo gasto do tesouro e trazer a taxa de juros do interbancário de volta para a meta da autoridade monetária. Evidencia-se que títulos públicos funcionam como instrumento de política monetária para controlar a liquidez do mercado interbancário de acordo com a meta da autoridade monetária e não para financiar os gastos (WRAY, 1998).

Se nem os impostos e nem os títulos servem para financiar os gastos de um governo soberano, este não encontra qualquer restrição financeira sobre seu balanço⁹. Dividindo a economia em três grandes balanços financeiros conectados – público, privado e externo –, o setor público terá que aceitar o resultado do período de acordo com as preferências do setor privado e externo. Supondo o balanço do setor externo equilibrado, se o setor privado doméstico estiver superavitário, acumulando riqueza líquida, o setor público terá, necessariamente, que estar em déficit, oferecendo esta riqueza líquida e segura. O resultado fiscal é composto pelas transferências e pelos gastos do governo, sobre os quais ele possui certo controle, mas também pela arrecadação, a qual está atrelada ao nível de atividade econômica. Dessa forma, em vez de ter como meta o resultado fiscal, para a MMT, o governo deveria ter como objetivo o pleno emprego, e utilizar seus gastos para atingir este objetivo, de tal forma que o resultado fiscal seria uma consequência da decisão privada de alocar riqueza gerada pelo gasto e pelas transferências e não destruída por impostos (WRAY, 1998).

Por fim, uma diferenciação na abordagem de Wray (1997, 1998) em relação à de Lerner (1943) deve ser destacada. Para Wray (2015), políticas tradicionais de estímulo da demanda agregada possuiriam uma série de dificuldades. A primeira dificuldade seria manter o nível de pleno emprego por longos períodos. Seguindo a abordagem de Minsky (1986), a MMT acredita que a estabilidade conduz à instabilidade através de um processo endógeno de fragilização financeira das unidades econômicas. Assim, por mais que a

⁹ Lerner (1943, p. 41) rejeita qualquer tentativa de estabelecer cientificamente que o governo deve equilibrar seu balanço “durante um ano solar ou qualquer outro período arbitrário”.

demanda agregada reduza a amplitude dos ciclos econômicos, ainda será preciso mitigar seus impactos sobre os trabalhadores mais necessitados. Além disso, a segunda dificuldade seria a de regular o mercado de trabalho no ponto de pleno emprego. Wray *et alii* (2018) analisam o caso americano para concluir que, mesmo com a taxa de desemprego agregada em níveis historicamente baixos em 2018, existe uma parcela de trabalhadores que não conseguem encontrar emprego ao salário vigente. Normalmente esta parcela costuma ser composta por mulheres, negros e pessoas com deficiências, as quais seguem consistentemente com taxas de desemprego relativamente elevadas. Dessa forma, além das políticas tradicionais de estímulo de demanda agregada, seria necessário ter um Programa de Garantia de Empregos (PGE) regionalmente organizado e federalmente custeado. Chegamos, agora, ao tema do PGE, terceiro pilar teórico da MMT.

O PGE é uma herança deixada por Minsky (1965, 1986), que o sugeriu como forma de combate à pobreza, mas não avançou na sua forma de financiamento. A MMT surge para preencher este ponto e avançar no sentido de desenhar as institucionalidades desejadas pelo programa¹⁰. Em suma, o governo soberano, financeiramente irrestrito, assumiria a responsabilidade por um programa que funcionaria como um “*Buffer stock*” (adiante: estoque regulador) de emprego. Dado o problema de desemprego, o governo ofereceria uma ocupação remunerada para todos que desejam, estejam aptos e prontos para trabalhar por um salário estipulado. Esse salário funcionaria como um piso para o preço da “*commodity*” trabalho, forçando o setor privado a oferecer, no mínimo, o mesmo nível nominal de salário. Além de emprego por meio-período, o programa deveria oferecer um treinamento para qualificar o trabalhador a fim mantê-lo atualizado nas práticas do mercado de trabalho (TCHERNEVA, 2018).

O PGE funcionaria como um amortizador automático de ciclos que mitigaria os impactos das fases recessivas, bem como regularia o mercado de trabalho nas fases de prosperidade econômica. Para funcionar ao longo das

¹⁰Ver Nersisyan e Wray (2019) e Dantas e Wray (2017).

fases cíclicas, o “estoque regulador” de empregos deveria oscilar de acordo com o nível de demanda agregada de forma a manter a inflação sob controle. Durante as fases de escassez de demanda agregada, os trabalhadores migrariam do setor privado para o PGE, inflando o estoque regulador e garantindo um piso para queda da demanda efetiva. No entanto, a partir do momento que o ciclo se reverte, os trabalhadores seriam demandados pelo setor privado e o estoque regulador iria diminuindo. Porém, se o setor privado estimulasse a demanda agregada acima da oferta agregada de curto prazo, o governo poderia, deliberadamente, desaquecer a economia para controlar preços, mas os trabalhadores que antes ficariam desempregados agora teriam um emprego remunerado no PGE. Esta dinâmica do PGE leva Mitchell (1998) a argumentar que existiria um volume tal do estoque regulador que garantiria a estabilidade de preços, pois seria compatível com o equilíbrio entre oferta e demanda agregada (NAIBER – *non-accelerating inflationary buffer stock of employment rate*).

Resumidamente, esta seção sumarizou os principais pontos teóricos da MMT, passando por seus três principais pilares: o cartalismo, as finanças funcionais e o PGE. A seção seguinte apresentará as críticas heterodoxas selecionadas em cada um destes pilares destacados.

No entanto, antes de adentrar as críticas, é de suma importância pontuar que a abordagem apresentada restringiu o desenvolvimento teórico de acordo com a abordagem de Kansas da MMT¹¹. Com o referido ganho de popularidade da MMT, interpretações alternativas também ganharam notoriedade – no Brasil, por exemplo, temos a interpretação de Resende (2019 e 2020). Diferente da abordagem de Kansas, originária de Minsky e do princípio da demanda efetiva, Resende (2019) mantém a restrição de oferta no longo prazo para atrelar a validade dos argumentos das finanças funcionais a condições em que a taxa de juros seja menor do que a taxa de crescimento – condicionante necessário, nas palavras do autor, para garantir a “sustentabilidade da ‘dívida pública’”.

¹¹ Como definido por Wray (2020).

A abordagem de Resende (2019) não se constrói sobre as bases do princípio da demanda efetiva e, portanto, fugirá ao escopo deste trabalho. A título de diferenciação de abordagens, basta esclarecer que a MMT¹² entende a oferta agregada como condicionada ao nível de demanda no longo prazo, fato que nos leva à impossibilidade de estabelecer uma determinada trajetória ou um determinado nível de dívida pública doméstica como “mais sustentável” que outra trajetória ou outro nível (MITCHELL; WRAY; WATTS, 2019, cap. 16 e 22). Independentemente do tamanho do déficit público, do nível de juro ou da taxa de crescimento, na concepção da MMT, os limites da dívida pública doméstica não são dados endogenamente por variáveis monetárias, mas sim pelos fatores reais de produção domésticos.

3. Críticas aos pilares

A teoria apresentada até aqui está longe de ser amplamente aceita na academia e, desde que foi desenvolvida, tem enfrentado críticas estruturais dentro da heterodoxia. Por questões de escopo, as críticas ortodoxas serão suprimidas¹³, enquanto as críticas heterodoxas serão resumidas em quatro grupos. Primeiro, serão apresentadas as críticas ao pilar neocartalista e seus desdobramentos (LAWSON, 2019; ÓRLEAN, 2007; KREGEL, 2019). Em seguida, expõem-se as críticas quanto ao PGE e às demais sugestões de políticas econômicas (LAVOIE, 2019; COLANDER, 2019). O terceiro grupo de críticas referir-se-á ao pilar das finanças funcionais (GNOS; ROCHON, 2002; LAVOIE, 2013; 2019). Por fim, existem as críticas que utilizam a restrição externa para questionar o pilar das finanças funcionais; esta crítica merece um tratamento separado do grupo anterior, devido à diferença de abordagem teórica.

¹² Restrita à abordagem de Kansas (WRAY, 2020).

¹³ Thomas Palley (2015, 2019) possui um posicionamento crítico ao arcabouço teórico da MMT. Algumas de suas críticas são coerentes e já se encontram em outros trabalhos aqui citados, como Kregel (2019), Lavoie (2014), Colander (2019) e Gnos e Rochon (2002). Outras críticas de Palley não serão tratadas neste trabalho por falta de aderência à teoria heterodoxa. Palley (2015) demonstra-se cético quanto ao impacto de política fiscal sobre produto, trata produto potencial como exógeno, além de levantar argumentos em favor do caráter disciplinador do desemprego. Acreditamos que estes argumentos já foram amplamente refutados pelo corpo teórico heterodoxo e não cabe sua discussão neste trabalho.

3.1. Críticas ao pilar cartalista

A interpretação sobre a origem da moeda é um campo de disputa fortíssimo entre os heterodoxos. Colander (2019) critica a visão neocartalista e afirma que o dinheiro não é uma criatura do Estado, senão da sociedade. Segundo o autor, seria a opinião média da sociedade que determinaria a unidade de conta na qual as mercadorias seriam denominadas e os lucros auferidos. A moeda emergiria como uma representação contábil da unidade de conta na forma de um item. Os agentes desta economia depositariam sua confiança na capacidade deste item exercer as funções de moeda. Isso abriria espaço para a possibilidade (pouco provável) de dois itens ocuparem este posto contemporaneamente.

A ideia de moeda como criatura da sociedade advém do fato de os agentes necessitarem de um numerário que os permita calcular as receitas de sua produção e o custo de seus insumos com base na posição relativa no mercado em que está inserido (ORLÉAN, 2007)¹⁴. Isto é, o produtor de carros não pode calcular sua rentabilidade em termos de carros produzidos se estes produtos não lhe permitirão obter os bens de consumo que desejar. A economia de mercado requer que este produtor de carros aufera sua riqueza em termos dos bens desejados pelo produtor da mercadoria que ele deseja adquirir com a venda de carros. Nesta conjuntura, na ausência de moeda pré-existente (ou perante a descrença na moeda atual), os produtores tentariam determinar qual mercadoria os demais produtores utilizariam para medir o valor da sua produção. No agregado, quando todos os produtores reproduzem este jogo de adivinhação, perante o conflito para determinar o equivalente geral da economia, surgiria(m) a(s) mercadoria(s) comumente aceita(s) naquele mercado, isto é, a moeda (DEQUECH, 2013, p. 256).

Dentre os aspectos que concedem confiança à moeda escolhida, teríamos: 1) a “confiança metódica”; 2) a “confiança hierárquica” e 3) a “confiança ética” (ORLÉAN, 2007, p. 5). Por “confiança metódica”, Orlean (2007) refere-se à

¹⁴ Nesta seção tomaremos o texto do Orlean (2007) como representativo de uma abordagem que também contou com contribuições de Lawson (2016; 2019) e Aglietta (2018).

confiança obtida através da repetição de determinado comportamento que, ao ser adotado seguidamente, pode tornar-se um hábito e reduzir a percepção de incerteza do agente que passa a atribuir maior grau de confiança. A “confiança hierárquica” seria aquela conquistada pela garantia de um ente hierarquicamente superior. Já a confiança ética seria oriunda da adesão a objetivos coletivos, ou seja, como os agentes compartilham a crença de que todos têm o mesmo objetivo, aumenta-se o grau de confiança sobre a decisão que envolva tal objetivo. Esta visão institucionalista sustenta que a moeda emerge, dentre tantos outros objetos candidatos ao posto, ao combinar o compartilhamento destas três confianças entre os agentes.

Dito isso, a moeda emergiria como fruto de conflito entre os interesses dos agentes para eleger qual “mercadoria” funcionaria como métrica de “valor abstrato”. Nesse ponto, a confiança hierárquica que os agentes depositam sobre o Estado impactaria fortemente a influência deste na decisão dos agentes. Durante o processo de ascensão de uma mercadoria ao posto de “moeda”, cada agente buscaria influenciar a posição dos demais agentes conforme seus interesses. Com isso, o Estado exerceria influência no processo decisório através do seu poder de conceder “confiança hierárquica” à mercadoria, além de gerir os conflitos de acordo com seus interesses (ORLÉAN, 2007, p. 8). Em suma, o Estado agiria como se fosse um agente com poder de influenciar fortemente a opinião média dos demais, guiando as decisões. A divergência com os neocartelistas advém do fato de que a moeda como criatura do Estado seria apenas uma possibilidade para a escola institucionalista. Consequentemente, esta última considera a possibilidade de os agentes perderem a confiança na moeda estatal e migrarem para alguma nova forma de moeda, fato que colocaria o Estado em sérios problemas para emitir dívida¹⁵.

Paralelamente ao debate entre neocartelistas e institucionalistas sobre o que levaria as pessoas a demandarem moeda, Kregel (2019) e Davidson (2019)

¹⁵ Complementarmente, Lawson (2016; 2019) argumenta que a MMT negligencia o fato de existir diferença entre o posto de moeda e o item que ocupa este posto. Caso outra mercadoria venha a ocupar o posto de moeda, esta passaria a gozar das prerrogativas concedidas pela população à ocupante do posto. Neste cenário, a moeda estatal deixaria de estar no topo da hierarquia de “*Money things*”.

preferem uma abordagem distinta. Kregel (2019) corrobora a visão de Davidson (1972) da moeda cartalista via contratos, e sugere que não são os impostos que fazem a moeda ser demandada, mas sim seu excesso de liquidez sobre o custo de carregamento. O que torna a moeda especial é sua propriedade de elasticidade substituição nula ou desprezível¹⁶, e não o fato de ser redentora de impostos. As pessoas demandam moeda como fonte de segurança frente ao futuro incerto, e o fato desta demanda desviar a riqueza da esfera industrial para a esfera financeira é o que confere tamanha importância a esta “mercadoria” singular [moeda]. Independente do volume de impostos, quanto menor a preferência pela liquidez e maior a confiança dos agentes, menos estes demandarão moeda em seus portfólios. Somente assim podemos entender que nunca houve e jamais haverá um sistema de pagamentos somente com moeda bancária.

3.2. Críticas ao PGE

Resumidamente, poderíamos destacar duas frentes de ataque críticas ao PGE¹⁷. A primeira frente está relacionada com os custos em termos de renda em se manter uma NAIBER (*non-accelerating inflationary buffer stock of employment rate*) em vez de uma NAIRU (*non-accelerating inflationary rate of unemployment*). Por sua vez, a segunda frente busca questionar o programa através dos *aspectos políticos do pleno emprego* (KALECKI, 1943).

Começando pela segunda frente, Kriesler *et alii* (2020) destacam que os aspectos políticos do pleno emprego não estão baseados em um antagonismo entre lucros e salários, mas no caráter dual do investimento. O autor refaz uma leitura do texto seminal de Kalecki (1943) para sustentar que o fator gerador do antagonismo capitalista residiria no fato de que o investimento que gera demanda hoje é o mesmo que será capacidade ociosa amanhã

¹⁶ Para Keynes (1936) e Davidson (1972), a elasticidade substituição nula ou desprezível da moeda está ligada ao fato de que nenhum outro ativo funciona como substituto perfeito da moeda.

¹⁷ Neste resumo, deixaremos de considerar as críticas quanto ao financiamento do programa, pois, na verdade, estas críticas dizem respeito ao pilar das finanças funcionais, tratado nas próximas seções. Se as finanças funcionais valem, qualquer crítica que questione o financiamento do programa torna-se inválida de partida.

e, portanto, só o gasto público seria capaz de manter a demanda efetiva crescendo *pari passu* com o grau de capacidade utilizada no nível de pleno emprego. O problema em manter este nível estável é que os capitalistas costumam opor-se a gastos públicos, principalmente aqueles geradores de emprego, pelo fato de o desemprego comportar aspectos apreciados pelos capitalistas. O principal aspecto destacado por Kalecki (1943), e utilizado por Lavoie (2019), como crítica ao PGE é o caráter disciplinador do desemprego. A extinção de uma vez por todas do desemprego pelo PGE dotaria os trabalhadores de poder de barganha disruptivo do ponto de vista do conflito distributivo. Dessa forma, o desafio da manutenção de um PGE seria o de implementá-lo sem que isso implicasse em um poder de barganha desestabilizador do conflito distributivo.

Se rejeitarmos que inflação seja um fenômeno de demanda e adotarmos um arcabouço de inflação como um fenômeno de custos¹⁸, poderíamos pensar na NAIBER como a proporção de trabalhadores à margem do setor privado que seria capaz de apaziguar o conflito distributivo. A partir desta estrutura, a NAIRU seria a taxa de desempregados que manteria a força de trabalho disciplinada o suficiente para evitar demanda por melhores condições de trabalho e salários. Somente partindo desta estrutura podemos entender o argumento do Seccareccia (2004) e Sawyer (2003) no sentido de comparar a NAIBER com a NAIRU. Os críticos de um programa de PGE questionam o volume necessário de trabalhadores alocados no estoque regulador. Ao ameaçar os trabalhadores com o desemprego e a total ausência de renda, a política econômica guiada pela NAIRU conseguiria garantir a manutenção da estabilidade de preços com um baixo volume de desempregados durante boa parte dos períodos de “normalidade”. Dito isto, os críticos se perguntam se valeria a pena eliminar este risco e empregar um número maior de pessoas, pagando-lhes menos do que ganhariam no setor privado. Em suma, a preocupação destes autores seria que, ao tentar evitar um dano aos trabalhadores, o PGE acabaria gerando outro ainda maior.

¹⁸ Em que os preços são determinados aplicando uma margem de mark-up sobre os custos unitários de produção. Para detalhes, ver Lavoie (2014, cap. 8).

Ainda neste argumento, de maneira análoga, Seccareccia (2004) questiona a qualidade do emprego gerado. Na ânsia de acabar com uma massa de desempregados de baixa qualificação, o PGE colocaria a economia em uma situação de baixo pleno emprego. Em poucas palavras, o autor sugere que o fim do desemprego de baixa qualificação seria erguido à custa do aumento do desemprego de alta qualificação. Inspirado em Lerner (1951), Seccareccia (2004) explica que haveria dois pontos possíveis de pleno emprego: a) um com altos salários reais, em que a demanda efetiva é estimulada e a ociosidade do capital é plenamente extinguida e b) outro com baixos salários reais, em que a força de trabalho deixa de procurar emprego, desalentada pelas condições do mercado de trabalho. Nesse sentido, se o PGE tentasse se aproximar do tipo “a”, ele geraria a demanda efetiva necessária e o bolsão seria extinto tão logo fosse criado. Agora, dadas as forças políticas atualmente verificadas, o mais esperado é que o salário pago pelo programa se aproximasse do pleno emprego tipo “b” e, apesar de eliminar o desemprego de baixa qualificação, consideraria como desemprego voluntário os trabalhadores bem qualificados que se recusassem a trabalhar pelo salário-mínimo pago no programa. Logo, a adoção de tal programa só se faria desejável se a NAIBER fosse menor do que a NAIRU, ou seja, se a proporção de trabalhadores no bolsão de empregos em relação ao setor privado compensasse os empregos de alta qualificação que seriam perdidos.

3.3. Críticas ao pilar das finanças funcionais: no âmbito doméstico

As críticas diretas ao pilar das finanças funcionais podem assumir caráter institucional ou teórico. A crítica de caráter institucional não discorda dos efeitos positivos da política fiscal expansionista sobre o nível de emprego e renda, mas destaca institucionalidades que supostamente dificultariam a operacionalização de tais políticas. A crítica teórica, a seu turno, destaca contornos negativos que a política fiscal poderia gerar, principalmente quando contrariasse a vontade dos agentes privados de mercado.

Gnos e Rochon (2002), um dos primeiros expoentes das críticas institucionais, argumentam que, para o Tesouro creditar a conta dos agentes, é preciso obter a leniência do Banco Central (BC). Nessa conjuntura, os autores interpretam essa operação como empréstimo deste último para o Tesouro, que só o fará sob a condição de obter títulos públicos como colateral. A partir deste argumento, os autores destacam a importância em separar as figuras do BC e do Tesouro, que em muitos países são separados por lei. Como consequência, Gnos e Rochon (2002, pp. 51-53) sustentam que chegará um momento em que os impostos deverão ser coletados para compensar o débito do Tesouro com o BC e manter a credibilidade do devedor. É verdade que os impostos destroem a base monetária, mas o fazem saldando a dívida assumida pelos gastos fiscais. Através desses argumentos, os autores chegam à conclusão de que os impostos, além de garantirem a circulação da moeda, garantem também a emissão de dívida e a manutenção dos gastos (GNOS; ROCHON, p. 55).

Lavoie (2013), assim como Gnos e Rochon (2002), propõe um estudo detalhado da relação entre Tesouro e BC, ainda que por motivos diferentes dos autores tratados no parágrafo acima. Lavoie (2013) não difere entre moeda da autoridade monetária e título público, porém, defende que a unificação do Tesouro com o BC pode esconder algumas peculiaridades. O autor é menos enfático quanto à necessidade de coletar impostos para continuar expandindo os gastos, mas ressalta que, em economias com separação legal entre BC e Tesouro, este último necessita de saldo monetário prévio para realizar o gasto. Sem sugerir dificuldades na emissão de títulos, Lavoie (2013) argumenta que tributos coletados ou títulos previamente emitidos são necessários para que a autoridade fiscal tenha acesso ao “*high powered Money*” (doravante apenas HPM) que só a autoridade monetária tem o poder de emissão. Em uma conjuntura em que o saldo da conta do Tesouro estivesse zerado, a autoridade fiscal ficaria impossibilitada por lei de gastar qualquer volume extra. Ainda, se a estrutura legal impedisse a venda de títulos diretamente para o BC, a obtenção de saldo na conta dependeria da intermediação do mercado financeiro. Dessa forma, Lavoie (2013, p. 18)

chama a atenção para esta institucionalidade e acusa a MMT de assumir a hipótese de haver saldo pré-existente para que o gasto seja executado.

Adicionalmente, Lavoie (2019) argumenta que a MMT tem duas abordagens distintas. A primeira seria baseada em casos específicos, a partir dos quais a MMT sugere que as instituições importam e que as políticas públicas devem ser cuidadosamente planejadas caso a caso, de acordo com as instituições vigentes. A segunda abordagem é mais generalista e as institucionalidades são deixadas de lado para que conclusões teóricas gerais possam ser tiradas. Lavoie (2019) sugere não ter nada de errado com generalizações teóricas, mas, segundo o autor, a MMT utilizar-se-ia deste caso geral (teórico) para sugerir políticas públicas, regimes cambiais e monetários. Ainda nesta linha de argumentação, Colander (2019) também faz apontamentos em relação à proposição de políticas pela MMT, sugerindo que este arcabouço daria muita atenção ao crescimento dos gastos e pouca atenção para a qualidade do gasto e a distribuição de renda. O autor sugere que a MMT estaria mais próxima de “gastos funcionais” do que de “finanças funcionais”. Apesar do argumento ser impecável, completa ele, sua aplicabilidade é improvável e indesejável, pois se não houver limites legais para o déficit do governo, como recomenda a abordagem, políticos conservadores poderiam usar corte de tributos para beneficiar ricos e milionários e deteriorar a distribuição de renda. Para Colander (2019), uma boa prática fiscal deveria ser, ao mesmo tempo, “funcional” e “saudável”, em que regras sobre o orçamento são convenções estabelecidas democraticamente com a sociedade. Nesse sentido, faltaria pragmatismo às proposições políticas da MMT.

A partir das críticas institucionais destacadas acima, Prates (2017, 2020) constrói críticas teóricas quanto aos limites de espaço fiscal. Para a autora, uma política fiscal que fosse indesejada pelo mercado financeiro poderia levar os agentes a dificultarem a intermediação financeira requerida para que o Tesouro tenha acesso ao HPM emitido pelo BC. Sob tal restrição, a expansão de gastos para atingir o pleno emprego provocaria uma quebra da confiança na moeda doméstica e novas emissões de títulos da dívida só

seriam aceitas sob a condição de maior pagamento de serviços da dívida, ou seja, diferente dos autores das críticas institucionais, Prates (2020) trata a taxa de juros básica doméstica como endógena às variáveis fiscais¹⁹.

Antes de desenhar um ambiente internacional restritivo, em um parágrafo dedicado a discutir as “finanças funcionais”, Prates (2020, p. 499) sugere que países periféricos que operam com câmbio flutuante teriam limites de endividamento em moeda doméstica. Depois de apresentar o argumento (a ser criticado) de que a taxa de juros definida pelo BC seria exógena e o nível de dívida doméstica, irrelevante para forçar sua alteração, Prates (2020, p. 499, tradução nossa) afirma: “pelo contrário, um país com divisa não soberana não tem soberania monetária e conta com um espaço fiscal menor, precisando se endividar (para gastar) e, assim, fica sujeito ao risco de calote.”²⁰.

3.4. Críticas (indiretas) ao pilar das finanças funcionais: no âmbito internacional

As críticas endereçadas ao pilar das finanças funcionais no âmbito internacional podem ser organizadas a partir de uma escala gradual. Esta escala parte da rejeição do arcabouço das finanças funcionais e taxa de juros básica exógena (PRATES, 2020), passa pela acusação de leniência quanto aos ciclos internacionais restritivos (EPSTEIN, 2019), e chega a uma forma em que não nega o arcabouço das finanças funcionais, mas adiciona elementos novos (VERNENGO; CALDENTEY, 2019). Esta subseção organizará as críticas conforme esta escala, começando pela negação das finanças funcionais e da taxa de juros exógena de Prates (2020) e terminando no apontamento

¹⁹ Carneiro (2021) e Prates (2020) afirmam que a MMT sugere taxa de juros zero. De fato, há um texto de Mosler e Fostater (2005) que argumenta que a taxa de juros tenderia a zero, caso o BC não intervisse no mercado aberto. Porém, a MMT é composta por um grupo de autores vasto e divergente e o referido texto não é compartilhado por todos os seus membros. Wray (2020), por exemplo, argumenta em favor de taxa básica de juros positiva, baixa e estável por longos períodos, sem, no entanto, cravar qualquer número para o nível.

²⁰ É muito importante notar que Prates (2020) e Epstein (2019) criticam a MMT por sugerir a “monetização da dívida”, fato que não encontra respaldo na literatura. A MMT jamais sugeriu a monetização da dívida. A referida monetização só faz sentido para as vertentes que acreditam haver um volume ótimo de estoque da dívida que os agentes privados aceitam carregar em seu portfólio, fato sugerido por Sargent e Wallace (1984) e de pronto rejeitado pela MMT.

de Vernengo e Caldentey (2019) quanto à necessidade de incorporar controles de capital.

Tomando como válidas todas as críticas às finanças funcionais em um ambiente doméstico (apresentadas ao final da subseção anterior), Verghanini e De Conti (2017), Prates (2020) e Carneiro (2021) sugerem que a MMT não funcionaria em países periféricos. Para uma economia que não emite uma moeda conversível no sistema monetário internacional, a política fiscal esbarraria na necessidade de atrair fluxos de capital para o país. Para Prates (2020) e Carneiro (2021), políticas que fossem entendidas como “irresponsáveis” pelo mercado poderiam precipitar a fuga de capital e causar restrições de balanço de pagamentos (BP). Carneiro (2021, p. 10), ao falar sobre a eventual dificuldade de rolagem da dívida pública, afirma²¹:

O proprietário da riqueza [obtida pelo vencimento dos títulos antigos] pode, por exemplo, julgar a taxa de juros oferecida pelo título público de nova emissão insuficiente. Aqui há duas hipóteses: a primeira, como já vimos, diz respeito à compra de moeda ou títulos no exterior, com as consequências já apontadas; a segunda pode dizer respeito a uma aposta de valorização dos títulos (fiquemos por ora nos públicos) já emitidos e que circulam no mercado secundário [sic]²².

Os efeitos desta compra de moedas no exterior (fuga de capital) manifestar-se-iam sobre a perda de autonomia monetária; trocando em miúdos: a taxa de juros deixaria de ser exogenamente determinada pelo BC. Por meio da realocação de portfólio, especulando sobre a taxa de juros de longo prazo, o mercado forçaria a autoridade monetária a perseguir uma nova meta de curto prazo, que reduzisse a diferença entre as taxas longa e curta da dívida. Paralelamente aos déficits na conta capital e financeira (assumindo como constante o volume de reservas internacionais e supondo

²¹ A dificuldade na rolagem da dívida teria como consequência última, na prática, a incapacidade de gastar do governo e o *shutdown*.

²² É preciso destacar que só a primeira alternativa (fuga de capital) seria válida. A demanda por títulos no mercado secundário só trocará a riqueza financeira de mãos, cabendo ao ex-proprietário dos títulos, agora detentor de moeda, decidir por recomprar os títulos recém-emitidos (garantindo a rolagem da dívida) ou retirar seu capital do país (primeira alternativa).

que o câmbio não possa se desvalorizar), seria necessário praticar austeridade para ajustar a conta comercial, conforme Verghanini e De Conti (2017, p. 23, tradução nossa) concluem: “Portanto, austeridade não é sempre autimposta, como sugere a MMT, mas a maioria das economias são, de fato, sujeitas a algum grau de disciplina de mercado”. Assim, economias periféricas estariam restritas do ponto de vista de autonomia fiscal e monetária, a fim de manter o saldo positivo no BP sem mexer nas reservas e no câmbio²³.

Em uma crítica menos extremista, Epstein (2019) levanta apontamentos quanto ao regime cambial compatível para que o arcabouço das finanças funcionais seja válido em países periféricos. Considerando o fluxo de capital como exógeno e não afetado pela situação fiscal do país, o autor chama a atenção para os efeitos que a política monetária americana tem ao redor do mundo. Ao praticar política monetária expansionista, o FED injeta liquidez no sistema monetário internacional, o que, se por um lado, evita um colapso financeiro imediato, por outro, infla os ativos financeiros dos países, principalmente aqueles que não contam com um grande montante de recursos pré-existentes, os periféricos. Assim, na eventualidade de um novo choque exógeno de restrição monetária, como foi o choque de Volcker em 1979²⁴, os países periféricos seriam os mais vulneráveis aos efeitos negativos. Nessa conjuntura, o regime cambial flexível não resolveria o problema da restrição de BP. Por mais que o câmbio se desvalorizasse, não haveria um novo nível de equilíbrio de BP até que o país central interrompesse a política restritiva.

A partir desta análise em que as finanças funcionais não são questionadas, o autor acusa a MMT de desconsiderar os impactos que o regime de câmbio flexível teria na eventualidade de choques como o de Volcker em 1979. Ao deixar de atentar-se para estes efeitos domésticos, a MMT seria levada a sugerir, erroneamente, que câmbio flexível seria amplificador de espaço para

²³ Prates (2002, 2017, 2020) mostra-se cética quanto à capacidade do câmbio de ajustar a conta comercial, independentemente do grau de desvalorização, devido ao grau de abertura da conta capital e financeira.

²⁴ O evento conhecido como “choque de Volcker” refere-se à elevação abrupta e forte da taxa de juros americana em resposta geopolítica para o mercado dos petrodólares. Ver Tavares (1985).

a política monetária. Contudo, faltaria ao arcabouço em questão atentar-se para o efeito inflacionário e desestabilizador que a desvalorização cambial provocaria. Assim, o autor conclui que a flexibilização cambial fornece algum espaço para autonomia de política, mas não resolve o problema de BP.

Finalmente, no outro espectro das críticas advindas quanto às questões de BP está o texto de Vernengo e Caldentey (2019). Diferente de Prates (2020), os autores testemunham em favor das finanças funcionais e juro exógeno, mas compartilham de certo pessimismo presente em Epstein (2019) com relação às desvalorizações cambiais. Porém, diferente da abordagem descrita no parágrafo acima, Vernengo e Caldentey (2019) apresentam uma abordagem de longo prazo que traz as contribuições cepalinas sobre as restrições de BP. Os autores retomam a ideia de deterioração dos termos de troca combinada com a alta elasticidade-renda das importações quando comparada com a elasticidade-renda das exportações para rerepresentar o problema de restrição de BP. Diferente dos mencionados anteriormente, Vernengo e Caldentey (2019) reconhecem a contribuição das finanças funcionais para lidar com os desafios da periferia do capitalismo, uma vez que políticas industrializantes para mitigar a restrição de BP usualmente requerem mais gastos fiscais e nunca, menos.

No entanto, segundo os autores, seria preciso que as economias periféricas desenvolvessem o arcabouço de política fiscal sempre com vistas a mitigar as restrições de BP. Não seria o caso de invalidar algo que a MMT construiu, mas de relativizar a importância do câmbio flexível em equilibrar o BP frente à importância dos controles de capital na abordagem em questão. Vernengo e Caldentey (2019) acusam a MMT de negligenciar a importância de controle sobre os fluxos de capital, fato que, se considerado, ampliaria o espaço de política fiscal relativamente mais do que simplesmente manter o câmbio flexível. Diferente da subseção anterior, que questionava a validade teórica e institucional das finanças funcionais, esta subseção considera os efeitos da restrição de BP sobre as finanças funcionais e, por isso, estes argumentos foram considerados como “indiretos”.

Apesar da restrição de espaço, esta seção buscou resumir o cerne das críticas endereçadas à abordagem da MMT, organizando-as por pilares. A seção seguinte trará as réplicas às críticas apresentadas e encaminhará as críticas que ainda precisam ser incorporadas na abordagem a fim de se avançar no debate.

4. O futuro da MMT nos âmbitos doméstico e internacional

Após introduzir o arcabouço teórico e as críticas aos pilares da MMT, esta seção apresentará algumas respostas a fim de revisitar os pilares teóricos, verificar suas validades lógicas e encaminhar o debate para as respostas que ainda precisam ser dadas. A organização do debate acerca de uma teoria pode mostrar-se útil tanto para o estudo da teoria em questão, como para o encaminhamento de futuros textos críticos. Para além de responder as críticas, esta seção pretende contribuir com a literatura ao encaminhar o debate da MMT em economias periféricas.

No campo sobre a disputa pela origem da moeda, os cartalistas oferecem uma resposta para uma lacuna deixada pelos institucionalistas. O argumento lógico de que os agentes aceitam moeda por esperarem que “outros” também aceitarão deixa vaga a explicação do motivo pelo qual estes “outros” também aceitarão a moeda como tal. A conformidade com a opinião média não é um recurso lógico suficiente por si para explicar o que confere a algum item em específico o posto de moeda, uma vez que cai em um ciclo infinito argumentativo, inconclusivo, que termina sem esclarecer o motivo de as pessoas aceitarem moeda como meio de pagamento. Nesse ponto, Wray (2004; 1998) oferece uma explicação que avança na compreensão da origem da moeda (via gasto do governo), bem como sua destruição (impostos). Assim, a conformidade com a opinião média é explicada pela crença compartilhada de que todos possuem tributos a serem saldados na moeda determinada por um ente hierárquico superior, atualmente, o Estado.

Isto, no entanto, não significa que a visão de moedas por “contratos” apontada por Davidson (1972) esteja suprimida. Quando o Estado soberano cria moeda através do gasto, ele só o faz sob a promessa de aceitar essa moeda em um futuro próximo como redenção de tributos, um passivo que a maioria dos agentes possuem com o Estado. Considerando os Estados modernos, dado que a arrecadação só viria depois dos gastos, os tributos funcionariam como um contrato, isto é, uma garantia futura de que a dívida será quitada por essa moeda. Podemos dizer que os tributos fornecem a característica de “máquina do tempo” para o item que o liquidará, permitindo com que este item aceito pelo Estado carregue seu valor no tempo para então ser aceito como redenção de uma dívida, da mesma forma que contratos de dívida bancária geram a moeda bancária e assim por diante. Em resumo, a moeda é entregue hoje pelo setor público para o setor privado através do gasto sob a promessa do ente público em aceitar esta mesma moeda, em um futuro próximo, como redenção dos tributos.

Mas, de fato, Kregel (2019) e Davidson (2019) possuem um ponto importante ao destacar a atenção que deve ser dada à escolha de alocação de portfólio. A análise da escolha de portfólio permite-nos entender a dinâmica econômica, como bem demonstrou Carvalho (1992). Ambas as abordagens são distintas, mas não conflitivas, isto é, aceitar que a origem da moeda está ligada aos impostos não invalida as funções da moeda e as análises de uma economia monetária da produção. O caminho da MMT nos leva à análise com foco no nexo-fiscal monetário, enquanto o caminho de Davidson (1972) e Carvalho (1992) enfatiza a análise teórica da decisão de investimento e o papel da incerteza. A depender do objeto de análise, o pesquisador pode enfatizar mais uma abordagem do que outra. A MMT não tem a pretensão de ser uma “teoria geral”, que abrange todos os aspectos econômicos, senão um arcabouço para estudar o setor público, seu endividamento e suas restrições. O próprio Wray (1992), em trabalhos mais antigos, utilizou a abordagem da preferência pela liquidez quando estudou objetos que requeriam tal abordagem.

Quanto ao pilar das finanças funcionais, Tymoigne e Wray (2015) respondem a crítica institucional de Gnos e Rochon (2002) dizendo que, por mais que as autoridades fiscal e monetária americanas (e em boa parte dos países com moeda soberana) sejam separadas *de jure*, não o são *de facto*. Isto é, mesmo que o BC não possa comprar títulos do Tesouro no mercado primário, irá fazê-lo no secundário sob risco de não cumprir sua meta de juros. Essa compra não constitui dívida nova, senão realocação patrimonial dentro do setor público, logo, ambos podem ser considerados HPM, pois são duas faces da mesma moeda (dívida pública). Através de uma análise de balanços patrimoniais, os autores mostram que, comprando no mercado primário ou no secundário, o balanço patrimonial do setor financeiro privado não se altera; no máximo, verificamos uma diferença de alocação dentro do balanço do setor público. Para aqueles que queiram estudar a distribuição do passivo público entre BC e Tesouro, pode ser importante segregar tais entidades, mas para aqueles que estão interessados nos efeitos sobre o balanço patrimonial do setor privado, como é o caso da MMT, a segregação não altera o resultado final.

Contudo, entendemos que o apontamento de Lavoie (2013) corrobora com o arcabouço da MMT. As finanças funcionais constituem um arcabouço teórico que nos mostra a disfuncionalidade de arcabouços legais como aqueles que impedem a compra de títulos do BC direto do Tesouro. Essas legislações, no limite, podem levar a uma interrupção, do ponto de vista técnico, desnecessária do funcionamento da máquina pública. No Brasil, chegou-se ao cúmulo de montar uma legislação que impede aumento de gastos reais de um ano para o outro, lei que poderia levar alguns a falar que nem o princípio de demanda efetiva funciona neste país, já que o Governo não tem mais espaço para gastar com despesas discricionárias. Mas o fato é que tanto o princípio de demanda efetiva como as finanças funcionais nos ajudam a entender como estes instrumentos são disfuncionais para a prosperidade econômica, não garantem qualquer eficiência de gastos, como Colander (2019) desejaria, e como devemos utilizar a teoria econômica para buscar alterações destes arcabouços jurídicos desnecessários.

Este constitui um ponto a avançar a partir do arcabouço teórico da MMT, qual seja: pensar instituições jurídicas regionais funcionais. A MMT é um arcabouço teórico, mas deve sofrer com as intermediações necessárias ao considerar países com múltiplas peculiaridades e variados desafios. A vertente estadunidense enveredou pelo caminho do *Green New Deal*, propondo que o desenho institucional se volte para prover a mudança estrutural de matriz energética visando fontes renováveis. As institucionalidades importam, e nada melhor do que economistas locais, conhecedores dos meandros institucionais, para desenvolver arcabouços jurídicos funcionais a partir da abordagem das finanças funcionais. Foi o mito das finanças sadias que levou economistas e juristas a acreditar que legislações deveriam impor restrições ao resultado fiscal e ao gasto público dentro de um ano-calendário e é isso que deve ser combatido.

O estudo empírico de Aidar e Braga (2019), considerando mais de dez países periféricos sobre os determinantes dos fluxos de capital internacional, constatou que seus determinantes fogem ao controle da política fiscal. Diferente do que sugerem Prates (2020) e Carneiro (2021), o nível da dívida doméstica ou a estrutura do passivo do BC não se mostram variáveis relevantes para explicar o risco-país. Este índice responde mais prontamente aos preços internacionais das *commodities* e ao índice de volatilidade do mercado financeiro americano (VIX). Se, por um lado, é desejável que o BC determine sua taxa de juros acima de um “piso” dado pela taxa de juros internacional acrescida deste risco-país, por outro, esta taxa de juros básica de curto prazo jamais deixa de ser exógena. Se o BC determinar a taxa de juros básica abaixo deste “piso” internacional, é fato que haverá consequências macroeconômicas, mas ele possuirá todas as ferramentas de que precisa para garantir a manutenção de sua meta²⁵. Em suma, a restrição monetária externa existe, mas é exógena e não está relacionada com a política fiscal.

Ponderando as críticas de Epstein (2019) e de Vernengo e Caldentey (2019), os autores precisamente apontaram que uma taxa de câmbio flexível não

²⁵ Para detalhes dos mecanismos, ver Lavoie (2014, cap.7).

amenizaria esta restrição monetária existente em países periféricos e tampouco o câmbio fixo o faria. Wray (2006) não tem uma defesa ingênua de câmbio flexível como os autores críticos fazem crer. O argumento da abordagem da MMT é que ter uma taxa de câmbio fixa forneceria um alvo para o mercado apostar contra. Nesse caso, não se trataria de uma aposta contra sustentabilidade fiscal do Estado, mas contra sua capacidade de garantir uma taxa de conversão em relação a uma divisa sobre a qual não se tem controle pleno. A proposta de Wray (2006) é evitar câmbio fixo para não fornecer este alvo especulativo ao mercado, enquanto o governo usaria este espaço extra que um câmbio flexível ofereceria para fazer políticas que melhorassem os termos de troca. Conforme Wray (2006, p. 224, tradução nossa):

Enquanto um regime de câmbio flutuante pode exercer um papel secundário neste fenômeno, o real problema é a livre flutuação de capital denominado em recursos privados que permite a criação de posições financeiras do tipo Ponzi, que, a seu turno, conduz a um regime cambial mais instável [...]. Controles de capital poderiam ser parte da solução.

Quando estuda a viabilidade de um PGE assumindo uma pequena economia aberta, dentre outras considerações, Wray (2007, p.38, tradução nossa) afirma:

Finalmente, o governo pode usar métodos tradicionais para proteger seu balanço de pagamentos e sua meta de taxa de câmbio: tarifas, controle sobre importações e controle de capitais. [...] Nenhum governo deveria usar a pobreza e o desemprego para atingir tais fins.

Em ocasiões de entrevistas ou perguntas em suas palestras, Wray, ao não se considerar um “*development economist*”, evitou fazer comentários sobre como implementar controles de capital. De fato, o melhor desenho de controles de capital constitui um outro ponto para se avançar dentro do arcabouço da MMT. Rossi (2016, pp. 153-154) apontou a efetividade de regulações sobre mercado de derivativos cambial aplicadas no Brasil no segundo semestre de 2012, período de menor oscilação cambial da história recente do país. A regulação associava controles de capital, oneração de posições dos bancos e impostos

sobre derivativos. Este primeiro passo dado por Rossi (2016) deve ser aprofundado no sentido de desenhar sugestões institucionais que nos ofereçam maior autonomia econômica em episódios de restrição internacional.

Além de controles cambial e de capital, o PGE poderia ser utilizado como instrumento de mitigação do conflito distributivo e, portanto, de suavização dos efeitos cambiais sobre a economia doméstica. O debate entre NAI-BER e NAIRU não se mostra muito frutífero ao considerar a intensidade do conflito distributivo como dada. O fato é que o PGE pode ser utilizado como um instrumento de política fiscal focalizada que, além de eliminar o desemprego, regulará o mercado de trabalho neste nível. Uma política ativa no mercado de trabalho poderá estabelecer um parâmetro salarial que estabilizaria o nível de intensidade do conflito, compartilhando ganhos e perdas entre salários e lucros a serem negociados em uma estrutura centralizada de barganha²⁶. Kriesler *et alii* (2020) enxergam que esta centralização da barganha poderia afetar o nível de intensidade do conflito e compensar uma eventual queda do custo de ficar desempregado. Assim, o encaminhamento do debate seria mais frutífero se rompêssemos com a abordagem linear entre desemprego e inflação, como fazem Mitchell (1998) e Sawyer (2003), e pensássemos a implementação do programa com vistas a amenizar o conflito, a fim de tornar pleno emprego e estabilidade de preços compatíveis em um arranjo institucional cuidadosamente desenhado.

Finalmente, a institucionalidade de um PGE em países periféricos constitui outro ponto do debate sobre o qual a MMT ainda precisa avançar consideravelmente. Enquanto a vertente estadunidense da MMT está sugerindo o PGE como parte do *Green New Deal*, as vertentes de países periféricos podem pensar em programas desenvolvimentistas que melhorem os termos de troca e alterem a estrutura da oferta agregada de forma a torná-la compatível com as demandas do mercado doméstico. Saneamento básico, urbanização de áreas periféricas, educação básica, preservação florestal, serviços de cuidados de crianças e idosos são apenas alguns exemplos de

²⁶ Proposta inspirada na experiência sueca do pós-guerra (QUINTAS e IANONI, 2021).

uma gama muito ampla de serviços requeridos por economias periféricas e atualmente escassos nessas áreas. Os desafios estão postos e os esforços intelectuais precisam ser reunidos para se atingir o objetivo principal da MMT: pleno emprego.

5. Considerações finais

O presente trabalho buscou trazer duas contribuições para a literatura da MMT tanto no âmbito doméstico como no internacional. A primeira contribuição foi no sentido de apresentar a fronteira do debate teórico heterodoxo, revisando os principais argumentos e contra-argumentos. A segunda contribuição consistiu no esforço de organizar as contribuições teóricas que ainda precisam ser incorporadas para que o debate avance.

Quanto ao pilar da origem da moeda, mostramos que a abordagem neocartalista via tributos oferece uma abordagem lógica que avança na compreensão sobre a origem da conformidade com a opinião média sem entrar em conflito com a vertente cartalista de contratos. Já em relação ao pilar das finanças funcionais, a MMT oferece-nos um arcabouço teórico coerente para entender as disfuncionalidades de regras fiscais que impedem o gasto público baseadas em limites arbitrários. Independentemente de a relação entre BC e Tesouro ser permitida por lei, limitar o gasto público em qualquer ponto antes do pleno emprego ser atingido é uma escolha puramente política.

Ainda sobre o pilar das finanças funcionais, é fato que a restrição de balanço de pagamentos precisa ser considerada, mas é falso que a política fiscal de austeridade nos é imposta. Da mesma forma que também é fato que o pleno emprego gera poder de barganha para os trabalhadores, mas debater sobre o nível de desemprego que estabilizaria preços não nos parece ser o caminho adequado para enveredar. Mas por onde avançar então?

Este trabalho elencou alguns pontos que ainda estão em aberto para o desenvolvimento teórico a partir do arcabouço da MMT. O primeiro deles foi sobre a elaboração de instituições jurídicas funcionais para atuação pública. Leis que impedem o financiamento direto entre BC e Tesouro, que estabelecem uma

meta arbitrária de resultado fiscal ou que impedem o aumento real de gastos públicos de um ano para o outro devem ser substituídas por leis que garantam a compatibilidade do orçamento público com as necessidades e os direitos básicos da população do país. Fala-se muito do déficit fiscal, mas, como destacou Martins (2020)²⁷, pouca atenção recai sobre o déficit educacional, habitacional, democrático, déficit de saneamento e de empregos, entre outros.

O segundo ponto para se avançar no debate é sobre o tipo de política pública que minimizaria o impacto da restrição externa. Destacamos aqui que o déficit fiscal não é a causa da restrição externa, mas ainda se tem de avançar no desenho das instituições que mitiguem a restrição de BP. Controles de capital, tal como Rossi (2016) sugeriu, são uma primeira aproximação deste debate, mas um desenho de política fiscal visando uma mudança estrutural que mitigue os problemas a longo prazo também se faz necessário. Podemos pensar no estímulo à agricultura familiar, estímulos a empregos com baixa elasticidade-renda de importação e na adequação da estrutura de oferta agregada com a de demanda doméstica. Para isso, o PGE poderia constituir um ponto fulcral para se avançar.

Em vez de se discutir sobre o nível de desemprego que estabilizaria preços, o presente trabalho partiu de uma abordagem de inflação de custos²⁸ para sugerir que o caminho seria se perguntar sobre que tipo de emprego precisamos gerar. Como câmbio e salários são as principais fontes de pressão de custos, o PGE deveria atentar-se para prestação de serviços que seriam consumidos na própria área beneficiada pelo programa, como cuidado de idosos, crianças, saneamento básico, projetos culturais etc. Além disso, o PGE deveria contar com um conselho central de barganha, em que o nível do salário e os futuros reajustes seriam nacionalmente acordados por entidades representativas da sociedade perante mediação governamental. Este conselho acomodaria o conflito distributivo através da garantia da

²⁷ Norberto Martins em coluna de opinião para o portal Brasil Debate em 23 de julho de 2020. Disponível em: <<https://brasildebate.com.br/responsabilidade-fiscal/>>. Último acesso em: 07/02/2022.

²⁸ Conforme Lavoie (2014, cap. 8).

manutenção do pleno emprego, ao passo que constrangeria demandas potencialmente intensificadoras do conflito entre trabalhadores e empresários.

Em suma, o futuro da MMT afigura-se como promissor, com muitos pontos para desenvolvimento. Urge a necessidade de avanços neste debate para discutirmos projetos de nação que mobilizem uma abordagem funcional para os problemas que enfrentamos. Sugerir que o orçamento do governo deva, arbitrariamente, ser equilibrado enquanto a Terra completa uma volta ao redor do sol não nos trará qualquer avanço teórico.

Referências

- AGLIETTA, M. *Money: 5,000 Years of Debt and Power*. Verso: Londres, 2018.
- AIDAR, G.; BRAGA, J. "Country-risk Premium in the Periphery and the International Financial Cycle (1999-2019)". *Texto para Discussão n. 342*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- CARNEIRO, R. "As Falhas da Modern Monetary Theory (MMT)". *Texto para Discussão n. 403*, Instituto de Economia da Universidade de Campinas, Campinas, 2021.
- CARVALHO, F. C. *Mr. Keynes and the Post-Keynesians*. Cheltenham: Edward Elgar, 1992.
- COLANDER, D. "Are Modern Monetary Theory's Lies 'Plausible Lies'?", *Real-World Economics Review*, vol. 89, n. 3, pp. 62-71, 2019.
- DAVIDSON, P. "Money and The Real World", *The Economic Journal*, vol. 82, n. 35, pp. 101-115, 1972.
- _____. "What is Modern About MMT? A Concise Note", *Real-World Economics Review*, vol. 89, n. 3, pp. 72-74, 2019.
- DEQUECH, D. "Economic institutions: explanations for conformity and room for deviation", *Journal of Institutional Economics*, vol. 9, n. 1, pp. 81-108, 2013.
- EPSTEIN, G. "The Empirical and Institutional Limits of Modern Money Theory", *Review of Radical Political Economics*, vol. 52, n. 4, pp. 772-780, 2020.
- GNOS, C.; ROCHON, L. P. "Money Creation and the State: A Critical Assessment of Chartalism", *International Journal of Political Economy*, vol. 32, n. 3, pp. 41-57, 2002.
- KALECKI, M. "Political aspects of full employment", *Political Quarterly*, n. 4, pp. 322-331, 1943.
- KELTON, S. *The Deficit Myth: Modern Monetary Theory and the Birth of the People's Economy*. Londres: Hachette UK, 2020.
- KELTON [BELL], S.; WRAY, L. R. "Fiscal Effects on Reserves and the Independence of the Fed", *Journal of Post-Keynesian Economics*, vol. 25, n. 2, pp. 263-271, 2002.
- KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Londres: Macmillan, 1936.
- _____. "The Treatise on Money" in: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, vol. I e II. Cambridge: Cambridge University Press, 2013 [1930].
- KNAPP, G. F. *The State Theory of Money*. Londres: Macmillan, 1924.
- KREGEL, J. "MMT: The wrong answer to the wrong question", *Real-World Economics Review*, vol. 89, n. 3, pp. 85-96, 2019.

- KRIESLER, P.; HALEVI, J.; SETTERFIELD, M. "Political Aspects of 'Buffer Stock' Employment: A Re-consideration", *Working Paper*, The New School for Social Research, Nova York, set. 2020.
- LAVOIE, M. "The Monetary and Fiscal Nexus of Neo-chartalism: A Friendly Critique", *Journal of Economic Issues*, vol. 47, n. 1, pp. 1-32, 2013.
- _____. *Post-Keynesian Economics: new foundations*. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2014.
- _____. "Modern Monetary Theory and Post-Keynesian Economics", *Real-World Economics Review*, vol. 89, n. 3 pp. 97-108, 2019.
- LAWSON, T. "Social Positioning and the Nature of Money", *Cambridge Journal of Economics*, vol. 40, n. 4, pp. 961-996, 2016.
- _____. "Money's relation to debt: some problems with MMT's conception of money", *Real-World Economics Review*, vol. 89, n. 3, pp. 109-128, 2019.
- LERNER, A. P. "Functional Finance and The Federal Debt", *Social Research*, vol. 10, pp. 38-51, 1943.
- MINSKY, H. P. "Address Presented at a Conference on 'Labor and the War Against Poverty'" in: *Hyman P. Minsky Archive*. Paper 271. 1965. Disponível em: https://digitalcommons.bard.edu/hm_archive/271. Último acesso em: 07/02/2022.
- _____. *Stabilizing an Unstable Economy*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- MITCHELL, W. "The Buffer Stock Employment Model and the NAIRU: The Path to Full Employment", *Journal of Economic Issues*, vol. 32, n. 2, pp. 547-556, 1998.
- MITCHELL, W.; WRAY, L. R.; WATTS, M. J. *Modern Monetary Theory and Practice: An Introductory Text*. Londres: Macmillan International Press, 2019.
- MOSLER, W. *Soft Currency Economics*. West Palm Beach: Adams, Viner and Mosler, 1995.
- MOSLER, W.; FORSTATER, M. "The Natural Rate of Interest is Zero", *Journal of Economic Issues*, vol. 39, n. 2, pp. 535-542, 2005.
- NERSISYAN, Y.; WRAY, L. R. "How to Pay for the Green New Deal", *Working Papers n. 931*, Levy Economics Institute of Bard College, 2019.
- ORLÉAN, A. "L'approche institutionnaliste de la monnaie: une introduction". Paris, 2007. Mimeo.
- PALLEY, Thomas I. "Money, Fiscal Policy, and Interest Rates: A Critique of Modern Monetary Theory", *Review of Political Economy*, vol. 27, n. 1, pp. 1-23, 2015.
- _____. "Macroeconomics vs. Modern Money Theory: some unpleasant Keynesian arithmetic and monetary dynamics", *Real-World Economics Review*, vol. 89, n.3, pp. 148-155, 2019.
- PRATES, D. M. *Crises financeiras nos países "emergentes": uma interpretação heterodoxa*. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia –Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- _____. "Monetary Sovereignty, Currency Hierarchy and Policy Space: a post-Keynesian approach", *Texto para Discussão n. 315*. Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, set. 2017.
- _____. "Beyond Modern Money Theory: A Post-Keynesian Approach to the Currency Hierarchy, Monetary Sovereignty, and Policy Space", *Review of Keynesian Economics*, vol. 8, n. 4, pp. 494-511, 2020.
- QUINTAS, F.; IANONI, M. "The Rehn-Meidner Plan and the Swedish Development Model in the Golden Years", *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 41, pp. 3-22, 2021.
- RESENDE, A. L. "Consenso e contrassenso: déficit, dívida e previdência", *Centro Brasileiro de Relações Internacionais*, dossiê vol. 4, ano 18, 2019.
- _____. *Consenso e contrassenso: por uma economia não dogmática*. São Paulo: Portfólio Penguin, 2020.

- ROCHON, L. P. "MMT and TINA", *Real-World Economics Review*, vol. 89 n. 3, pp. 156-166, 2019.
- ROSSI, P. *Taxa de câmbio e política cambial no Brasil: teoria, institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.
- SARGENT, T. J.; WALLACE, N. "Some unpleasant monetarist arithmetic" in: GRIFFITHS, B.; WOOD, G. E. *Monetarism in the United Kingdom*. Londres: Palgrave Macmillan, 1984, pp. 15-41.
- SAWYER, M. "Employer of Last Resort: could it deliver full employment and price stability?", *Journal of Economic Issues*, vol. 37, n. 4, pp. 881-907, 2003.
- SECCARECCIA, M. "What Type of Full Employment? A Critical Evaluation of 'Government as the Employer of Last Resort' Policy Proposal", *Investigación Económica*, vol. LXIII, n.247, pp. 15-43, 2004.
- TAVARES, M. C. "A Retomada da Hegemonia Norte-Americana", *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 5, n. 2, 1985.
- TCHERNEVA, P. R. "The job guarantee: Design, jobs, and implementation" *Working Papers Series n. 902*. Levy Economics Institute of Bard College, 2018.
- TYMOIGNE, E.; WRAY, L. R. "Modern Money Theory: A Reply to Palley", *Review of Political Economy*, vol. 27, n. 1, pp. 24-44, 2015.
- VERGNHANINI, R.; DE CONTI, B. "Modern Monetary Theory: a criticism from the periphery", *Brazilian Keynesian Review*, vol. 3, n. 2, pp. 16-31, 2017.
- VERNENGO, M.; CALDENTEY, E. P. "Modern Money Theory (MMT) in the Tropics: Functional Finance in Developing Countries", *Working Paper n. 495*. Political Economy Research Institute, 2019.
- WRAY, L. R. "Government as employer of last resort: Full employment without inflation", *Working Paper n. 213*. Levy Economics Institute of Bard College, 1997.
- _____. *Understanding Modern Money*. Cheltenham: Edward Elgar, 1998.
- _____. *Credit and State Theories of Money: The contributions of A. Mitchell Innes*. Northampton: Edward Elgar, 2004.
- _____. "To Fix or to Float: Theoretical and Pragmatic Considerations" in: ROCHON, L.; ROSSI, S. *Monetary and Exchange Rate Systems: A Global View of Financial Crises*. Northampton: Edward Elgar, 2006, pp. 210-231.
- _____. *The employer of last resort programme: could it work for developing countries?*. Geneva: ILO, 2007.
- _____. *Modern Money Theory: A Primer on Macroeconomics for Sovereign Monetary Systems*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2015.
- _____. "The 'Kansas City' Approach to Modern Money Theory", *Working Paper n. 961*. Levy Economics Institute of Bard College, 2020.
- WRAY, L. R.; DANTAS, F. "Full employment: Are we there yet?", *Public Policy Brief*, n. 142, 2017.
- WRAY, L. R.; DANTAS, F.; FULLWILER, S.; TCHERNEVA, P. R.; KELTON, S. A. *Public service employment: A path to full employment*. Research Project Report. Annandale-on-Hudson: Levy Economics Institute of Bard College, abr. 2018.

JOÃO TELÉSFORO

A CRÍTICA DE RENÉ ZAVALA À TEORIA DA
DEPENDÊNCIA: AFINIDADES E DIFERENÇAS
COM A TMD E COM CARDOSO E FALETTO

Recebido em 10/06/2021

Aprovado em 08/10/2021

A CRÍTICA DE RENÉ ZAVALETA À TEORIA DA DEPENDÊNCIA: AFINIDADES E DIFERENÇAS COM A TMD E COM CARDOSO E FALETTO¹

Resumo

A obra de René Zavaleta Mercado vem ganhando maior projeção internacional nos últimos anos, como referência para o debate teórico sobre o Estado na América Latina. Em paralelo, observa-se o crescimento do campo de estudos organizado em torno à “teoria marxista da dependência” (TMD). Diante dessa dupla retomada, o artigo analisa a crítica de Zavaleta à teoria da dependência, que em sua leitura incorreria em determinismo econômico e exógeno, pois explicaria as formações sociais dependentes como meros reflexos de sua localização estrutural no mercado mundial. Conclui-se que Zavaleta realizou uma crítica caricatural da teoria da dependência, desprovida de originalidade e de consistência: não identificou as diferenças entre as vertentes da “Escola da dependência”, nem entre elas e a teoria do sistema-mundo (também criticada por ele), ignorou os trabalhos de Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra, e repetiu, de modo superficial, alguns dos pontos da polêmica com a “TMD” realizada anos antes por outros autores, a exemplo de Fernando Henrique Cardoso. Por fim, a partir das afinidades entre as críticas de Zavaleta e de Cardoso à “TMD”, o artigo explora, de modo inicial, as aproximações e divergências entre suas abordagens de análise das formações sociais e Estados dependentes. Lança-se a hipótese de que, embora

JOÃO TELÉSFORO

Doutorando em Direito Econômico e Economia Política na Universidade de São Paulo (USP). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

E-mail: telesforo@usp.br

¹ Agradeço a Rodrigo Santaella Gonçalves e ao professor Alexandre de Freitas Barbosa pela discussão dos argumentos desenvolvidos aqui e pela leitura crítica do artigo. Eventuais equívocos do texto, no entanto, devem ser atribuídos somente a mim.

ambos interrogassem pelas condições de possibilidade da *democracia* na América Latina, a diferença fundamental entre eles era que a teoria e as investigações de Zavaleta orientavam-se pela aposta estratégica na ação e autodeterminação das classes populares. Essa *aposta* inexistia na produção de Cardoso, segundo Santaella Gonçalves (2018).

Palavras-chave: René Zavaleta Mercado; teoria da dependência; teoria do sistema-mundo; Fernando Henrique Cardoso; Estado na América Latina.

Abstract

The work of René Zavaleta Mercado has gained greater international prominence in recent years, as a reference for the theoretical debate about the state in Latin America. In parallel, the field of studies organized around the “Marxist dependency theory” (MDT) has also been growing. Thus, this article analyzes Zavaleta’s criticism of dependency theory, which would incur, according to him, in economic and exogenous determinism, as it would explain dependent social formations as mere reflections of their structural position in the world market. It is concluded that Zavaleta’s critique of the dependency theory was caricatural, devoid of originality and consistency. He did not identify the differences between the strands of “Dependency School” or between them and the world-systems theory (also criticized by him), and ignored the works by Ruy Mauro Marini and Vânia Bambirra. His arguments repeated, in a superficial fashion, previous criticism of the “MDT” by other authors, such as Fernando Henrique Cardoso. Finally, based on the affinities between Zavaleta’s and Cardoso’s critiques of the “MDT”, the article begins an exploration of the similarities and divergences between the approaches they proposed to investigate dependent social formations. It is hypothesized that although both shared the search for local conditions of possibility for *democracy* in Latin America, the fundamental difference between them is that Zavaleta’s investigations would be guided by the strategic *bet* on action and self-determination of the popular classes. This bet did not exist in Cardoso, even in his time as a “dependentist” social scientist, according to Santaella Gonçalves (2018).

Keywords: René Zavaleta Mercado; dependency theory; world-systems theory; Fernando Henrique Cardoso; state in Latin America.

I. Introdução

Desde 2009, a projeção internacional da obra de René Zavaleta Mercado (1935-1984), autor de um dos mais notáveis esforços de *nacionalização do marxismo* realizados na América Latina no século XX (TAPIA, 2002), cresceu significativamente². Tornou-se incomum encontrar trabalhos de distintas ciências sociais sobre a Bolívia que não referenciem seus trabalhos. Ademais, tem se desenvolvido também uma bibliografia que explora suas contribuições teóricas e epistemológicas para além do contexto boliviano, debatendo ou utilizando conceitos como “formação social *abigarrada*”, “Estado aparente” e “forma primordial”, além de suas reflexões sobre a relação entre crise e condições de possibilidade ao conhecimento social³.

Um aspecto onipresente na obra zavaletiana é o impulso para se afastar do economicismo determinista que ele atribui a diversos autores marxistas. Essa questão assume o primeiro plano em um de seus últimos trabalhos, “Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial” (2009 [1982]), em que o autor procura oferecer uma formulação própria acerca de

² Vejam-se as publicações de uma coletânea com parte importante da obra de Zavaleta pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), em 2009, da tradução para o inglês de seu livro mais importante (*Lo nacional-popular en Bolivia*), realizada por Anne Freeland (professora da Universidade de Columbia), em 2018, e de três dossiês especiais recentes dedicados ao sociólogo boliviano, publicados nas revistas *Trabajos y comunicaciones* (REYNA; STARCEBAUM, 2017), da Argentina, *Historical Materialism* (WEBBER, 2019), da Inglaterra, e *Postcolonial Studies* (LAGOS-ROJAS, 2019), da Austrália.

O número de artigos científicos que citam Zavaleta parece ter aumentado significativamente na última década, em relação às anteriores. De modo ilustrativo, veja-se que a busca por “René Zavaleta” no portal Periódicos CAPES, realizada no dia 13 de março de 2021, registra 117 resultados até 2020 (além dos dois que já constam de janeiro de 2021). À parte artigo de autoria do próprio Zavaleta, publicado postumamente em 1987, a busca localiza o seguinte número de artigos que o referenciam, a cada ano: 1 (1992), 3 (2000), 3 (2003), 2 (2004), 1 (2005), 3 (2006), 1 (2007), 2 (2008), 4 (2009), 8 (2010), 3 (2011), 11 (2012), 6 (2013), 4 (2014), 16 (2015), 11 (2016), 9 (2017), 7 (2018), 9 (2019), 12 (2020).

Na Bolívia, os principais intérpretes críticos da sociedade boliviana fazem uso de Zavaleta como uma de suas referências fundamentais desde a década de 1980. É o caso, por exemplo, de Silvia Rivera Cusicanqui (2010) e dos(as) ex-integrantes do Grupo Comuna, a exemplo de Luis Tapia, Álvaro García Linera, Raquel Gutiérrez Aguilar, Oscar Vega Camacho e Raúl Prada. Ver Santaella Gonçalves (2013). A divulgação de Zavaleta ganhou um novo impulso recente no país, ademais, com a publicação de sua obra completa pela editora Plural, de 2011 a 2015, em três tomos e quatro volumes.

³ Ver, entre muitos, Santaella Gonçalves (2012) e Freeland (2019).

uma das questões centrais do pensamento político latino-americano naquele momento: a análise da “tensão entre formas autoritárias e movimentos democráticos” na região, à luz “dos movimentos contraditórios entre o fluxo [...] dos centros mundiais, em especial Estados Unidos, em direção à periferia, o que fala da determinação exógena da forma política [...], e a causação histórico-local dentro da formação, ou seja, sua forma primordial” (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 291-292⁴).

Nesse ensaio, Zavaleta critica diversos autores marxistas, e em especial as teorias da dependência e do sistema-mundo, porque, em sua visão, incorreriam no erro de explicar as formações sociais e Estados dependentes mediante a dedução do papel a elas destinado pelo capitalismo central, pela determinação externa. Esses teóricos não levariam em conta a “correspondência diferida” entre economia e política, bem como entre “*determinação dependente*” e a “*forma primordial*” de sua recepção em cada país, segundo sua dinâmica endógena (ZAVALETA, 2009 [1982]). Era precisamente isso o que ele procurava fazer, naquele momento, em investigações de inspiração gramsciana como *Las masas en noviembre* (2009 [1983]) e *Lo nacional-popular em Bolivia* (2008 [1986]), sua obra de maturidade.

Com o crescimento, na última década, do campo de estudos organizado em torno à “teoria marxista da dependência” (TMD)⁵, apareceram alguns trabalhos que utilizam conjuntamente conceitos zavaletianos e de autores dessa vertente (SILVA JÚNIOR, 2014; MACIEL, 2018), não obstante ela fosse duramente criticada pelo sociólogo boliviano. O uso conjunto dessas duas abordagens não é necessariamente um problema, apesar das diferenças entre elas ou justamente para explorar produtivamente os pontos de divergência. Há o risco, entretanto, de se incorrer em ecletismo pouco rigoroso, pela apropriação superficial de autores com propostas teóricas e metodológicas distintas para o estudo das formações sociais dependentes.

⁵ Sobre a retomada da teoria marxista da dependência por uma nova geração de intelectuais brasileiros(as) nos últimos anos, ver o prefácio de Jaime Osorio ao livro de Mathias Luce (2018).

O artigo busca, assim, analisar de modo aprofundado a crítica de Zavaleta àquilo que ele identifica como “teoria da dependência”⁶, examinando se suas posições e fundamentos eram dotados de ineditismo e consistência, tendo-se em vista os debates e programas de investigação das ciências sociais latino-americanas a esse respeito ao longo das décadas de 1960 e 1970, revisitados em pesquisas atuais.

Cabe, desde logo, evitar uma confusão. Ao criticar a “teoria da dependência”, Zavaleta cita nominalmente Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Aníbal Quijano, mas também se refere pontualmente, de modo vago, a “outras abordagens” da “teoria”. É por essa vagueza que utilizo a expressão entre aspas, ao me referir ao objeto da crítica zavaletiana, que não é precisamente delimitado. Como se sabe, o debate dependentista desdobrou-se em distintas vertentes, e uma das divergências fundamentais entre elas era (e é) justamente se o estudo das formações sociais dependentes exigia ou não a formulação de uma *teoria* da dependência, isto é, se o capitalismo dependente seria ou não dotado de leis específicas, segundo veremos adiante.

Acompanho a bibliografia que utiliza o termo *Escola da dependência* para se referir ao conjunto mais amplo e diversificado de vertentes desse debate. O artigo debaterá com duas delas: *a teoria marxista da dependência*⁷,

⁶ Giller (2015) examina as críticas de Zavaleta à “teoria da dependência”, mas se concentra em contextualizar e sistematizar o percurso do pensamento zavaletiano em seus distintos momentos, sem examinar de modo consistente se a caracterização da escola dependentista feita pelo sociólogo boliviano é precisa. Giller reproduz generalizações e caricaturas dos dependentistas em que Zavaleta, segundo demonstrarei neste artigo, incorreu. Assim como Zavaleta, aliás, pouco cita os dependentistas para sustentar sua crítica.

⁷ Note-se que Cardoso também era amplamente considerado marxista durante seu período de sociólogo “dependentista”, como se lê em Bambilra (1978, p. 35), uma das principais autoras da vertente conhecida como “teoria marxista da dependência” (TMD): “Se empeñaron en el análisis de la dependencia personas que tenían las más diversas formaciones respecto al pensamiento científico. Unos se habían formado en el estructural-funcionalismo (el caso más patente era el de Gunder Frank), otros en el weberianismo (quizás Weffort sea la mejor expresión), otros en el marxismo (el equipo de investigación sobre la dependencia del CESO, Ruy Mauro Marini y autores como Aníbal Quijano y Fernando Henrique Cardoso, que pese a sus sólidas formaciones marxistas, y la utilización de sus categorías y su metodología, son heterodoxos)”. Cardoso não era adepto de uma “teoria da dependência” ou “teoria marxista da dependência” não por rejeitar o marxismo àquela época, mas por divergir que o capitalismo dependente fosse regido por leis específicas, segundo veremos adiante. Posteriormente, autores do campo da “TMD” passaram a considerar que o trabalho de Cardoso não teria sido marxista. Ver Seabra (2019, p. 271).

desenvolvida por Marini, Dos Santos, Bamberger e, em parte, Gunder Frank; e *a análise das situações de dependência*, de Cardoso e Faletto. Ficarão de fora outras abordagens, como a nova formulação da CEPAL sobre o subdesenvolvimento da América Latina, a partir de meados da década de 1960 (SEABRA, 2019, p. 266).

Na segunda seção do artigo, resumirei a crítica de Zavaleta às teorias da dependência e do sistema-mundo. Na terceira seção, argumentarei que essa crítica foi feita de modo caricatural, ignorando a diversidade dos autores dependentistas, suas diferenças com outras abordagens, seus esforços para desenvolver conceitos e programas de investigação voltados à análise de situações concretas de dependência, bem como de conjunturas políticas e Estados dependentes, para além do economicismo. A quarta seção analisa as semelhanças e diferenças entre as críticas de Zavaleta à “teoria da dependência” e algumas daquelas que tinham sido realizadas, ao longo da década anterior, por Fernando Henrique Cardoso. Na quinta seção, lançarei duas hipóteses para a comparação entre a “análise das situações de dependência” de Cardoso e Faletto e a proposta teórico-metodológica de Zavaleta para a análise das “determinações dependentes” e “formas primordiais” das formações sociais dependentes.

2. A crítica de Zavaleta às teorias da dependência e do sistema-mundo

De acordo com Zavaleta, a tendência dos marxistas daquela época era afirmar que se o “núcleo de autodeterminação” do Estado-nação “ainda existe, existe cada vez menos”, diante do crescente poder das empresas multinacionais. Dentre os autores que associa a essa tese, confere destaque a Poulantzas, que atribuiria “à entidade multinacional não só a aptidão de dissolver os velhos Estados nacionais, mas também a de reconstruir à sua imagem e semelhança as próprias ‘formações dominadas e dependentes’” (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 292-293). Para Zavaleta, o marxista greco-francês iria “além da mais extensa das teses dependentistas (a de Quijano),

que falava pelo menos de uma correspondência fechada entre a história local e a fase da história central, mas não da ocupação daquela por esta” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 293).

A “teoria da dependência” foi, para Zavaleta, “ao menos, a tentativa” de pensar a história desde o ponto de vista dos países periféricos, mas teria terminado por chegar “a uma conclusão igualmente monista, no sentido de que as coisas ocorrem sempre em uma só direção”, atribuindo agência somente aos países centrais, aos quais todos os “momentos nacionais” das formações sociais latino-americanas estariam subordinados (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 304). Segundo ele, o “paradigma dessa concepção” seria Gunder Frank, que, a seu ver, estaria equivocado ao “confundir o efeito de iluminação do capitalismo, que na verdade alcança até o último rincão das coisas, com a incorporação produtiva” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 305).

Segundo Zavaleta, Theotônio dos Santos representaria um “extremo” da tese de Frank, ao defender que o desenvolvimento dependente é dotado de leis específicas que o caracterizariam como “modo de produção capitalista dependente”. O sociólogo boliviano contrapõe-se à tese de que existiriam “dois modos de produção capitalistas” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 305). Para ele, é preciso evitar duas “tentações”: “a de pensar o modo de produção capitalista como unicidade desde o princípio”, que associa a Gunder Frank e à teoria do sistema-mundo (mencionando Wallerstein), “e também a outra tentação, tão conexas, de supor a dependência como um modo produtivo dotado de suas próprias leis” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 304).

Sobre Wallerstein, Zavaleta considera que a “imagem do sistema mundial” formulada por ele⁸ “propõe certo cálculo mundial de valor que o inutiliza para toda análise concreta da luta de classes”; ademais, “o escalamento mundial [...] do mercado e da economia mundiais [...] fracassa sempre na composição de um sistema mundial, porque este comporta já requisitos ideológico-político-culturais com vasta força de determinação local”

⁸ A rigor, Wallerstein utilizava a expressão “sistema-mundo”, e não, “sistema mundial”.

(ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 305-306). Sequer se poderia falar, portanto, na existência de um sistema mundial ou sistema-mundo em sua perspectiva.

Zavaleta rejeita em bloco as duas teorias, alegando que ambas vincular-se-iam aos limites da seguinte tradição teórica e política:

A própria tradição anticolonialista induziu os especialistas em assuntos sociais latino-americanos a darem por assentado que o atraso e a marginalidade da região são consequência de uma interferência extrínseca e estrutural que formaria, portanto, o composto ou marco histórico da dependência. É por isso que o anti-imperialismo é mais vivente na América Latina que o estudo das formações sociais de base. É por isso que se fala mais das intervenções militares norte-americanas que do papel do que é agora a América Latina na gestação da agricultura mundial, isto é, da apropriação nativa do cenário (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 305-306).

Para Zavaleta, é preciso, sim, analisar os “movimentos e conjunturas dos centros econômicos (aos quais aqui não se atribui o caráter de centros históricos)”, que interferem em todos os problemas fundamentais da periferia, e em particular da América Latina; entretanto, simultaneamente, deve-se definir o “grau de autodeterminação que pode ter uma história nacional”, e em quais condições ela pode ser produzida (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 307). A economia mundial produz efeitos nas nações periféricas, mas não de modo “constante, linear, homogêneo” nas diversas nações, nem ao longo do tempo: variam tanto o fluxo da determinação centro-periferia (durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, ele se reduziu, o que gerou condições favoráveis à industrialização latino-americana) como o “modo de recepção pela história nacional, isto é, pelo composto primordial” (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 308-309). O desafio científico fundamental, portanto, não é o da busca por categorias gerais sobre a dependência, mas a análise do “tipo particular de dependência” elaborado por “cada formação social ou país. A dependência é, por sua natureza, um fato particular” (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 309-310).

Para ilustrar o fato de que a determinação econômica externa é relevante, mas não onipotente, Zavaleta cita o caso do golpe no Chile, em 1973, quando ficou comprovado que a transnacional ITT e a Embaixada estadunidense atuavam “como uma só entidade” na oposição à Unidade Popular de Salvador Allende, mas não conseguiram impedir sua vitória nas eleições presidenciais. Em seguida, argumenta que “a atividade das agências de inteligência [dos EUA] sem dúvida organizou a desestabilização de seu governo e acelerou sua queda, mas não se pode dizer que a causa eficiente para ela tenha sido a intervenção norte-americana”. Esta teve papel decisivo, mas o golpe ocorreu “em termos das lutas de classes chilenas, isto é, em termos de sua história nacional” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 308). Se a “determinação exógena da forma política” na América Latina é homogênea, no interior de cada período – dado que os Estados Unidos, superpotência hegemônica no mundo e particularmente na região, procuram impor, de modo geral, um mesmo padrão político à região –, a “causação histórico-local”, dentro de cada formação, é fator de heterogeneidade, que diferencia especificamente cada sociedade nacional (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 292).

Segundo sua descrição da teoria da dependência, esta seria incapaz de compreender adequadamente um processo como esse, pois localizaria na determinação externa, imperialista, a causa para a estrutura dependente da América Latina, com todos os seus efeitos negativos, e também a chave fundamental para analisar as conjunturas de cada país. Desse modo, a cada mudança econômica ou ideológica nos países centrais, em especial nos Estados Unidos, corresponderiam impactos praticamente automáticos na América Latina; “a dependência produziria dependência de modo permanente”, em um “maniqueísmo que emerge de um ponto de vista demasiado estrutural” (ZAVALETA, 2009 [1982], pp. 306-307), incorrendo em “uma espécie de fatalismo que acompanha pelo menos certas visões dentro do que se chamou de *teoria da dependência*” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 308, grifos no original). Essa pequena ressalva, de se referir a “pelo menos certas visões”, é a única feita pelo autor à sua generalização negativa sobre essa abordagem teórica.

3. Teoria da dependência: uma anticrítica a Zavaleta⁹

A tese de que o capitalismo dependente seria dotado de uma legalidade específica, rejeitada por Zavaleta, rendera debates significativos ao longo das décadas de 1960 e 1970 (mencionaremos parte deles na seção 4), mas o autor não faz referência a eles, não expõe quais seriam os argumentos dos adeptos da ideia e não desenvolve uma argumentação teórica própria sobre o tema. Zavaleta não se engaja em um debate rigoroso com essa tese, portanto; simplesmente a descarta liminarmente. Chama a atenção o fato de que ele sequer menciona o nome de Ruy Mauro Marini¹⁰, que deu o desenvolvimento teórico mais extenso à tese da legalidade específica do capitalismo dependente, sobretudo a partir do ensaio “Dialética da dependência” (MARINI, 2008a [1973]).

A outra crítica fundamental de Zavaleta à teoria da dependência também se relaciona a vivos debates intelectuais e políticos da América Latina ao longo das duas décadas anteriores. É caricatural e sem consistência argumentativa, no entanto, sua avaliação de que os autores dependentistas analisariam as estruturas das formações sociais latino-americanas, bem como suas conjunturas políticas, à luz quase exclusivamente das determinações imperialistas, como se a história da região fosse consequência mecânica delas, sem maior relevância para as lutas de classes no interior de cada nação. Desdobram-se daí duas outras avaliações de Zavaleta sobre os teóricos da dependência: (i) seriam incapazes de observar e explicar a heterogeneidade das formações sociais da região, as variações de seus Estados e estruturas de classes; e (ii) no plano político (e dos programas de investigação que visavam a contribuir com a luta), dariam peso excessivo ao combate ao

⁹ Parafraseamos o título do livro de Vânia Bambirra (1978), *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, em que a autora debate com as críticas de três autores à teoria da dependência: Agustín Cueva, Octavio Rodríguez e Enrique Semo.

¹⁰ A omissão aos trabalhos ou pelo menos ao nome de Marini é particularmente estranha porque os dois viveram exilados no México (e, antes disso, no Chile) durante vários anos em comum, e o brasileiro foi professor de uma das universidades a que Zavaleta esteve vinculado. A fase final e mais importante e criativa da obra zavaletiana transcorre no México, de 1976 a 1984, conforme assinala Luis Tapia (2002, p. 336).

imperialismo, e atenção insuficiente aos padrões de dominação internos a cada país.

As obras de Bambirra e de Marini são particularmente férteis em negar essas duas imputações feitas por Zavaleta. Não por acaso, são justamente esses os dois autores não citados por ele, dentre os fundadores da teoria da dependência. Bambirra (2013 [1972]) organizou uma *tipologia histórico-estrutural* das situações de dependência dos países latino-americanos, dividindo-os em três grandes grupos distintos¹¹. Não se enxergava a América Latina como bloco monolítico, portanto. A autora tampouco julgava que tal tipologia dispensasse a necessidade de análise de cada situação nacional, o necessário “estudo específico das estruturas dependentes concretas” (BAMBIRRA, 2013 [1972], p. 39). Partindo da síntese de Theotônio dos Santos, segundo a qual “a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais”, ela observa:

Esta formulação da metodologia marxista nos parece a mais adequada, pois torna explícito o significado do que são, como *condicionantes*, o *fator econômico* e a *dependência*. Não existe um condicionamento absoluto – como uma interpretação mecanicista poderia deduzir –, mas sim um condicionamento dos parâmetros dentro dos quais atuam uma série de contradições cujas interações, choques e lutas dão as alternativas ou possibilidades históricas de ação e funcionamento aos setores e classes sociais que se formam dentro desses parâmetros gerais, nos quais as opções de política econômica e social se tornam possíveis. [...]

Visando a esclarecer um pouco mais essa concepção metodológica, poderíamos dizer, por exemplo, que no século XIX os países latino-americanos não poderiam ter deixado de ser fundamentalmente exportadores. Mas dentro desses marcos gerais, alguns países obtiveram a independência antes que outros, instalaram regimes políticos diferentes – como a República

¹¹ Não se trata do primeiro grande esforço de organizar uma tipologia das situações de dependência dos países latino-americanos. Destaca-se a tipologia anterior de Cardoso e Faletto (1977 [1969]), que Bambirra criticou em seu livro (2013 [1972], pp. 45-54), sem deixar de reconhecer méritos nela.

ou o Império, como no caso do Brasil –, e alguns já começaram a criar indústrias no final do século XIX, enquanto outros não o fizeram. Tais eram as possibilidades estruturais que foram se concretizando, permitidas pelo marco geral da dependência (BAMBIRRA, 2013 [1972], pp. 40-41).

Marini tampouco supunha que a construção de uma teoria da dependência substituísse o trabalho de analisar especificamente cada uma das formações sociais dependentes em sua concretude. No *postscriptum* a “Dialética da dependência”, explicitou: “o próprio nível de abstração do ensaio não propiciava o exame de situações particulares [...]. As tendências assinaladas no meu ensaio incidem de forma diversa nos diferentes países latino-americanos, segundo a especificidade de sua formação social” (MARINI, 2008a [1973], pp. 151-152).

Em outros trabalhos, com efeito, tanto Bambirra como Marini examinaram estruturas e conjunturas políticas de formações sociais específicas da América Latina. Vejam-se, por exemplo, o estudo de Bambirra (1973) sobre a revolução cubana e as análises de Marini (1969, 1976) sobre os golpes de 1964 no Brasil, e de 1973 no Chile. Em nenhum desses textos a política local figura como mero efeito da determinação exógena. Zavaleta chega mesmo a inverter o sentido da intervenção da teoria da dependência no debate latino-americano daquela época: os dependentistas bateram-se contra os limites da estratégia nacional-desenvolvimentista que separava mecanicamente a burguesia “nacional” (ou associada) da dominação imperialista, e enxergava somente esta última como obstáculo para a industrialização, a soberania nacional e o desenvolvimento autônomo.

As duas variantes da Escola da dependência consideradas aqui – a “análise das situações de dependência” e a “teoria da dependência” em sentido estrito, ou “teoria marxista da dependência” –, não obstante suas diferenças, questionavam a estratégia nacional-desenvolvimentista (compartilhada também pela doutrina hegemônica dos partidos comunistas da região, até certo ponto) de sustentar a luta anti-imperialista na aliança entre as classes trabalhadoras e setores da classe dominante dos diversos

países latino-americanos, enfrentando os constrangimentos impostos pelo sistema econômico mundial e as ingerências políticas, ideológicas e militares imperialistas. Os(as) dependentistas argumentaram que essa tese não tinha viabilidade, dada a integração monopólica mundial, que gestava paulatinamente, desde 1945, um “novo caráter” da dependência latino-americana, “dado pela penetração sistemática do capital estrangeiro, em especial do capital estadunidense, no setor mais dinâmico das economias dos países dependentes, ou seja, o setor manufatureiro” (BAMBIRRA, 2013 [1972], p. 126)¹². Dentre os efeitos políticos desse processo, teria ocorrido o “abandono realista, por parte das classes dominantes, dos projetos reformistas de desenvolvimento nacional autônomo”, adotando-se, em seu lugar, “medidas cada vez mais ‘interdependentes’ em relação ao centro hegemônico, tanto no plano econômico quanto no político e militar” (BAMBIRRA, 2013 [1972], pp. 126-127).

Desse modo, os dependentistas não interpretaram a implantação de ditaduras militares na região como efeito de mera interferência externa – embora esta evidentemente tenha tido grande relevância, e Zavaleta tampouco o negava –, mas, sobretudo, dos desdobramentos das contradições próprias ao desenvolvimento capitalista dependente, de sua estrutura de classes e do modo como se expressavam os conflitos políticos em seu interior.

Outra evidência de que a “TMD” não tomava a determinação imperialista como explicação causal totalizante e unilinear, aliás, foi o desenvolvimento do conceito de *subimperialismo*, ao qual Marini conferiu novo estatuto teórico¹³,

¹² Vânia Bambirra resume, nessa passagem, as conclusões de um conjunto de autores sobre as consequências do novo caráter da expansão imperialista para a América Latina. Esses autores “trataram de superar o enfoque desenvolvimentista mediante um esforço crítico, com a tentativa, mais bem sucedida em alguns casos que em outros, de aplicação de uma metodologia marxista ao estudo do capitalismo dependente”. Dentre tais estudos, cita, nesta ordem, os de Theotônio dos Santos, Roberto Pizarro, Orlando Caputo, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Aníbal Quijano, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Edelberto Torre Rivas (BAMBIRRA, 2013 [1972], p. 125).

¹³ Luce (2011, p. 19) observa que a categoria foi utilizada à época da II Internacional, mas retomada por Marini com formulação própria, no bojo de sua teoria do capitalismo dependente latino-americano.

procurando realçar a *estrutura* das determinações¹⁴ entre os países dependentes no interior da América Latina naquela etapa de seu desenvolvimento capitalista, com autonomia relativa diante da determinação imperialista. No prefácio à quinta edição de *Subdesenvolvimento e revolução*, de 1974, assinalou, por exemplo: “em 1971, enquanto os Estados Unidos se inclinavam a uma política mais moderada em relação ao governo de Torres [na Bolívia], o Brasil propugnava – e conseguiu impor – uma política mais dura [isto é, o golpe de Estado que implantou a ditadura militar]” (MARINI, 1974, p. 43). Não cabe analisar a fundo aqui o conceito de subimperialismo¹⁵, nem o debate teórico a seu respeito. Nós o mencionamos, junto a um exemplo de seu uso, como uma das evidências de que a teoria da dependência não tomava as nações latino-americanas como apêndices inertes das determinações imperialistas. Considerando seu espaço de autonomia relativa, Marini observou, inclusive, como a economia e a política dessas nações influenciavam umas às outras, construindo uma visão do sistema internacional e da região como palcos de assimetrias diversas e influências multilíneas – mais um modo de superar os limites estreitos do nacionalismo metodológico das explicações “endogenistas”.

A teoria da dependência foi elaborada nos marcos do marxismo. Como tal, reconhece o caráter internacional do modo de produção capitalista, dotado de dinâmica espacial expansiva, que suplantou ou subjugou e reconfigurou

¹⁴ Não se trata somente, pois, de observar interferências conjunturais de uns Estados (e seus grupos dominantes) da região em outros, mas identificar e analisar a diferença *estrutural* entre eles em determinado tempo histórico, que gerava relações assimétricas sistemáticas e uma dinâmica expansiva “subimperialista”. A formulação é anterior e distinta daquela elaborada pela teoria do sistema-mundo entre “periferia” e “semiperiferia”. Todo país subimperialista é semiperiférico, mas a recíproca não é verdadeira; segundo assinalou Gunder Frank (1979), trata-se de um fenômeno específico de países semiperiféricos, mas não necessário a eles. O método de análise que conduz à formulação dos dois conceitos é também distinto, conforme detalhado por Luce (2011, pp. 183-187).

¹⁵ O conceito de subimperialismo não diz respeito somente à geopolítica, à projeção hegemônica de uma nação dependente em seu espaço regional, mediante uma “política expansionista relativamente autônoma”; ele consiste em “uma forma que o padrão de reprodução do capital pode assumir em subcentros do capitalismo dependente”, quando o país passa a ser dotado de “uma composição orgânica [do capital] média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais”, vinculada à chegada de sua economia “à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (LUCE, 2011, p. 77).

outros modos de produção por todo o mundo. Por isso, a teoria da dependência não ignora o condicionamento exógeno (econômico, mas também político, ideológico e militar, pois o imperialismo articula todas essas dimensões) aos Estados dependentes latino-americanos. Passa longe de reduzir seu método a isso, no entanto; entende a realidade concreta como “síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (MARX, 2011, p. 54), e procura analisar as relações históricas *específicas* entre elas.

Os dependentistas não desprezam as variações históricas do que Zavaleta chama de “emissões” imperialistas, e tampouco os seus “modos de recepção” local. Esses teóricos desenvolveram não apenas uma tipologia das formações sociais dependentes na época da integração monopólica mundial, mas também uma periodização da dependência, com atenção à dinâmica das estruturas – não por acaso, Bambirra reivindica que seu método de investigação seria histórico-estrutural, como já dito. O próprio exemplo dado por Zavaleta para ilustrar a necessidade de captar a variação das emissões desde o centro para a periferia (contra o que seria a pressuposição, pela teoria da dependência, de uma determinação constante e quase totalizante dos países dependentes pelo imperialismo), de que durante a Segunda Guerra Mundial essa interferência teve um de seus momentos de enfraquecimento, criando condições favoráveis à industrialização latino-americana, fora objeto de consideração e análise por parte de Marini, Santos e Bambirra, segundo observa Maíra Bichir:

Esse momento de crise no centro hegemônico é caracterizado por Theotônio dos Santos como um momento da autonomia relativa dos países dependentes, no qual se enfraquecem os laços de dependência frente aos países centrais, e as classes dominantes daqueles países se veem diante de um raio mais amplo de atuação política e econômica. Nos países em que o processo de industrialização já havia se iniciado, as duas grandes Guerras Mundiais representaram uma conjuntura favorável às suas burguesias industriais (BICHIR, 2012, pp. 20-21).

Tampouco há uma visão homogeneizante das “condições de recepção” da interferência exógena, como se cada ciclo estatal dependente correspondesse de modo mecânico àqueles do centro. Note-se, em primeiro lugar, que Marini (2008 [1973], p. III) critica Gunder Frank por não fazer distinção qualitativa entre o período colonial e a situação de dependência. Para Marini, o Estado dependente é, por definição, dotado de autonomia relativa, não equivale a uma colônia. Gunder Frank, aliás, citado por Zavaleta como “paradigma” da teoria da dependência, não pode ser tomado como porta-voz desta abordagem em seu conjunto. Ele exerceu influência decisiva na elaboração da teoria, disso não há dúvida, e colaborou sistematicamente por anos com Dos Santos, Marini e Bamberger, da UnB ao CESO no Chile (DAL ROSSO; SEABRA, 2016, p. 1036). Entretanto, como observa Cristóbal Kay, trata-se fundamentalmente de um “precursor da teoria do sistema-mundo, e ele mesmo preferia utilizar os termos ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’ e ‘metrópole-satélite’ a dependência – termo que ele raras vezes utilizou” (KAY, 2019, p. II, tradução própria). Raphael Seabra (2019, p. 267) observa:

Cristóbal Kay (1989) definiu Frank como um “dependentista de vida curta”. Essa transição [de Gunder Frank] da temática da dependência em direção à análise do sistema-mundo é perceptível em *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*, publicado originalmente em 1978, porém reunindo uma série de artigos redigidos entre 1970 e 1976, cujo objetivo era compreender a dinâmica de acumulação mundial e seus impactos em regiões como a África, Ásia e América Latina.

Enquanto Marini e Bamberger, sobretudo, procuraram desenvolver uma análise marxista da especificidade das formações sociais dependentes latino-americanas, seja no plano teórico ou histórico, Gunder Frank orientou-se rumo a essa outra agenda de pesquisas, e se aprofundaram também suas diferenças teóricas com o grupo dependentista – afastando-se cada vez mais do marxismo¹⁶ e se aproximando de Braudel. Marini assinalou

¹⁶ Do qual se aproximara somente a partir da década de 1960, segundo relata Stephens (2016).

como fundamental, porém insuficiente, a contribuição de Frank, autor de intuições amplas e importantes, mas cujas análises efetivamente tendiam mais ao determinismo “exogenista” do que à dialética da relação entre as estruturas. Veja-se a crítica de Theotônio dos Santos à metodologia do autor germano-americano, citada pelo próprio Frank (1972 [1970], pp. 6-7, tradução nossa):

Nossa principal crítica à teoria de Gunder Frank é que ele não vai além de uma posição estrutural-funcionalista [...]. Isso dá um caráter estático ao seu argumento [...]. [N]ão é o suficiente demonstrar a persistência da estrutura colonial. É necessário explicar como as formas de dependência mudaram, apesar de sua persistência.

O próprio Dos Santos, a partir da década de 1970, também se posicionou como um teórico do sistema-mundo, que ele considerava desdobramento da teoria da dependência. Vários dos atuais adeptos da teoria marxista da dependência discordam disso¹⁷, sobretudo pelo ecletismo dos autores do sistema-mundo, que mesclam referências marxistas com a história do sistema mundial de Braudel. Entretanto, Dos Santos inseriu-se nesse campo de estudos de modo crítico, procurando reformular a teoria do sistema-mundo a partir de sua própria perspectiva, marxista:

A evolução do capitalismo é vista [pela teoria do sistema-mundo] como uma sucessão de ciclos econômicos, articulados com processos políticos, sociais e culturais. Em livro recente, Arrighi (1995) conseguiu ordenar a história do capitalismo como uma sucessão de 4 ciclos longos de acumulação, baseados em quatro centros hegemônicos [...]. Arrighi (1995) analisa a relação destes ciclos com os principais centros financeiros que terminaram se transformando em centros hegemônicos aliados com centros comerciais. *Tem faltado a estas análises uma aprofundização maior do aspecto produtivo que estabeleça os regimes de produção, a evolução das forças produtivas e das relações sociais de produção para melhor explicar o funcionamento destes ciclos. Neste sentido, Dos Santos (1978) tenta articular a noção de sistema mundial com as grandes estruturas de produção e particularmente com a revolução científico-*

¹⁷ Ver, por exemplo, Amaral (2017).

técnica (Dos Santos, 1983 e 1986), indicando um caminho de pesquisa em parte complementar ao esforço mais global da teoria do sistema mundial, em parte reordenador desse esforço (DOS SANTOS, 1998, pp. 31-32, grifos nossos).

Essas diferenças relevantes entre os teóricos da dependência e do sistema-mundo – internas a cada abordagem, e também no interior de cada um desses campos teóricos, já desde a década de 1970 – são inteiramente negligenciadas por Zavaleta em sua crítica genérica e caricatural.

Cumprir debater, por fim, a afirmação zavaletiana de que a teoria da dependência alimentaria uma política fatalista, oriunda de seu excessivo estruturalismo, que desenharia a condição dependente como inescapável, a se retroalimentar em moto-perpétuo. Zavaleta omite que a tese estratégica fundamental de teóricos como Frank, Marini e Bambirra era que, na quadra histórica da integração monopólica mundial, *não poderia haver superação da dependência no interior do modo de produção capitalista*, tendo-se em vista que este se organiza internacionalmente e gera um conjunto de constrangimentos econômicos e políticos às nações periféricas. A teoria da dependência apontava para uma rota de saída, entretanto, inspirada pelo caminho de Cuba¹⁸: a revolução socialista. Eis o comentário de Bambirra (1978, p. 88), em resposta (publicada quatro anos antes do artigo de Zavaleta) a outro crítico:

[N]inguno de los autores “analizados” por Rodríguez niega la posibilidad de un desarrollo nacional autónomo, pues eso sería un absurdo. Pero sí muestran que éste no puede ser dirigido por la burguesía dependiente, lo que los lleva a la conclusión lógica, implícita en unos, explícita en otros, de la necesidad histórica de que el desarrollo de las fuerzas productivas en América Latina sea impulsado por un sistema económico-social superior, vale decir, socialista.

Não se trata de afirmar que o desenvolvimento capitalista seja inviável na situação de dependência; pelo contrário, a teoria da dependência

¹⁸ Isso não implicava adesão à interpretação foquista da revolução cubana, criticada por Bambirra (1973).

opõe-se a antigas teses sobre o caráter “semifeudal” da América Latina, afirmando que nela já se desenvolvia o capitalismo. A tese era da inviabilidade de a burguesia dependente dirigir um processo de desenvolvimento nacional *autônomo*, capaz de romper com a condição de dependência¹⁹.

Pode soar fatalista a hipótese de que a estrutura dependente dificilmente possa ser superada sem uma revolução socialista. Em outra perspectiva, no entanto, essa leitura pode ser considerada como consequente com a análise da realidade e, portanto, necessária para prevenir ilusões sobre a viabilidade de se assentar um processo de desenvolvimento autônomo em um grande acordo com a burguesia “nacional”. Há quem pense, aliás, que os teóricos da dependência não teriam sido radicais o suficiente, dada sua opção de “privilegiar o Estado-nação como unidade de análise”, o que teria contribuído para o seu “fracasso político”, pois não seria possível alterar a localização de um país na divisão internacional do trabalho por meio do controle e da administração do Estado nacional (GROSFOGUEL, 2013, p. 42)²⁰. Essa crítica é controversa, no entanto, dado que o horizonte estratégico frequentemente apontado pelos autores da “TMD” era o de um processo revolucionário *latino-americano*, e não somente nacional.

Meu propósito, aqui, não é declarar o acerto ou o equívoco da crítica de Zavaleta ao suposto fatalismo da “teoria da dependência”, mas contextualizar

¹⁹ A postulação de que seria inviável superar a condição estrutural de dependência por um caminho reformista não era absoluta: Dos Santos e Bamberger cogitaram possibilidades de superação da dependência econômica nos marcos do capitalismo. Entretanto, ambos concluíram que o capital transnacional bloqueava *politicamente* essa possibilidade (KAY, 2019, pp. 13-14).

²⁰ Grosfoguel baseou-se em Wallerstein para criticar os dependentistas nesse ponto, o que nos remete às já mencionadas diferenças entre teóricos da dependência e do sistema-mundo, ignoradas por Zavaleta. O autor porto-riquenho também avalia que os dependentistas incorreram em reducionismo econômico, não dando o devido peso às determinações culturais e ideológicas dos processos sociais (GROSFOGUEL, 2013, p. 48). Ele destaca, em especial, que a maioria dos dependentistas subestimou “hierarquias coloniais/raciais na América Latina”; “categorias como ‘gênero’ e ‘raça’ foram frequentemente ignoradas e, quando usadas, elas foram reduzidas à classe ou a uma lógica econômica. Aníbal Quijano é uma das poucas exceções a essa regra”. Nos últimos anos, alguns autores e autoras filiados(as) à abordagem da teoria marxista da dependência vêm enfrentando essa insuficiência analítica.

e explicar, de modo mais preciso, as posições dos autores criticados²¹. Nem todos os “dependentistas”, entretanto, eram partidários da estratégia da revolução socialista, como veremos na próxima seção.

4. Comparação entre as críticas de Zavaleta e de Cardoso à “teoria da dependência”

As críticas de Zavaleta à “teoria da dependência” assemelham-se a algumas daquelas que tinham sido elaboradas ao longo da década de 1970 por Fernando Henrique Cardoso. As críticas de Cardoso, entretanto, além de serem mais amplas – abarcando questões econômicas cruciais não discutidas por Zavaleta –, foram construídas com maior detalhamento e rigor, ainda que o sociólogo brasileiro também tenha distorcido alguns argumentos e teses com os quais polemizou.

Enquanto Zavaleta limitou-se a rejeitar, sem argumentos, a tese de que a acumulação capitalista dependente seria dotada de leis específicas, Cardoso procurou refutá-la com certa minúcia. Opôs argumentos teóricos e empíricos às duas teses teóricas fundamentais de Marini: sobre a *superexploração* do trabalho²² (como núcleo fundamental da condição dependente latino-americana, e ao mesmo tempo vinculada à reprodução do capitalismo nos países avançados, por garantir as condições para a transferência de valor da periferia para o centro do sistema) e a caracterização do Brasil como “subimperialista”²³.

²¹ Pedro Otoni (2011) também critica o economicismo e o fatalismo da teoria da dependência, mas o faz com mais precisão, reconstruindo e efetivamente discutindo as teses e argumentos de Marini. Conclui, por fim, com respeito às consequências da teoria, que “seu déficit no campo da análise política revela-se no salto que empreende entre as ataduras do econômico e o voluntarismo político típico da condição de cerco” (OTONI, 2011, p. 152) – o voluntarismo esquerdista da “fuga para adiante” como outra face do fatalismo decorrente do economicismo, pois, crítica que Cardoso e Serra (1978) já tinham feito a Marini. Otoni também critica, no entanto, a abordagem da dependência de Cardoso.

²² Para Marini, a superexploração do trabalho, segundo a síntese de Carlos Eduardo Martins (2018, p. 464), “significa a queda dos preços da força de trabalho, abaixo de seu valor, implicando maior desgaste e redução de sua vida útil”. Concordamos com Marcelo Carcanholo (apud MARTINS, 2018, p. 469): seria mais apropriado, no interior do marco marxista em que Marini se move, falar em superexploração da força de trabalho.

²³ A crítica à tese mariniana do subimperialismo está em Cardoso (1974). Luce (2011, pp. 156-192) apresenta uma revisão de alguns dos debates sobre o conceito e sua validade empírica, seguindo Marini na contraposição aos argumentos de FHC.

A superexploração não era tendência predominante na América Latina, de acordo com Fernando Henrique Cardoso. “A nova forma de dependência está baseada na exploração da mais-valia relativa e no aumento da produtividade”, dizia o autor, o que negaria a interpretação de Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e impor a “certa delimitação” à “interpretação de Ruy Mauro Marini sobre a natureza fundamental das relações de dependência como uma forma de reprodução da exploração da mais-valia absoluta e da produção de matérias-primas baratas” (CARDOSO, 1972, p. 28). A crítica de Cardoso à tese da superexploração é desenvolvida nesse ensaio com certos matizes: afirma que trata de “limitar o alcance teórico das explicações dadas por Marini, sem negar o peso histórico de alguns de seus argumentos” (CARDOSO, 1972, p. 30).

Cardoso rechaçou a ideia – forte em Gunder Frank, com sua tese do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” (FRANK, 1969) e da “lumpenbúrguesia” e do “lumpencapitalismo” na América Latina (FRANK, 1970) – de que a dependência impediria o desenvolvimento da América Latina nos marcos do capitalismo, observando que “existe, simultaneamente, um processo de dependência e de desenvolvimento capitalista” (CARDOSO, 1972, p. 29). Ressaltou que desenvolvimento (ou acumulação) capitalista não implica “distribuição de renda, homogeneidade regional, harmonia e equilíbrio entre os vários ramos produtivos”; segundo a compreensão marxista, trata-se de um processo “contraditório, espoliativo e gerador de desigualdades” (CARDOSO, 1972, p. 29). Menciona que Lênin enfatizava o caráter dinâmico da penetração capitalista na Rússia (CARDOSO, 1972, p. 27), e em texto posterior afirma que a tese de Gunder Frank é “reminiscência da ideologia *narodnik*” (CARDOSO, 1974, p. 45). Essa avaliação, com fundamento no estudo de Lênin sobre o dinamismo do desenvolvimento do capitalismo nas condições “atrasadas” da Rússia, viria a ser reproduzida e detalhada por Palma (1978).

Diversos autores consideram que Cardoso distorceu alguns dos postulados teóricos de Marini²⁴, notadamente ao atribuir a ele a ideia de que a condição dependente inviabilizaria o desenvolvimento capitalista na América Latina. Essa tese pode ser parcialmente atribuída a Frank, de fato, mas não a Marini: sua teoria não negava as possibilidades de crescimento econômico e de momentos de avanço da produtividade e da industrialização na região, mas enfatizava que o desenvolvimento dirigido pela burguesia reproduziria a condição estrutural de dependência, dando continuidade, ainda que em novos cenários e sob novas formas, à “superexploração do trabalho” e às transferências de valor para o centro capitalista.

À parte a extrapolação feita por Cardoso, subsiste, entretanto, um questionamento importante neste ponto de sua crítica: a “superexploração” manter-se-ia como fundamento característico da acumulação dependente diante da suposta tendência de avanço de extração predominante de mais-valia relativa? A insuficiência e a “confusão conceitual” da resposta de Marini a essa questão são reconhecidas por um dos principais adeptos atuais de sua teoria, Carlos Eduardo Martins (que também aponta a inconsistência teórica de Cardoso sobre o tema²⁵), que procura refinar a tese da superexploração do trabalho como padrão central da dependência (MARTINS, 2018, pp. 472-473).

O propósito aqui, novamente, não é avaliar quem estava correto na polêmica entre Cardoso e Marini, ou argumentar pelo desenvolvimento ou abandono da hipótese da superexploração. Apresentei parte dessa polêmica com outro objetivo, o de contrastá-la com a crítica realizada por Zavaleta. Nota-se que o limite desta última não reside apenas em ter feito exageros e distorções pontuais. Cardoso também cometeu suas extrapolações e mesmo equívocos ao debater com Marini. Apesar disso, e das exacerbações

²⁴ O próprio Cardoso reconhecia, em artigo de 1972 (p. 33), estar extrapolando teses de Marini, como método para fazer sua crítica (“convém dizer que Marini não afirma categoricamente isto”, pontua em certa passagem em que o criticava). Conforme observa Santaella Gonçalves (2018, p. 180), Cardoso considerava, àquela altura, que Marini oferecia contribuições relevantes, porém inconsistentes teoricamente.

²⁵ Há certa indistinção, em Cardoso, assim como em Cardoso e Serra (1978) e em outros críticos, entre elevação da produtividade e mais-valia relativa, como se a primeira necessariamente implicasse a segunda, o que é um equívoco (MARTINS, 2018, p. 468).

retóricas produzidas pelas cristações políticas (que levaram sua crítica a uma escalada em agressividade e a uma perda em refinamento teórico)²⁶, engajou-se em um debate real com suas teses e premissas²⁷, contribuindo para o refinamento da teoria pelo próprio Marini e por seguidores de suas teses. Não posso afirmar o mesmo sobre a crítica zavaletiana.

5. Aproximações e divergências teóricas e metodológicas entre Zavaleta e a “análise das situações de dependência” de Cardoso e Faletto

5.1. O politicismo nacionalista de Zavaleta

Não farei aqui uma comparação sistemática entre a “análise das situações de dependência” de Cardoso e Faletto (1977) e a proposta teórico-metodológica de Zavaleta para analisar as “determinações dependentes” e “formas primordiais”. Limito-me a levantar duas hipóteses, a serem exploradas futuramente em outro trabalho.

É justa a demarcação de Zavaleta contra o exogenismo e o economicismo, o acento no fato de o político e o ideológico não serem redutíveis ao econômico. Entretanto, ele parece extremar a distinção entre as duas dimensões ao ponto da quase separação. Para sustentar o baixo substrato de análise da economia política em seu artigo sobre a “determinação dependente”, alega que “nenhuma economia, nem a mais internacionalizada, é completamente pertencente ao sistema mundial, e isto vale de modo ainda mais rotundo para os outros aspectos, ideológicos ou jurídico-políticos, da sociedade” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 315). Essa sentença é uma premissa do pensamento zavaletiano, fincado no nacionalismo (tanto político como teórico-metodológico, isto é, endogenismo), muito mais do que uma hipótese submetida à argumentação ou discussão em torno à empiria.

²⁶ Segundo Osorio (2003, p. 60) e Santaella Gonçalves (2018, pp. 182-216).

²⁷ É inegável, porém, que esse debate sofreu certa interdição, pois a obra de Marini (obrigado a permanecer mais tempo no exílio) era, em certa medida, conhecida mediante o “filtro” da crítica de Cardoso, cuja publicação no Brasil não foi acompanhada do texto de resposta de Marini (CORREA PRADO, 2011).

Bambirra (2013 [1972]) criticara Cardoso e Faletto porque sua análise de situações concretas de dependência apresentaria um déficit de análise da economia política, não tomaria suficientemente em conta a base material de condicionamento à ação das classes e formulação das ideologias²⁸. Entretanto, em comparação com Zavaleta, o método da dupla de autores apareceria quase como determinista econômico e exógeno, dado que minimamente partiam da análise dos constrangimentos postos pela economia política internacional. Zavaleta não os negava²⁹, mas era mais omissa na discussão efetiva a esse respeito, ao considerar teoricamente a “determinação dependente”. Desse modo, sua abordagem da “forma primordial” parecia tender ao historicismo, endogenismo e politicismo, mais do que a “análise das situações de dependência” de Cardoso e Faletto. Essa é minha primeira hipótese de comparação entre as duas propostas.

Avaliação análoga talvez possa ser feita sobre Gramsci, se comparado a outros teóricos marxistas do início do século XX, como Lênin e Rosa Luxemburgo (duas referências fundamentais dos teóricos dependentistas), cujas análises partiam sempre de uma minuciosa investigação da economia política, e do entendimento de que o modo capitalista de produção se organizava internacionalmente e de modo assimétrico, pela dinâmica imperialista. O marxista sardo ressaltava, por outra via (não contraposta à de Lênin, mas complementar e com outras ênfases³⁰), a necessidade de levar em conta, em qualquer análise, o caráter contingente e aberto da história,

²⁸ De modo mais amplo, em outro livro, a autora observa: “De todos modos, los análisis sociológicos o políticos están de sobra presentes en los estudios sobre la dependencia y quizás las mayores lagunas se encuentren justamente – al revés de lo que creen los críticos – en el análisis económico” (BAMBIRRA, 1978, p. 44).

²⁹ Zavaleta não era um pós-estruturalista que afirmasse a plena autonomia do político ante a economia, pelo contrário; investigava as condições para a autonomia *relativa* do Estado e polemizou com o pós-marxismo de Ernesto Laclau. Ver Fernández e Puente (2016).

³⁰ Rodrigo Castelo (2020, pp. 123-124) observa que, na contramão da avaliação de autores como Eric Hobsbawm e Perry Anderson (para quem Gramsci pouco tem a dizer sobre economia), as contribuições de Gramsci à crítica da economia política vêm sendo valorizadas e desenvolvidas por diversos trabalhos nos últimos anos. Os estudos de Zavaleta sobre a Bolívia também investigam sua economia. Meu argumento aqui, no entanto, é que tanto no autor boliviano como em seu mestre sardo, a política ocupa decididamente o plano central. Pretendo comparar a análise econômica de Gramsci e a de Zavaleta em um futuro trabalho.

inclusive quando se trata do que Zavaleta viria a chamar de “determinação dependente”. Explica Daniela Mussi:

Pensando com Gramsci, [...] a relação centro-periferia não pode deixar de ser tomada de um ponto de vista tendencial, ou seja, político e, portanto, provisório. [...] Se, tendencialmente, o centro se impõe, não pode fazê-lo sem a tradução (“redução”) permanente da periferia em si. A “integralidade” ou capacidade hegemônica do centro, neste caso, é o resultado prático e teórico desta operação, a maneira originalmente gramsciana de ler e interpretar a ideia, de Antonio Labriola, do marxismo como uma filosofia da práxis (MUSSI, 2018, p. 125)³¹.

O sotaque gramsciano de Zavaleta é inconfundível em sua aversão ao economicismo, em sua valorização historicista das dimensões política e ideológica das formações sociais e “formas primordiais”, como frutos, em larga medida, da agência humana nesses campos, da criatividade da luta de classes em forjar o nacional-popular: “*La quimera de la abolición del sentido de lo nacional y, aun más, el agón de disolución de lo nacional popular, fracasan frente al sentido innato de la apropiación humana de la historia*” (ZAVALETA, 2009 [1982], p. 320, grifos nossos)³².

5.2. A aposta política e epistêmica de Zavaleta na ação e autodeterminação das classes populares

Tanto Zavaleta como o Cardoso dependentista eram movidos, no período analisado aqui (da década de 1970 ao início dos anos 1980), pela preocupação política de pensar as condições de possibilidade para a democratização da América Latina. Note-se que autores como Marini e Bambirra tinham outra orientação: a revolução socialista constituía o horizonte imediato de

³¹ Não cabe debater, aqui, as distinções analíticas entre as condições periférica e dependente, feitas por diferentes autores da Escola da dependência.

³² Tem crescido a bibliografia que explora os usos de Gramsci por Zavaleta (que não era um comentarista, de modo geral; apropriava-se dos autores para realizar suas próprias análises e desenvolver seus próprios conceitos, aptos a analisarem a especificidade da formação social “abigarrada” que ele analisava). Dentre outros, ver Tapia (2002), Antezana (2009) e Giller (2017).

sua produção intelectual, embora também estivessem engajados na luta pela democracia.

A relação entre democracia e dependência era formulada de modo distinto por Cardoso e por Zavaleta, no entanto. Minha segunda hipótese é que isso se vincula às diferenças de suas apostas políticas e agendas de investigação. Note-se, de início, a crítica de Bambirra (1978, p. 62) a Cardoso e Faletto³³:

En seguida Cueva vuelve a proyectar sobre toda la teoría de la dependencia una crítica que podría ser justa respecto a la obra específica de Cardoso y Faletto: que “casi los únicos protagonistas de la historia que esa teoría presenta [*sic*] son las ‘oligarquías’ y burguesías o, en el mejor de los casos, las capas medias”. Yo misma, antes que Cueva, había criticado a Cardoso y Faletto por no destacar el papel de los principales actores de la historia latinoamericana de nuestro siglo, no sólo los “sectores populares” como dice Cueva, sino también los empresarios industriales y la clase obrera. Pero al revés de Cueva, yo les criticaba no el “economicismo” sino la ausencia de análisis económico. Así decía: “Mientras lo económico sea un mero marco de posibilidades estructurales, los intereses de sus principales actores tienen que aparecer mezclados con los de actores secundarios como las llamadas ‘capas medias’”.

O déficit de investigação das lutas e estratégias das classes populares ou da classe trabalhadora é um traço geral da obra de Cardoso, não somente de seu importante livro em coautoria com Faletto. Rodrigo Santaella Gonçalves, em tese de doutorado que tem por objeto a “teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso”, sintetiza, no trecho a seguir, como essa lacuna analítica vincula-se à política *possibilista* assumida pelo sociólogo brasileiro nas décadas de 1960 e, sobretudo, 1970:

Se sua obsessiva preocupação em apreender os condicionantes estruturais das situações de dependência dos países periféricos (e a forma como elas vão se atualizando ao longo do tempo) contribui para que se possa pensar

³³ A autora reforçava, no entanto, o que afirmara no livro de 1973: não obstante seus limites e fragilidades, a obra continha um “rico esquema interpretativo” e uma “valiosa discussão metodológica” (BAMBIRRA, 1978, p. 62).

nas “condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular” e se, por outro lado, ele havia partido, no início de suas reflexões, da preocupação sobre os sujeitos históricos da transformação política (com todo o debate sobre os limites estruturais da burguesia nacional), o fato é que a chave de suas preocupações teóricas não era compreender propriamente os sujeitos que conformariam essa vontade coletiva nacional-popular. Isso está relacionado com a própria forma de engajamento prático que levou Fernando Henrique às suas formulações, sem engajamento militante ao lado dos setores subalternos da sociedade, e por isso, apesar do anseio por compreender as particularidades do processo nacional, não parece haver nem uma aposta efetiva prévia na ação das classes populares como capazes de extrapolar os limites do possível e nem a adesão posterior a essa alternativa. A preocupação com os limites do possível se sobrepunha, na produção teórica de Cardoso, àquela relacionada às possibilidades de alargá-las (SANTAELLA GONÇALVES, 2018, p. 132).

Essa falta de *aposta* na ação das classes populares (que se refletia nos seus objetos e métodos de investigação) conduziu Cardoso não somente a transitar da agenda da construção do socialismo para a do “capitalismo autônomo”, segundo observa Santaella na mesma página, mas também, por fim, a abrir mão do próprio objetivo de autonomia ou superação da dependência, aderindo a uma estratégia de construção de um Estado capitalista dependente, mas “democrático”, assumindo concepção cada vez mais estreita de democracia – como Marini já observava em 1978, em resposta ao texto “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”, publicado no mesmo ano por Fernando Henrique Cardoso e José Serra³⁴.

A leitura feita por Santaella Gonçalves sobre o vínculo entre teoria e prática em Cardoso parte de uma tese epistemológica de Michael Löwy: “a

³⁴ “Señalemos, más bien, que Cardoso se ha desvivido por construir una alternativa para la colaboración de clases entre la clase obrera y la oposición burguesa, oposición que expresa hoy una fracción del gran capital que intenta imponer su hegemonía sobre el aparato de Estado en el marco de un régimen renovado, en el figurín que la nueva administración norteamericana ha bautizado como democracia ‘viable’ o ‘gobernable’ (es decir, restringida)” (MARINI, 2008b [1978], p. 230). Anote-se que Santaella Gonçalves (2018, Pp. 185-187) discorda parcialmente da avaliação de Marini àquela altura, considerando que Cardoso ainda não era, naquele momento, um ideólogo de uma fração da burguesia.

consideração da visão de mundo das classes subalternas como privilegiada para a produção de conhecimento objetivo sobre a realidade – e, portanto, para perceber a amplitude do conjunto de possibilidades de transformação existente – é baseada numa *aposta* no papel histórico dessas classes”. Essa aposta “nunca esteve presente no pensamento de Cardoso” (SANTAELLA GONÇALVES, 2018, pp. 210-211).

Verifica-se precisamente o oposto em René Zavaleta. A aposta na ação política das classes populares, nos momentos de *autodeterminação das massas* (ZAVALETA, 2009) como caminho para forjar o *nacional-popular* e construir a autonomia da nação é o fio condutor de sua produção intelectual, problema fundamental de diversos trabalhos, inclusive de sua obra mais importante, embora inacabada, “*Lo nacional-popular en Bolivia*” (2008 [1986]), mas também de artigos como “El proletariado minero en Bolivia” (2009 [1978]), “Las masas en noviembre” (2009 [1983]) e “Forma clase y forma multitud en el proletariado minero en Bolivia” (2009 [1983]), entre outros. Os títulos desses escritos já enunciam a aposta política fundamental que movia a agenda de investigações de Zavaleta:

Sobre estos gruesos rasgos habría que destacar un sujeto colectivo – una constante, diría – que motiva e intriga permanentemente a Zavaleta Mercado. Motiva, porque creo que toda su fidelidad política hay que entenderla por ese lado, e intriga, porque, no muy arbitrariamente, podemos caracterizar su proceso teórico como el intento de caracterizar cada vez más y mejor el papel de este sujeto colectivo en la actual historia boliviana. Ese sujeto es el proletariado minero en Bolivia, el que articula el movimiento obrero boliviano y sustenta los alcances de la Central Obrera Boliviana (COB) (ANTEZANA, 2009, p. 123).

6. Considerações finais

Este artigo procurou contribuir para a ampliação e o aprofundamento do diálogo entre René Zavaleta e distintas abordagens da Escola da dependência. Buscou-se demonstrar que Zavaleta realizou uma crítica caricatural aos

dependentistas, repetindo, de modo mais genérico, a polêmica realizada antes com a teoria marxista da dependência por autores como Fernando Henrique Cardoso.

Não foi na posição de comentador que Zavaleta construiu sua obra, e sim como “historiador do político” percuciente e original, empenhado no esforço herético de elaboração teórico-conceitual como momento da pesquisa social e histórica concreta (TAPIA, 2002; FERNÁNDEZ; PUENTE, 2015, p. 205; GILLER, 2017, p. 7). Isso reforça que a “anticrítica” realizada aqui não necessariamente implica o rechaço aos conceitos e análises originais do sociólogo boliviano, ou às possibilidades de seu uso conjunto com a teoria da dependência; esse é um tema que exige maior desenvolvimento.

Por fim, a partir da semelhança entre pontos das críticas de Zavaleta e de Cardoso à teoria da dependência, lancei duas hipóteses para comparar seus métodos de investigação das formações sociais dependentes: a *autonomia do político*, ainda maior em Zavaleta do que em Cardoso (este tomava mais em conta as ataduras econômicas, embora menos do que os autores da TMD), e, vinculado a isso, a *aposta* muito maior do primeiro nas possibilidades de transformação da realidade pela ação insubmissa das classes populares – tema central de seus estudos (o que o aproxima de autores da TMD, como Marini e Bamberger), ao passo que praticamente ausente da agenda de investigações do segundo em sua época de cientista social dependentista (décadas de 1960 e 1970). Pretendo explorar em trabalho futuro essa hipótese, do contraste epistêmico e político entre Cardoso e Zavaleta, em que pese a rejeição de ambos aos supostos economicismo e fatalismo da teoria da dependência.

Referências

- AMARAL, Marisa Silva. “O estranho marxismo da Teoria do Moderno Sistema Mundial (ou O que foi feito do imperialismo e da dependência?)” in: *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*. Niterói: NIEP-Marx, 2017.
- ANTEZANA, Luís H. “Dos conceptos en la obra de René Zavaleta Mercado: formación abigarrada y democracia como autodeterminación” in: *Pluralismo epistemológico*. La Paz: Muela del diablo editores; Grupo Comuna; CLACSO; CIDES-UMSA, 2009.
- BAMBIRRA, Vânia. *La Revolución Cubana: una reinterpretación*. Santiago: Prensa Latinoamericana, 1973.
- _____. *Teoría de la dependencia: una anticrítica*. México, DF: Era, 1978.
- _____. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2013 [1973].
- CARDOSO, Fernando Henrique. “Notas sobre el estado actual de los estudios sobre dependencia”, *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n. 4. Santiago: FLACSO/ELAS/ISIS, dez. 1972.
- _____. “As tradições do desenvolvimentismo associado”, *Cadernos Cebrap*, n. 8. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências Sociais LTDA, 1974.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. “Las desventuras de la Dialéctica de la dependencia”, *Revista Mexicana de Sociología*, n. 78, IIS-UNAM, México, 1978.
- CASTELO, Rodrigo. “Gramsci e a crítica da economia política: estudos sobre o mercado determinado”, *Revista Katálysis*, Florianópolis, vol. 23, n. 1, pp. 122-131, jan./abr. 2020.
- DAL ROSSO, Sadi; SEABRA, Raphael Lana. “A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília”, *Revista Sociedade e Estado, Brasília*, n. 31, pp. 1029-1050, 2016.
- DOS SANTOS, Theotônio. “A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico” in: RÊGO, José Márcio (org). *Teoria da Dependência: 30 anos depois*. São Paulo: IEA/USP, 1998.
- FERNÁNDEZ, Blanca; PUENTE, Florencia. “Marxismo herético en América Latina. Un diálogo posible entre Agustín Cueva y René Zavaleta”, *Revista Pléyade*, n. 15, Santiago, jan./jun. 2015.
- _____. “Lecturas marxistas de la experiencia nacional popular (o del populismo) en América Latina desde la obra de Agustín Cueva y René Zavaleta”, *Cuestiones de Sociología*, n. 14, Buenos Aires, 2016.
- FRANK, Andre Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. Nova York: Monthly Review Press, 1969.
- _____. *Lumpenbourgeoisie: Lumpendevelopment. Dependence, Class, and Politics in Latin America*. Nova York: Monthly Review Press, 1972 [1970].
- _____. “Unequal accumulation: intermediate, semi-peripheral, and sub-imperialist economies”, *Review*, vol. II, n. 3, pp. 281-350, Nova York, inverno 1979.
- FREELAND, Anne. “The National-Popular in Bolivia: history, crisis and social knowledge”, *Postcolonial Studies*, vol. 22, n. 3, Melbourne, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13688790.2019.1673330>. Último acesso em: 09/06/ 2021.
- GILLER, Diego Martín. “René Zavaleta Mercado frente a la ‘teoría de la dependencia’: algunas cuestiones en torno de la noción de la *determinación dependiente* y la *forma primordial*”, *Intersticios de la política y la cultura: Intervenciones Latinoamericanas*, vol. 4, n. 8, pp. 115-132, Córdoba, 2015.
- _____. “René Zavaleta, historiador de lo político. Seis propuestas para leer *Lo nacional-popular en Bolivia*”, *Trabajos y comunicaciones*, n. 46, e045, Buenos Aires, 2017.

GROSFUGUEL, Ramón. “Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina”, **REALIS, Revista de Estudos AntiUtilitaristas e PosColoniais**, vol. 3, n. 2, Recife, jul./dez. 2013.

KAY, Cristóbal. “Theotonio dos Santos (1936-2018): the revolutionary intellectual who pioneered dependency theory”, *Development and Change*, Haia, dez. 2019.

LAGOS-ROJAS, Felipe. “Critical Forum Introduction: Zavaleta and the postcolonial condition”, *Postcolonial Studies*, vol. 22, n. 3, Melbourne, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/cpcs20/22/3>. Último acesso em: 09/06/2021.

LUCE, Mathias Seibel. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias, uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACIEL, Douglas Campanini. *O desenvolvimento do capitalismo na Bolívia: do processo de formação do Estado aparente ao Estado plurinacional*. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2013 [1976].

_____. *El reformismo y la contrarrevolución: estudios sobre Chile*. México, D.F.: Era, 1976.

_____. “Dialéctica de la dependencia” [1973] in: *América Latina, dependencia y globalización: Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008a.

_____. *Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)*. Buenos Aires: CLACSO, 2008b [1978].

_____. “En torno a Dialéctica de la dependencia (postscriptum)” [1973] in: *América Latina, dependencia y globalización: Ruy Mauro Marini*. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo. “A teoria marxista da dependência à luz de Marx e do capitalismo contemporâneo”, *Caderno CRH*, vol. 31, n. 84, pp. 463-481, Salvador, 2018.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MUSSI, Daniela. “A relação centro-periferia e os estudos gramscianos”, *Revista Outubro*, n. 30, pp. 109-127, maio 2018.

OSORIO, Jaime. “Sobre dialéctica, superexplotación y dependencia. Notas acerca de Dialéctica de la dependencia”, *Argumentos*, México, D.F., vol. 26, n. 72, maio/ago. 2013.

OTONI, Pedro Henrique de Souza. *A Nação e seu labirinto: a “dependência” e o desencontro entre a democracia e a Nação*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2011.

PALMA, José Gabriel. “Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment?”, *World Development*, vol. 6, pp. 881-924, Amsterdã, 1978.

PRADO, Fernando Correa. “História de um não debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”, *Comunicação & Política*, vol. 29, n. 2, pp. 68-94, Rio de Janeiro, 2011.

REYNA, Jaime Ortega; STARCEBAUM, Marcelo. “Presentación al dossier: ‘A treinta años de *Lo nacional-popular en Bolivia* de René Zavaleta Mercado”, *Trabajos y comunicaciones*, n. 46, Buenos Aires, out. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24215/23468971e042>. Último acesso em: 09/06/2021.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. “Oprimidos, pero no vencidos”: *Luchas del campesinado aymara y quechwa (1900-1980)*. La Paz: La Mirada Salvaje, 2010.

SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. “Autodeterminação das massas em uma sociedade ‘abigarra-da’: René Zavaleta Mercado e as bases para um marxismo renovado na Bolívia”, *REBELA – Revista de Estudos Latino-Americanos*, vol. 2, n. 2, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://nexos.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2796>. Último acesso em: 09/06/2021.

_____. *Intelectuais em movimento: o grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

_____. *Teoria e prática em Fernando Henrique Cardoso: da nacionalização do marxismo ao pragmatismo político (1958-1994)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade São Paulo, São Paulo, 2018.

SEABRA, Raphael Lana. “Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica desta transição”, *Sociedade e Estado*, vol. 34, n. 1, pp. 261-283, Brasília, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010011>. Último acesso em: 09/06/2021.

SILVA JÚNIOR, Gladstone Leonel da. *A Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia como um instrumento de hegemonia de um projeto popular na América Latina*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, D.F., 2014.

STEPHENS, Cody. “The accidental Marxist: Andre Gunder Frank and the ‘neo-marxist’ theory of underdevelopment, 1958-1967”, *Modern Intellectual History*, pp. 1-32, Cambridge, jul. 2016.

TAPIA, Luis. *La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta*. La Paz: Muela del Diablo Editores; CIDES-UMSA, 2002.

WEBBER, Jeffrey. “René Zavaleta Symposium: Introduction”, *Historical Materialism*, vol. 27, n. 3, Londres, 2019. Disponível em: <https://www.historicalmaterialism.org/journal/volume-27-issue-3-2019>. Último acesso em: 09/06/2021.

ZAVALETA MERCADO, René. *Lo nacional-popular en Bolivia*. La Paz: Plural, 2008 [1986].

_____. “Problemas de la determinación dependiente y la forma primordial” [1982] in: *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO, 2009, pp. 291-320.

_____. *La autodeterminación de las masas*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; CLACSO, 2009.

JOÃO VICTOR MACHADO

MARCO ANTÔNIO MARTINS DA ROCHA

SISTEMATIZANDO O NACIONALISMO DOS RECURSOS NA
LITERATURA A PARTIR DE UMA REVISÃO DOS ESTUDOS
SOBRE PETRÓLEO: DEFINIÇÃO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Recebido em 23/05/2021

Aprovado em 08/11/2021

SISTEMATIZANDO O NACIONALISMO DOS RECURSOS NA LITERATURA A PARTIR DE UMA REVISÃO DOS ESTUDOS SOBRE PETRÓLEO: DEFINIÇÃO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Resumo

O artigo tem como objetivo sistematizar a literatura sobre Nacionalismo dos Recursos (NR) dentro da dimensão dos estudos sobre petróleo. O fenômeno é entendido como o aumento do poder empreendido pelo Estado na gestão, exploração e desenvolvimento dos recursos naturais. Do ponto de vista metodológico, busca-se, primeiramente, desenvolver e sistematizar as principais contribuições, precisando o debate em elementos básicos, como definição, causas e consequências do fenômeno. Posteriormente, propõe-se um levantamento crítico do que foi apresentado, para, ao final, propor novos fundamentos teóricos. Conclui-se que as abordagens sobre o NR são de caráter heterogêneo, podendo ser organizadas em três categorias: i) interpretações que se baseiam nos pressupostos liberais; ii) contribuições que partem dos modelos de barganha; e iii) contribuições que enfatizam os determinantes políticos e institucionais. Ademais, o artigo propõe dois elementos para fundamentar a análise do fenômeno: a incorporação da teoria das convenções e a proposição da ideia de *embedded autonomy*.

Palavras-chave: Nacionalismo dos Recursos; Estado; recursos naturais; petróleo.

JOÃO VICTOR MACHADO

Mestre e doutorando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e Tecnológica (NEIT - IE/Unicamp).

E-mail: joao.vmachado.economia@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3171-5124>

MARCO ANTÔNIO MARTINS DA ROCHA

Mestre e doutor em Teoria Econômica pela Unicamp, pesquisador do NEIT - IE/Unicamp e professor do Instituto de Economia da Unicamp.

E-mail: mamrocha@unicamp.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5377-5534>

Abstract

The article aims to systematize the literature on Resource Nationalism (RN) within the dimension of oil studies. The phenomenon is understood as the increase of the power undertaken by the state in the management, exploitation and development of natural resources. From a methodological point of view, the fundamental aim is to develop and systematize the main contributions, specifying the debate on basic elements, such as definition, causes and consequences of the phenomenon. Subsequently, it is proposed a critical survey of what was presented, in order to propose new theoretical foundations. It is concluded that the approaches to RN are heterogeneous, and can be organized into three categories: i) interpretations that are based on liberal assumptions; ii) contributions from bargain models; and iii) contributions that emphasize political and institutional determinants. Furthermore, the article proposes two elements to support the analysis of the phenomenon: the incorporation of the theory of conventions and the proposition of the idea of embedded autonomy.

Keywords: Resource Nationalism; state; natural resources; oil.

JEL: F52, H1, Q34, Q35.

I. Introdução

O artigo tem como objetivo sistematizar a literatura sobre Nacionalismo dos Recursos (NR) dentro da dimensão dos estudos do petróleo. O termo colocado em evidência no estudo compreende os recursos naturais de maneira geral, incluindo petróleo e produtos minerais. Entretanto, a pesquisa está orientada, especificamente, para a leitura do setor petrolífero. Dessa forma, NR pode compreender outras denominações, como Nacionalismo do Petróleo e Nacionalismo Energético.

Do ponto de vista metodológico, busca-se, primeiramente, desenvolver e sintetizar as principais contribuições, precisando o debate em elementos básicos, como definição, causas e as consequências do fenômeno. Posteriormente, propõe-se um levantamento crítico do que foi apresentado, para, ao final, sugerir novos fundamentos para uma leitura robusta sobre o fenômeno.

O tema ganhou notoriedade após o aumento no preço das *commodities* no início do século XXI, quando vários estudos se dedicaram a entender quais são os instrumentos nas mãos do Estado para aproveitar as oportunidades oriundas dos recursos naturais. O tema está presente em setores especializados do governo, entidades representativas e no ambiente de negócios. Dado que o tema ganhou proeminência recentemente no meio acadêmico (CHILDS, 2016), a pesquisa fica restrita a este campo.

O NR é uma forma de compreender a participação do Estado na exploração de petróleo, assim como o papel exercido pelos seus instrumentos. O fenômeno é entendido aqui como o aumento do poder empreendido pelo Estado na gestão, exploração e desenvolvimento dos recursos naturais. Efetivamente, o NR compreende um conjunto de políticas e práticas orientadas para aumentar o controle do Estado, seja para fortalecer suas companhias nacionais, assegurar que empresas locais façam parte das decisões de produção e investimento, seja para garantir a maximização dos aluguéis adquiridos pelo Estado com a exploração dos recursos; tudo isso

em detrimento da participação estrangeira no processo de acumulação industrial. A sistematização proposta parte do fato de que os recursos sob o solo são um patrimônio nacional e, assim, deveriam ser usados para o interesse nacional. O direito soberano do Estado Nacional sobre os recursos foi, inclusive, difundido através de resoluções aprovadas pela Organização das Nações Unidas nas décadas de 1950/60¹.

Entretanto, a leitura sobre o NR não é abordada de forma unificada na literatura. Percorre um conjunto de abordagens, que se debruçam sobre formas alternativas para entender as causas, os determinantes e as consequências desse fenômeno. Esses modelos modificam-se na incorporação e na influência de variáveis políticas, econômicas e institucionais, além das concepções ideológicas quanto ao papel do Estado dentro da economia. Cabe aqui o contraste com os argumentos que permeiam a teoria da Maldição dos Recursos, que focam exclusivamente em relacionar a abundância de recursos naturais com o aumento das fragilidades dos governos e com as limitações em termos de crescimento e desenvolvimento econômico. A abordagem do NR coloca-se em uma perspectiva mais ampla. Interroga-se sobre a capacidade dos governos de aproveitar as oportunidades advindas com os recursos para construir uma rota sustentável, autônoma e eficiente de desenvolvimento econômico.

É possível dividir as contribuições sobre o NR em três grupos: i) interpretações que se baseiam nos pressupostos liberais; ii) contribuições que partem dos Modelos de Barganha; e iii) contribuições que enfatizam os determinantes políticos e institucionais.

O papel do Estado é um fator decisivo nas contribuições sobre o tema. As leituras que se aproximam dos pressupostos liberais associam o Nacionalismo dos Recursos com a restrição da capacidade de oferta das indústrias

¹ A primeira resolução ratificou a “Soberania permanente para os recursos naturais” - 1952. Posteriormente, posicionou-se para garantir o princípio: “Riqueza nacional de acordo com o interesse nacional” - 1962. Logo em seguida, recomendou que os países maximizassem a exploração de seus recursos naturais, assumindo o controle sobre a produção, gestão e marketing - 1966 (JOFFÉ et alii, 2009; PRYKE, 2017).

regionais ou nacionais. As contribuições nessa categoria incorporam críticas ao uso de instrumentos por parte do governo para regular a exploração dos recursos. Trata-se, de certa forma, de defensores da superioridade do livre mercado. Grande parte da literatura difundida sobre NR envolve os chamados “modelos de barganha”. Esses modelos buscam explicar o fenômeno como o resultado da alternância do poder de negociação entre governos e empresas internacionais, potencializados pelo movimento dos preços e pela maturidade industrial. Recentemente, alguns autores têm se distanciado do entendimento do NR a partir dos modelos de barganha. Ademais, esses autores têm buscado explicações fora do ideário econômico, incorporando fatores políticos e institucionais, formando um terceiro grupo, heterogêneo, que investiga os fenômenos que permeiam o NR.

O estudo justifica-se por duas razões principais. Em primeiro lugar, o tema é tratado de forma heterogênea e relativamente dispersa na literatura, os autores partem de abordagens distintas para entender as causas, os determinantes e as consequências do NR; nesse sentido, a sistematização dos estudos, isto é, o enquadramento dos autores entre vertentes teóricas e abordagens metodológicas auxilia em uma compreensão integral e mais abrangente sobre o fenômeno. Adicionalmente, o artigo trata de estudos sobre uma *commodity* altamente estratégica do ponto de vista da evolução da economia capitalista mundial, em que o Estado foi um ator central, seja diretamente, na articulação econômica estrutural junto a instrumentos de política pública, ou indiretamente, a partir de política de preços, subsídios e financiamento. Sendo assim, a pesquisa possibilita constatar semelhanças e divergências entre as interpretações, além de entender os determinantes do papel do Estado pela ótica do NR, tornando-se uma referência importante para projetar as transformações que ocorrem no setor.

O trabalho está estruturado em quatro seções além da introdução. A segunda seção compreende as leituras que se aproximam dos pilares da interpretação liberal. A seção 3 recupera as contribuições que fundamentaram a interpretação com base nos modelos de barganha. Posteriormente, na seção

4, resgatam-se as contribuições que vão além da barganha e enfatizam aspectos políticos e institucionais. Na seção 5, são apresentados novos elementos para a definição do fenômeno, seguida pelas considerações finais e referências.

2. Nacionalismo dos Recursos e a leitura liberal

As definições incorporam desde princípios liberais até estudos que aprofundam a influência do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. O papel do Estado é um fator decisivo na orientação indicada pelas contribuições. Nesse sentido, as leituras que se aproximam dos pilares da leitura liberal associam o Nacionalismo dos Recursos à intervenção do Estado no setor de energia, e, conseqüentemente, à limitação da operação de petroleiras internacionais. Essa limitação, ligada a aspectos de eficiência, por sua vez, resultaria na restrição da capacidade de oferta da indústria regional ou nacional.

Em uma interpretação com base no viés ortodoxo, Armentano (1981) faz uma defesa da eficiência dos mercados, destacando que a intervenção do Estado perturba a operação eficiente advinda dos acordos estabelecidos pelo mercado, afirmando também que um dos reflexos do intervencionismo é dificultar o processo empreendedor na alocação de recursos escassos. Em síntese, a intervenção do governo levaria à perda de eficiência econômica e de bem-estar. Dessa forma, o autor afirma que o setor petrolífero no período 1846-1911 representou o triunfo do mercado competitivo. A baixa regulamentação estatal nessa fase traduziu-se em forte crescimento e desenvolvimento das atividades do setor. Após esse período, com o aumento da regulação dos recursos nas décadas posteriores, o setor passaria a se tornar ineficiente.

No trabalho de Barbieri (2011), a partir da ótica de países consumidores, são colocadas questões que auxiliam na compreensão do conceito para a leitura liberal. A autora considera o Nacionalismo dos Recursos a partir do

entendimento de “diplomacia energética”². O estudo foi desenvolvido observando as políticas da Coreia do Sul na América Latina e os desafios que são colocados para a segurança energética em um cenário de crescimento da demanda por energia. O conceito é entendido como a garantia de fontes de energia a partir da consolidação de parcerias com as nações produtoras, através de programas de intercâmbio, criação de institutos de pesquisa, fórum e reuniões diplomáticas.

Nessa leitura está a associação do NR com fenômenos de “estatismo” ou “neomercantilismo”, afirmando que o aumento do controle dos recursos por parte do Estado representaria uma limitação do fornecimento global de petróleo e gás ao restringir os aportes de investimentos no setor. Dito de outra forma, a intervenção dos Estados nacionais seria uma ameaça aos níveis de oferta e de segurança energética global, dado que o recurso é utilizado como uma ferramenta política ou de soberania nacional. Por fim, a autora reconhece que o nacionalismo energético na América Latina opera como uma reação às receitas neoliberais, na tentativa de proteger alguns dos seus recursos mais importantes. Entretanto, emprega uma ênfase negativa ao tratar do aumento do controle estatal, apoiado no fortalecimento de petrolíferas nacionais, nos casos de México, Venezuela, Argentina, Bolívia e Equador. Em contraposição, enaltece a abertura ao capital estrangeiro e a promoção da “competitividade regulada” lideradas por Brasil, Colômbia e Peru (BARBIERI, 2011).

Uma interpretação que resume bem essa perspectiva está contida na leitura de Mabro (2008). O autor faz um esforço para analisar as consequências do Nacionalismo dos Recursos (denominado no trabalho de Nacionalismo do Petróleo) para as petrolíferas internacionais, nacionais e também suas implicações para a segurança energética, destacando que constitui um fenômeno antigo e universal, responsável por impor limites distintos para

² Diplomacia é entendida aqui como um instrumento do governo para negociações, construção de redes internacionais e como forma de assistir políticas socioeconômicas estrangeiras (BARBIERI, 2011).

as empresas estrangeiras. O autor ressalta que a intervenção dos governos no setor petrolífero não se restringe a países produtores do “Terceiro Mundo”, citando exemplos da Inglaterra antes da Primeira Guerra Mundial, ao adquirir 51% das ações da *Anglo-Persian Oil Company*, e de outros países europeus, como França, Espanha e Itália, a partir da criação de empresas estatais. O mesmo destaque é feito por Bremmer e Johnston (2009), ao afirmarem que o NR também está presente em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), como Canadá e Reino Unido, e está surgindo nos EUA e na Austrália.

Mabro (2008) traz uma contribuição importante ao elencar três fatores que podem motivar o NR: i) desconfiança dos países em desenvolvimento em relação às potências estrangeiras, dado o histórico colonialista, e pelo receio a novos protótipos de imperialismo; ii) a importância do petróleo para a geração de renda do país, sendo muitas vezes o único recurso com potencial exportador; e iii) o temor de que as cláusulas dos contratos firmados entre os governos e as empresas estrangeiras sejam prejudiciais ao país anfitrião, com a mudança de cenários no decorrer do tempo.

Qualquer um desses fatores, ou a combinação de alguns deles, fará com que os governos tentem modificar as condições dos contratos ou expropriar (quase sempre com algum tipo de compensação financeira) parte, ou a totalidade, dos ativos de uma empresa (MABRO, 2008, p. 85, tradução nossa).

Em síntese, a análise de Mabro (2008) aproxima-se da interpretação tradicional, associando NR à limitação da operação de petroleiras internacionais no setor *upstream*³ da cadeia de petróleo e gás, e conseqüentemente, da capacidade de investimento no setor em relação a um mundo aberto. O que a distingue das análises anteriores é a incorporação de fatores históricos, a introdução das “ineficiências de contrato”, além de fatores causais.

³ A indústria do petróleo é comumente dividida em duas cadeias: i) *upstream* – envolve as atividades de produção e exploração de petróleo e ii) *downstream* – atividades relacionadas a refino, distribuição e comercialização.

A partir de exposições heterogêneas, a conexão entre as contribuições nesse conjunto de autores está na incorporação de críticas ao uso de instrumentos por parte do governo para regular os recursos naturais. Trata-se, de certa forma, de defensores da superioridade do livre mercado. Entretanto, as contribuições por trás dos “defensores do mercado” merecem um conjunto de críticas, a começar pelo pressuposto básico à indústria do petróleo, de que os recursos a serem explorados no subsolo pertencem ao Estado, o que implica na sua administração perante os agentes produtivos. Cabem, aqui, críticas a respeito da falta de precisão das leituras no entendimento da estrutura do mercado em questão. Nesse ponto, ganha destaque a colocação de Alveal Contreras (1994, p. 90): “Na história da indústria petrolífera não existe ‘livre jogo’ das forças de mercado. O longo prazo dos investimentos, o controle do mercado, da técnica, da organização industrial e do financiamento exigem a presença de estruturas oligopolistas centradas em grandes empresas que planejam todos os fatores apontados”.

Essas leituras não conseguem captar as mudanças das organizações ao longo do tempo, além de omitirem variáveis políticas, exceto no caso de Barbieri (2011). Elementos tais, que alteram a flexibilidade e a capacidade dos canais de oferta, influenciam os níveis de preços e o potencial de fornecimento de curto prazo, assim como a capacidade de acumulação e geração de riqueza na indústria. Daí a importância de destacar a politização⁴ do mercado do petróleo, definida por Wilson (1987) como a hegemonia dos critérios políticos na tomada de decisão. Entende-se que o NR é central em mercados voláteis com potencial econômico estratégico, como o caso do petróleo, o que justifica a participação política mais ativa dos governos para reduzir a incerteza.

⁴ Para mais informações sobre a politização, consultar Wilson (1987).

3. Nacionalismo dos Recursos e os modelos de barganha

Grande parte da literatura difundida sobre NR envolve os chamados “modelos de barganha”. Esses modelos buscam explicar o fenômeno como o resultado das negociações e/ou da disputa entre companhias internacionais de petróleo e os governos responsáveis por receber essas empresas. Dentre os mais difundidos, destaca-se o modelo de ciclo de mercado (MCM) e o modelo de barganha obsolescente (MBO).

O modelo de ciclo de mercado foi incorporado à literatura com Wilson (1987) e destaca que o NR está ligado, principalmente, ao movimento dos preços. A análise do autor ganha espaço devido à falta de elementos conceituais para explicar as crises energéticas dos anos 1970. Sua preocupação central é relacionar os mercados internacionais com a dimensão política, além de realçar o caráter cíclico dos mercados do petróleo.

O modelo de Wilson (1987)⁵ busca associar o movimento histórico dos preços, a volatilidade do mercado de petróleo, a influência da organização industrial, assim como colocar o aspecto político no centro da análise. O modelo está ligado ao “momento do mercado”, *i.e.*, às condições econômicas e comerciais vigentes no momento de negociação dos contratos entre as companhias internacionais de petróleo (CIP) e os governos hospedeiros. Essas condições mudam com o decorrer do tempo entre os compradores e vendedores de petróleo, assim como as políticas diferem radicalmente de mercados em alta e mercados em queda. Quando o mercado está em ascensão, com preços altos e, conseqüentemente, uma alta geração de riqueza, os exportadores ganham poder nas negociações. Quando a situação se inverte, a vantagem passa para as mãos dos compradores de petróleo (WILSON, 1987).

Basicamente, o *driver* do Nacionalismo dos Recursos no MCM é o nível de preços. O aumento dos preços fortalece o poder de barganha dos Estados hospedeiros, permitindo a imposição de demandas onerosas para

⁵ Denominado de “ciclo petropolítico” (tradução nossa).

as empresas, enquanto sua redução atua de forma contrária, forçando os governos a adotarem políticas energéticas liberais. Esse seria o principal elemento para a caracterização cíclica do fenômeno. Esse modelo foi utilizado na literatura acadêmica, por Joffé et alii (2009), Luciani (2011) e por organismos internacionais como *International Energy Agency* (IEA, 2007) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2007).

Uma abordagem similar é denominada de modelo de barganha obsolescente (MBO), desenvolvido inicialmente por Vernon (1971) e Mikesell (1971). O modelo compartilha o entendimento do NR como uma consequência das negociações entre CIP e o Estado que as recebe, mas o *driver* principal do fenômeno é a maturidade da indústria de recursos naturais.

Quando um investidor estrangeiro se aventura em um país na busca pela exploração e produção de recursos naturais, normalmente é celebrado um contrato entre o governo hospedeiro e o investidor estrangeiro. Em quase todos os casos, a barganha chega a ser um processo formal, e é responsável por estabelecer compromissos entre ambas as partes. Assim, o ponto de partida do poder de barganha é o contrato inicial e quando este ou algum outro contrato de qualquer natureza, que indique as condições para iniciar a exploração dos recursos naturais, é estabelecido. Entretanto, o conflito se coloca a partir do momento em que os investimentos são bem sucedidos (VERNON, 1971; MIKESSEL, 1971).

Esses conflitos são divididos por Mikesell (1971) em quatro categorias: i) a divisão total da renda líquida entre os investidores estrangeiros e o governo hospedeiro; ii) o controle da produção e dos preços, e outros indicadores que afetam o nível de riqueza gerada; iii) os impactos domésticos das operações realizadas pela companhia estrangeira e iv) relacionada ao controle e à forma legal por trás das operações. “Além disso, a forma legal de controle pode ter significado mais político do que econômico ou operacional” (MIKESSELL, 1971, p. 30, tradução nossa).

O risco desempenha um papel central na análise do MBO. Os contratos para novas áreas de exploração deveriam levar em consideração o risco de investimentos frustrados e, assim, estabelecer um retorno apropriado. A avaliação do risco também atende a possibilidade do contrato ser alterado ao longo do tempo. Logo, quanto maior o risco, em hipótese, maior deveria ser o preço de oferta do capital em uma licitação competitiva (MIKESSEL, 1971).

Em resumo, os conflitos têm uma lógica dinâmica. Projetos implementados em indústrias nascentes, as empresas tendem a levar vantagem nas negociações, pois o Estado volta seus interesses para atrair capitais. Conforme os investimentos se materializam, o nível de incerteza e do risco dos projetos diminui, permitindo aos governos aumentar sua capacidade de regulação. A existência de “terceiros”, como sindicatos, partidos nacionalistas ou populistas, fortalece o poder de barganha dos governos. Porém, essas pressões são contrabalançadas pela dependência, em alguns casos, de capitais e tecnologia estrangeira, passando o poder de barganha para as mãos das CIP.

Em uma análise intermediária entre os modelos supracitados, está o trabalho de Stevens (2008). O trabalho do autor, baseado na produção de petróleo no Oriente Médio, utiliza o NR a partir de dois componentes: i) da limitação de companhias internacionais de petróleo no setor e ii) a ideia de ampliar o controle nacional sobre o desenvolvimento dos recursos naturais. Os possíveis *drivers* para o NR, segundo o autor, são: a percepção de que as companhias internacionais estão se apropriando de forma excessiva da geração de riqueza, e a ideia de que a extração por atores estrangeiros não gera benefícios suficientes, mesmo pagando taxas e impostos. A concepção cíclica incorpora um elemento que vai além dos fatores econômicos, relacionada a um componente ideológico, que representa a percepção sobre o papel do Estado na economia (STEVENS, 2008).

Com o fortalecimento do poder dos Estados nacionais haveria um avanço do NR e, conseqüentemente, uma suposta queda dos investimentos no setor, que, por sua vez, levaria à escassez de petróleo bruto. Com os preços

elevados, esse movimento é contínuo. Entretanto, com a queda do preço e da capacidade de expansão da indústria, o poder de barganha dos governos produtores diminui em detrimento do fortalecimento do poder de barganha das empresas internacionais. E assim, o NR tende a recuar, abrindo o setor *upstream* ao capital estrangeiro. A questão que o autor coloca ao final é sobre quanto tempo podem durar a alta dos preços e o vigor do NR (STEVENS, 2008).

O trabalho de Joffé *et alii* (2009) também se baseia nos modelos de barganha. Na leitura dos autores, o NR representa um risco sistêmico, que se altera ao longo do tempo, para as companhias internacionais, deixando explícito na sua leitura um conflito entre agentes públicos e privados. Para os autores, o NR é um fenômeno que implica obter máxima vantagem nacional da exploração dos recursos naturais. O caráter cíclico expressa-se na maneira pela qual está atribuído o papel exercido pelas CIP na exploração dos recursos. Com essa leitura, os autores utilizam o fenômeno do NR para introduzir o tema das expropriações – segundo eles, o risco não comercial mais grave enfrentado pelos investidores. As expropriações podem ser a partir do aperto fiscal, chamada de “expropriação gradual”, da imposição de restrições às operações e, em casos extremos, das expropriações diretas pelo país anfitrião. Próximo ao modelo de Stevens (2008), o nível de preços seria uma das causas principais do fenômeno.

Ainda incorporando modelos de barganha, mas tangenciando a análise tradicional, o artigo de Peigo e Ruas (2015) propõe uma interpretação do Nacionalismo dos Recursos (empregado no trabalho sob a denominação de “Nacionalismo Energético”) a partir de uma análise histórico-estrutural da indústria do petróleo. Na sua contribuição, os autores propõem uma análise em favor de instrumentos para regular o setor energético, incorporando aspectos históricos e institucionais, com destaque para o papel exercido pelas empresas nacionais. De fato, a ênfase é colocada nas características históricas, como resultado da evolução e articulação entre os atores

econômicos envolvidos nas operações. Dito de outra forma, sugere-se uma análise das transformações a longo prazo das estruturas petrolíferas.

Caracteriza-se a história da indústria do petróleo como uma complexa teia geopolítica, associada, em primeiro lugar, à disputa internacional entre empresas e Estados nacionais pelo controle da geração e apropriação da riqueza produzida no setor. A contribuição sustenta a hipótese de que a interferência dos Estados é essencial para a viabilidade dos investimentos, a manutenção da segurança energética e a apropriação adequada do excedente. Essas ponderações atuam no sentido oposto do que é postulado pelas contribuições baseadas no viés liberal (PEIGO; RUAS, 2015).

A partir dessa leitura percebe-se que o NR fica aberto tanto a países produtores como consumidores, os quais utilizam mecanismos diversos para se apropriar da riqueza gerada no setor. Especificamente, o fenômeno fica ligado ao ambiente de disputa ou ao poder de barganha entre os agentes. A dinâmica desses *players* é governada por instituições responsáveis por estabelecer as “regras do jogo”. Os resultados dessas negociações são consubstanciados nos marcos regulatórios adotados em cada país, os quais, por sua vez, também estão sujeitos a mudanças históricas (PEIGO; RUAS, 2015).

O trabalho de Pryke (2017) também envolve a discussão sobre os modelos de barganha. Entretanto, ao invés de destacar o caráter conflituoso entre governos e empresas internacionais, o autor afirma que pode haver desenvolvimento mútuo através da interação entre Estados nacionais e corporações privadas estrangeiras. Inicialmente, o autor ressalta cinco implicações políticas por trás do fenômeno: i) o NR é um fenômeno adjacente à falta de regulação global dos recursos naturais; o caráter finito dos recursos e o aumento das preocupações ambientais exige uma coordenação dos regimes de comércio para equilibrar a exploração dos recursos com prioridades sustentáveis; ii) a defesa pelos recursos por parte dos governos não é um fenômeno novo, tornando-se evidente a partir do século XX; iii) o NR é uma política comum, que, ao contrário das definições dominantes, não implica o conflito entre governos ou empresas estatais e empresas estrangeiras na

extração dos recursos naturais; iv) há pouca regulamentação internacional para limitar o NR, o que acaba ficando para acordos bilaterais; e v) o aumento dos preços do petróleo entre 2003-2013 levou ao avanço do NR, porém, com caráter limitado.

Segundo o autor, os principais *drivers* do NR são: a captura pelo Estado dos aluguéis e das rendas econômicas geradas no setor; o nível de preços, destacando que o NR seria o resultado de preços elevados; a escassez de recursos naturais; e NR como um componente de identidade nacional, expressa em valores simbólicos, como a defesa da soberania nacional (PRYKE, 2017).

Além dos *drivers* supracitados, a questão do “contexto de mercado” está basicamente relacionada a sua influência através dos preços. Quando os preços estão altos, o governo tem incentivos para pressionar o aumento do pagamento de *royalties* e das tarifas pela exploração. Como o aumento dos preços está implícito no aumento dos lucros, a pressão pode ser diluída pelas empresas. Por outro lado, se os preços estão baixos, e assim também o nível de lucros, as empresas podem não suportar o aumento das tarifas e aluguéis. Logo, os níveis de tolerância por parte das empresas estrangeiras podem influenciar no avanço ou declínio do NR (PRYKE, 2017).

Em resumo, as contribuições que envolvem os modelos de barganha adicionam elementos idiossincráticos. De uma forma geral, essas contribuições entendem o NR como uma disputa permanente entre nações e empresas, entre países produtores e consumidores, visando garantir a apropriação da riqueza gerada na indústria petrolífera. Essas disputas são guiadas pelas transferências entre os agentes do poder de barganha.

4. Nacionalismo dos Recursos além da barganha

Recentemente, alguns autores têm se distanciado do entendimento do NR a partir de visões de “conflito” entre Estados Nacionais e empresas internacionais ou países produtores e consumidores. Ademais, esses autores têm buscado explicações fora dos modelos de barganha tradicionais, incorporando

fatores políticos e institucionais. As definições acadêmicas colocam ênfases diferentes sobre a caracterização do NR. As leituras têm em comum a ideia de um controle relativo dos recursos naturais por parte do Estado, em um fortalecimento diplomático, ou, a fim de reforçar o patrimônio e a soberania nacional, destacando que uma estratégia de desenvolvimento que tenha os recursos naturais como motor tem como condição *sine qua non* a criação de instituições apropriadas. Ademais, o fenômeno pode ser entendido como uma forma de nacionalismo econômico, como será desenvolvido adiante (WILSON, 2011; 2015; DIETSCHKE, 2012).

Os modelos desenvolvidos nesta concepção podem ser sintetizados na colocação de Gardner (2013, p. 9, tradução nossa): “O nacionalismo de recursos, em suma, pode ser sobre a formação de nações e instituições, ou pilhagem e dilapidação de recursos”. Nesse sentido, Wilson (2011) coloca em lados opostos nacionalistas e liberais, e *drivers* como Estado ou mercado, para a formulação estratégica do NR. Em trabalho posterior, Wilson (2015) consolida uma nova abordagem do fenômeno, incorporando novos elementos e melhorando as definições. Para o autor, o NR é uma estratégia política, em que os governos usam políticas nacionalistas para melhorar os retornos das indústrias de recursos naturais no âmbito nacional. Nesse caminho, os mecanismos de mercado não seriam suficientes para maximizar os benefícios para o país hospedeiro e, assim, o Estado seria responsável por definir os mecanismos de exploração para atingir metas nacionais específicas.

Essa abordagem é importante por se afastar dos modelos de barganha, que procuram explicar o fenômeno como um resultado das disputas entre empresas e o Estado. Partilhando a crítica de Wilson (2015), os modelos de barganha são incompletos para descrever o fenômeno do NR. As principais críticas são: i) os modelos são muito “economicistas”, reduzindo as causas do NR a variáveis que influenciam as condições de negociação entre o Estado e as empresas e ii) pouca atenção é voltada para o ambiente político e institucional.

O estudo de Wilson (2015) busca ampliar o escopo dos modelos de barganha, incorporando ao modelo teórico as instituições políticas como condicionante do NR. A premissa básica é de que o NR é entendido como uma forma de nacionalismo econômico, e de que o arranjo institucional é importante para explicar o processo, assim como são fundamentais para explicar a formulação de estratégias dos governos. Sob esta perspectiva, o autor destaca três tipos de instituições políticas por trás do NR: Nacionalismo dos Recursos Rentistas (NRR); Nacionalismo dos Recursos Desenvolventistas (NRD) e Nacionalismo dos Recursos Baseados no Mercado (NRM).

Como o próprio nome enfatiza, o NRR liga o NR ao rentismo ou à apropriação da renda gerada no setor por parte das elites dominantes. As características básicas do NRR implicam que o controle estatal sobre a distribuição das rendas advindas com a exploração dos recursos naturais é utilizado para manter as estruturas de poder. A característica básica do NRD é a sua compatibilização junto às estratégias de desenvolvimento nacional. De forma geral, as estratégias políticas no âmbito do NRD (regras de comércio, investimento ou impostos) são colocadas em prática a partir de políticas industriais intervencionistas, incentivando as empresas de recursos naturais a buscar metas de desenvolvimento nacional. Distingue o NRD do NRR o objetivo institucional de promover a transformação econômica, em vez de controlar a distribuição social dos aluguéis. Por último, o Nacionalismo dos Recursos Baseados no Mercado (NRM) está presente, com pouca frequência, em economias de mercados liberais e países desenvolvidos. O método primário e exclusivo da atuação a partir do NRM é a tributação, como forma de capturar uma parcela maior de rendas durante o aumento dos preços globais, ao contrário dos controles de investimento, restrições à exportação e subsídios ao setor de energia.

Na mesma lógica de Wilson (2011; 2015), o trabalho de Childs (2016) foge das análises reducionistas, pautadas em preços e na maturidade da indústria (modelos de barganha), e propõe uma análise mais explicativa do NR a

partir de um posicionamento crítico, somado a concepções da geografia. Uma questão central que emerge a partir do panorama geográfico é o caminho que toma a “geografia dos recursos”, especificamente, o fato de que as fronteiras de extração estão se expandindo para lugares cada vez mais extremos. Sendo assim, a abordagem do tema, segundo o autor, seria mais completa a partir da incorporação de temas da economia política, ecologia, e da geografia política do espaço. De certa forma, propõe-se um “enquadramento nacional” dos recursos, e assim pode-se avançar na compreensão do fenômeno. As definições, na maioria das vezes, carregam vieses e interesses políticos, entretanto, abordar NR como o oposto dos imperativos neoliberais de governança de recursos não é suficiente para caracterizar um fenômeno que é mais complexo (CHILDS, 2016).

De forma dominante, o fenômeno carrega uma postura binária entre defensores do Estado e defensores do mercado. Entretanto, uma outra caracterização implícita está em uma subdivisão do NR praticado em economias desenvolvidas ou “do Norte” e o NR praticado em Países em Desenvolvimento (PED) ou do “Sul”. Enquanto o NR no “Norte”, em países como Canadá, Noruega, Austrália e Escócia, seria legítimo, na América Latina e/ou no Oriente Médio, como um todo, o fenômeno é carregado de conotações negativas.

Outra dicotomia é observada na subdivisão do NR em “leve” e “forte”. Uma estratégia “leve” envolve alterações na regulamentação dos recursos naturais, na tributação das atividades, e restrições às exportações de recursos naturais. Já o NR “forte” é utilizado para descrever estratégias de ampliação direta do controle estatal, como o cancelamento de contratos de exploração, nacionalizações, e a demanda por ações nacionais em *joint ventures* de recursos naturais (CHILDS, 2016). Bremmer e Johnston (2009) desenvolvem uma classificação similar, dividindo o NR entre Nacionalismo dos Recursos Econômico, próximo do “leve” na classificação anterior, e Nacionalismo dos Recursos Revolucionário, próximo das estratégias “fortes”. O NR Revolucionário tende a ser menos frequente do que o NR Econômico, e está ligado a uma agitação política mais intensa (CHILDS, 2016; BREMMER; JOHNSTON, 2009).

Essas medidas “leves” ou “moderadas” são enquadradas, com frequência, nas estratégias políticas dos países do “Norte” desenvolvido ou dos países da OCDE, e são vistas de forma mais conveniente do que as estratégias “fortes” utilizadas no “Sul” em desenvolvimento, frequentemente, países da África e América Latina, sendo, inclusive, consideradas como uma “ameaça” (CHILDS, 2016; BREMMER; JOHNSTON, 2009).

Outra classificação do NR seria através da sua “influência histórica”, isto é, sua capacidade de preservar os direitos adquiridos pelo Estado durante o tempo mediante o seu “legado”, como praticado no México e Kuwait. Com a nacionalização dos ativos petrolíferos na década de 1930 no México e nos anos 1960 no Kuwait, alguns temas ficaram arraigados no sistema político e institucional desses países. Alterar os pilares estabelecidos pelas nacionalizações para a entrada de capitais estrangeiros enfrenta forte oposição política e da opinião pública (BREMMER; JOHNSTON, 2009). Como destaca Philip (1982), as campanhas nacionalistas permaneceram ativas na memória popular latino-americana.

É preciso entender que, em casos específicos, o componente regional por trás do NR se acentua. Além de uma tentativa dos governos de manter o controle sobre os recursos naturais, no caso africano, por exemplo, o NR emerge como uma forma de combate às novas formas de dependência na região, as quais ocorrem por meio das corporações internacionais, privadas ou estatais, como pode ser observado na análise de Kahn (2014). Para o autor, o objetivo central do NR na região é buscar o progresso industrial, o crescimento econômico e a expansão das capacidades humanas (KAHN, 2014).

Nacionalismo dos Recursos é um termo que possibilita organizar um conjunto diverso de políticas e práticas. O livro de Haslam e Heidrich (2016) centra-se no papel em mutação do Estado na ascensão do NR após a virada do milênio em alguns países da América Latina. Os autores fogem da dicotomia entre nacionalismo e os defensores das empresas privadas internacionais, propondo uma análise mais neutra, na qual seja possível analisar as práticas políticas que estão nas mãos do Estado para assegurar o desenvolvimento dos recursos

naturais. Os autores propõem, assim, três dimensões para o NR: i) maximização da receita pública; ii) afirmação do controle estratégico estatal, ou da sua capacidade de direcionamento do setor; e iii) o aumento dos *spillovers* a partir da atividade extrativa. Os instrumentos nas mãos do Estado são diversos, desde nacionalizações, parciais ou totais, até alterações das regras de distribuição dos *royalties* e da carga tributária, modificações nos processos burocráticos, regimes de licenças etc. (HASLAM; HEIDRICH, 2016). As variáveis que compõem cada uma dessas categorias podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1. Políticas do Nacionalismo dos Recursos por categoria

Maximização da receita pública

- Aumento da participação dos *royalties*
- Impostos e taxas adicionais
- Pressões extralegais para aumentar as contribuições financeiras voluntárias
- Desinvestimento forçado de ações ao Estado (sem controle efetivo)
- Limitação de isenção e deduções fiscais
- Maior arrecadação de aluguel por meio do gerenciamento eficiente da empresa estatal existente

Fortalecimento do controle estratégico sobre o setor

- A confirmação constitucional do controle estratégico sobre o setor
- Substituição do sistema de exploração (concessão, partilha ou cessão onerosa)
- Desinvestimento forçado ao estado das ações (participação majoritária, com controle)
- Criação ou fortalecimento de empresa estatal
- Nacionalização total (e controle operacional)
- Desenvolvimento de empresas estatais com capacidade operacional

Melhoramento dos *spillovers* e efeitos de encadeamento a partir dos projetos de extração

- Fomento do desenvolvimento de fornecedores (requisitos de conteúdo local; transferência de tecnologia etc.)
- Requerimento da devolução da receita (tributária) às jurisdições subnacionais
- Exigência do envolvimento da comunidade e da programação de responsabilidade corporativa
- Melhoramento da capacidade de resposta dos processos de consulta dentro do regime de licenciamento ambiental
- Liderança por empresa estatal do processo de industrialização por meio de contratações

Fonte: Adaptado a partir de Haslam e Heidrich (2016).

A primeira categoria envolve a maximização da receita pública oriunda da exploração dos recursos naturais, em que o Estado exerce os mecanismos indiretos para aumentar a participação nas rendas do setor. A maioria dos governos aumentaram as taxas de *royalties* ou estabeleceram impostos específicos baseados no valor da produção (Bolívia, em 2005, Brasil, em 2010, e Venezuela, em 2001, 2006 e 2008 sobre o petróleo; México, em 2014, e Peru, em 2015 e 2011, na mineração) (HASLAM; HEIDRICH, 2016).

A segunda categoria das políticas refere-se à orientação do Estado para fortalecer seu poder estratégico sobre o setor: “o que significa que o Estado se move para tomar decisões importantes sobre investimentos, prioridades estratégicas e o desenvolvimento de indústrias de apoio ou infraestrutura” (HASLAM; HEIDRICH, 2016, n.p., tradução nossa). O ponto de partida, nesse sentido, é a ratificação legal dos direitos do Estado sobre os recursos junto à evolução dos aspectos regulatórios. Estes tratam da definição das regras e dos direitos de propriedade, assim como das condições para atuação na indústria. Essa questão passa pelos regimes de exploração, como concessões, que conferem maior liberdade para as empresas, e contratos de partilha, nos quais o Estado amplia sua participação nas decisões de produção e investimento.

A última categoria de análise é o estímulo a *spillovers* e encadeamentos a partir da exploração dos recursos. Envolve o fomento à indústria nacional através da cadeia de fornecedores, mudanças na distribuição das receitas tributárias entre os entes subnacionais, ou via transferências direta para comunidades próximas ou parte de programas de responsabilidade social.

Além da classificação por categorias, as ligações entre as políticas adotadas e seus impactos em termos de desenvolvimento econômico podem ser normalizadas de acordo com um determinado nível de análise, conforme indicado na Tabela 2: i) *internacional*, referente às conexões entre as políticas tomadas pelas autoridades econômicas e o ambiente econômico internacional no qual estas estão inseridas; ii) *industrial*, concernente às relações entre a indústria de recursos naturais e os indicadores macroeconômicos;

e iii) *doméstico*, referente às características em âmbito nacional (HASLAM; HEIDRICH, 2016).

Tabela 2. Fatores que afetam o Nacionalismo dos Recursos⁶

Restrições	←—————→	Oportunidades
<i>Internacional</i>		
Baixo	Preço do Petróleo	Alto
Alta	Dependência em investimentos e comércio	Baixa
Poucas	Alianças internacionais	Muitas
<i>Industrial</i>		
Pequenas	Reservas provadas	Grandes
Pequena	Importância econômica do setor	Grande
Indisponível	Investimentos e expertise alternativos (IED)	Disponível
<i>Nacional</i>		
Direita	Cultura política esquerda/direita	Esquerda
Baixa	Demanda política para inclusão	Alta
Altos	Interesses das elites locais em petróleo	Baixos
Baixa	Capacidade de exploração do Estado	Alta

Fonte: Adaptado a partir de Haslam e Heidrich (2016).

A leitura das variáveis selecionadas é feita através do seu alcance em termos das oportunidades ou restrições criadas para os governos na orientação da política econômica dos recursos naturais. Em uma ponta, criam incentivos para os governos avançarem em políticas sob o plano do NR, e, na ponta oposta, limitam os governos a avançarem para uma agenda nacionalista dos recursos (HASLAM; HEIDRICH, 2016).

⁶ Essa caracterização concentra-se, especificamente, nos países da América Latina após os anos 2000, que combinaram, na sua maioria, administrações de esquerda e demanda política para inclusão junto com o avanço do NR. Sendo assim, compreende-se que o avanço do NR pode ocorrer sob outras convenções políticas, não necessariamente de esquerda.

No plano internacional, o principal condicionante está relacionado ao nível de preços, com destaque para o *boom* das *commodities* na primeira década dos anos 2000, que criou oportunidades para os países exportadores. Destaca-se também a dependência em investimentos externos: quanto mais a economia depende de aportes de capitais adquiridos no exterior, menores as oportunidades para o NR, e maiores as restrições para as políticas sob essa orientação. A dependência comercial e as alianças políticas também influenciam na orientação do NR: quanto maior for a rede de alianças políticas e comerciais, maiores são as oportunidades criadas para o NR, o que reflete também na mudança dos movimentos regionais, integracionistas e das formas que assumem a geografia econômica mundial.

No nível industrial, destaca-se o aporte de reservas, junto com a importância do setor extrativo para a composição industrial e das exportações. Também afeta os parâmetros do NR a dependência industrial em relação a fontes de desenvolvimento tecnológico e de financiamento. Ambos os fatores – quanto maior o nível de reservas, maior a importância econômica do setor e maior a gama de alternativas em investimentos – influenciam na criação de oportunidades para o avanço do NR. O contrário atua no sentido de limitar as políticas aplicadas sob a mesma perspectiva.

No plano nacional, afeta o NR a cultura política convencionalizada no aparato burocrático do governo. Dessa forma, a orientação para o NR tende a se fortalecer sob administrações de esquerda ou centro-esquerda, como predominou na América Latina nos anos 2000. Também implica o alcance de políticas sob a égide do NR a diretriz do crescimento econômico. Quanto mais a pauta social torna-se importante para a diretriz econômica, políticas nacionalistas dos recursos tendem a se fortalecer. Outro indicador no plano nacional está relacionado com a preponderância de elites locais na administração dos recursos naturais. Quando menor a influência dessas elites, maiores as chances das políticas sob o NR avançarem. No caso da Rússia sob o comando de Putin, foi preciso um embate direto com as elites que comandavam o setor privado da exploração de gás natural para consolidar

o papel do Estado na sua exploração (GARDNER, 2013). Por fim, concorre para o fortalecimento do Estado no setor a capacidade da exploração dos recursos, refletida no alcance exploratório e produtivo das empresas estatais.

A partir desses pressupostos é possível estabelecer padrões do NR, que se refletem através do grau de radicalismo na orientação das políticas adotadas. A existência de restrições e oportunidades geradas nos diferentes níveis de análise permite caracterizar e entender a dimensão que essas políticas tomaram e seus impactos em termos de desenvolvimento econômico. Nos casos mais radicais, como Venezuela e Bolívia, percebe-se que esses países estiveram de frente com grandes oportunidades, como alta dos preços, elevado nível de reservas provadas e fontes alternativas de tecnologia, e, por outro lado, baixas restrições, a saber, a baixa capacidade de exploração pelas empresas nacionais. No entanto, mesmo nesses casos, a dependência tecnológica e de capitais impediu uma total nacionalização dessas indústrias nos respectivos países (HASLAM; HEIDRICH, 2016). Assim, na leitura de Haslam e Heidrich (2016) englobam-se indicadores políticos, econômicos, além da dimensão regulatória. O foco do estudo está no Estado e na natureza particular das políticas que surgiram sob a forma do NR.

Em resumo, as contribuições que vão “além da barganha” entendem que o conjunto de políticas que consubstanciam o NR são fundamentalmente determinadas pelas dimensões políticas e institucionais. São as instituições políticas que colocam incentivos, oportunidades ou restrições para as CIP.

5. Nacionalismo dos Recursos: crítica e contribuição

A partir de todas as questões levantadas na seção anterior, é possível estabelecer uma visão integral e balanceada do Nacionalismo dos Recursos. Podem-se traçar duas linhas críticas do que foi desenvolvido. A primeira é destinada às visões condescendentes aos princípios liberais. Parte-se do pressuposto inerente à exploração dessa cadeia: o patrimônio no subsolo é

propriedade do Estado⁷. Ao não levar em consideração esse aspecto, a leitura liberal pouco agrega no entendimento do NR.

A segunda linha crítica é destinada aos modelos de barganha. Embora rezelem um apelo intuitivo e tragam elementos importantes como o nível de preços, nível de maturidade e concorrência na indústria, que são variáveis fundamentais para qualquer análise do setor de recursos naturais, principalmente do setor de petróleo, e a barganha seja uma característica presente nas condições que regem os contratos de exploração, são incompletos para descrever o fenômeno como um todo, e fornecem apenas um entendimento parcial do fenômeno, em que pouca atenção é voltada para o contexto político (WILSON, 2015).

Os modelos de barganha são importantes para entender a evolução histórica da indústria petrolífera. Entretanto, são incompletos, no sentido de que não incorporam fatores políticos e institucionais como determinantes do NR. Do ponto de vista político, é preciso ter em mente que o mercado do petróleo é pautado, historicamente, pela mistura do político e o econômico, dada a importância da sua dimensão estratégica para uso comercial e militar. Outras concepções importantes, fora dos modelos de barganha, estão relacionadas com a orientação da política macroeconômica e da política industrial, assim como seus determinantes (WILSON, 1987).

A teoria das convenções⁸ auxilia no entendimento da formulação de estratégias no universo político. Uma convenção é um “mecanismo de coordenação de agentes sociais, um guia de ação” (ERBER, 2006, p. 57). Esse mecanismo cognitivo responde às percepções dos agentes econômica e socialmente poderosos, que representam uma “geração sociológica”⁹.

⁷ No caso brasileiro, o Art. 20 (IX) da Constituição Federal destaca que os recursos do subsolo são bens da União.

⁸ Para uma análise sobre a Economia das Convenções, ver Niederle (2013). Sobre a literatura francesa, ver Jagd (2004).

⁹ Abrams (1982) define “geração sociológica” como um grupo de pessoas que compartilham um conjunto de ideias – independentemente da idade biológica. Essas ideias representam uma visão de mundo, com objetivos, metas e metodologias de caráter similar. Essas características dão forma a uma identidade comum.

Órlean (1989¹⁰ *apud* ERBER, 2006) destaca que a identidade que forma uma geração sociológica é substanciada por uma “convenção social”, isto é, um sistema cognitivo que pauta o planejamento e as práticas sociais, e que atua como um mecanismo para a coordenação dos agentes econômicos e políticos. As convenções servem de guia para as práticas burocráticas, e são um fenômeno histórico e socialmente localizado. Dependem dos agentes dominantes e têm um ciclo de vida: nascem, evoluem e “morrem” (ERBER, 2006). As convenções não estão imunes a conflitos. Estes emergem entre convenções e até mesmo dentro de uma mesma convenção. Segundo Erber (2006), esses conflitos, no exemplo brasileiro, estão presentes entre desenvolvimentistas “nacionalistas” e “não nacionalistas”, e entre liberais “radicais” e “reformistas”. Partindo desses pressupostos, propõe-se, para o entendimento do conjunto de políticas e instrumentos implementados pelo Estado que consubstancia o NR, a consolidação das convenções dentro do aparato burocrático do Estado.

Com importância semelhante, os aspectos institucionais são fundamentais para uma análise fidedigna do fenômeno, como destaca Wilson (1987, p. 136, tradução nossa), “Também demonstra que os mercados não existem no vácuo e que existem regras e regulamentos que permitem que os mercados operem com eficiência”. Como componente central para estudar o NR, propõe-se o estudo sobre as regras que compõem o quadro institucional, como o regramento referente às obrigações e direitos dos atores envolvidos – Estado nacional, estatais, empresas etc. – e as disposições relativas à formação ou determinação dos preços e investimentos – elementos consubstanciados na evolução dos marcos regulatórios.

Através da investigação na literatura, percebe-se que o NR está ligado, de alguma forma, ao aumento do controle pelo Estado no desenvolvimento dos recursos naturais. Entretanto, o envolvimento do Estado assume características distintas, que dependem das condições inerentes ao ambiente em

¹⁰ A. Órlean. *Pour une approche cognitive des conventions économiques*, 1989.

que está inserido, o que Evans chama de “autonomia inserida” (*embedded autonomy*). Os Estados nacionais podem também combinar determinadas regras em um setor ou combinar papéis dentro de uma cadeia de setores; os resultados vão depender de como os papéis são articulados (EVANS, 1995).

Estados não são genéricos. Eles variam dramaticamente em suas estruturas internas e relações com a sociedade. Diferentes tipos de estruturas estatais criam diferentes capacidades de ação. As estruturas definem a gama de papéis que o Estado é capaz de desempenhar (EVANS, 1995, p. II, tradução nossa).

Como as próprias estruturas dos Estados nacionais variam conforme o ambiente em que estão inseridas, o NR também apresenta idiosincrasias, conforme o ambiente político e institucional vigente no país. Importante destacar o afastamento das abordagens sobre Estado-mercado, em favor de uma análise que enfoca a inserção (*embeddedness*) do Estado na sociedade (EVANS, 1995).

A leitura proposta parte do fato de que os recursos sob o solo são um patrimônio nacional e, assim, deveriam ser usados para o interesse da nação como um todo. Entende-se que o aumento do controle por parte do Estado está na articulação e no fortalecimento das suas companhias nacionais, em detrimento das companhias estrangeiras. Interesse nacional seria a expressão da convergência de decisões para atender objetivos de desenvolvimento econômico e social e da promoção da transformação industrial. “O desenvolvimento não é apenas uma trajetória local de transformação. Também é definido pela relação entre a capacidade produtiva local e uma mudança global de setores” (EVANS, 1995, p. 8, tradução nossa).

Portanto, quando os países possuem empresas nacionais, sobretudo companhias estatais, que o representem produtivamente, o NR é exercido através do aumento da participação dessas empresas nas decisões de produção e investimento, com o Estado assumindo o compromisso de promover o desenvolvimento da indústria de recursos naturais. Quando o país que detém as reservas não é contemplado por uma CNP, o NR fica confinado a medidas fiscais, especialmente royalties e tributos (BREMNER; JOHNSTON, 2009).

Ao contrário, em políticas que beneficiem a abertura ao capital estrangeiro, pautadas em políticas liberais de comércio e investimento, com aposta nos regimes de competição na gestão dos recursos naturais e, assim, nos movimentos de privatização, constata-se um fenômeno de Liberalismo dos Recursos (LR) ou o retrocesso do NR.

6. Considerações finais

Através da sistematização do NR na literatura, conclui-se que as abordagens sobre o fenômeno, sobretudo acerca das causas e a sua morfologia, são de caráter heterogêneo, com características que conferem certa complexidade na organização do debate. As contribuições variam ao delimitar causas e consequências do fenômeno, assim como as variáveis e vertentes que devem ser utilizadas para análise.

Procurou-se aqui, primeiramente, descrever e sistematizar as contribuições sobre o tema; posteriormente, fazer um levantamento crítico para, ao final, desenvolver uma contribuição ao debate. A partir da investigação bibliográfica foi possível agrupar as contribuições sobre o NR em três conjuntos: i) interpretações que se baseiam em pressupostos liberais, que incorporam críticas ao uso de instrumentos por parte do Estado para regular a exploração dos recursos; ii) análises que partem dos modelos de barganha, buscando explicar o fenômeno como o resultado da alternância do poder de negociação entre governos e empresas internacionais; e, por fim, iii) um conjunto de teses que surgiram recentemente, enfatizando elementos políticos e institucionais para auxiliar na leitura do NR.

Ademais, o artigo propõe dois elementos para fundamentar a análise sobre o NR. O primeiro é a incorporação da teoria das convenções para auxiliar no entendimento da formulação de estratégias no universo político. A segunda proposição coloca a ideia de *embedded autonomy*, enfatizando que, como as próprias estruturas dos Estados nacionais variam conforme o ambiente em que estão inseridas, o NR também apresenta idiosincrasias próprias.

O referencial teórico organizado, os instrumentos apresentados junto com as proposições metodológicas desenvolvidas no artigo, podem fundamentar estudos futuros sobre as mudanças em curso na indústria petrolífera e de recursos naturais de forma geral, assim como levar a uma compreensão aprofundada sobre seus impactos no desenvolvimento econômico dos países em estudo.

Referências

- ABRAMS, P. *Historical Sociology*. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1982.
- ALVEAL CONTRERAS, E. C. *Os desbravadores: a Petrobras e a construção do Brasil industrial*. Rio de Janeiro: Dumara: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1994.
- ARMENTANO, D.T. "The Petroleum Industry: A Historical Study in Power", *Cato Journal*, vol. 1, n. 1, pp. 53-85, 1981.
- BARBIERI, R. "Energy Security: The Diplomacy of South Korea in Latin America". UCLA Center for Korean Studies. Los Angeles, California, 2011. USA. http://international.ucla.edu/media/files/Rita_Barbieri_SRG-h3-4zo.pdf. Último acesso em: 13/04/2018.
- BREMMER, I.; JOHNSTON, R. "The Rise and Fall of Resource Nationalism", *Survival: Global Politics and Strategy*, [S.L.], vol. 51, n. 2, pp. 149-158, mar. 2009.
- CHILDS, J. "Geography and Resource Nationalism: A Critical Review and Reframing", *The Extractive Industries and Society*, vol. 3, pp. 539-546, abr. 2016.
- DIETSCHKE, E. "Institutional Change and State Capacity in Mineral-rich Countries" in: HUJO, K. (ed.). *Mineral Rents and the Financing of Social Policy*. Basingstoke: Palgrave Macmillan and UNRISD, 2012, pp. 122-54.
- ERBER, F. "Celso Furtado e as convenções do desenvolvimento" in: SABOIA, J.; CARVALHO, F. C. de (orgs.). *Celso Furtado e o século XXI*. Barueri: Manole, 2006, pp. 41-61.
- EVANS, P. B. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- GARDNER, D. "Not All Forms of Resource Nationalism are Alike" in: *The Financial Times*, Londres, p. 9, 2013. Disponível em: <<https://search-proquest.ez88.periodicos.capes.gov.br/docview/1433431842?accountid=8113>>. Último acesso em: 30/05/2018.
- HASLAM, P.A.; HEIDRICH, P. *The Political Economy of Natural Resources and Development: From Neoliberalism to Resource Nationalism*. Nova York: Routledge, 2016.
- INTERNACIONAL ENERGY AGENCY. *Medium-term oil market report*, jul. 2007. Disponível em: <<https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/mtomr2007.pdf>>. Último acesso em: 30/05/2018.
- JAGD, S. "French Economics of Convention and Economic Sociology". Dinamarca: Roskilde University, 2004. Mimeo.
- JOFFÉ, G. et alii. "Expropriation of Oil and Gas Investments: Historical, Legal and Economic Perspectives in a New Age of Resource Nationalism", *Journal of World Energy Law & Business*, [S.L.], vol. 2, n. 1, pp. 3-23, mar. 2009.
- KAHN, M. "The Rise of the BRICS and Resource Nationalism: Challenge and Opportunity for Africa's Innovation Systems", *African Journal of Science, Technology, Innovation and Development*, [S.L.], vol. 6, n. 5, pp. 369-381, dez. 2014.
- LUCIANI, G. "Global Oil Supplies: The Impact of Resource Nationalism and Political Instability", *Centre for European Policy Studies*, n. 350, Bruxelas, 2011.
- MABRO, R. "El nacionalismo petrolero, la industria del petróleo y la seguridad energética", *Cuadernos de Energía*, n. 19, pp. 82-89, Madrid, fev. 2008.
- MARES, D. R. "Resource Nationalism and Energy Security in Latin America: Implications for Global Oil Supplies", 2010. Disponível em: <<https://scholarship.rice.edu/handle/1911/91400>>. Último acesso em: 19/05/2018.

MIKESELL, R. F. "Conflict in Foreign Investor-host Country Relations: A Preliminary Analysis" in: MIKESELL, R. F. (ed.). *Foreign Investment in the Petroleum and Mineral Industries*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1971, pp. 29-55.

NIEDERLE, P.A. "Economia das Convenções: subsídios para uma sociologia das instituições econômicas", *Ensaio FEE*, vol. 34, pp. 439-470, 2013.

ÓRLEAN, A. "Pour une approche cognitive des conventions économiques", *Révue Économique*, vol. 40, n. 2, 1989.

PEIGO, N. F.; RUAS, J. A. G.. "Rethinking "Energy Nationalism: A Study of the Relationship Between Nation States and Companies in the Oil Industry", *Revista de Economia Política*, vol. 35, pp. 557-575, 2015.

PHILIP, G. D. E. *Petróleo y política en América Latina: movimientos nacionalistas y compañías estatales*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1982.

PRYKE, S. "Explaining Resource Nationalism", *Global Policy*, 482, vol. 8, n. 4, p. 474, nov. 2017.

STEVENS, P. "National Oil Companies and International Oil Companies in the Middle East: Under the Shadow of Government and the Resource Nationalism Cycle", *The Journal of World Energy Law & Business*, vol. 1, n. 1, pp. 5-30, maio 2008.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *World investment report 2007*. Disponível em: <http://unctad.org/en/docs/wir2007_en.pdf>. Último acesso em: 03/06/2018.

VERNON, R. *Sovereignty at Bay: The Multinational Spread of US Enterprises*. Nova York: Basic Books, 1971.

WILSON, E. J. I. "World politics and international energy markets", *International Organization*, vol. 41, n. 1, pp. 125-149, 1987.

WILSON, J. D. "Resource Nationalism or Resource Liberalism? Explaining Australia's Approach to Chinese Investment in Its Minerals Sector", *Australian Journal of International Affairs*, vol. 65, n. 3, pp. 283-304, maio 2011.

_____. "Understanding Resource Nationalism: Economic Dynamics and Political Institutions", *Contemporary Politics*, vol. 21, n. 4, pp. 399-416, fev. 2015.

EDUARDO SÁ BARRETO

FOGO BRANDO - UM MISTO DE LUCIDEZ, CRÍTICA
INCOMPLETA, ILUSÕES E EXPECTATIVAS FRUSTRADAS

Recebido em 11/11/2021

Aprovado em 30/11/2021

FOGO BRANDO - UM MISTO DE LUCIDEZ, CRÍTICA INCOMPLETA, ILUSÕES E EXPECTATIVAS FRUSTRADAS

Resumo

O artigo é um comentário crítico ao texto de John Bellamy Foster publicado no número mais recente da Revista da SEP. Procuo apontar as virtudes, as insuficiências e as mistificações do texto. As reflexões trazidas por Foster permitem abordar questões sensíveis que vão além do pensamento do autor e interessam ao pensamento ecológico marxista de maneira geral.

Palavras-chave: ecologia marxista; mudanças climáticas; transição; Green New Deal

EDUARDO SÁ
BARRETO

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx).

E-mail: eduardobarreto@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4431-2607>

Abstract

The article is a critical commentary on John Bellamy Foster's text published in the most recent issue of *Revista da SEP*. I point out the virtues, insufficiencies and mystifications of the text. The reflections Foster presents allow us to address sensitive issues that go beyond the author's thinking and interest Marxist ecological thinking in general.

Keywords: Marxist ecology; climate change; transition; *Green New Deal*

No artigo publicado na *Monthly Review* de novembro de 2019, Foster escreve sob o impacto da então recente publicação do livro de Naomi Klein (2019) em defesa de um *Green New Deal* e de uma série de mobilizações climáticas na Europa e na América do Norte. Decerto, o impacto é tão forte que Foster chega a anunciar a possibilidade de estarmos vivendo os primeiros passos de uma revolução ecológica. No breve comentário a seguir – que acompanha a tradução do referido artigo neste volume da *Revista da SEP* – procuro destacar alguns pontos importantes do pensamento ecossocialista contemporâneo que se manifestam no texto de Foster.

O primeiro deles é a lucidez. Foster apoia-se no melhor entendimento científico e nas melhores evidências disponíveis para afirmar, com segurança e sem meias palavras, que estamos diante de uma crise ecológica e que o caminho para moderar os principais impactos dessa crise é tremendamente íngreme.

Escrevendo no final de 2019, o autor tinha à disposição três Relatórios Especiais do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) recentemente publicados. O relatório sobre aquecimento global de 1,5°C, de 2018, e os relatórios sobre oceanos e criosfera e sobre uso da terra, ambos de 2019 (IPCC 2018; 2019a; 2019b). Nesses documentos, há elementos suficientes para sustentar que padrões ecológicos decisivos há muito excederam os níveis relativamente estáveis observados no Holoceno. Nesses últimos 12 mil anos, a temperatura média do planeta nunca esteve tão elevada e os oceanos nunca estiveram tão quentes, ácidos e desertificados. A calota polar ártica está colapsando, os mantos de gelo da Groelândia e da Antártida estão fortemente ameaçados, e glaciares no mundo todo estão colapsando. Nossa capacidade de produzir alimentos em grande escala está severamente ameaçada.

Ao mesmo tempo, as trajetórias de abatimento das emissões preconizadas pelo IPCC para garantir *alguma* chance de limitar o aquecimento a 1,5°C são extremamente exigentes e não encontram paralelo histórico sequer próximo (mesmo nos nossos melhores casos de “sucesso”). Recomenda-se uma

redução de 45% no nível global de emissões entre 2010 e 2030 e uma redução de 100% (das emissões líquidas) até 2050. Contraste isso com uma realidade em que três décadas de esforços globais *já* obtiveram sequer uma redução mínima das emissões totais, a não ser em poucos momentos de profunda desorganização econômica provocada por crises.

Por quaisquer critérios que avaliemos esse pequeno conjunto de informações, somos obrigados a concluir que, na melhor das hipóteses, a humanidade encontra-se à beira do precipício e pisando insana e resolutamente no acelerador. Como afirmei há pouco, Foster e a maior parte das e dos militantes e intelectuais ecossocialistas enunciam essa realidade dramática com clareza e razoável precisão. Conforme veremos no terceiro ponto deste breve comentário, minhas divergências começam na maneira como temos concebido o “freio” para essa marcha frenética rumo ao abismo. Antes, porém, cabe abordarmos a crítica incompleta que o autor dirige ao IPCC.

Logo na abertura da seção dedicada a essa crítica, Foster (2021, p. 224) afirma o seguinte:

Em nítido contraste com seu cuidadoso tratamento científico das causas e consequências das mudanças climáticas, relativamente livre de intervenção política, a abordagem do IPCC quanto às ações sociais necessárias para mitigar a emergência climática foi ditada, em grande parte, pela atual hegemonia político-econômica. Até agora, as estratégias de mitigação para reduzir as emissões de dióxido de carbono em todo o mundo foram fortemente impactadas pelo domínio quase total das relações de acumulação capitalistas e pela hegemonia da economia neoclássica.

Trata-se de uma avaliação certa. É verdade que toda a discussão relativa a estratégias de mitigação é quase integralmente determinada (e não apenas no âmbito do IPCC) pelas relações sociais típicas do capitalismo e pelas concepções teóricas e o senso comum que lhe são correspondentes. Na verdade, estranho seria se um dos braços da Organização das Nações Unidas veiculasse recomendações de política com teor ou implicações subversivas. Foster parece não se dar conta disso (ou no mínimo não nos avisa). Tanto é assim que, logo na sequência, ele ainda reforça sua aparente perplexidade

diante da constatação de que organizações conservadoras recomendem políticas conservadoras: “O resultado desses modelos deliberadamente conservadores, que descartam todas as alternativas ao modelo econômico dominante, é a proliferação de avaliações irreais do que pode ser feito e do que precisa ser feito” (FOSTER, 2021, p. 224).

Foster, que é leitor de Roy Bhaskar (citado na última seção de seu artigo), poderia ter se aproveitado melhor das interessantes reflexões do filósofo britânico a respeito do expediente crítico normalmente empregado por Marx. Bhaskar (1998) mostra que a crítica marxiana jamais se interrompe na identificação de incorreções, lacunas, fragilidades, inconsistências etc. das ideias criticadas. A crítica *sempre* avança para tentar compreender por quais razões ideias frágeis ou incorretas são as ideias predominantes. No caso dos modelos mencionados pelo autor, a explicação para o seu caráter conservador e irrealista não se limita à provocação que incluí no final do parágrafo anterior. Precisamos ir um pouco mais fundo.

A dissonância que Foster aponta é muito real. Por um lado, encontramos uma base científica segura e consolidada que nos informa que os principais sistemas naturais que tornam esse planeta habitável estão sendo violentamente desestabilizados pela interferência humana. Por outro lado, encontramos uma série de diretrizes recomendadas para lidarmos com essa situação aguda que, se lidas friamente, mais não são do que o “mais do mesmo” numa calibragem ligeiramente modificada. Em outros termos, a linha política não é consequente com o entendimento científico.

Mas quais seriam os parâmetros mais básicos e gerais de uma linha política consequente? Em termos muito gerais, poderíamos enumerar: eliminação planejada e acelerada de setores de alto impacto; eliminação planejada de setores de baixo impacto, mas dispensáveis; decrescimento planejado de setores de alto impacto, mas necessários; crescimento planejado de setores de baixo impacto e necessários; decrescimento da escala total das atividades produtivas; produção orientada para a durabilidade; eliminação de supérfluos; sacrifícios maiores nas economias centrais do sistema etc. Não

é difícil perceber que a linha consequente conflita de maneira inconciliável com a lógica do capital.

Em outras palavras, as tarefas que temos que divisar a partir de nossa compreensão científica atual atentam frontalmente contra os parâmetros reprodutivos desta sociedade. Diante de uma tensão insolúvel como essa, ou se rompe com o entendimento científico ou se rompe com esta sociedade. Naturalmente, como não faz parte da natureza de instituições como a ONU a possibilidade de romper com a ordem do capital, rompe-se (na prática) com o entendimento científico cujas implicações apontam para a *urgência* de superar esta ordem. Nesse sentido, podemos concluir, para evitarmos a perplexidade que acomete Foster, que os tais modelos conservadores apontados por ele não são deliberadamente usados *apesar* de serem ruins e irrealistas. Eles são deliberadamente usados exatamente *por serem* irrealistas.

O problema não é da técnica/estratégia de modelagem utilizada, como ele parece supor. O problema é que, no que tange à crise ecológica, qualquer técnica que reflita efetivamente o que precisa ser feito é incompatível com a reprodução do capital. Quando o realismo exige a ruptura com o capital, ele se torna inadmissível e é, portanto, interditado. Trata-se, para enfatizar, de uma interdição objetiva/estrutural (para os fins deste raciocínio, importa pouco se a interdição ao realismo é uma conduta consciente ou inconsciente das pessoas envolvidas).

O terceiro ponto que quero trazer neste comentário apresenta uma característica peculiar. Conforme apontei no título do texto, esse terceiro ponto refere-se a ilusões. Mas, ao contrário dos modelos do IPCC criticados por Foster, são ilusões oriundas de tentativas de extrair linhas de ação compatíveis com a gravidade de nossa situação. Trata-se do campo de debates e propostas que vem sendo denominado de *Green New Deal*. Foster menciona ao menos quatro versões do que poderíamos chamar de *Green New Deal*, desde suas origens reformistas moderadas, passando por uma releitura mais radical proposta pelo Partido Verde estadunidense e chegando ao programa

de campanha à presidência de Bernie Sanders e à resolução apresentada ao congresso estadunidense pela deputada Alexandria Ocasio-Cortez.

Peguemos alguns dos elementos mais disruptivos que encontramos entre essas várias versões. Neles, vemos recorrentemente o objetivo principal de realizar uma transição energética, com a virtual eliminação do uso de energia baseada em combustíveis fósseis. Embora possamos admitir a viabilidade técnica de uma transição como essa, ela traz em seu rastro implicações que indicam a verdadeira escala revolucionária das transformações que precisariam ser operadas. Eliminar o uso de energia baseada em combustíveis fósseis implica eliminar a maior parte dos setores de petróleo, carvão e gás. Implica aleijar a capacidade de operação das indústrias pesadas, tecnicamente pouco permeáveis a energias renováveis. Implica sacudir violentamente o setor financeiro, por onde circulam trilhões de dólares em ativos lastreados em reservas fósseis ainda não exploradas. Implica reorganizar na medula todo o sistema de transportes, eliminando ou limitando fortemente certos modais (como o carro de passeio particular e o avião). Implica reestruturar profundamente as geografias dos grandes centros urbanos. Implica reestruturar profundamente a maneira como produzimos alimento (ARONOFF *et alii*, 2019).

A ilusão à qual me refiro não diz respeito ao conteúdo dessas tarefas enumeradas. Ao contrário, é seguro afirmar que tudo isso (e muito mais) precisa de fato ser realizado. A ilusão à qual me refiro tampouco pretende indicar que essas tarefas são irrealizáveis. A ilusão é que, mesmo entre marxistas do quilate de John Bellamy Foster, ainda circula a noção de que essas transformações profundas seriam obtíveis *ainda no capitalismo*. Pior ainda, se tomarmos como referência o debate em torno do *Green New Deal*, descobrimos que tais transformações não apenas seriam obtíveis no capitalismo, mas que esse possível sucesso seria alcançado pela via legislativa, pela luta/pressão por boas leis, regulações e aparatos fiscalizatórios.

No texto de Foster (2021, p. 222), essa crença fica particularmente evidente quando ele menciona a ideia de reformas revolucionárias, que seriam

“reformas que propõem uma reestruturação fundamental do poder econômico, político e ecológico, e que apontam, ao invés de se afastarem, para uma transição do capitalismo para o socialismo”. Ou seja, se as tais reestruturações fundamentais apenas “apontam para” uma transição – ao invés de serem realizadas *em meio* a uma transição –, então elas ocorreriam *ainda no capitalismo*.

Por tudo que sabemos da dinâmica reprodutiva característica desta sociedade, não é exagero afirmar que estamos diante de ambições que, formatadas nesses termos, são inalcançáveis. O próprio autor nos dá pistas claras para essa crítica que dirigimos a ele. É ele que nos informa que “o Banco Interamericano de Desenvolvimento declarou em 2016 que as empresas de energia estavam diante da perda potencial de US\$ 28 trilhões como resultado da necessidade mundial de manter os combustíveis fósseis no solo” (FOSTER, 2021, p. 222). É ele que nos diz que “Como o capital entendeu desde o princípio, essas mudanças ameaçariam toda a ordem político-econômica, visto que, uma vez que a população fosse mobilizada para a mudança, todo o metabolismo da produção capitalista seria desafiado” (FOSTER, 2021, p. 222).

Como explicar a patente desconexão entre essas afirmações e a defesa de “reformas revolucionárias” que “apontam para a transição”? Em uma primeira aproximação, dois elementos sobressaem: uma concepção problemática da categoria *transição* e uma concepção etapista da resolução da crise ecológica.

A ideia de transição é muito presente no pensamento ecossocialista e indica o caráter necessariamente processual de superação da sociedade capitalista. Colocando em outros termos, bem mais gerais, poderíamos dizer o seguinte: vivemos em um mundo regido pelo capital e defendemos um outro mundo possível, em que o capital tenha sido superado; esse novo mundo, contudo, não é criado *ex nihilo*, mas parido das entranhas do mundo atual; logo, nossa *praxis* defronta-se com (e se dirige a) os parâmetros, as estruturas, as necessidades e as urgências do mundo atual; daí se impõe a necessidade de um programa de transição – *i.e.*, um programa de ações que, travando luta com o (e no) presente, aponta para um outro futuro possível.

Aqui começam os problemas. O primeiro, mais óbvio, é confundir um *programa de transição* com a *própria transição*. Se nos debruçarmos sobre um dos programas de transição mais conhecidos (TROTSKY, 2017), vemos que o conjunto de embates proposto – ainda que ambicione variados avanços do ponto de vista da classe trabalhadora – não tem a pretensão de operar de fato uma transição, à espera de um período revolucionário (ou, pior, prescindindo da revolução). O programa de transição, se levado a cabo de maneira bem sucedida, cumpre a tarefa de tensionar o presente até seu ponto de ruptura. Em outras palavras, cumpre a tarefa de desatar a revolução, não de esperar por ela. É a revolução, por sua vez, que abre, de fato, as possibilidades de uma efetiva transição.

A maneira como situamos *transição* e *revolução* no tempo pode a princípio parecer um esforço de puro preciosismo teórico, mas nas questões que interessam ao pensamento ecossocialista, é decisiva uma adequada compreensão do que é possível *antes de* uma revolução e o que se torna possível apenas *em meio* a uma revolução.

Sequer precisamos excluir *a priori* a possibilidade de que, para uma série de transformações sociais importantes, ocorram transições no interior da ordem vigente. Mas o tema da crise ecológica cobra uma análise mais específica. Conforme apontei há pouco, no centro do debate a respeito da transição ecossocialista, figura a urgência de realizar uma transição energética capaz de descarbonizar nossas atividades produtivas. Isso, como vimos, traz consigo uma série de desafios monumentais, todos eles inconciliáveis com a reprodução da sociedade capitalista. Para assumirmos, *nesse caso*, a ideia de transição como um processo que antecede um processo revolucionário, precisaríamos supor que essas tarefas são todas realizáveis *ainda nos marcos da sociedade capitalista*. Assim, supõe-se, a transição seria uma meta que, uma vez alcançada, ao menos garantiria as condições ecológicas de vida no planeta para que, enfim, em algum momento do futuro, a revolução seja desatada. Admitir isso implica admitir, mesmo a contragosto, que a sociedade capitalista é capaz de resolver e superar seu caráter destrutivo

e desestabilizador no âmbito energético/climático. Infelizmente, é grande o número de camaradas ecossocialistas brilhantes que caem, em maior ou menor grau, nessa armadilha. De Fernandes (2020a; 2020b) a Löwy (2020), de Foster (2021) a Burkett (1999).

No texto publicado neste volume da *RSEP*, Foster apresenta-nos dois estágios que estruturam sua visão um tanto etapista de superação da destrutibilidade ecológica do capital. Um primeiro estágio, que inicialmente assumiria uma forma *ecodemocrática* que se concentraria na, em suas palavras, “construção de alternativas energéticas combinadas com uma transição justa, mas em um contexto que, no geral, careceria de qualquer crítica sistemática à produção ou ao consumo” (FOSTER, 2021, p. 229). Esse estágio eventualmente seria sucedido por um outro, marcado por uma perspectiva *ecorrevolucionária* mais abrangente. Se tentássemos fazer a leitura mais generosa possível desse trecho do texto, poderíamos dizer que no primeiro estágio se acumulam tensões oriundas da inexequibilidade até mesmo de um programa ecodemocrático mínimo e que elas eventualmente catalizam um processo de ruptura ecorrevolucionária que cria as condições para uma transição efetiva¹.

Não é dessa maneira, no entanto, que Foster propõe sua perspectiva em dois estágios. Na sequência do texto, fica evidente que ele está preocupado em garantir que as “conquistas” do estágio ecodemocrático não sejam perdidas para um tipo de keynesianismo ecológico, orientado para crescimento econômico rápido e ciclos de consumo ilimitado. Ou seja, ele de fato admite ser possível conter a compulsão do crescimento econômico e do consumo ilimitado *ainda no capitalismo*. Nesse sentido, é sintomático que ele atribua a obsessão por crescimento e consumo ao keynesianismo e não ao capital.

Que Naomi Klein, uma crítica não marxista do capitalismo, caia nesse erro crasso é até certo ponto compreensível. Por outro lado, é inacreditável que um marxista da estatura de Foster considere viável operar algo assim ainda

¹ Não custa reforçar que, mesmo com essa leitura, a questão da urgência da transição fica sem ser abordada adequadamente.

no capitalismo, num suposto primeiro estágio ecodemocrático de uma transição ao ecossocialismo. Aliás, não deixa de ser irônico que Klein e Foster nos advertam contra o keynesianismo ecológico e, ao mesmo tempo, depositem expectativas em uma agenda política autodenominada *Green New Deal*. O nome remete conscientemente ao *New Deal* dos anos 30 do século XX, que foi uma espécie de antessala do período de auge da ideologia keynesiana que marcou especialmente as duas décadas que sucederam o pós-guerra.

Falando em expectativas, chegamos enfim ao último ponto deste comentário, o das expectativas frustradas. Como o artigo é de novembro de 2019, Foster não poderia saber que o *Green New Deal* de Ocasio-Cortez não prosperou nem mesmo nas fileiras do Partido Democrata e que o *Green Deal* europeu é uma releitura mal disfarçada de tudo que a Europa já vem perseguindo há algumas décadas. Existe uma tentação muito forte em avaliar esses fracassos como originados por falta de vontade política, por falta de mobilização popular, por força de *lobbies* poderosos interessados na manutenção do *business as usual* etc. Evidentemente, tudo isso entra em cena em fracassos como esse, mas há determinantes estruturais mais profundos que precisam ser trazidos à tona.

Quando ecossocialistas como Foster propõem disputar o *Green New Deal* para uma linha radical, ele adquire contornos de um programa mínimo (novamente, remeto a Trotsky (2017)). E, claramente, mesmo na literatura não marxista que trata do *Green New Deal*, esse mínimo refere-se ao mínimo *necessário*, ou seja, ao mínimo que precisamos fazer para não transformar o planeta em uma rocha inabitável. O que normalmente se perde de vista é que – conforme já enfatizamos no ponto anterior – até mesmo o mínimo necessário entra em um conflito insanável com a lógica do capital.

Se formos rigorosos com essa conclusão, precisamos afirmar que até mesmo o mínimo necessário *pressupõe* a abertura de um processo de ruptura com a sociedade presidida pelo capital. A não ser *em meio* a um processo como esse, a vontade política sempre ficará aquém do mínimo, a mobilização popular sempre terá sua força exaurida antes de alcançar apenas o mínimo e

os *lobbies* sempre terão força suficiente para sepultar inclusive os pequenos passos em direção ao mínimo.

A empreitada natimorta de Ocasio-Cortez e o sucesso legislativo europeu dramaticamente diluído são sintomas disso. Eles indicam um dilema que se impõe à política reformista² na era do capital e da crise ecológica: ao propor/buscar o necessário (mesmo que apenas o mínimo), ela se torna inviável; e ao buscar viabilizar-se, ela precisa ficar aquém do necessário. Desse dilema, a política só escapa se compreender que os caminhos que precisam ser disputados para um futuro ecossocialista só são desbloqueados por um processo *revolucionário* de transição.

² Mesmo aquela que se autodenomina revolucionária.

Referências

ARONOFF, K. et alii. *A Planet to Win: Why We Need a Green New Deal*. Londres: Verso, 2019.

BHASKAR, R. "Societies" in: ARCHER, Margaret; BHASKAR, Roy; COLLIER, Andrew; LAWSON, Tony; NORRIE, Alan (eds.). *Critical Realism: Essential Readings*. Londres: Routledge, 1998, pp. 206-258.

BURKETT, P. *Marx and Nature: A Red and Green Perspective*. Nova York: St. Martin's Press, 1999.

FERNANDES, S. "Ecosocialism from the Margins", *NACLA Report on the Americas*, vol. 52, n. 2, 2020a.

_____. "Una visión ecosocialista para la descarbonización en América Latina", *Tricontinental*, n. 2, 2020b.

FOSTER, J. B. "Pegando Fogo desta vez", *Revista da SEP*, vol. 1, n. 61, set./dez. 2021.

IPCC. *Global Warming of 1.5 C: An IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5 °C above pre-industrial levels*. Genebra: IPCC, 2018.

_____. *IPCC Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate*. Genebra: IPCC, 2019a.

_____. *Climate Change and Land: An IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. Genebra: IPCC, 2019b.

KLEIN, N. *On Fire: The (Burning) Case for a Green New Deal*. Londres: Penguin Books, 2019.

LÖWY, M. *O que é ecosocialismo?* São Paulo: Editora Cortez, 2020.

TROTSKY, L. *Programa de transição da IV Internacional*. São Carlos: Editora Sundermann, 2017.

LUCIA PRADELLA

TRADUÇÃO DE HUGO FIGUEIRA CORRÊA

IMPERIALISMO E DESENVOLVIMENTO
CAPITALISTA EM *O CAPITAL* DE MARX

Recebido em 09/01/2022

Aprovado em 09/02/2022

TEXTO ORIGINAL DE LUCIA PRADELLA
TRADUÇÃO DE HUGO FIGUEIRA CORRÊA

IMPERIALISMO E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EM *O CAPITAL* DE MARX^{1 2}

Resumo

Este artigo pretende contribuir com o debate corrente sobre o “novo imperialismo” por meio da apresentação dos principais resultados de uma leitura de *O capital* de Marx à luz de seus escritos sobre o colonialismo, que permaneciam desconhecidos durante o antigo debate marxista sobre o imperialismo. Pretende-se provar que, em seu principal trabalho, Marx não analisa uma economia nacional ou seu correspondente em um modelo abstrato de sociedade capitalista, mas um sistema mundial polarizador e em constante expansão. Essa abstração permite identificar as leis do desenvolvimento do capitalismo e seus antagonismos, refletindo a tendência do capital de Estados dominantes de, por meio do recurso permanente aos métodos da assim chamada “acumulação primitiva”, se expandir e aumentar, ao mesmo tempo, a exploração de trabalhadores em todo o mundo e a cooperação entre eles. O que foi definido

LUCIA PRADELLA

Professora do King's College London.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5331-6015>

HUGO FIGUEIRA
CORRÊA

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: hcorrea@id.uff.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4687-243X>

¹ Artigo publicado originalmente sob o título “Imperialism and Capitalist Development in Marx's Capital” em *Historical Materialism*, vol. 21, n. 2, pp. 117-147, 2013. Durante o trabalho de tradução, optou-se por tentar, sempre que possível, remeter o leitor a traduções já existentes para o português dos textos citados pela autora. Quando utilizamos trechos dessas traduções, indicamos também os créditos da tradução utilizada. Esses acréscimos aparecem sempre entre colchetes, em notas de rodapé, e acompanhados da indicação de que se trata de nota do tradutor. Em certas passagens, Pradella refere-se aos capítulos do livro I de *O capital* seguindo a numeração corrente na publicação em língua inglesa. Nesses casos, optou-se “traduzir a remissão” a numeração dos capítulos de acordo com as edições brasileiras.

² Sou grata aos participantes do Segundo Workshop Internacional da IIPPE, em Prócida, onde apresentei uma versão inicial deste artigo, e a Alex Anievas, Alex Callinicos, Adam Hanieh, Alfredo Saad-Filho, Abelardo Marina Flores e aos dois pareceristas anônimos por seus comentários ao artigo. Gostaria de agradecer especialmente a John Smith por sua valorosa ajuda em várias versões deste artigo e por nossas discussões sobre a questão do imperialismo e da lei do valor.

posteriormente como imperialismo, para Marx, é a forma concreta do processo de “globalização” do capital dos Estados dominantes. Com o desenvolvimento de sua análise, Marx tornou-se cada vez mais consciente das consequências econômicas e políticas do imperialismo. Em sua atividade na Primeira Internacional, a respeito da questão da independência irlandesa, Marx afirmou a importância fundamental de construir uma solidariedade real entre as lutas da classe nos países imperialistas e uma resistência anticolonial nos países colonizados e dependentes. Seu exame do imperialismo e sua perspectiva internacionalista foram negligenciados, negados, quando não completamente invertidos, na interpretação e na sistematização de seu pensamento por líderes reformistas da Segunda Internacional. Em sua tentativa de reagir contra essas tendências e desenvolver uma análise e uma estratégia política adequada à nova fase de expansão imperialista generalizada, de aumento das rivalidades interimperialistas e de crescente resistência anticolonial, Rosa Luxemburgo e Lênin reafirmaram a centralidade da crítica ao imperialismo nos planos político e econômico. Assim, mesmo sem ter plena consciência disto, eles desenvolveram e expandiram alguns aspectos já presentes no trabalho de Marx.

Palavras-chave: capitalismo; imperialismo; colonialismo; internacionalismo; *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA2).

Abstract

This article aims at contributing to current debates on the ‘new imperialism’ by presenting the main results of a reading of Marx’s *Capital* in light of his writings on colonialism, which were unknown in the early Marxist debate on imperialism. It aims to prove that, in his main work, Marx does not analyse a national economy or – correspondingly – an abstract model of capitalist society, but a world-polarising and ever-expanding system. This abstraction allows the identification of the laws of development of capitalism and its antagonisms, and reflects the tendency of the capital of the dominant states, by making permanent recourse also to methods of so-called ‘primitive accumulation’, to expand and increase the exploitation of workers worldwide, and, at the same time, the cooperation between them. What, for Marx, was later defined as imperialism is the concrete form of the process of ‘globalisation’ of the capital of the dominant states. With the development of his analysis, Marx became increasingly aware of the economic and political consequences of imperialism. In his activity within the First International, with regard to the question of Irish independence, he affirmed the fundamental importance of building a real solidarity between class struggles in imperialist countries and anti-colonial resistance in colonised and dependent countries. His examination of imperialism and internationalist perspective were downplayed, denied, if not completely reversed in the interpretation and systematisation of his thought by reformist leaders within the Second International. In their attempt to react against this tendency and develop an analysis and a political strategy adequate to the new phase of generalised imperialist expansion, increased inter-imperialist rivalries and rising anti-colonial resistance, Rosa Luxemburg and Lenin reaffirmed the centrality of the critique of imperialism at the economic and at the political levels. Even if they were partially unaware of this, they thus developed and expanded on some aspects already present in Marx’s work.

Keywords: capitalism; imperialism; colonialism; internationalism; *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA2).

I. Introdução

Em resposta ao processo de globalização neoliberal e à presente guerra permanente conduzida por países ocidentais contra os povos do Sul Global, um novo debate sobre o imperialismo floresceu. Esse artigo pretende contribuir com essa discussão apresentando argumentos adquiridos por uma leitura de *O capital* de Marx à luz de seus escritos e cadernos sobre o colonialismo e as sociedades pré-capitalistas e das várias edições do Livro I. Os cadernos de Marx ainda não foram inteiramente publicados pela MEGA2 (*Marx-Engels-Gesamtausgabe*)³ e demorou muito tempo para que seus artigos no *New York Daily Tribune* obtivessem reconhecimento. Os escritos de Marx sobre a questão colonial passaram a ter maior circulação a partir de 1959, com a publicação de dois volumes em Moscou – *On Colonialism* [Sobre o colonialismo] e *The First Indian War of Independence* [A primeira guerra de independência da Índia] –, e, depois, com a publicação dos *Collected Works*, que incluem todos os artigos escritos para o *Tribune* por Marx e Engels nos volumes 11-17 e 19. Essas vicissitudes editoriais explicam por que esses escritos não são mencionados na discussão da Segunda Internacional sobre o colonialismo e, quando eclodiu o grande debate sobre o imperialismo antes e durante a Primeira Guerra Mundial, nem Rosa Luxemburgo nem Lênin pareciam conhecer sua existência. Mesmo após sua publicação, contudo, eles continuaram “periféricos” e não foram analisados em conjunto com o resto de sua obra.

O livro *Marx nas margens*, de Kevin Anderson (2010), apresenta os escritos de Marx sobre sociedade pré-capitalistas e não-ocidentais de 1850 em diante, assim oferecendo ferramentas importantes para analisar a evolução de seu pensamento sobre assuntos que Anderson mostra não serem nada periféricos aos interesses de investigação teórica e política de Marx. O presente artigo examina a relação entre esses escritos e a crítica de Marx à economia política, refutando uma das principais hipóteses que persiste

³ A nova edição crítica dos escritos de Marx e Engels.

no debate marxista contemporâneo sobre imperialismo: que “Marx se concentrou em uma economia capitalista fechada em seu principal trabalho teórico” e “analisou a origem e a expansão do capitalismo no interior de um Estado-nação” (BREWER, 1990, p. 19)⁴.

Para David Harvey, *O capital* de Marx não considera as reconfigurações espaciais do sistema internacional; a acumulação processar-se-ia conforme a reprodução expandida dentro de uma economia fechada “em condições de ‘paz, propriedade e igualdade’” (HARVEY, 2005a, p. 144)⁵. Marx – sustenta Ellen Meiksins Wood (2006, p. 21) – examinou a dinâmica especificamente capitalista olhando para ela de forma “mais ou menos abstrata como um sistema fechado”. Em seu comentário ao *Novo imperialismo* de Harvey, Sam Ashman e Alex Callinicos (2006, p. 108) mantêm a validade da distinção entre as lógicas territorial e capitalista de poder, assumindo dessa forma, assim como Harvey, que Marx desenvolveu uma análise “interna” das contradições do modo de produção capitalista. Um ponto de vista semelhante informa a importante contribuição mais recente de Callinicos a esse debate, *Imperialism and Global Political Economy*. Esse tipo de abordagem, como Justin Rosenberg destaca, externaliza “o internacional” e termina por “abrir um abismo intransponível entre teoria do desenvolvimento capitalista e sua forma efetiva, enquanto processo histórico” (ROSENBERG, 2007, pp. 458-459).

No presente artigo, desejamos provar que *O capital* de Marx superou o pressuposto contraditório centrado no Estado da economia política clássica por meio de seu desenvolvimento das teorias do valor e do mais-valor: ao

⁴ Essa opinião é compartilhada por Roman Rosdolsky, para quem apenas nos livros projetados sobre o Estado, o comércio internacional e o mercado mundial, Marx superaria seu suposto enquadramento “nacional” e desenvolveria sua análise “internacional”: “a economia nacional deve ser concebida também em suas relações com o exterior, com outras nações capitalistas (e não capitalistas), e, ao fim e ao cabo, como parte de um todo mais amplo, que compreenda o conjunto dos países. Só então chegamos à categoria mercado mundial e da economia mundial como uma ‘rica totalidade com múltiplas determinações e relações’” (ROSDOLSKY, 1989, p. 27) [Tradução de César Benjamin in: ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 40].

⁵ [HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005, p. 120].

examinar o capitalismo britânico como um sistema mundial polarizador e em permanente expansão, Marx desenvolveu uma análise sistemática do “imperialismo de livre-comércio” britânico. A lei geral da acumulação capitalista precisa ser entendida como uma lei da acumulação de capital em escala mundial e, uma vez que o Estado desempenha um papel fundamental nesse processo, do Imperialismo. Para demonstrar isso, concentramo-nos em questões específicas do campo de análise do livro I de *O capital*, que lança as bases para investigações posteriores sobre as concepções marxianas da relação entre capitalismo e imperialismo, e nas implicações dessa interpretação para uma compreensão teórica da forma realmente assumida pelo sistema internacional⁶.

A segunda seção do artigo discute como Marx tratou dos investimentos internacionais e do expansionismo no livro I de *O capital*, enquanto a terceira seção concentra-se na dinâmica da acumulação de capital, o que inclui processos que, para Lênin, caracterizaram a fase imperialista do desenvolvimento capitalista. A quarta seção ilumina a relação entre o processo de desenvolvimento da análise de Marx e a mudança de sua avaliação a respeito das possibilidades de uma revolução internacional. A última seção oferece considerações preliminares sobre as interpretações do trabalho de Marx na Segunda Internacional – por Bernstein e Kautsky em particular – refletindo o crescente reformismo na Social-Democracia alemã. Rosa Luxemburgo e Lênin combateram essa tendência tanto política quanto teoricamente. Luxemburgo criticou *O capital* a partir do que ela identificou como suas lacunas e tentou resolvê-las, aplicando o método marxiano ao exame do imperialismo. Lênin tentou “atualizar” a análise de Marx para compreender uma nova fase do desenvolvimento capitalista. A questão explorada aqui é

⁶ Para uma análise mais detalhada de *O capital* de Marx e de seus escritos sobre colonialismo e sobre as sociedades pré-capitalistas (especialmente a Irlanda, a China, a Índia, a Rússia e os Estados Unidos), ver Pradella (2010). Em minha tese, *Globalisation and Critique of Political Economy: New Evidence from the MEGA²*, eu examino a evolução da análise de Marx sobre o “internacional” (incluindo as questões sobre o investimento internacional e a troca desigual) à luz de seus cadernos e exploro a relação entre as categorias abstratas e as determinações concretas nos manuscritos de Marx para *O capital* de 1857-1863. Para uma tentativa de desenvolvimento da análise de classes do imperialismo com foco na divisão Norte-Sul, ver Smith (2010).

em que medida essas tentativas se basearam em uma compreensão adequada do principal trabalho de Marx.

2. O capital: um sistema globalizante

Em *O capital*, Marx examina o modo de produção capitalista e as condições de produção e troca correspondentes a esse modo de produção, usando a Inglaterra – a potência hegemônica no mundo e um exemplo de uma economia capitalista completamente desenvolvida – como principal ilustração, porque, àquela época, ela era seu caso clássico. Das características específicas do capitalismo inglês, Marx determina as leis de desenvolvimento dos antagonismos do modo de produção capitalista em si. *O capital* não se limita, portanto, a analisar uma etapa histórica específica, *i.e.*, o capitalismo inglês de meados do século XIX, mas sim examina as leis gerais de seu desenvolvimento (MARX, 1996, p. 9)⁷. O livro I, no entanto, não considera apenas um capital individual – como tanto Lênin quanto Rosa Luxemburgo parecem acreditar –, mas a produção e a reprodução do “capital social total”, o que considera tanto o capital individual quanto a soma de todos os capitais existentes. O conceito de capital social total – ou, mais simplesmente, de “capital” – refere-se a todos os ramos de uma “dada sociedade”, sem restrições a fronteiras nacionais. Ao analisar um capital, Marx pode analisar sua totalidade porque a pluralidade e a concorrência são inerentes a sua essência. O conceito de capital reflete a tendência do capital dos Estados líderes em direção a uma dominação universal. Conforme a concorrência é a própria essência do capital, entretanto, a acumulação – como veremos adiante – continuamente recoloca a questão em níveis mais elevados (MARX, 1996, p. 414)⁸, aumentando as rivalidades intercapitalistas e interestatais.

⁷ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 78 (N.T.)].

⁸ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 656-657 (N.T.)].

Os cadernos e os artigos de Marx confirmam que, desde a década de 1840, ele não tratava do capitalismo inglês como um sistema nacional, mas como um sistema colonial. Em seus cadernos de 1846-1847, sobre a obra *Geschichtliche Darstellung des Handels, der Gewerbe und des Ackerbaus der bedeutendsten handeltreibenden Staaten* de Gustav von Gülich (MARX, 1983, pp. 3ff), por exemplo, ele distingue duas fases principais de formação e desenvolvimento do mercado mundial: o “mercado mundial pré-industrial”, que data das descobertas geográficas dos séculos XV e XVI, e o mercado mundial criado sobre as bases da grande indústria. Em contraste com von Gülich, Marx considera os sistemas econômicos dos Estados europeus como integrados, o que incluía ainda suas colônias formais e informais. Esses estudos são a base dos trabalhos de Marx e Engels do período, como *A ideologia alemã* (1845), *Miséria da filosofia* (1847), o *Discurso sobre o livre-comércio* (1847) e o *Manifesto comunista* (1848). Em seus escritos sobre a China e a Índia, Marx examina tanto o “Antigo Sistema Colonial”, que corresponde ao período da assim chamada “acumulação primitiva”, quanto o “imperialismo liberal” britânico da era industrial. Ele mantém que os efeitos devastadores da indústria inglesa na Índia são “resultados orgânicos” do modo de produção capitalista.

Essa produção repousa sobre o domínio supremo do capital. A centralização de capital é essencial para a existência do capital enquanto um poder independente. A influência destrutiva dessa centralização sobre os mercados do mundo não faz mais que revelar, nas mais gigantescas proporções, as leis orgânicas inerentes à economia política atualmente funcionante em toda cidade civilizada (MARX; ENGELS, 1979, p. 222).

Em seus artigos sobre a Guerra do Ópio, Marx denunciou o assalto e o domínio britânicos, assim como seus defensores parlamentares, e classificou o comércio de ópio e a agressão colonial contra a China como os *métodos liberais* usados para proteger os interesses de livre-cambistas de Manchester e concentrar a produção manufatureira mundial na Inglaterra. “Quando olhamos de perto para a natureza do livre-comércio britânico, geralmente descobrimos que o monopólio está na base de sua ‘liberdade’” (MARX;

ENGELS, 1979, pp. 17-21). Em um de seus artigos sobre a Guerra Civil Americana, Marx mostra a conexão entre a indústria britânica, a Irlanda e os Estados Unidos, tratando-as como partes de um único sistema econômico⁹. Pelo termo “colônia”, Marx define tanto *as colônias de povoamento quanto os domínios*. Como exemplificavam os Estados Unidos – ainda vistos por Marx como uma colônia europeia em 1866 (MARX, 1996, pp. 454-455)¹⁰ –, a subordinação política não era necessária para a definição de “colônia”. O colonialismo é tratado como um sistema de exploração que não requer a anexação formal de outros países, mas sim a *subordinação econômica à reprodução do capital do país dominante*. As condições específicas das colônias dependem de fatores históricos e políticos – tais como a proporção entre terra e população – e deveriam ser analisadas caso a caso (MARX, 1996, p. 741)¹¹.

Mas Marx de fato analisa sistematicamente esses processos em *O capital*? E, se o faz, como? No capítulo 13 do livro I, no início de uma passagem em que descreve a nova divisão internacional do trabalho típica da era industrial – que converteu “uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial” –, Marx declara estar se referindo a “relações puramente fatuais, ainda não alcançadas por nossa exposição teórica” (MARX, 1996, p. 453)¹². A nosso juízo, é possível encontrar um *primeiro* desenvolvimento de sua investigação teórica na seção VII do livro, relativa à acumulação de capital. No início do capítulo 22, sobre a “Transformação de mais-valor em capital”, Marx afirma:

Abstráimos, aqui, do comércio de exportação, por meio do qual uma nação pode converter artigos de luxo em meios de produção ou de subsistência e vice-versa. Para conceber o objeto da investigação em sua pureza, livre

⁹ Ver Marx, “The British Cotton Trade” (MARX; ENGELS, 1984, pp. 19-20); Anderson (2010, p. 92) [ANDERSON, K. *Marx nas margens*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 154 (N.T.)].

¹⁰ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 523 (N.T.)].

¹¹ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 823 (N.T.)].

¹² [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 522-523 (N.T.)].

de circunstâncias acessórias perturbadoras, temos de considerar, aqui, o mundo comercial como uma nação e pressupor que a produção capitalista se consolidou em toda parte e apoderou-se de todos os ramos industriais (MARX, 1996, p. 580)¹³.

Segundo Lênin, Rosa Luxemburgo e outras interpretações posteriores¹⁴, essa abstração significa o isolamento da Inglaterra com relação ao mercado mundial: Marx teria analisado um “sistema nacional fechado” e o desenvolvimento de seu mercado *doméstico*¹⁵. Nesse mesmo capítulo, no entanto, Marx critica a teoria da reprodução da economia política clássica. Sua interpretação contraditoriamente harmônica da relação entre capital e trabalho assalariado provocara uma “mudança” da análise do valor à análise da “nação”, e fora a base de uma visão atomista e harmoniosa do mercado mundial¹⁶. Na ausência de uma análise sistemática sobre a origem do mais-valor, os economistas clássicos confundiram o valor do produto com produto de valor – este compreendendo o capital variável e o mais-valor, aquele incluindo ainda o capital constante. Ao excluir o capital constante do produto total de um país, eles afirmavam que a acumulação envolvia o crescimento da renda nacional, como se o objetivo da produção capitalista fosse a satisfação de necessidades “nacionais” e não a acumulação de lucros, que envolvia a expansão ininterrupta do capital constante e do mercado externo. A visão harmoniosa do mercado mundial assim resultante refletia os interesses britânicos, na era do “imperialismo de livre-comércio”,

¹³ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 656-657 (N.T.)]. Para formulações similares, ver Marx (2008, pp. 73, 651). “Wir die gesamte Produktion des Weltmarkts als kapitalistisch betrieben voraussetzen” [“Assumimos que toda a produção do mercado mundial é operada de forma capitalista” (N.T.)] (MARX, 2008, pp. 655, 697).

¹⁴ Para uma discussão recente, ver Hoe-Gimm (2012).

¹⁵ Em sua crítica a Marx, Rosa Luxemburgo propõe que ele analisou uma “economia nacional”, embora reconheça que, segundo ele, a “análise do processo de reprodução não se refere em absoluto a um país capitalista isolado, mas ao mercado mundial capitalista, no qual todos os países se apresentam como um único. Marx já ressalta expressamente esse fato no volume I de *Das Kapital*, ao abordar a questão da acumulação: ‘Aqui se faz uma abstração do comércio de exportação...’”. (LUXEMBURGO, 1951, p. 136.) [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 80 (N.T.)]. Para a interpretação de Lênin, ver a seção 4.

¹⁶ Cf. Shaikh (1979; 1980).

em manter seu monopólio industrial e transformar todo o mundo em reservatório de matérias-primas e em mercado consumidor para seus bens manufaturados.

O pressuposto de que havia mobilidade para os fatores de produção dentro de um país em particular, mas nunca entre fronteiras nacionais, estava cada vez mais em conflito com a expansão do “campo de ação” do capital britânico e com o aumento da migração internacional de trabalhadores para a Grã-Bretanha e entre suas colônias. No capítulo 22, Marx discute a evolução das posições dos economistas políticos sobre a reprodução do capital, de Adam Smith a Jeremy Bentham e Henry Fawcett. Este, em *The Economic Position of the British Labourer* (1865), aderira à teoria dos fundos salariais – segundo a qual o salário monetário médio recebido por cada trabalhador correspondia à soma de todo o capital de um país dividido pelo número de trabalhadores daquele mesmo país¹⁷ – e, ao mesmo tempo, afirmara que a maior parte da riqueza poupada anualmente na Inglaterra era exportada para países estrangeiros¹⁸. Com o capital adicional exportado, entretanto, também uma parte do fundo de trabalho “inventado por Deus e Bentham” seria exportada (MARX, 1996, pp. 606-607)¹⁹. No capítulo, Marx explica, portanto, por que ele trata “de todo o mundo como uma nação”: por causa das exportações inglesas de capital e trabalhadores, e não apenas de trabalhadores assalariados, como Fawcett argumentou (FAWCETT, 1865, p. 227, n. 56), mas também de camponeses “expropriados” (MARX, 1996, pp. 606-607)²⁰. Esses processos contrariavam a teoria dos fundos salariais defendida por Fawcett, cujas contradições eram uma expressão extrema e grotesca

¹⁷ Ver Lapidés (1998).

¹⁸ “Em um país rico, como a Inglaterra, é acumulado muito mais capital do que sua própria indústria requer. Praticamente não há governos para os quais não tenhamos emprestado dinheiro, nem grande obra pública, em qualquer lugar do mundo, em que não haja capital inglês. Com nossa ajuda, ferrovias serão vistas no gelo perpétuo do Himalaia; nossos navios a vapor cruzarão as mais remotas regiões da Ásia Central e mesmo os novos países, ainda iniciando seu progresso, procurarão a ajuda do capital inglês...” (FAWCETT, 1865, pp. 121-123).

¹⁹ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 687 (N.T.)].

²⁰ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 686-687 (N.T.)]. Ver também *Teorias da mais-valia* (MARX, 1968, p. 423; MARX, 1971, p. 253).

de uma contradição inerente à própria economia política clássica. Contrariamente, Edward Gibbon Wakefield, líder do movimento pela reforma do sistema colonial – citado por Marx no último capítulo do livro I –, e Edward Merivale (1861) afirmavam o papel estrutural da expansão do “campo de ação” do capital por meio do “livre-comércio” e também da extensão do império formal.

Na edição francesa de 1872-1875 do livro I, no trecho final daquele capítulo, Marx explica melhor aquela suposição, dizendo que, na era da indústria mecânica, o mercado externo prevalece sobre o interno, impelindo à anexação de novos países e ao crescimento das rivalidades entre as potências industriais²¹. Como Kevin Anderson (1983, p. 74) afirma, “esse parágrafo, aparentemente desconhecido pelos maiores teóricos da virada do século, como Rosa Luxemburgo, poderia ter contribuído ao debate sobre o imperialismo. Aqui, diretamente no livro I de *O capital*, Marx estava estabelecendo uma relação entre sua teoria das crises e o fenômeno moderno do imperialismo”. Nesse capítulo – para usar a fraseologia de Harvey (2007, pp. 59, 62) –, Marx sistematicamente inclui a expansão geográfica como um caminho para absorção de excedente.

O capital britânico investido no exterior é considerado parte do “capital social total”. Sua análise não requer determinações particulares porque, no livro I, Marx não considera as relações da circulação e da multiplicidade das nações²². Ele considera as colônias britânicas, como economicamente eram, distritos particulares do sistema do país dominante e enormes reservas de

²¹ “Mas é somente a partir do momento em que a indústria mecanizada, tendo lançado raízes tão profundas, exerceu uma influência preponderante sobre toda a produção nacional; ou que, por meio dela, o comércio exterior começou a sobrepular o comércio interno; ou que o mercado universal se apoderou sucessivamente de vastos territórios no Novo Mundo, na Ásia e na Austrália; ou que, por fim, as nações industrializadas, entrando na briga, tornaram-se bastante numerosas – é somente dessa época que datam aqueles os ciclos sempre recorrentes, cujas fases sucessivas se estendem por anos e que desembocam sempre numa crise geral, marcando o fim de um ciclo e o ponto de partida de outro” (MARX, 1989, p. 557). [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 709 (N.T.)].

²² Como seus cadernos comprovam, esses aspectos, que em 1857-1858 Marx queria analisar nos livros planejados sobre o comércio exterior e o mercado mundial, sempre estiveram no centro de sua pesquisa.

força de trabalho explorável *in loco* ou por meio da migração internacional. No capítulo 8 do livro I, Marx refere-se à internacionalização do mercado de trabalho e define a migração “livre” da “era industrial” como uma nova forma de tráfico de escravos. A oferta aparentemente inexaurível de força de trabalho por meio da migração dava aos capitalistas permissão para explorar os trabalhadores até sua morte (MARX, 1996, p. 272)²³.

Embora a esmagadora maioria dos recursos e do trabalho, em termos globais, não fosse ainda explorada de *forma capitalista*, em *O capital* Marx assume a extensão universal da relação capital-trabalho assalariado, sem considerar as diferentes formas de exploração existentes. Por um lado, essa abstração reflete o fato de que o capital pode *integrar e subordinar* outras formas de exploração distintas da “livre” relação salarial, formas que são, contudo, subsumidas à acumulação de capital. Como observa Jairus Banaji, em certos países, particularmente do mundo colonial, onde o modo de produção especificamente capitalista ainda não estava estabelecido em nível nacional, as *relações de exploração capitalistas* eram, ainda assim, difundidas e dominantes (BANAJI, 2010, p. 282). Por outro lado, o estabelecimento da relação capital-trabalho assalariado em todo o mundo é o *limite extremo* do desenvolvimento capitalista²⁴, o que envolve um processo contínuo de expropriação e proletarização de camponeses, artesãos e trabalhadores autônomos por causa da concorrência com a produção industrial e da intervenção estatal direta²⁵.

²³ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp.338-339 (N.T.)].

²⁴ O desenvolvimento capitalista realiza progressivamente esse limite: enquanto no início do século XX a vasta maioria da população mundial era camponesa ou vivia em áreas rurais, o mundo de hoje tornou-se predominantemente urbano. Cf. Buttel, Magdoff e Foster (2000, p. 158). Essa é uma das mais dramáticas e mais fundamentais mudanças na história humana.

²⁵ Essa abstração reflete o que Rosa Luxemburgo define como a “proletarização constante da classe média rural e urbana, [...] a decadência da economia camponesa e da pequena manufatura artesanal, ou seja, [...] a transição constante da força de trabalho, passando de condições não capitalistas para capitalistas, produto que não é excedente do modo de produção capitalista, mas do modo pré-capitalista, já em processo progressivo rumo ao colapso e à decomposição. Neste se inclui não somente a destruição da economia camponesa europeia e do artesanato desta, mas também a destruição das mais variadas formas de produção, inclusive das sociedades primitivas, nos países não europeus”. (LUXEMBURGO, 1951, p. 362) [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 248 (N.T.)].

O capítulo sobre a “Transformação de mais-valor em capital”, portanto, mostra que, diferentemente do que consideraram interpretações posteriores, os investimentos internacionais e a migração dos trabalhadores são estruturalmente levados em conta no livro I. O expansionismo é uma necessidade imanente do capital *em todas as fases de seu desenvolvimento* e permite a expansão de seu “campo de ação” independentemente de sua dimensão real. O capital, para Marx, não é uma grandeza fixa, mas sim

uma parte elástica da riqueza social, parte esta que flutua constantemente com a divisão do mais-valor em renda e capital adicional [...] mesmo com uma dada grandeza do capital em funcionamento, a força de trabalho, a ciência e a terra (e por terra entendemos, do ponto de vista econômico, todos os objetos de trabalho fornecidos pela natureza sem a intervenção humana) nele incorporadas constituem potências elásticas do capital, potências que, dentro de certos limites, deixam a ele uma margem de ação independente de sua própria grandeza (MARX, 1996, p. 604)²⁶.

Isso significa precisamente o mesmo que disse Rosa Luxemburgo, isto é, que o “capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação, ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo” (LUXEMBURGO, 1951, p. 365)²⁷.

3. Acumulação e imperialismo

De acordo com a interpretação aqui proposta, no capítulo 22 do livro I de *O capital*, Marx sustenta que o expansionismo é uma necessidade imanente do capital em todos os seus estágios de desenvolvimento. O capítulo subsequente então mostra que a acumulação aumenta o poder expansivo do capital e tende ao *limite extremo* da riqueza absoluta, universal. Como

²⁶ [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 684 (N.T.)].

²⁷ [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 250 (N.T.)].

a concorrência é a própria essência do capital, no entanto, esse limite não pode ser efetivamente alcançado: a acumulação continuamente reproduz a concorrência em níveis mais elevados, expressando-se sob a forma de antagonismos intercapitalistas e interestatais crescentes.

Na edição francesa de 1872-1875, Marx, pela primeira vez, distingue a concentração e a centralização de capital, que pressupõe uma mudança na distribuição do capital existente e em funcionamento e denota a fusão dos capitais existentes e a formação de sociedades por ações. A partir dos anos 1870, Marx estudou o crescimento dos “trustes” alemães e estadunidenses, que se desenvolviam economicamente mais rapidamente do que os ingleses, e considerou os Estados Unidos a potência destinada a substituir a hegemonia global britânica (MARX, 1996, pp. 703, 764)²⁸. As formas de internacionalização dos capitais alemães e estadunidenses eram distintas daquelas do capital britânico, visto que elas ocorriam após um processo de concentração em seus países natais e por meio da conexão entre o capital bancário e o capital industrial. As “empresas independentes” britânicas, inicialmente associadas ao investimento direto estrangeiro britânico, ao contrário, não estavam fundadas sobre negócios já estabelecidos no Reino Unido²⁹.

Em sua carta de 1879 para Danielson, Marx afirma que as companhias ferroviárias foram o primeiro exemplo histórico de sociedades por ação e o ponto de partida para *todas* as outras formas, a começar pelas empresas bancárias. Sua formação ocorreu com ou sem ajuda estatal: apenas na Inglaterra fora possível sem essa ajuda, graças ao reinvestimento dos imensos lucros coloniais (WILLIAMS, 1964, p. 105). Em outros países, como os Estados Unidos, esse processo teve ajuda da Federação por meio de subvenções e concessões de terra. As empresas ferroviárias tornaram-se, assim, as principais proprietárias fundiárias, conduzindo a uma fusão entre capital industrial e renda fundiária. A ferrovia

²⁸ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 784, 843-844 (N.T.)].

²⁹ “Empresas independentes” britânicas que tinham sedes muito pequenas ali levantaram capital de investidores domésticos e comprometeram esses fundos no exterior em setores caracterizados pelo uso de tecnologias relativamente não sofisticadas, principalmente em projetos de mineração, infraestrutura ou plantação. Cf. Wilkins (1988) e Wilkins e Schroter (eds.) (1998).

deu um impulso até agora inesperado à *concentração de capital* e também à *atividade cosmopolita* acelerada e imensamente desenvolvida do capital *de empréstimo*, aprisionando assim o mundo inteiro em uma rede de fraude financeira e endividamento recíproco, forma capitalista da fraternidade “internacional” (MARX; ENGELS, 1991, pp. 356-357)³⁰.

Nessa carta, Marx examina as atividades cosmopolitas do sistema de crédito e as consequências opostas da construção ferroviária e dos empréstimos internacionais para os principais países industriais e para os países “agrícolas”, sobretudo para a Áustria e a Itália, onde as ferrovias eram uma nova fonte de endividamento para o Estado e de “opressão para as massas” (MARX; ENGELS, 1991, pp. 356-357)³¹. Em outra carta para Danielson, de 19 de fevereiro de 1881, ele também considera a relação entre a ferrovia e o sistema da dívida pública em um país colonial como a Índia (MARX; ENGELS, 1992, p. 63)³².

Em *O capital*, ao sistematizar seus estudos históricos e empíricos, Marx afirma que a centralização leva ao crescimento de uma aristocracia financeira cada vez menos envolvida no processo direto de produção. O conceito de capital expressa a unidade dos capitais “industrial” e “financeiro”, ou melhor, a unidade entre “capital dentro do processo de produção” e “*propriedade* do capital, capital *fora* do processo de produção, que rende juros por si só”³³. Marx critica o isolamento deste último como sendo a mais elevada forma de fetichismo (MARX, 1998, pp. 396-397). O sistema de crédito, para

³⁰ [Tradução de Leila Escorsim in: MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, pp.333-334 (N.T.)].

³¹ [Tradução de Leila Escorsim in: MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, pp.333-334 (N.T.)].

³² [MARX, K.; ENGELS, F. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. pp. 3-46 (N.T.)]

³³ “A divisão meramente quantitativa do lucro bruto entre duas pessoas que possuem títulos distintos sobre o mesmo capital – e, portanto, sobre o lucro engendrado por ele – converte-se, assim, numa divisão qualitativa tanto para o capitalista industrial que trabalha com capital emprestado como para o capitalista monetário que não investe diretamente seu capital... Para essa divisão, como divisão qualitativa, é indiferente se o capitalista tem realmente de repartir seu lucro bruto com outro ou não. O empregador do capital, ainda que trabalhe com capital próprio, desdobra-se em dois personagens: o simples proprietário do capital e o empregador do capital. Seu próprio capital, com relação aos tipos de lucro que ele gera, decompõe-se em propriedade do capital, capital fora do processo de produção, que rende juros por si só, e capital dentro do processo de produção, que, como capital em ação, gera o ganho empresarial” (MARX 1998, pp. 372–373). [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro III. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 424].

ele, fortalece o poder de expropriação e centralização do capital, acelerando a circulação de mercadorias e, com ela, o processo de reprodução em geral:

Num dado ramo de negócios, a centralização teria alcançado seu limite último quando todos os capitais aí aplicados fossem fundidos num único capital individual. Numa dada sociedade, esse limite seria alcançado no instante em que o capital social total estivesse reunido nas mãos, seja de um único capitalista, seja de uma única sociedade de capitalistas³⁴.

A centralização acontece em “qualquer ramo” da indústria e entre diferentes ramos de uma dada sociedade. Ela produz a abolição, na medida em que pode, das demarcações entre eles e o fortalecimento de características intrínsecas ao capital, que ignoram fronteiras setoriais ou geográficas. A mobilidade crescente dos capitais mais centralizados e a sua indiferença com relação a seu campo concreto de investimento aumentam seu antagonismo com o trabalho assalariado. A centralização, em última instância, reforça a tendência à extensão da escala de operação do capital e da cooperação do trabalho³⁵. Ela também acelera as revoluções na composição técnica do capital, o que aumenta sua parte constante às custas da parte variável³⁶. O efeito de

³⁴ *O capital*, livro I, capítulo 24, seção 2. Essa passagem – citada a partir do Marx/Engels Internet Archive – não se encontra em Marx (1996) (cf. <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch25.htm>>). [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 703 (N.T.)].

³⁵ É importante enfatizar que, em *O capital*, Marx não analisa a cooperação como uma forma fixa característica de uma época em particular do desenvolvimento do modo de produção capitalista, mas como a forma fundamental do desenvolvimento capitalista. O termo denota a situação em que diversos trabalhadores trabalham juntos “ao mesmo tempo e no mesmo lugar (ou, se se preferir, no mesmo campo de trabalho)” (MARX, 1996, p. 327) [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 397 (N.T.)]. A possibilidade de trabalhadores cooperarem, mesmo sem trabalharem lado a lado, mas apenas no mesmo campo de trabalho, nega, a meu juízo, a interpretação “localista” da cooperação, na medida em que ela não precisa acontecer dentro de uma única fábrica, podendo ocorrer em lugares diversos, mas conectados. O processo de reestruturação global da produção industrial dos últimos 30 anos não refuta, portanto, a tendência ao aumento da cooperação, mesmo quando trabalhadores de diferentes plantas e firmas, além daqueles trabalhando de casa, contribuem para a produção em cadeias globais, sem nenhuma cooperação direta. Esse argumento, entretanto, torna mais problemática relação direta, afirmada de modo otimista por Marx, entre cooperação e organização da classe trabalhadora.

³⁶ Fusões e aquisições, contudo, também produzem uma contratendência, pois elas tipicamente resultam no corte, pelos compradores, do “excesso” de capacidade produtiva da firma comprada, reduzindo, dessa forma, a composição técnica do capital.

longo-prazo da concentração e da centralização em conjunto é um aumento da composição orgânica do capital e uma redução relativa da demanda por trabalho (que coincide com um aumento absoluto do tamanho do proletariado). Como o trabalho vivo é a única fonte do valor, isso provoca complicações crescentes, aumentando a necessidade do capital de explorar ao limite o trabalho, tanto em intensidade quanto em duração.

Com esse propósito, o expansionismo permite uma extensão do “campo de ação” do capital e, com ela, uma expansão do exército industrial de reserva, que também inclui a superpopulação relativa das colônias (MARX, 1996, p. 634)³⁷. No livro III, o investimento em colônias, onde as taxas de lucro são maiores, é apresentado como um fator que contra-arresta a tendência à queda da taxa de lucro, dando a esta sua característica meramente tendencial (MARX, 1998, p. 236)³⁸. No livro I, ao fim do capítulo 23, que ilustra a lei geral da acumulação capitalista, Marx define a Irlanda como um “distrito agrícola da Inglaterra, da qual é separada por um largo fosso de água à qual fornece cereais, lã, gado e recrutas industriais e militares” (MARX, 1996, p. 694)³⁹. Como discutiremos na próxima seção, depois da primeira edição de *O capital* (1867), Marx se envolveu cada vez mais com as questões irlandesas por meio da Internacional. Em uma carta a Engels, de 17 de dezembro de 1867, ele afirma que a Irlanda devia ser adequadamente tratada em *O capital* (MARX; ENGELS, 1987, p. 504). Na edição francesa, ele adicionou algumas passagens àquele capítulo, nas quais examina a situação dos trabalhadores e camponeses irlandeses depois da “Revolução Agrícola” que se seguiu à Fome, isto é, a mudança da terra arável em pasto, o uso da maquinaria, a concentração da terra e a economia de trabalho. A opressão “desde 1846, mesmo que menos bárbara em sua forma, foi de fato mais destrutiva, não deixando alternativas que não sejam a emancipação voluntária da

³⁷ [Marx, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 715-716 (N.T.)]

³⁸ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro III. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 276-277].

³⁹ [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 774-775 (N.T.)].

Irlanda pela Inglaterra ou uma luta de vida ou morte” (MARX; ENGELS, 1985b, p. 194). Naquela mesma seção, Marx examina os efeitos opostos do desenvolvimento agrícola e da emigração em países industrializados, como a Inglaterra, e nas colônias “agrícolas”, como a Irlanda: a emigração tornou-se um dos mais lucrativos ramos das exportações irlandesas e era um processo sistemático que provocou o despovoamento de áreas rurais e uma queda anual absoluta no contingente populacional⁴⁰.

Em seus artigos, Marx examinou os efeitos similares do colonialismo britânico na Ásia, que ele considerou – como mencionado anteriormente – como “resultados orgânicos” do sistema industrial. A pauperização extrema das massas converteu a Índia em um reservatório de força de trabalho barata, permitindo aos capitalistas fixar salários muito abaixo do valor da força de trabalho e organizar a migração em larga escala de trabalhadores indianos para as indústrias de plantação em diversas colônias britânicas, que crescentemente precisavam deles com o fim da escravidão. As Guerras do Ópio na China tiveram resultados similares. Pesquisas sobre as condições de vida dos trabalhadores nas plantações e fábricas, *in loco* ou em outras colônias britânicas, revelaram jornadas de trabalhos anormal e insuportavelmente longas, excesso de trabalho, morte prematura, salários abaixo do nível de subsistência e toda forma de violência e repressão às revoltas⁴¹.

Essas considerações são importantes porque nos permitem entender a lei geral da acumulação capitalista como uma lei da acumulação capitalista

⁴⁰ “Recorde-se de que encontramos fenômenos semelhantes quando tratamos do proletariado agrícola inglês. Mas a diferença é que na Inglaterra, país industrial, a indústria recruta sua reserva no campo, enquanto na Irlanda, país agrário, a agricultura recruta sua reserva nas cidades, no refúgio dos trabalhadores agrícolas expulsos do campo. Lá, os supranumerários da agricultura se transformam em trabalhadores fabris; aqui, aqueles que foram expulsos para as cidades, ao mesmo tempo que exercem pressão sobre o salário urbano, continuam a ser trabalhadores rurais e são constantemente rechaçados de volta ao campo em busca de trabalho” (MARX, 1996, pp. 699-700.) [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 780 (N.T.).]

⁴¹ Depois da abolição da escravidão nas plantações, “a jornada de trabalho passou a ser determinada pelos costumes da época dos escravos”. Nas plantações, ela durava do início da manhã até o pôr do sol, com uma pausa ao meio-dia. Nas fábricas, a jornada era ainda mais longa. Cf. Tinker (1974, pp. 189-190). “Vimos que os operadores nas fábricas de descarçamento tiveram, em certas ocasiões, de trabalhar 17 e 18 horas por dia. Em moinhos de arroz e de farinha, chegava-se a trabalhar ocasionalmente 20 ou 22 horas. Na imprensa, homens tiveram que trabalhar 22 horas por dia durante sete dias consecutivos” (SEN, 1977, p. 38).

em escala global e, portanto, do imperialismo. Os processos – enfatizados por Lênin – de exportação de capital, de ascensão do “capital financeiro”, de crescimento do tamanho das empresas e de partilha do mundo entre associações capitalistas são essenciais à acumulação capitalista e estão subsumidos à lei absoluta de empobrecimento da classe trabalhadora⁴².

O capital de Marx, no entanto, não examina uma “acumulação econômica pura” – um conceito que reflete a divisão entre “Estado” e “mercado” contraditoriamente afirmada pela economia política clássica⁴³; ele inclui a intervenção estatal como parte essencial. No capítulo sobre a assim chamada acumulação primitiva de capital, Marx incorpora o *sistema estatal* à análise da acumulação de capital. Nesse capítulo, ele não descreve processos “incidentais”, que “apenas ilustram a gênese, o nascimento do capital”, como Rosa Luxemburgo (1951, p. 364) defende⁴⁴, ele analisa o papel fundamental do Estado na gênese das relações capitalistas, tanto nacional quanto internacionalmente, e na reprodução da ordem social como um todo. Para Marx, a lógica do Estado é interna à lógica do capital⁴⁵. Por

⁴² Para uma análise mais detalhada dessa lei, ver Pradella (2010a; 2011).

⁴³ A economia política clássica nunca foi contrária ao Estado, foi apenas contrária à sua forma mercantilista. Os economistas clássicos pretendiam unificar a intervenção estatal e limitá-la a certas funções elementares de política externa, defesa, legislação e administração da justiça. Essa limitação era pensada como meio para fortalecer o Estado. O que o *laissez faire* negava era toda estrutura social no interior do Estado que ficasse entre ele e o indivíduo, como as corporações tradicionais, instituições locais e associações de trabalhadores. Cf. Heckscher (1955, pp. 324-325). A despeito de seu pretenso “anticolonialismo”, aliás, os economistas clássicos – como Smith e Ricardo – não foram contrários à expansão colonial britânica, mas sim à sua forma mercantilista. Para uma análise mais detalhada do projeto de reforma de Adam Smith para o Primeiro Império britânico, ver Pradella (2010b).

⁴⁴ [LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 250 (N.T.)]

⁴⁵ Embora não seja possível aprofundar a análise desse ponto aqui, essa é uma interpretação que diverge com relação àquela de David Harvey. Apoiando-se em Arrighi, Harvey afirma que há duas lógicas de poder distintas, porém entrelaçadas: a lógica econômica e a lógica territorial. Alex Callinicos considera que falar em duas lógicas seria enganoso, mas defende que “o imperialismo capitalista é constituído pela interseção de duas formas de competição, a saber, a econômica e a geopolítica” (CALLINICOS, 2009, p. 15). Ao afirmar que a lógica do Estado não pode ser deduzida da lógica do capital, a meu juízo, Callinicos abre espaço para o “momento liberal” e para a geopolítica. Segundo Gonzalo Pozo-Martin, “definir o imperialismo como a interseção de duas lógicas autônomas entrega pouco mais que uma descrição” (CALLINICOS, 2007, p. 553). Robert Brenner afirma, por outro lado, que a própria concepção de Harvey do novo imperialismo demonstra, na verdade, a subordinação da lógica territorial à lógica capitalista de poder (BRENNER, 2006). Para Ben Fine, “a lógica territorial deve ser a lógica territorial capitalista e não, uma antítese à lógica do capital” (FINE, 2006, p. 142).

isso, embora a intervenção estatal tenha sido *historicamente* básica para a gênese do capital industrial, sua análise vem *logicamente* depois da análise da acumulação. Essa relação dialética expressa a fusão das rivalidades interestatais, que caracterizaram a formação do mercado mundial, com a expansão do capitalismo industrial (LUXEMBURGO, 1951, p. 364)⁴⁶, que deu origem à acentuação dos antagonismos entre as grandes potências que tentavam estender suas “esferas de influência”, tratada por Lênin em seu trabalho. A violência concentrada do Estado é, para Marx, uma *força econômica*, necessária para expandir e aumentar a exploração dos trabalhadores internamente, ao regular os conflitos de classe, e externamente. Como podemos ler nas notas de Marx (1991, p. 515) sobre *Handbuch der Geschichte des europäischen Staatensystems und seiner Colonien*, de Arnold Hermann Ludwig von Heeren, a expansão colonial correspondeu à expansão mundial do sistema estatal europeu: com a conquista da Índia, um “sistema mundial de Estados” nascia. Ao considerar ambos os aspectos da intervenção estatal, Marx não separa os processos de construção estatal e construção imperial (STONE, 1994; BREWER, 1989) e supera o que Michael Mann (1988) define como um dualismo nas interpretações modernas do Estado, que vê, de um lado, a tradição liberal focada nos aspectos internos e, de outro, a tradição militarista focada nos aspectos geopolíticos da intervenção estatal. O principal trabalho de Marx lança bases, portanto, para entender o imperialismo como a forma concreta da acumulação de capital em escala mundial.

4. Imperialismo e revolução mundial

A lei geral da acumulação capitalista parece natural apenas quando os trabalhadores não estão unidos e subjugados ao poder concentrado do capital. Mas o capitalismo se desenvolve de forma contraditória: todo aumento da força produtiva do trabalho social subsumido ao capital deve-se à cooperação, que se expande com o aumento do “campo de ação” do capital e apresenta a mesma tendência universalizante. O desenvolvimento do capital é

⁴⁶ [LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 250 (N.T.)].

o desenvolvimento do proletariado, criando a base, no plano mundial, para sua alternativa histórica.

Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista (MARX, 1996, p. 750)⁴⁷.

Os trabalhadores produzem valor apenas como indivíduos isolados que vendem sua força de trabalho no mercado, mas a acumulação aumenta a escala de sua cooperação e dá a eles a possibilidade de se organizar para se opor aos efeitos desastrosos da acumulação (MARX, 1996, p. 634)⁴⁸. Por meio de sua luta, os trabalhadores podem limitar a piora relativa de suas condições sociais, mas não podem impedi-la a não ser que derrubem o sistema em si (MARX, 1996, p. 616)⁴⁹. Como o contexto internacional é inerente às condições da classe trabalhadora de todas as nações, os trabalhadores não podem se limitar às pautas econômicas e às demandas por uma melhor distribuição do produto “nacional”⁵⁰. No texto escrito em nome do Conselho

⁴⁷ [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 832 (N.T.)].

⁴⁸ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 715-716 (N.T.)]. Sobre a relação problemática entre aumento da cooperação e organização autônoma da classe trabalhadora, ver nota 46.

⁴⁹ [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 697 (N.T.)].

⁵⁰ Segundo Fawcett, era possível resolver a “questão social” na Inglaterra reduzindo os investimentos de capital no exterior e desenvolvendo o mercado doméstico.

Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, por ocasião de seu congresso de Lausanne, Marx explica por que esse tipo de abordagem é impotente contra os efeitos dos investimentos internacionais e da imigração e por que é de importância fundamental para os trabalhadores das nações industrializadas construir a solidariedade internacional:

O poder do indivíduo humano desapareceu diante do poder do capital; na fábrica, o trabalhador é agora apenas uma engrenagem na máquina. A fim de recuperar sua individualidade, o trabalhador teve de se unir com outros trabalhadores e criar associações para defender seu salário e sua vida. Até hoje, essas associações permaneceram puramente locais, ao passo que o poder do capital, graças a novas invenções industriais, não cessa de crescer a cada dia; além disso, em muitos casos as associações nacionais tornaram-se impotentes: um estudo da luta travada pela classe trabalhadora inglesa revela que, para oporem-se a seus trabalhadores, os empregadores ou trazem trabalhadores do exterior ou transferem a manufatura para países onde há força de trabalho barata. Dado esse estado de coisas, se a classe trabalhadora pretende continuar sua luta com alguma chance de sucesso, as organizações nacionais devem se tornar internacionais (MARX; ENGELS, 1985a, p. 422)⁵¹.

Enquanto a posição internacionalista de Marx sempre foi clara em relação aos países industrializados, houve uma grande evolução no modo como concebia a relação entre as lutas do proletariado e as lutas anticoloniais⁵². Na época de seu “Discurso sobre o problema do livre-câmbio” (1847), Marx estava a favor dele porque isso aceleraria a revolução social na Europa, levando à emancipação de todas as nações. No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels definiram a luta proletária como nacional apenas em sua *forma*, mas não em sua *substância*, e afirmaram que a emancipação das colônias

⁵¹ [Tradução de Rubens Enderle in: MUSTO, M. (org.) *Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 252 (N.T.).]

⁵² Em *O capital*, Marx observou explicitamente, a respeito das lutas pela limitação da jornada de trabalho, que “Os trabalhadores fabris ingleses foram os paladinos não apenas da classe trabalhadora inglesa, mas da classe trabalhadora em geral”, inspirando lutas similares em outros países (MARX, 1996, pp. 303-304). [MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 370-371 (N.T.).]

dependia da vitória da revolução na Europa Ocidental. Seu otimismo revolucionário – que também decorria de uma análise pouco desenvolvida do capital – é uma das razões pelas quais, no *Manifesto*, Marx e Engels sublinham o caráter contraditório da “civilização” burguesa apenas no que tange aos países industrializados, mas não às colônias. Segundo Rosdolsky (1986), isso também ajuda a explicar os limites de sua posição sobre a “questão eslava” durante a revolução de 1848 e as declarações de Engels em favor da conquista da Argélia e do México⁵³.

Como Erica Benner observou,

Nas décadas que se seguiram à derrota das revoluções de 1848, Marx e Engels voltaram suas atenções para dois desenvolvimentos que os obrigaram a reorganizar seu pensamento sobre essas questões. Em primeiro lugar, o compasso acelerado de expansão colonial sobre países não europeus levantou novas questões sobre a relação entre o “progresso” [...] e a resistência justificada contra a exploração estrangeira. Em segundo lugar, a emergência de diferentes movimentos da classe trabalhadora revelou um leque de inclinações nacionalistas bem mais complexo do que o *Manifesto* previra (BENNER, 2006, p. 171).

Em seus artigos sobre a Índia e a China, Marx prova que a acumulação industrial reforçou os efeitos destrutivos do processo de “acumulação primitiva” nesses países⁵⁴. Contudo, ele não tratou do subdesenvolvimento como um destino para todas as nações colonizadas, reconhecendo as potencialidades das lutas anticoloniais para a revolução mundial e para o desenvolvimento nacional desses países. Em seus artigos de 1850-1853 do *New York Daily Tribune* sobre a Índia, Marx não identificou apenas os efeitos destrutivos da conquista, mas também as *condições materiais* para um

⁵³ Cf. Marx e Engels (1976, p. 471) [MARX, K. “Discurso sobre o problema do livre-câmbio” in: MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 236 (N.T.)]; Marx e Engels (1977, p. 365) [ENGELS, F. “O pan-eslavismo democrático” in: COTRIM, L. (org.) *Nova Gazeta Renana*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 419 (N.T.)].

⁵⁴ Enquanto as diferenças de desenvolvimento econômico em várias áreas do mundo eram altamente irrelevantes até o fim do século XVII, a extensão do mercado mundial depois da revolução industrial na Grã-Bretanha fez crescer a separação. Cf. Bairoch (1976, p. 3).

levante anticolonial unificado do povo indiano. No início dos anos 1850, portanto, Marx reconheceu a capacidade de ação dos povos oprimidos e colonizados, que fora negada, à época, pela maioria dos pensadores burgueses: um aspecto negligenciado, se não completamente ignorado, pelas críticas pós-colonialistas a Marx⁵⁵. Quatro anos depois a luta nacionalista e anticolonial indiana emergiu, de fato, confirmando parcialmente a análise marxiana. A Revolta dos Sipaiois de 1857 foi o primeiro movimento unitário anticolonial do povo indiano e, inicialmente, superou as divisões entre muçulmanos e hindus. Marx apoiou *incondicionalmente* tanto ela quanto a Rebelião Taiping chinesa, interpretando-as como parte de um levante geral das “grandes nações asiáticas” contra o colonialismo britânico.

Esses movimentos, sugeria, poderiam ter tido um efeito sobre a Europa, acelerando a tendência à crise e aumentando a possibilidade de um desfecho revolucionário. A expansão do mercado mundial lançou bases para uma retroalimentação das lutas em uma escala internacional. Mas Marx e Engels (1983, p. 342) reconheceram, ao mesmo tempo, que a exploração de todo o mundo pela Grã-Bretanha estava criando um “proletariado burguês”, tornando essa interconexão cada vez mais difícil. Se a conexão entre as lutas proletárias e anticoloniais não se fizesse presente, para Marx, as revoluções anticoloniais poderiam ser o ponto de partida do desenvolvimento capitalista nacional nesses países, o que efetivamente aconteceu com o movimento anticolonialista e o nascimento das nações capitalistas modernas no século XX. Para Marx, em sua expansão mundial, o capital contraditoriamente criava as bases para o desenvolvimento de novos centros de acumulação capitalista, como aconteceu com os Estados Unidos no fim do século XIX. O sistema de empréstimos internacionais era um meio

⁵⁵ Ver, por exemplo, Said (1985). Embora não possamos discutir esse ponto em maior profundidade no presente artigo, é válido mencionar que, segundo Aijaz Ahmad, a ideia da “dupla missão” do colonialismo britânico na Índia não é eurocêntrica em si e deve ser compreendida no interior da dialética marxiana. Ela estava em acordo com sua teoria da história e era até uma ideia comum entre nacionalistas anticoloniais posteriores (AHMAD, 1992, pp. 226, 234). Como August Nimtz (2002) mostrou, os escritos de Marx provam que ele não subestimava a importância do trabalho dos camponeses ou seu eventual papel revolucionário, nem subestimava a persistência da escravidão e das formas coercitivas de trabalho assalariado peculiares aos regimes coloniais.

de exploração econômica e controle, *mas*, sob certas circunstâncias, podia ser também um meio para o desenvolvimento de novos Estados capitalistas⁵⁶. Para Marx, entretanto, qualquer possibilidade de desenvolvimento está *subsumida* às leis unitárias da acumulação, que provocam o empobrecimento da classe trabalhadora *como um todo*, a despeito das, e por meio das, diferentes condições nacionais⁵⁷.

Marx entendia que a enorme expansão do comércio e do império esteve entre os principais fatores que tiraram a Grã-Bretanha da crise de 1847-1848, mas também que isso amplificava o risco de novas crises e sua abrangência. Essa análise seria rapidamente corroborada. Em seus três “cadernos da crise”, de 1857-1858⁵⁸, Marx identifica os movimentos anticoloniais na Ásia como uma das causas da crise econômica que envolveu o mercado mundial em 1857. A crise e a Guerra da Crimeia impulsionaram diversos movimentos sociais: na Rússia, pela supressão da servidão; nos Estados Unidos, pela abolição da escravidão; enquanto na Europa os trabalhadores começaram a se mobilizar novamente, sindical e politicamente. “Foi sob o impacto da Guerra Civil e da resposta dos trabalhadores europeus, assim como da insurreição polonesa, que a Primeira Internacional nasceu”

⁵⁶ As considerações de Marx em *The Future Results of British Rule in India* (MARX; ENGELS, 1979, pp. 217-222) antecipam parcialmente o que Rosa Luxemburgo diria em seu *A acumulação do capital*: “O que existe de contraditório na fase imperialista se revela claramente nas oposições características do moderno sistema de empréstimos externos. Eles são imprescindíveis para a emancipação das nações capitalistas recém-formadas e, ao mesmo tempo, constituem, para as velhas nações capitalistas, o meio mais seguro de tutelar os novos Estados, de exercer controle sobre suas finanças e pressão sobre sua política externa, alfandegária e comercial. Os empréstimos são um meio extraordinário para abrir novas áreas de investimento para o capital acumulado dos países antigos e para criar-lhes, ao mesmo tempo, novos concorrentes; são o meio de ampliar, no geral, o raio de ação do capital e de reduzi-lo concomitantemente” (LUXEMBURGO, 1951, p. 421). [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 288 (N.T.)].

⁵⁷ Por essa razão, Marx nos convida a estudar detalhadamente os relatórios sobre o tratamento dado aos escravos pelos europeus em suas colônias, “para ver o que o burguês faz de si mesmo e do trabalhador lá onde tem plena liberdade para moldar o mundo segundo sua própria imagem” (MARX, 1996, pp. 739-740). [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 821 (N.T.)].

⁵⁸ Marx e Engels (no prelo). [MARX, K. *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA²). Vol. IV/14, Exzerpte, Zeitungsausschnitte und Notizen zur Weltwirtschaftskrise (Krisenhefte), November 1857 bis Februar 1858, edited by Kenji Mori, Rolf Hecker, Izumi Omura, and Atsushi Tamaoka. Berlin: De Gruyter, 2017. (N.T.)].

(DUNAYEVSKAYA, 2000, p. 83). No prefácio da edição de 1867 de *O capital*, Marx escreveu que a Guerra Civil americana era o prenúncio da revolução socialista. Segundo Anderson, os artigos de Marx sobre a Guerra Civil mostram o aprofundamento de sua compreensão sobre a questão do racismo dentro da classe trabalhadora: “durante a década de 1860, somando-se à sua perspectiva abolicionista, Marx desenvolveu um apreço pelos revolucionários afro-americanos” (ANDERSON, 2010, p. 85)⁵⁹.

Nos anos 1860, o movimento feniano ganhava força tanto na Irlanda quanto entre imigrantes irlandeses na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Em novembro de 1867, a Internacional lançou uma campanha de solidariedade e Marx usou de todos os seus esforços para incitar os trabalhadores ingleses a protestar a favor do fenianismo. O debate político dentro da Primeira Internacional fez Marx desenvolver ainda mais sua concepção dialética da revolução internacional. Em 1869, ele afirmou que era de “interesse direto e absoluto que a classe trabalhadora inglesa” apoiasse a luta nacional do povo irlandês, cuja emancipação era fundamental para a vitória do proletariado britânico. Numa carta a Engels de 1869, Marx diz que *mudou de ideia* sobre a relação entre a questão irlandesa e a emancipação do proletariado inglês:

Durante muito tempo acreditei que seria possível derrotar o regime irlandês através da ascensão da classe trabalhadora inglesa. Sempre expressei esse ponto de vista em meus artigos para o *New York Tribune*. O estudo mais profundo agora me convenceu do contrário. A classe trabalhadora inglesa *nunca realizará* nada antes de se livrar da Irlanda. A alavanca deve ser aplicada na Irlanda (MARX; ENGELS, 1988, p. 398)⁶⁰.

A explanação mais longa de Marx de sua nova compreensão sobre a Irlanda estava contida numa carta de 9 de abril de 1870, para Sigfrid Meyer e August Vogt, na qual ele se refere à uma circular confidencial escrita por

⁵⁹ [Tradução de Allan M. Hilani e Pedro Davoglio in: ANDERSON, K. *Marx nas margens*. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 146 (N.T.).]

⁶⁰ Cf. Marx e Engels (1988, p. 398). Segundo August Nimitz, essa mudança é “ainda mais significativa visto que deixa claro que a ‘alavanca’ revolucionária para ele, ao contrário do que diz a marxologia convencional, não residia exclusivamente no mundo capitalista avançado e industrializado” (NIMITZ, 2000, p. 204.)

ele em janeiro e publicada pelo Conselho Geral. Este texto analisa não só os interesses econômicos da aristocracia rural inglesa e da burguesia na Irlanda, como também as consequências da imigração irlandesa sobre o movimento dos trabalhadores na Inglaterra:

Devido à concentração cada vez maior dos arrendamentos, a Irlanda constantemente envia sua população excedente ao mercado de trabalho inglês, implicando, assim, redução salarial e rebaixamento material e moral da classe trabalhadora inglesa. E mais importante! Todos os centros industriais e comerciais da Inglaterra agora possuem uma classe trabalhadora dividida em dois campos *hostis*, os proletários ingleses e os proletários irlandeses. O trabalhador comum inglês odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que reduz o seu padrão de vida. Em relação ao trabalhador irlandês, ele se vê como membro da nação *dominante* e, conseqüentemente, torna-se um instrumento dos aristocratas e capitalistas ingleses contra a Irlanda, assim reforçando o domínio *sobre si mesmo*... Por sua vez, o irlandês lhe paga, e com juros, na mesma moeda. Ele vê no trabalhador inglês tanto um cúmplice quanto um instrumento estúpido da *dominação inglesa na Irlanda*... *Esse antagonismo é o segredo da impotência da classe trabalhadora inglesa*, a despeito de sua organização. É o segredo pelo qual a classe capitalista mantém seu poder. E esta tem plena consciência disso (MARX; ENGELS, 1988, p. 473).

Nesse texto, Marx identifica um dos principais objetivos do racismo institucional, que visava atacar uma parte da classe trabalhadora para rebaixar as condições de toda a classe e criar estratificações e divisões para impedir sua organização comum. Era aqui que, para Marx, o papel da Internacional tornava-se decisivo. A única forma de acelerar a revolução social na Grã-Bretanha, de fato, era promovendo o apoio da classe trabalhadora à luta nacional irlandesa, como uma *precondição para sua própria emancipação* (MARX; ENGELS, 1988, pp. 473-475). A tentativa de Marx foi parcialmente bem-sucedida. No fim de 1869, o Conselho Geral aprovou uma declaração extremamente forte pró-irlandesa. Com ela, seus membros afastaram-se de décadas de hostilidade dos britânicos com relação aos irlandeses. Marx considerou que essa resolução abria a possibilidade para uma

solidariedade, nunca antes alcançada, entre os trabalhadores ingleses e os trabalhadores e pequenos camponeses irlandeses.

A situação mudou depois da Guerra Franco-Prussiana e da supressão da Comuna de Paris. Se, por um lado, os trabalhadores armados que tomaram a capital francesa por dois meses demonstraram a capacidade da classe trabalhadora de conquistar o poder político, por outro, a Internacional foi fundamentalmente enfraquecida com sua repressão. Ela rapidamente perdeu a maior parte de suas forças, não só na Inglaterra – onde líderes sindicais, apreensivos com as tendências comunistas, se demitiram –, mas também nos dois países decisivos da Europa continental, a França e a Alemanha, onde a supressão da Comuna teve efeitos devastadores. Foi pouco depois de escrever sobre a Irlanda e a Comuna de Paris que Marx revisou o livro I de *O capital* para a edição francesa.

A crescente expansão imperialista das potências ocidentais durante os anos 1870 e seus efeitos sobre o movimento da classe trabalhadora seriam uma das razões pelas quais os estudos de Marx se tornaram mais e mais concentrados na história mundial e por que ele aprofundou sua pesquisa sobre o colonialismo, as sociedades pré-capitalistas e as formas de resistência ao capital fora do Ocidente⁶¹. Ele também planejou reescrever a seção sobre a *renda da terra*, no livro III de *O capital*, considerando a Rússia como seu modelo histórico. Contra aqueles que afirmaram que, em sua teoria, a universalização do modo de produção capitalista aparecia como algo inevitável, no prefácio à segunda edição russa do *Manifesto Comunista* (1882), Marx e Engels escreveram que se uma revolução camponesa na Rússia desse a partida para a revolução proletária na Europa, e se ambas pudessem se completar mutuamente, a comuna rural poderia lançar as bases para a transição ao comunismo. Portanto, ele negou, uma vez mais, toda visão linear da revolução.

⁶¹ Ver Krader (1972; 1975) e Anderson (2010, pp. 196-236) [ANDERSON, K. *Marx nas margens*. São Paulo: Boitempo, 2019, capítulo 6 (N.T.)].

Embora o sujeito revolucionário ao qual Marx dedicou *O capital* e a Primeira Internacional dedicou sua atividade fosse o proletariado na Europa e nos Estados Unidos – onde as condições materiais para uma revolução socialista estavam desenvolvidas –, as considerações de Marx sobre a Irlanda estabeleceram a base para conceber a revolução internacional como um processo unitário, no qual as lutas anticoloniais e proletárias estão intimamente conectadas e fazem parte de um movimento revolucionário unitário em escala global.

5. O debate marxista sobre *O capital* e o imperialismo

O período entre a morte de Marx e a Primeira Guerra Mundial foi fundamental para a interpretação e sistematização de sua obra em um corpo unificado e, portanto, para a gênese do “marxismo”. Em nossa opinião, apesar de existirem algumas questões em aberto sobre o trabalho de Marx e a contribuição de Engels, é nesse período que se encontram as principais fontes do “nacionalismo metodológico” ainda prevalente entre as interpretações de *O capital* de Marx. Apesar de as limitações “filológicas” mencionadas na introdução serem importantes, elas não estão entre as principais influências dessa interpretação: o fundamental são as condições sociais nas quais se inseriam e as políticas internacionais dos partidos social-democratas, que estavam se tornando partidos de massa na Europa Ocidental.

Embora todos os países da Europa Ocidental tenham se beneficiado do colonialismo, seguindo de perto a Grã-Bretanha em sua expansão imperialista, as formas de internacionalização do capital alemão – como mencionado na segunda seção – diferiam em parte daquelas do capital britânico. Esse é um dos principais motivos pelos quais, como Callinicos (2009, p. 48) corretamente afirma, existe uma “uma falta de adequação empírica entre a versão de Hilferding e a estrutura econômica da principal potência global na era do imperialismo clássico, nomeadamente a Grã-Bretanha”. Na concepção de Hilferding, a concentração desempenha um papel decisivo no aprofundamento do capital monopolista e do imperialismo, enquanto esse

fenômeno estava virtualmente ausente da concepção de Hobson. De modo significativo, em *Das Finanzkapital*, o exame de Hilferding (1976, p. 397) sobre o sistema protecionista foi mais influenciado pelo argumento da “indústria infante” de List do que pela análise da assim chamada acumulação primitiva de Marx⁶².

As políticas internacionais dos partidos social-democratas, no entanto, não estiveram imunes ao “espírito racista e colonialista”, como comprovado, por exemplo, pela atitude de alguns membros do Partido Social-Democrata Alemão com relação às questões da imigração *coolie* e da agressão bélica contra a China. O sistema *coolie* foi considerado por alguns como uma “ameaça” aos proletários ocidentais (FISCHER, 1906-1907) e os trabalhadores chineses como “concorrentes” que os trabalhadores europeus naturalmente queriam “excluir de seus mercados de trabalho [grifo adicionado, LP]” (BAUER, 1906-1907, p. 489). A “questão *coolie*” foi debatida na conferência do Partido Socialista em Chicago (1885), na qual a maioria dos delegados aprovou uma resolução demandando a “proibição” a que os “amarelos” – em particular dos trabalhadores japoneses e chineses – imigrassem para os Estados Unidos (POTTS, 1990, p. 102). No Congresso do Partido Social-Democrata Alemão em Mainz (de 17-20 de setembro de 1900), Rosa Luxemburgo foi a *única* a condenar fortemente a agressão imperialista contra a China, criticando a passividade do partido⁶³.

Como não é possível aqui analisar em profundidade todos os aspectos dessa questão, iremos sublinhar apenas alguns pontos, a começar pelos trabalhos de Kautsky e sua polêmica contra Bernstein no período em que Lênin ainda o considerava um marxista, isto é, antes da “abjuração completa dos fundamentos revolucionários do marxismo que esse autor defendeu durante dezenas de anos, sobretudo, diga-se de passagem, na luta contra o

⁶² [HILFERDING, R. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 286 (N.T.)].

⁶³ Ela defendeu que o partido não podia limitar-se à agitação pela imprensa, que se comunicava apenas com uma minoria da população e não com as massas. Contra a guerra da “união capitalista europeia contra a Ásia”, um evento que marcou época em sua história, os partidos dos trabalhadores da Europa unidos tinham que reagir. A tranquilidade do movimento social-democrata com relação ao chauvinismo e ao imperialismo, ela afirmou, poderia provar-se fatal. Cf. Luxemburgo (1972, p. 800).

oportunismo socialista (de Bernstein, Millerand, Hyndman, Gompers, etc.)” (LÊNIN, 1996, p. 8)⁶⁴. Bernstein afirmara que o capitalismo – nos países ocidentais – estava superando o desemprego, contrariando, assim, a lei do empobrecimento da classe trabalhadora de Marx. Comentando a declaração do *Manifesto* de que “os trabalhadores não têm pátria”, ele defendera que isso poderia ser verdadeiro para os trabalhadores em 1840, mas que, nas presentes circunstâncias, não era mais válido, apesar dos crescentes conflitos interimperialistas, porque, com a ação dos social-democratas, os trabalhadores tornavam-se cada vez mais *cidadãos*, obtendo direitos políticos e sociais (BERNSTEIN, 1969, p. 177). A luta dos social-democratas era *nacional em sua substância* e sua tarefa era manter juntos os interesses nacionais e da classe. Bernstein não era a favor da agressão militar contra a China porque ela não era do interesse nacional alemão, mas apoiava a “pacífica” influência econômica e política da Alemanha sobre a China (KAUTSKY, 1976). Segundo ele, a questão colonial não era importante para o proletariado da Alemanha e da Europa, porque a conquista de novas colônias não fazia qualquer diferença para os trabalhadores. Ela era indiferente para o proletariado, mas não para o capital alemão: no fim da seção “Sobre a questão militar, a política externa e a questão colonial”, Bernstein defende que a Alemanha tinha o direito de conquistar novas colônias para produzir ela mesma mercadorias importadas de países tropicais. Em sua polêmica contra Bernstein, Kautsky *não* critica diretamente essa posição nacionalista e imperialista e busca provar a validade da lei do empobrecimento no plano nacional (KAUTSKY, 1976).

Uma análise específica do colonialismo por Kautsky pode ser vista em alguns artigos publicados no *Die Neue Zeit* e em seu livro *Sozialismus und Kolonialpolitik* (1907). Nesses escritos, ele não examina a função orgânica do colonialismo na acumulação e – como também fará Lênin – distingue radicalmente colônias “de povoamento” (“trabalho”) e de “exploração”

⁶⁴ [Tradução in: LÊNIN, V. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011, pp. 112-113 (N.T.)].

(“capital”). Kautsky define a “fase liberal” do capitalismo britânico como “anticolonialista” e afirma que esse foi o período de maior liberdade da Índia⁶⁵. Podemos encontrar considerações similares em *O imperialismo* de Lênin⁶⁶. Em uma carta a Kautsky (de 18 de setembro de 1883), Engels comenta seu artigo “Auswanderung und Kolonisation [Emigração e Colonização]” e sugere que este tem limitações por se valer da documentação alemã, que, “como de costume, é um tanto sem cor e não reflete os traços mais carregados da colonização dos países tropicais, nem seus métodos mais recentes” (ENGELS, 1993, p. 57)⁶⁷. Kautsky separa as lutas proletárias nas metrópoles daquelas dos povos colonizados e oprimidos. A libertação das colônias “de exploração” dependeria da vitória da luta dos proletários ocidentais e é frequentemente apresentada como uma questão “humanitária”. Kautsky critica as posições de Van Kohl – que sublinhara as vantagens materiais obtidas pelos trabalhadores europeus a partir do colonialismo para defender uma “colonização socialista” – negando a própria existência de “vantagens” materiais imediatas para os trabalhadores.

⁶⁵ “Zeiten des Manchestertums – das Kapital noch in der freien Konkurrenz und der raschesten Entfaltung der Produktivkräfte die sicheren Grundlagen seiner Herrschaft sah. Das war auch die Zeit, in der Indiens Freiheit die meisten Fortschritte machte”. (KAUTSKY, 1907, p. 76.) [“Tempos de Manchesterismo – o capital ainda via as bases seguras de seu domínio na livre competição e no desenvolvimento mais rápido das forças produtivas. Esta também foi a época em que a liberdade da Índia fez mais progresso”, (N.T.)].

⁶⁶ Na época de maior florescimento da livre concorrência na Inglaterra, entre 1840 e 1860, os dirigentes políticos burgueses deste país eram adversários da política colonial, e consideravam útil e inevitável a emancipação das colônias e a sua separação completa da Inglaterra. M. Beer diz, num artigo publicado em 1898 sobre o ‘imperialismo inglês contemporâneo’, que em 1852 um estadista britânico como Disraeli, tão favorável em geral ao imperialismo, declarava que ‘as colônias são uma mó que trazemos atada ao pescoço’. Em contrapartida, em fins do século XIX, os heróis do dia na Inglaterra eram Cecil Rhodes e Joseph Chamberlain, que preconizavam abertamente o imperialismo e aplicavam uma política imperialista com o maior cinismo!” (LÊNIN, 1996, p. 79.) [Tradução in: LÊNIN, V. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011, p. 203 (N.T.)].

⁶⁷ [MARX, K & ENGELS, F. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 369 (N.T.)]. No prefácio a *O imperialismo*, Lênin afirma que “A brochura que apresentamos ao leitor foi escrita em Zurique, durante a Primavera de 1916. Dadas as condições em que ali tinha de trabalhar, deparei-me naturalmente com certa insuficiência de publicações francesas e inglesas e com uma grande carência de publicações russas. Contudo, utilizei a obra inglesa mais importante sobre o imperialismo, o livro de J.A. Hobson, com toda a atenção que, em meu entender, tal obra merece” (LÊNIN, 1996, p. 1). [Tradução in: LÊNIN, V. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011, p. 106 (N.T.)]

O contexto social em que Lênin escreveu *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a Grande Indústria* (1896-1899) era distinto daquele da Europa ocidental continental e mais distinto ainda daquele da Grã-Bretanha. O principal objetivo do livro era realizar uma crítica às posições dos populistas russos, que afirmavam a impossibilidade do desenvolvimento capitalista russo. Em uma carta de 1892 para Danielson, Engels (2001, pp. 537-538) diz que “enquanto a indústria russa contentar-se com o mercado interno, seus produtos não poderão suprir mais que o consumo interno” e define a Rússia como um “um país sem mercado externo”, incapaz de competir no mercado mundial, como outros países “nas convulsões comerciais, na abertura pela força de novos mercados”⁶⁸. Isso pode explicar, em nossa opinião, por que o objeto do livro de Lênin, como o título mostra, é o processo de formação do *mercado interno*. No prefácio, ele afirma que trata do “problema do desenvolvimento do capitalismo na Rússia [...] tomando-o unicamente do ponto de vista do mercado interno e deixando de lado a questão do mercado externo” (LÊNIN, 1997, p. 25)⁶⁹. No primeiro capítulo, Lênin critica a teoria da reprodução de Adam Smith com base na análise de Marx do livro I de *O capital*, que ele interpreta como confinada ao mercado interno. Mesmo que Lênin afirme que o capitalismo precisa de uma expansão constante do mercado, portanto, ele não encontra um lugar *orgânico* para isso em sua análise, como, em contraste, ele encontrou para Marx⁷⁰. Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, no entanto, Lênin cita apenas a segunda edição alemã de

⁶⁸ [Tradução de Rubens Enderle in: MARX, K; ENGELS, F. *Cartas sobre o capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2020, p. 447 (N.T.)].

⁶⁹ [Tradução de José Paulo Netto in: LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 5 (N.T.)].

⁷⁰ O livro de Lênin concentrou-se nos problemas de realização do valor e na crítica da abordagem subconsumista dos Narodniks. Minha discussão metodológica não desafia o argumento de Lênin quanto à possibilidade de desenvolvimento capitalista na Rússia, mas pretende sublinhar que foi por causa das condições específicas desse desenvolvimento na Rússia que Lênin dividiu estritamente os mercados interno e externo, interpretando erroneamente, assim, o significado do estudo de caso da Inglaterra em *O capital* de Marx. “Com relação ao problema do mercado interno, foco do nosso interesse, a conclusão principal a extrair da teoria da realização de Marx é a seguinte: o crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno, vincula-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo” (LÊNIN, 1977, p. 54). [Tradução de José Paulo Netto in: LÊNIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 23 (N.T.)].

O capital (1872), na qual Marx ainda não havia distinguido concentração e centralização de capital. Essas são algumas das razões pelas quais, em nossa opinião, Lênin afirma a necessidade de “atualizar” *O capital* para analisar o imperialismo.

A crítica de Rosa Luxemburgo aos esquemas de reprodução marxianos é baseada na mesma interpretação “nacional” de *O capital*⁷¹. Ela defende que “O papel que desempenham os empréstimos externos e os investimentos de capital feitos em sociedades anônimas do ramo ferroviário ou na mineração é a melhor ilustração crítica do esquema marxista da acumulação” (LUXEMBURGO, 1951, p. 428)⁷². É importante sublinhar que muitos dos exemplos históricos do imperialismo fornecidos por ela na seção final, sobre “As condições históricas da acumulação”, já haviam sido examinados por Marx em seus cadernos e artigos⁷³. Em *A acumulação do capital*, Rosa Luxemburgo foca, corretamente, sua atenção no aspecto “dual” da acumulação de capital, sugerindo que

Um deles desenvolve-se nos centros produtores da mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Vista sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico – cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados... Nesse nível, a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como, por meio da acumulação, o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca, em exploração, e a igualdade, em dominação de classe. O outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência

⁷¹ No presente artigo não discutimos o conteúdo dessa crítica, apenas sua interpretação a respeito do campo de análise de *O capital*.

⁷² [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 293 (N.T.)].

⁷³ “A luta contra a economia natural”: Índia, China e Argélia; “A luta contra a economia camponesa”: EUA e África do Sul; “Os empréstimos internacionais”: construção ferroviária e empréstimos internacionais, EUA, Ásia e Egito.

e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico (LUXEMBURGO, 1951, pp. 452-453)⁷⁴.

Como ela argumenta, esses dois aspectos da acumulação de capital estão “interligados organicamente, resultado dessa união a trajetória histórica do capital” (LUXEMBURGO, 1951, pp. 452-453)⁷⁵. Foi exatamente isso que Marx fez, examinando as leis de desenvolvimento do capital social total e o caráter permanente do processo descrito no capítulo sobre a assim chamada acumulação primitiva. Inapropriadamente atribuída a *O capital* de Marx, a crítica de Luxemburgo é correta quando dirigida a suas más interpretações “nacionalistas”, que continuam a ser dominantes ainda hoje. Mesmo o debate sobre a “acumulação primitiva” como processo permanente e a “acumulação por espoliação” – que é um conceito redundante, uma vez que, para Marx, a acumulação estruturalmente implica espoliação – é baseado nesse pressuposto⁷⁶. Ao enfatizar a importância fundamental das relações entre o capitalismo e os modos de produção não capitalistas, portanto, Rosa Luxemburgo explicitou um argumento que já havia sido desenvolvido, em um nível maior de abstração, no livro I de *O capital*.

Embora não seja possível examinar as posições de Rosa Luxemburgo e Lênin sobre as questões nacional e anticolonial, é importante enfatizar que os escritos políticos de Marx desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da análise de Lênin sobre o imperialismo e em sua posição a respeito dessas questões. Em seus *Cadernos sobre o imperialismo*, Lênin reSENhou principalmente escritos políticos e cartas de Marx, particularmente sobre a Internacional, a Irlanda, o movimento da classe trabalhadora inglesa e a corrupção de seus líderes políticos (LÊNIN, 1968). Esses trabalhos foram

⁷⁴ [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp. 308-309 (N.T.)].

⁷⁵ [Tradução de Marijane V. Lisboa e Otto E.W. Maas in: LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985, pp. 308-309 (N.T.)].

⁷⁶ Ver Harvey (2005a, pp. 143-144) [HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003, pp.120-121].

essenciais para Lênin, no sentido de estabelecer a conexão entre as lutas dos trabalhadores metropolitanos e as lutas pela libertação nacional dos povos oprimidos pelo imperialismo: uma conexão que encontraremos formulada nas declarações do Primeiro Congresso da Terceira Internacional.

6. Considerações finais

Este artigo pretendeu criticar um dos principais pressupostos dos debates correntes sobre o “novo imperialismo”, a saber, aquele segundo o qual Marx, em *O capital*, examinou um sistema nacional e toda análise contemporânea do imperialismo requer “integração”, senão uma crítica parcial de sua obra principal. Na primeira seção, mostramos que o campo de análise do livro de *O capital* não é uma economia nacional, mas um sistema mundial polarizador e em constante expansão. Essa abstração permite a análise das leis de desenvolvimento do capitalismo e de seus antagonismos, refletindo a tendência do capital de Estados dominantes de, por meio do recurso permanente aos métodos da assim chamada “acumulação primitiva”, se expandir e aumentar, ao mesmo tempo, a exploração de trabalhadores em todo o mundo e a cooperação entre eles. Na segunda seção, discutimos a lei da acumulação capitalista em escala global e argumentamos que esse processo fortalece a tendência do capital à dominação universal e, dessa forma, aumenta a concorrência intercapitalista e interestatal.

A acumulação, no entanto, é um processo contraditório, que cria as premissas para sua superação. Passados seu otimismo revolucionário inicial e sua fé no significado emancipatório universal da revolução social na Europa Ocidental, Marx aprofundou sua análise da acumulação de capital em escala global e, assim, desenvolveu sua perspectiva política a respeito da relação entre as lutas proletárias e os movimentos anticoloniais, como também do perigo representado pela vaga de sentimentos nacionalistas e racistas entre líderes políticos e trabalhadores dos países imperialistas.

Essa análise mostrou-se parcialmente correta. Os partidos social-democratas da Segunda Internacional não estiveram imunes ao nacionalismo e ao

racismo. Seus líderes abandonaram a perspectiva internacionalista de Marx e a dimensão global de sua análise, a ponto de alguns deles terem defendido a função “civilizatória” e progressista do imperialismo e do colonialismo.

Em suas lutas contra essas tendências, Rosa Luxemburgo e Lênin voltaram a Marx, mas, a nosso ver, suas interpretações não superaram, de forma radical, a aplicação do enquadramento nacional na obra dele. Ao ressaltar a importância fundamental do expansionismo e da relação entre modos de produção capitalistas e não capitalistas, entretanto, Rosa Luxemburgo explicitou alguns aspectos que Marx já desenvolvera, em um nível maior de abstração, no livro I de *O capital*. “Integrando” *O capital* por meio do exame do processo de exportação de capital, da ascensão do “capital financeiro”, do aumento no tamanho das firmas e da divisão do mundo entre associações capitalistas e potências imperialistas, Lênin frisou a centralidade política e econômica de processos que, para Marx, eram partes inerentes da acumulação capitalista, estando também subsumidos a suas leis. Os escritos de Marx sobre a Irlanda e a corrupção dos líderes do movimento da classe trabalhadora inglesa desempenharam um papel fundamental no posicionamento de Lênin sobre as questões nacional e colonial e, por meio dele, na elaboração do programa internacionalista do Primeiro Congresso da Terceira Internacional.

A análise apresentada nesse artigo não implica que tudo já havia sido desenvolvido por Marx: ele nunca completou seu plano de seis livros, que incluía, nos livros sobre o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial, um exame mais detalhado das leis do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. A reconstrução aqui apresentada, contudo, é apenas preliminar para entendermos o significado da incompletude do trabalho de Marx e, ao mesmo tempo, os caminhos de nossa luta para desenvolvê-lo e aplicá-lo hoje. Uma análise de *O capital* de Marx à luz de seus escritos e cadernos sobre o colonialismo oferece, portanto, elementos importantes para reconsiderar o debate histórico e contemporâneo sobre o imperialismo, um debate que se encontra cheio de implicações políticas de longo alcance.

Referências

- AHMAD, Aijaz. *Theory: Nations, Classes, Literatures*. Londres: Verso, 1992.
- ANDERSON, Kevin B. "The 'Unknown' Marx's *Capital*, Volume I: The French Edition of 1872–75, 100 Years Later", *Review of Radical Political Economics*, vol. 14, n. 4, pp. 71-80, 1983.
- _____. "Marx's Late Writings on Non-Western and Pre-Capitalistic Societies and Gender", *Rethinking Marxism*, vol. 14, n. 4, pp. 84-96, 2000.
- _____. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- ASHMAN, Sam; CALLINICOS, Alex. "Capital Accumulation and the State System: Assessing David Harvey's *The New Imperialism*", *Historical Materialism*, vol. 14, n. 4, pp. 107-31, 2006.
- BAIROCH, Paul. *Lo sviluppo bloccato*. Turim: Einaudi, 1976.
- BANAJI, Jairus. *Theory as History: Essays on Modes of Production and Exploitation, Historical Materialism*. Leiden: Brill, 2010.
- BARKER, Colin. "A Note on the Theory of Capitalist States" in: CLARKE, Simon (ed.). *The State Debate*. Basingstoke: Macmillan, 1991 [1978].
- BARTOLOVICH, Crystal; LAZARUS, Neil (eds.). *Marxism, Modernity and Postcolonial Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- BAUER, Otto. "Proletarische Wanderungen", *Die Neue Zeit*, 41, 25:2, pp. 476-494, 1906-1907.
- BENNER, Erica. *Really Existing Nationalisms: A Post-Communist View from Marx and Engels*. Oxford: Clarendon Press, 2006.
- BERNSTEIN, Eduard. *Die Voraussetzungen des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie*. Hamburgo: Rowohlt, 1969 [1899].
- BRENNER, Robert. "What Is, and What is Not, Imperialism?", *Historical Materialism*, vol. 14, n. 4, pp. 79-105, 2006.
- BREWER, Anthony. *Marxist Theories of Imperialism: A Critical Survey*. Londres: Routledge, 1990.
- BREWER, John. *The Sinews of Power: War, Money and the English State, 1688–1783*. Londres: Unwin Hyman, 1989.
- BUTTEL, Frederick H.; MAGDOFF, Fred; FOSTER, John Bellamy. *Hungry for Profit: The Agribusiness Threat to Farmers, Food, and the Environment*. Nova York: Monthly Review Press, 2000.
- CALLINICOS, Alex. "Does Capitalism Need the State System?", *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 20, n. 4, pp. 533-549, 2007.
- _____. *Imperialism and Global Political Economy*. Cambridge: Polity, 2009.
- CAMPBELL, Persia Crawford. *Chinese Coolie Emigration to Countries within the British Empire*. Londres: Frank Cass, 1971.
- DUNAYEVSKAYA, Raya. *Marxism and Freedom: From 1776 until Today*. Amherst: Humanity Books, 2000 [1958].
- ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 47, Engels: 1883-1886. Londres: Lawrence and Wishart, 1993.
- _____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 49, Engels: 1890-1892. Londres: Lawrence and Wishart, 2001.
- FAWCETT, Henry. *The Economic Position of the British Labourer*. Londres: MacMillan and Co, 1865.
- FINE, Ben. "Debating the 'New' Imperialism", *Historical Materialism*, vol. 14, n. 4, pp. 133-156, 2006.

- FISCHER, Emil. "Die Verwendung von Kuli als Lohnarbeiter in der Deutschen Seeschiffahrt", *Die Neue Zeit*, vol. 19, 25:2, pp. 790-796, 1906-1907.
- HARSTICK, Hans Peter. *Karl Marx über Formen vorkapitalistischer Produktion*. Frankfurt: Campus, 1977.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2005a.
- _____. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005b.
- _____. "In What Ways Is 'The New Imperialism' Really New?", *Historical Materialism*, vol. 15, n. 3, pp. 57-70, 2007.
- HECKSCHER, Eli F. *Mercantilism*. Londres: Allen and Unwin, 1955 [1931].
- HILFERDING, Rudolf. *Il capitale finanziario*. Milão: Feltrinelli, 1976 [1910].
- HOBSON, John A. *Imperialism: A Study*. Londres: Allen and Unwin, 1948.
- HOE-GIMM, Gong. "World Economy" in: FINE, B.; SAAD-FILHO, A.; BOFFO, M. (eds.) *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012.
- IQBAL, Husain (ed.). *Karl Marx on India: From the "New York Daily Tribune". Including Articles by Frederick Engels and Extracts from Marx-Engels Correspondence 1853-1862*. Nova Deli: Tulika Books, 2006.
- JENKS, Leland Hamilton. *The Migration of English Capital to 1875*. Londres: Thomas Nelson and Sons, 1963.
- KAUTSKY, Karl. "Auswanderung und Kolonisation", *Die Neue Zeit: Revue des geistigen und öffentlichen Lebens*, vol. 1, n. 9, pp. 393-404, 1883.
- _____. *Sozialismus und Kolonialpolitik*. Berlin: Vorwaerts, 1907.
- _____. *Bernstein und das Sozialdemokratische Programm: Eine Antikritik*. Berlin: Dietz Verlag, 1976.
- KEMP, Tom. *Theories of Imperialism*. Londres: Dennis Dobson, 1967.
- KRADER, Lawrence. *The Ethnological Notebooks of Karl Marx: Studies of Morgan, Phear, Maine, Lubbock*. Assen: Van Gorcum, 1972.
- _____. *The Asiatic Mode of Production: Sources, Development and Critique in the Writings of Karl Marx*. Assen: Van Gorcum, 1975.
- LAPIDES, Kenneth. *Marx's Wage Theory in Historical Perspective: Its Origins, Development and Interpretation*. Westport, CT: Praeger, 1998.
- LENIN, Vladimir Ilyich. "Notebooks on Imperialism" in: *Collected Works*, vol. 39. Moscou: Progress Publishers, 1968.
- _____. *The Development of Capitalism in Russia: The Process of the Formation of a Home Market for Large-Scale Industry*. Moscou: Progress Publishers, 1977.
- _____. *Imperialism: The Highest Stage of Capitalism*. Londres: Pluto, 1996.
- LUXEMBURGO, Rosa. *The Accumulation of Capital*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1951 [1913].
- _____. *Gesammelte Werke. Bd. I: 1893 bis 1905. Erster Halbband*. Berlin: Dietz Verlag, 1972.
- MANN, Michael. *States, War and Capitalism: Studies in Political Sociology*. Oxford: Blackwell, 1988.
- MARX, Karl. *Theories of Surplus-Value*, vol. II. Moscou: Progress Publishers, 1968 [1863].
- _____. *Theories of Surplus-Value*, vol. III. Moscou: Progress Publishers, 1971 [1863].
- _____. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. Harmondsworth: Penguin, 1981 [1939/1941].
- _____. "Exzerpte und Notizen. September 1846 bis Dezember 1847/Karl Marx" in: *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, Division IV, vol. 6. Berlin: Dietz Verlag, 1983.

_____. “Le Capital, Paris 1872–1875” in: *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, Division II, vol. 7. Berlin: Dietz Verlag, 1989.

_____. “Exzerpte und Notizen. Juli bis September 1851/Karl Marx” in: *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, Division IV, vol. 9. Berlin: Dietz Verlag, 1991.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 35, Karl Marx: Capital, vol. I. Londres: Lawrence and Wishart, 1996 [1867].

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 37, Karl Marx: Capital, vol. III. Londres: Lawrence and Wishart, 1998 [1894].

_____. *Notes on Indian History (664–1858)*. Honolulu: University Press of the Pacific, 2001.

_____. “Manuskripte zum zweiten Buch des ‘Kapitals’ 1868 bis 1881” in: *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, Division II, vol. 11. Berlin: Akademie Verlag, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 5, *Marx and Engels: 1844-1845*. Londres: Lawrence and Wishart, 1975.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 6, *Marx and Engels: 1845-1848*. Londres: Lawrence and Wishart, 1976.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 8, *Marx and Engels: 1848-1849*. Londres: Lawrence and Wishart, 1977.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 12, *Marx and Engels: 1853-1854*. Londres: Lawrence and Wishart, 1979.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 16, *Marx and Engels: 1858-1860*. Londres: Lawrence and Wishart, 1980.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 40, *Marx and Engels: 1856-1859*, Letters. Londres: Lawrence and Wishart, 1983.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 19, *Marx and Engels: 1861-1864*. Londres: Lawrence and Wishart, 1984.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 20, *Marx and Engels: 1864-1868*. Londres: Lawrence and Wishart, 1985a.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 21, *Marx and Engels: 1867-1870*. Londres: Lawrence and Wishart, 1985b.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 15, *Marx and Engels: 1858-1860*. Londres: Lawrence and Wishart, 1986.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 42, *Marx and Engels: 1864–68*, Letters. Londres: Lawrence and Wishart, 1987.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 43, *Marx and Engels: 1868-1870*, Letters. New York: International Publishers, 1988.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, vol. 45, *Marx and Engels: 1874–79*, Letters, Londres: Lawrence and Wishart, 1991.

_____. *Marx and Engels Collected Works*, Volume 46, *Marx and Engels: 1880-1883*, Letters. Londres: Lawrence and Wishart, 1992.

_____. *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, Division IV, vol. 14. Berlin: Akademie Verlag [no prelo].

MERIVALE, Herman. *Lectures on Colonization and Colonies, Delivered before the University of Oxford in 1839, 1840 & 1841*. Londres: Longman-Green-Longman, and Roberts, 1861.

MONTELEONE, Renato. *Marxismo, internazionalismo e questione nazionale: Dalla II Internazionale all'internazionale comunista*. Turim: Loescher, 1982.

NIMTZ, August H. *Marx and Engels: Their Contribution to the Democratic Breakthrough*. Albany: State University of New York Press, 2000.

_____. "The Eurocentric Marx and Engels, and Other Related Myths" in: Bartolovich and Lazarus (eds.) 2002.

POTTS, Lydia. *The World Labour Market: A History of Migration*. Londres: Zed Books, 1990.

POZO-MARTIN, Gonzalo. "Autonomous or Materialist Geopolitics?", *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 20, n. 4, pp. 551-563, 2007.

PRADELLA, Lucia. *L'attualità del Capitale. Accumulazione e impoverimento nel capitalismo globale*. Padua: Il Poligrafo, 2010a.

_____. "Beijing between Smith and Marx", *Historical Materialism*, vol. 18, n. 1, pp. 8-109, 2010b.

_____. "Marx's Capital and Contemporary Capitalist Development", *International Journal of Management Concepts and Philosophy*, vol. 5, n. 2, pp. 118-126, 2011.

_____. *Mondializzazione e critica dell'economia politica alla luce della nuova edizione storicocritica degli scritti di Marx ed Engels [Globalisation and the Critique of Political Economy: New Evidence from the MEGA²]*. Ph.D. thesis, University of Naples Federico II and Paris X-Nanterre, 2012.

RICARDO, David. *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Londres: Bell, 1891 [1817].

ROSDOLSKY, Roman. *Engels and the 'Non Historic' Peoples: The National Question in the Revolution of 1848*. Glasgow: Critique Books, 1986.

_____. *The Making of Marx's Capital*, vol. 1. Londres: Pluto, 1989.

ROSENBERG, Justin. "International Relations – the 'Higher Bullshit': A Reply to the Globalization Theory Debate", *International Politics*, n. 44, pp. 450-482, 2007.

SAID, Edward. *Orientalism*. Harmondsworth: Penguin, 1985.

SCHUYLER, Robert Livingston. *The Fall of the Old Colonial System: A Study in British Free Trade, 1770-1870*. Oxford: Oxford University Press, 1945.

SEN, Sukomal. *Working Class of India: History of Emergence and Movement, 1830-1970*. Calcutá: Bagchi, 1977.

SHAIKH, Anwar. "Foreign Trade and the Law of Value, Part I", *Science and Society*, vol. 43, n. 3, pp. 281-302, 1979.

_____. "Foreign Trade and the Law of Value, Part I", *Science and Society*, vol. 44, n. 1, pp. 27-57, 1980.

SMITH, Adam. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, two volumes. Frome/ Londres: Butler and Tanner, 1961 [1776].

SMITH, John. *Imperialism and the Globalisation of Production*. Ph.D. thesis, University of Sheffield, 2010.

STONE, Lawrence (ed.). *An Imperial State at War: Britain from 1689 to 1815*. Londres: Routledge, 1994.

TINKER, Hugh. *A New System of Slavery: The Export of Indian Labour Overseas, 1830-1920*. Oxford: Oxford University Press, 1974.

VAN DER LINDEN, Marcel. "Labour History: The Old, the New and the Global", *African Studies*, vol. 66, 2/3, pp. 169-180, 2007.

WAKEFIELD, Edward Gibbon. *A View of the Art of Colonisation, with Present Reference to the British Empire*. Londres: John W. Parker, 1849.

WILKINS, Mira. "European and North American Multinationals, 1870–1914: Comparisons and Contrasts", *Business History*, vol. 30, n. 1, pp. 8-45, 1988.

WILKINS, Mira; SCHROTER, Harm (eds.). *The Free Standing Company in the World Economy, 1830–1996*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

WILLIAMS, Eric Eustace. *Capitalism and Slavery*. Londres: André Deutsch, 1964.

WINCH, Donald. *Classical Political Economy and Colonies*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 1965.

WOOD, Ellen Meiksins. “Logics of Power: A Conversation with David Harvey”, *Historical Materialism*, vol. 14, n. 4, pp. 9-34, 2006.

PANDEMIAS, CRISES E CAPITALISMO

MARQUES, Rosa Maria *et alii*. São Paulo: Expressão Popular, 2021. 160p.

Recebido em 30/01/2022

Aprovado em 07/02/2022

Apesar da responsabilidade da crise atual ter sido atribuída, pela mídia em geral e por muitos intelectuais, à pandemia da Covid-19, a rigor, é a crise capitalista preexistente que foi aprofundada nestes dois últimos anos. Da mesma forma, a crise atribuída ao neoliberalismo, como política econômica, estrutura jurídico-política e ideológica, também não é de responsabilidade do neoliberalismo. O que o neoliberalismo e a pandemia têm em comum é que aprofundaram mais gravemente a crise do capital. Estes pontos são muito importantes e tratados nos capítulos iniciais do livro *Pandemias, crise e capitalismo*.

O capital encontra-se em estado de superacumulação na forma de capital dinheiro portador de juros desde os anos 1960 (NAKATANI; MARQUES, 2020), expandindo a esfera financeira com o endividamento nas décadas seguintes, principalmente dos Estados nacionais da periferia do capitalismo, cujo exemplo mais simbólico foi a brutal crise das dívidas na década de 1980. As medidas econômicas adotadas, chamadas de neoliberais, como meio de superação da crise, constituíam uma necessidade para a expansão das grandes massas de capitais individuais que haviam sido acumuladas durante os *30 anos gloriosos* do pós-guerra. Essas medidas avançaram ainda mais contra regulamentações e alguns controles ao capital que haviam sido estabelecidas no pós-guerra nas décadas seguintes. Esse movimento foi acompanhado por uma nova gestão das dívidas, com os processos de securitização, expansão dos fundos privados de pensão – à medida que os sistemas de previdência foram sendo

PAULO NAKATANI

Professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES.

E-mail: paulonakatani@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1652-6598>

desmontados –, e o desenvolvimento acelerado de fundos financeiros de investimento – que conduziram à dominância do capital sob as formas fictícias do capital portador de juros.

Da mesma forma, à medida que as profundas mudanças no regime de acumulação dominante foram sendo implementadas, as relações público-privado também foram alterando-se com as mudanças nas formas de intervenção do Estado, além da securitização de suas dívidas e as privatizações em busca de um suposto Estado mínimo. O Estado que foi visto, durante os 30 anos gloriosos, como a salvação do capital e demonizado pelos ultraliberais nas últimas décadas, deve ser recolocado em seu devido lugar. Em termos mais gerais e abstratos, continua sendo o instrumento de dominação da burguesia, rentistas e proprietários sobre as outras classes. Em termos mais concretos e históricos, em suas conformações em diferentes regimes políticos, sempre recebeu a oposição e confrontação das classes subalternas aos projetos de dominação. Neste momento da crise ampliada pela Covid-19, os Estados parecem extremamente preocupados com as condições de sobrevivência dos miseráveis e excluídos dos mercados de trabalho do capital. Entretanto, além do assistencialismo, dos auxílios aos mais pobres, às micro e pequenas empresas, até a grandes unidades de capital, podemos afirmar que, ao nível mais geral da reprodução do capital, os auxílios emergenciais, como a distribuição de dinheiro às camadas mais pobres da população, assim como as outras medidas de combate à crise da Covid-19, fazem parte do processo de reprodução do capital. Os auxílios emergenciais, além de atenderem às necessidades de sobrevivência das famílias mais pobres e desassistidas, contribuem para a manutenção de um certo nível da demanda agregada e da demanda por bens de consumo. Os auxílios à manutenção dos empregos, com o pagamento de parte dos salários e a redução da jornada de trabalho, fazem parte de ações voltadas diretamente às necessidades do capital, com a redução do custo decorrente dos salários. Nesta crise, os grandes capitais, com algumas exceções, não foram diretamente beneficiados na aparência. Entretanto, quase toda demanda por bens de consumo finais atendeu à necessidade de realização do valor e mais-valia das

grandes cadeias de comercialização – atacadistas, supermercados e outros varejistas. Mesmo os pequenos negócios na ponta do mercado nas periferias das cidades estão integrados aos circuitos do capital. Da mesma forma, o trabalhador precarizado, os microempresários individuais, os entregadores de mercadorias e comidas prontas, também dependem do capital. Assim, as ações do Estado no combate à pandemia acabam, em última instância, atendendo aos interesses do capital em geral, em suas funções de acumulação e legitimação. Em um nível mais geral e abstrato, o Estado atua no sentido de atender às necessidades da reprodução do capital, mas em suas formas de existência nas distintas formações sociais, resultante de processos históricos particulares, expressa o desenrolar da luta de classes em diferentes formas de regimes políticos em que se organizam, igualmente, em diferentes formas de governo. Todos esses pontos estão explicitados no livro *Pandemias, crises e capitalismo* e não estão somente no capítulo 2. O Estado está presente em todos os capítulos como formas particulares de intervenção sobre os direitos sociais, sobre a renda mínima e diferentes formas de auxílios; no desenvolvimento de diferentes sistemas ou formas de enfrentamento quanto às questões de saúde pública e seus resultados, às vezes em geral e muitas vezes na formação social brasileira; enfim, atuando sobre as relações capital-trabalho com alterações nas formas jurídicas que regulamentam essas relações em função das necessidades do capital em geral, mas apresentadas nos discursos como necessidade e até como benefício para a própria força de trabalho.

Uma das leis fundamentais que regem o desenvolvimento do modo de produção capitalista é a lei geral da acumulação (MARX, 2013, cap. 23), que recoloca continuamente em seu processo histórico a expansão das desigualdades, das grandes fortunas e do exército industrial de reserva. O avanço brutal das desigualdades, escancarado com a crise da Covid-19, é descrito assim pela OXFAM: “A pequena elite mundial de 2.755 bilionários viu sua fortuna crescer mais durante a pandemia de Covid-19 do que nos últimos quatorze anos, quatorze anos que foram de bonança para o patrimônio bilionário” (2022, p. 10). No Brasil, o crescimento da desigualdade é

semelhante. Entre os seis maiores grupos econômicos do Brasil, com maior lucro líquido, com a exceção da Vale, em primeiro lugar, os outros cinco são os maiores bancos – Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil –, segundo os dados da *Revista Valor* (GRANDES..., 2021). Em 2021, o número de bilionários brasileiros cresceu de 45 para 65 e suas fortunas elevaram-se de US\$ 127,1 bilhões para US\$ 291,1 bilhões ou R\$ 1,6 trilhão (FOGAÇA, 2021).

O título do relatório da OXFAM está plenamente demonstrado no livro de Rosa Marques. Os capítulos 3 e 4, que tratam da desigualdade e da saúde pública em geral e no Brasil, mostram, com dados irrefutáveis, que *a desigualdade mata*. Mais ainda, detalham os efeitos das desigualdades tanto em termos regionais quanto em termos de gênero e raça – assim demonstram empiricamente os impactos do funcionamento da lei geral da acumulação. No caso do Brasil, a existência do sistema único de saúde (SUS) amenizou os impactos da pandemia sobre a população mais pobre, nas regiões mais pobres. Entretanto, nos momentos críticos de disseminação do vírus, muitas regiões sofreram extremamente com a falta de infraestrutura e recursos, tanto de materiais e equipamentos quanto de pessoal qualificado. O caso de Manaus foi talvez o limite, em que pacientes contaminados tiveram que ser distribuídos e internados em vários outros estados.

O capítulo 5 do livro dedica-se às questões em torno da reprodução da força de trabalho sob o capital. Certas camadas da população que na lei geral da acumulação são apresentadas como uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, necessitam cada vez mais de diferentes formas de auxílio. Os programas de auxílio aos mais pobres também reacenderam, em parte, a discussão sobre a renda mínima, ou seja, um programa de auxílio permanente para as famílias mais pobres. Não podemos esquecer que se trata de um programa reformista, que ameniza as contradições sociais e atende, em parte, as necessidades de legitimação de regimes políticos ou de governos.

Outro impacto importante que a crise do capital aprofundou foi sobre o emprego da força de trabalho. Mesmo com os programas de apoio às empresas, a massa de desempregados cresceu aceleradamente. Mas, junto com isso, foram expandidas formas de atividades de trabalho por conta própria, já existentes, principalmente as de entregadores. Porém, tal expansão vem ocorrendo em outro nível diante do crescimento das plataformas digitais. Estas são gigantescas empresas internacionais que organizam e procuram facilitar os processos de entrega de compras, principalmente de alimentos, mas não só, pois o crescimento do comércio virtual como um todo foi também acelerado. Essa força de trabalho teve que usar recursos pessoais, como automóveis, motocicletas e bicicletas, para o transporte de passageiros e a entrega de comidas prontas por meio das diferentes plataformas, como, por exemplo, a *UBER* e o *iFood*. Todos os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho tinham que ter seus próprios meios de trabalho, ou seja, tinham que colocar suas propriedades pessoais a serviço do capital. Isso já acontecia mesmo antes da pandemia e se aprofundou depois que esta se instalou. Da mesma forma, a novidade do *home office*, em que os trabalhadores usam sua residência e meios de comunicação para o trabalho, desobriga o sistema do capital a manter imóveis e custos operacionais, que são transferidos para os trabalhadores. Essas são algumas razões que permitiram e aprofundaram a explosão das desigualdades e diferenças de renda durante a pandemia.

As frações dos trabalhadores desempregados, informais e precários são as mais atingidas pelas mortes decorrentes da pandemia. O exército industrial de reserva em suas formas líquida, latente e estagnada, que Marx introduziu no estudo d'*O capital*, cresceu e se expandiu. Mais do que isso, escancarou que uma parcela crescente da população mundial está sendo excluída, não da participação no mercado como se costumava considerar, mas da própria possibilidade de sobrevivência. Para o capital, nas condições atuais da acumulação, essa parcela da população converte-se em um custo social que deveria ser eliminado, como na ideologia da supremacia branca. Como é normal, esses discursos e práticas de grupos fascistas e nazistas, em crescente expansão, não constituem um bloco ideológico único da burguesia.

Uma parte dela ainda mantém e até pratica valores religiosos cristãos, mas estão em expansão, por todo mundo, uma ideologia e uma prática rotuladas de extrema direita e próximas ao fascismo e ao nazismo. O crescimento de grupos nazifascistas no Brasil é um dos exemplos. Isso tudo não deixa de estar conectado a um mundo em que cenários distópicos se concretizam aceleradamente junto com as tentativas de busca de outros planetas para a sobrevivência daqueles *escolhidos pelo capital*, naturalmente.

Esse aprofundamento da crise nos últimos anos e as perspectivas sobre as formas de desenvolvimento do capital escancararam, igualmente, as múltiplas crises que ameaçam a sobrevivência futura da humanidade. Portanto, o livro não poderia deixar de colocar alternativas à forma e ao caminho indicado pelo capital. Assim, recoloca o debate sobre o Ecosocialismo e o Bem Viver, novas formas de compreensão da sociedade e de alternativas sustentáveis de produção e distribuição para além do capital. Já tivemos, igualmente, as experiências das fábricas recuperadas, em que empresas capitalistas falidas são tomadas, e seu controle e organização da produção são assumidos pelos próprios trabalhadores. Na China, onde não há propriedade privada da terra, e em vários outros países asiáticos, encontra-se em pleno desenvolvimento um movimento chamado de Nova Reconstrução Rural (NAKATANI; FALEIROS, 2016), que consiste no retorno de populações urbanas para o campo ou na organização de associações ou unidades produtivas com a participação de famílias urbanas.

O Brasil não está de fora desse movimento mais geral. Pode-se dizer que uma das manifestações do Ecosocialismo encontra-se na agroecologia. Formas sustentáveis de organização da produção e de métodos de cultivos que, ao invés de destruir a natureza para a realização dos cultivos, integram as culturas às condições naturais, como a agricultura orgânica. Mas já existem experiências há algumas décadas de formas mais avançadas, como a agroflorestal, na qual as terras degradadas vão sendo recuperadas com culturas consorciadas com o plantio de árvores do bioma original. Parte destas experiências, como as culturas orgânicas e as agroflorestas,

são estimuladas e até financiadas através do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Entretanto, essas opções e alternativas já se espalharam para pequenas propriedades independentes do MST e, inclusive, fazem parte de programas de pesquisas da Embrapa e de órgãos estaduais ligados ao estímulo à agricultura.

Assim, a leitura do livro *Pandemias, crises e capitalismo* torna-se leitura obrigatória para todos que pretendem entender a crise capitalista contemporânea. Apesar do pessimismo que se encontra em muitas páginas, isso não decorre das leituras e interpretações dos autores, mas da própria realidade brutal que o capitalismo engendrou para a humanidade. Por outro lado, ele encerra alertando para a necessidade das resistências, de múltiplas formas, e trazendo a necessidade de conhecermos melhor as muitas experiências já desenvolvidas – e em desenvolvimento – de como superar as dificuldades que a crise nos coloca.

Referências:

FOGAÇA, A. “Quem são os bilionários brasileiros de 2021” in: *The Capital Advisor*, São Paulo, 26 out. 2021. Disponível em: <<https://comoinvestir.thecap.com.br/quem-sao-os-bilionarios-brasileiros-de-2021/>>. Último acesso em: 10/01/2022.

GRANDES grupos. 200 maiores, *ranking* por faturamento. *Valor*, ano 20, n. 20, dez. 2021. Disponível em: https://www.valor.com.br/revistas/?valor_pro=1##/edition/187088?page=1§ion=1. Último acesso em: 18/01/2022.

MARQUES, Rosa Maria et alii. *Pandemias, crises e capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques. “O movimento da nova reconstrução rural e alguns experimentos sociais na China contemporânea”, *Textos & Contextos*, vol. 15, n. 1, pp. 59-74, Porto Alegre, jan./jul. 2016.

NAKATANI, Paulo; MARQUES, Rosa Maria. *O capitalismo em crise*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

OXFAM. *A desigualdade mata*. Relatório 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>. Acesso em 18 de janeiro de 2022.

RESENHA

O BRASIL NÃO CABE NO QUINTAL DE NINGUÉM: BASTIDORES DA VIDA DE UM ECONOMISTA BRASILEIRO NO FMI E NOS BRICS E OUTROS TEXTOS SOBRE NACIONALISMO E NOSSO COMPLEXO DE VIRA-LATA

BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. São Paulo: LeYa, 2019. 448 p.

Recebido em 13/11/2020
Aprovado em 03/08/2021

O Brasil é grande demais para ser coadjuvante. É dessa forma que Paulo Nogueira Batista Jr. analisa o Brasil em seu livro intitulado *O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata*. A obra possui seis capítulos centrados na reflexão sobre o nacionalismo através de diferentes prismas. Os primeiros dois capítulos contêm o testemunho do autor sobre a sua experiência como diretor executivo no Fundo Monetário Internacional (FMI) entre 2007 e 2015, e como vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS, entre os anos 2015 e 2017. No terceiro capítulo são apresentadas crônicas sobre o tema do nacionalismo e, no quarto, o autor oferece uma interpretação do desenvolvimento econômico brasileiro. O quinto capítulo expõe uma série de perfis de brasileiros ilustres. Por fim, o livro é encerrado com crônicas de humor econômico sobre a elite financeira brasileira.

LEONARDO DIAS NUNES

Professor substituto no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

E-mail: leonardodiasnunes@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4190-1211>

Paulo Nogueira Batista Jr. apresenta-se com linguagem clara, direta e sem eufemismos e, de partida, explica como o nacionalismo herdado de seus pais tornou-se o fio condutor de sua análise. Sua mãe, Elmira Helena Pinheiro Nogueira Batista, era neta de um dos líderes da República Velha e sobrinha de um dos criadores da Vale do Rio Doce e construtores de Brasília. Já seu pai, Paulo Nogueira Batista, foi diplomata e um dos líderes da ala nacionalista do Itamaraty. Diz o autor que, desta herança familiar, recebeu as espadas da crítica e do combate sem jamais se

orientar pelas ilusões existentes nos conceitos de *humanidade, comunidade internacional e cidadania global*, cuja ausência de conteúdo nacional, diz o autor, causa um vazio alienador.

Nos dois primeiros capítulos, ao relatar sua atuação em instituições multilaterais, Paulo Nogueira Batista Jr. desnuda a complexidade existente na atuação dos próprios diretores no FMI e afirma que “é muito difícil, talvez impossível, realmente conhecer uma instituição deste tipo, entender como ela funciona, sem passar por lá, sem ter a vivência da instituição” (p. 55). O autor também revela como os europeus são avessos a qualquer tipo de reforma nesta instituição.

Quanto ao Novo Banco de Desenvolvimento, Paulo Nogueira Batista Jr. mostra as potencialidades e os limites desta nova instituição orientada para o financiamento de projetos de infraestrutura com sustentabilidade ambiental, as idiosincrasias de seu corpo técnico e relata o episódio que teve como consequência a sua saída do banco. Nestes dois capítulos, a forma escolhida por ele para contar a própria experiência permite ao leitor apreender uma crise internacional e a crise de uma nação. Consequentemente, o leitor poderá observar as crises existentes nos âmbitos internacional e nacional – *o todo* – expressando-se na história de vida de um indivíduo – *a parte*.

No terceiro capítulo, além das orientações para o nacionalismo do século XXI, duas críticas que merecem ser destacadas são apresentadas pelo autor. Na primeira, ele afirma que existem limites à democracia nas instituições multilaterais, pois o poder de voto dos representantes dos Estados nacionais está diretamente relacionado à parcela que cada um deles detém do capital consolidado destas instituições. Por este motivo, afirma que essas instituições ainda funcionam de acordo com o voto censitário. A segunda crítica diz respeito ao atual adestramento dos economistas, aspecto que está relacionado com o *soft power*¹ das nações hegemônicas e com a própria

¹ Moseph S. Nye Jr. (2004, p. 5) define o *soft power* como sendo a habilidade de conseguir o que se quer através da cooptação, em vez de conseguir através da coerção.

manutenção do subdesenvolvimento. Sobre este tema, Paulo Nogueira Batista Jr. afirma que um

[...] elemento central dessa estrutura de poder é o treinamento – adestramento talvez seja a palavra mais adequada – das elites da periferia nas universidades dos países centrais, nas suas instituições financeiras e em organizações internacionais como o FMI e o Banco Mundial. É uma antiga tradição imperial. Os romanos transplantavam os filhos dos líderes das tribos germânicas para Roma, onde eram devidamente aculturados. Retornavam à sua terra natal na condição de integrantes leais e assimilados do Império Romano (p. 298).

Nos dias de hoje, para o autor, os economistas aculturados aceitam os interesses das nações centrais nas instituições multilaterais e, como recompensa, ganham uma vida financeiramente confortável e o título para participar de um confortável clube, mas apenas enquanto integrantes de segunda classe. Paulo Nogueira Batista Jr. deixa claro ao leitor que possui aversão a este pretense cosmopolitismo, razão pela qual sua atuação profissional tornou-se cada vez mais difícil no Novo Banco de Desenvolvimento, sobretudo após o golpe de 2016, quando os governantes do Brasil se alinharam completamente à aculturação emanada dos centros de poder.

No quarto capítulo, ao discutir mais profundamente sobre macroeconomia nacional, o autor indica suas visões acerca do problema econômico e sugere caminhos para a economia brasileira. Seus argumentos tocam três aspectos fundamentais: *i*) a busca pelo desenvolvimento nacional deve subordinar a gestão da moeda nacional, do regime cambial e do regime fiscal; *ii*) o Banco Central deve se responsabilizar pela estabilidade monetária e pelo crescimento econômico; *iii*) a política econômica nacionalista do século XXI deve levar em consideração a distribuição de renda, as questões ambientais e, não menos importante, o multilateralismo, fator que, segundo o autor, atribuiria uma necessária face internacionalista ao nacionalismo do século XXI.

Os dois últimos capítulos do livro apresentam dois grupos da elite nacional. O primeiro, uma elite que se preocupou com a construção de uma nação no

Brasil. Já o segundo trata de outra elite, que apenas busca extrair e acumular individualmente a riqueza produzida na sociedade brasileira. Em relação aos integrantes do primeiro grupo, no quinto capítulo, o autor apresenta os perfis de estadistas, economistas, escritores e um esportista – pessoas possuidoras de orientações nacionais e de outros raros predicados, tais como Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola; políticos nos quais Paulo Nogueira Batista Jr. certamente se inspira para atualizar o nacionalismo no século XXI.

Já em relação ao segundo grupo, no sexto capítulo, Paulo Nogueira Batista Jr. os critica através das crônicas de humor econômico, ferramenta fundamental, em sua visão, para ajudar a digerir as superficiais verdades afirmadas em todos os meios de comunicação pela *turma da bufunfa* – o grupo de profissionais do mercado financeiro que possui como única preocupação o lucro próprio e o de seus sócios.

Com relatos que expressam uma visão crítica sobre a atuação das nações centrais nas instituições multilaterais, o livro *O Brasil não cabe no quintal de ninguém* contribui para a constatação das dificuldades de realização de reformas no sistema financeiro internacional e para o debate sobre as regras tácitas existentes nas instituições multilaterais. O testemunho do autor revela o funcionamento das instituições orientadas pela teoria econômica ortodoxa. Dessa forma, apresenta a separação entre ortodoxia teórica e prática e, não menos importante, mostra como aqueles que dizem possuir a neutralidade da técnica são dominados por profundos interesses políticos nacionais.

A obra também abre espaço para reflexões que extrapolam seu conteúdo. Uma das questões principais suscitada pela obra diz respeito às possibilidades de nações periféricas, como o Brasil, alcançarem um padrão de vida moderno por meio de políticas nacionalistas, em pleno século XXI. Por fim, o livro ainda suscita indagações sobre a grave crise existente no seio da modernidade. É a partir deste ponto que se pode estabelecer uma conexão entre o momento histórico descrito pelo autor, em que são observados

os limites das promessas da sociedade burguesa, tanto nas periferias do sistema capitalista como em seu centro, com as contribuições de Enrique Dussel (2014) e Paulo Arantes (2014).

Dussel (2014) evidencia as consequências históricas e epistemológicas do eurocentrismo inoculado nas sociedades periféricas, além de mostrar as mazelas existentes nesta parte do planeta como sendo a face oposta do mundo desenvolvido. Já Arantes (2014), ao analisar as transformações ocorridas no final do século XX, propõe a existência de um *novo tempo do mundo*, um tempo em que as expectativas de futuro existentes na sociedade são cada vez mais reduzidas. Neste novo período histórico caracterizado pela crise social, os governos já não são capazes de organizar a ordem e apenas buscam administrar o caos.

Os autores acima citados, cada um a sua forma, observam a crise da modernidade e sua consequência: a severa crise social vivida em meio à abundância da acumulação de capital. Com essa realidade, de acordo com o conceito cunhado por Paulo Nogueira Batista Jr., a *turma da bufunfa* pouco se preocupa, pois se locupleta neste processo. O problema, portanto, vai além de pensar a política econômica do século XXI. Também é necessário que os formuladores das políticas econômicas nacionalistas superem o universalismo das leis econômicas, a alienação intelectual e o complexo de vira-lata.

Para resolver os problemas atuais será necessária muita criatividade, como argumentava Celso Furtado. Por isso, reconhece-se a necessidade de colocar lado a lado intelectuais de formações tão distintas para refletir sobre o problema nacional. Afinal, uma pergunta continua em aberto: como orientar as discussões em torno da questão nacional em meio à crise da modernidade, neste *novo tempo do mundo*?

A resposta para esta pergunta não é de fácil descoberta. Entretanto, os relatos apresentados por Paulo Nogueira Batista Jr. apresentam um caminho ao evidenciar que as políticas econômicas aparentemente neutras defendidas pelas instituições multilaterais e o complexo de vira-lata devem ser combatidos e superados a fim de buscar possíveis soluções para a crise nacional.

Referências

ARANTES, P. E. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

DUSSEL, E. *Política da libertação I: história mundial e crítica*. Passo Fundo: IFBE, 2014.

NYE JR., J. S. *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nova York: Public Affairs, 2004.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÕES

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, o que significa que o manuscrito submetido não foi publicado anteriormente e não está sendo avaliado para publicação em outra revista.
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço 1,5; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O trabalho respeita os limites de páginas estabelecidos pela Revista, ou seja, o máximo de 25 laudas em formato A4, para artigos; 4 laudas para resenhas. Em ambos os casos, o limite estabelecido inclui as notas, referências bibliográficas, gráficos e ilustrações.
6. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#).
7. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), assegurar que a avaliação seja às cegas (verificar item 6 das [Diretrizes para Autores](#)).

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (RSEP)* publica artigos inéditos e originais, em português ou espanhol. Em casos específicos, a serem definidos pelo Comitê Editorial, será aceita a publicação simultânea em revistas estrangeiras (inserir essa informação no ato da submissão em “Comentários ao Editor”). Além disso, são aceitas submissões de traduções de textos inéditos em português ([leia o tutorial específico para esta modalidade](#)), que tragam contribuições relevantes para os debates compreendidos no foco e no escopo da revista.
2. Todos os manuscritos submetidos à revista devem estar dentro da **orientação editorial** (ver [Sobre a Revista](#)), e os textos passarão por uma avaliação preliminar do Comitê Editorial, que verificará se o manuscrito segue as diretrizes da revista e se enquadra em seu foco e escopo. Na fase de avaliação inicial, os editores também checarão se os autores seguiram as normas de ética e de boa conduta, de modo a evitar plágio ou autoplágio. Em seguida, os manuscritos serão submetidos à apreciação de, pelo menos, dois pareceristas do Conselho Editorial ou de especialistas escolhidos ad-hoc. Os textos podem ser aprovados ou rejeitados e, no caso de divergência, serão enviados para um terceiro parecerista.
3. Os trabalhos submetidos à revista **não** devem estar identificados, para garantir uma avaliação às cegas. Isso significa, basicamente: (1) não conter o nome dos autores; (2) não conter qualquer referência textual que identifique a autoria dos trabalhos (textos do tipo “como disse em outro trabalho”). Para mais informações, verificar item 6. Também é necessário transferir, como documento suplementar, uma versão do texto identificada com o nome do(s) autor(es) e a identificação institucional, da forma como se deseja que apareçam na revista editada. Esta versão não será acessada pelos avaliadores.
4. A remessa de originais à revista implica a autorização para sua publicação pelo(s) autor(es). Não serão pagos direitos autorais.
5. Para as submissões, é necessário se cadastrar no sistema da Revista da SEP. Para tanto, acesse a página de cadastro. Se já está cadastrado, faça

login como **Autor**. No lado direito da tela, sob o menu **Autor**, encontra-se o *link* “Nova submissão”. Clique e siga os passos para submeter o trabalho.

6. Assegurando a avaliação cega por pares: Para garantir a integridade da avaliação cega pelos pares, todo esforço deve ser feito para evitar que as identidades dos autores e revisores sejam conhecidas um do/pelo outro. Isto envolve os autores, editores e revisores (que carregam documentos como parte de sua revisão), verificarem se as seguintes medidas foram tomadas em relação ao texto e às propriedades do arquivo:

- Os autores do documento devem excluir seus nomes do texto, das referências e das notas de rodapé, utilizando em seu lugar “Autor” e “Ano”, em vez do nome dos autores, título do artigo etc.
- Em documentos do Microsoft Office , a identificação do autor deve igualmente ser removida das propriedades do arquivo (no menu do Word: Arquivo, Informações, Verificando Problemas, Inspeccionar Documento, Inspeccionar, Remover Tudo).
- Com PDFs, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, encontradas na opção Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat.

Para submeter os manuscritos, é necessária a utilização da seguinte formatação:

- Margens: 3 cm para as margens direita e esquerda e 2,5 cm para as margens superior e inferior.
- Fonte: Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas com 1,5 de espaçamento.
- Para artigos e traduções (tutorial específico para traduções), o tamanho máximo é de 25 laudas em formato A4. Para resenhas, o limite é de 4 laudas. Serão publicadas resenhas de livros que tenham sido lançados no Brasil ou no exterior nos três últimos anos.
- Numerar as tabelas, os gráficos e as figuras; e, se estiverem em arquivo

separado, colocar a indicação precisa de sua posição no texto. O formato das referências bibliográficas é o seguinte: (MARX, 1982, p.124). As referências completas devem ser colocadas no final do texto e conter apenas as obras citadas, conforme exemplos abaixo:

• **Livro:**

PACKARD, Vance. Estratégia do desperdício. São Paulo: Ibrasa, 1965.

• **Capítulo de livro ou parte de obra coletiva:**

VOINEA, Serban. “Aspects sociaux de la décolonisation”. In: FAY, Victor. En partant da Capital. Paris: Anthropos, 1968, p.297-333

• **Artigo publicado em periódico:**

YATSUDA, Enid. “Valdomiro Silveira e o dialeto caipira”, Revista Novos Rumos. São Paulo: Novos Rumos, Ano 1, n. 2. p. 27-40, 1986.

• **Artigo publicado em anais:**

DUFOURT. D. “Transformations de l'économie mondiale et crises de la régulation étatique”. In: COLLOQUE ÉTAT ET RÉGULATIONS, 1980, Lyon. Anais do Colloque État et Régulations. Lyon: PUF, 1980, p. 49-72.

• **Teses, dissertações e monografias:**

CRISENOY, Chantal de. Lénine face aux moujiks. Tese de Doutorado em Ciências Sociais — École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1975.

• **Outros documentos:**

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil – 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

A *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* publica artigos acadêmico-científicos de diversas tendências teóricas – inspiradas em Marx, Keynes, Schumpeter entre outros– desde que mantenham atitude crítica em relação ao capitalismo ou expressem oposição teórica às correntes ortodoxas, liberais ou neoliberais. Ademais, o periódico faz opção clara por artigos que não privilegiam a linguagem da matemática e que não tratam a sociedade como mera natureza.

Em suma, a *Revista da SEP* discorda fortemente dos critérios de cientificidade dominantes entre os economistas por considerá-los inadequados e falsos. Considera, além disso, que esses critérios têm sido usados como forma de discriminação contra o que há de melhor e mais relevante em matéria de investigação científica nessa esfera do conhecimento.

Dentro dessa orientação editorial e desde que estejam respeitados os requisitos básicos de um trabalho científico de qualidade, a *Revista da SEP* mantém o compromisso de que os manuscritos submetidos serão sempre julgados com isonomia.

Faculdade de Economia – Universidade Federal Fluminense
Campus do Gragoatá, bloco F, sala 519 – Niterói, RJ - 24240-225
www.sep.org.br – sep@sep.org.br
www.revistasep.org.br

Acessar o sistema *on-line* da Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política em <http://revistasep.org.br> ou enviar *e-mail* para a equipe editorial pelo endereço revista@sep.org.br.



XXVI Encontro Nacional de Economia Política

Centralidade do trabalho e crise do capital no mundo pós-pandêmico

“Nada será como antes, amanhã”? Trabalho, crise e pandemia

Universidade Federal de Goiás | Evento Virtual | 8 a 11 de junho de 2021



APOIO



Convidamos a todos para a participação no XXVII Encontro Nacional de Economia Política, que será realizado de 7 a 10 de junho de 2022, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU)